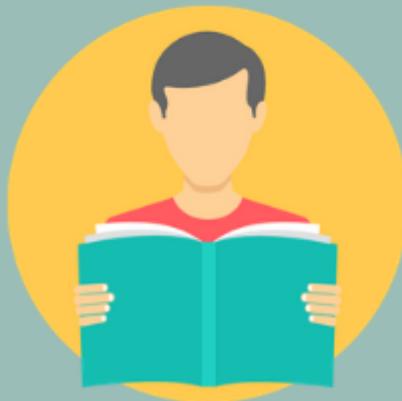


CIÊNCIAS HUMANAS

REVISTA PIBIC 2019





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A preservação do patrimônio cultural e a antropologia brasileira: o papel dos antropólogos no processo de patrimonialização.

Autores: Fillipe Alexandre Oliveira Alves

Orientadora: Renata de Sá Gonçalves (Departamento de Antropologia)

Departamento/Unidade/Laboratório : GAP - Departamento de Antropologia / NARUA - Núcleo de Antropologia das Artes e Sociabilidades Urbanas - UFF

INTRODUÇÃO

É a partir do momento de consolidação da ordem democrática dentro do Estado brasileiro, que a antropologia se institucionaliza dentro do IPHAN, sob a criação do cargo de Técnico em Ciências Sociais e por meio da política voltada ao chamado "patrimônio imaterial", a antropologia foi portanto institucionalizada dentro do campo do patrimônio a partir do empenho em se operacionalizar a diversidade, seguindo as considerações estipuladas pela Constituição de 1988. Depois que as noções de patrimônio foram revigoradas pela noção de referência cultural quando o IPHAN se fundiu a Fundação pró-memória, esse arranjo ampliou a ideia de patrimônio trazendo para esse campo os saberes e fazeres definindo a interação social como o campo de atuação do antropólogo, enquanto técnico das políticas de patrimônio. Considerando então as grandes e conflituosas mudanças políticas no Brasil e seus efeitos nas interações sociais e de políticas públicas de patrimônio desde 2013 pretende-se elucidar aqui qual o papel do antropólogo atualmente no campo da preservação do patrimônio. Tomamos o caso da zona portuária do Rio de Janeiro e seu arquétipo "pequena África" como objeto etnográfico visto a complexidade de redes, atores e interesses ali sobrepostos, o que serve portanto para expor como os objetos e expressões culturais patrimonializadas outrora exaltados, podem também expressar sentimentos "desconfortáveis". Ao prosseguir com a pesquisa pretende-se melhor situar o antropólogo em meio a esses conflitos contribuindo assim para o debate sobre a sua presença em ações e políticas de preservação do patrimônio cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de localidades distintas e conflituosas em um mesmo espaço nos faz perguntar o papel tanto dos pesquisadores quanto dos já instituídos processos de patrimonialização que seguem uma cartilha muitas vezes a despeito das complexas e distintas formas de se vivenciar certos espaços. Nas disputas observadas na zona portuária, patrimônio material e imaterial abrem uma série de possibilidades para pesquisadores, moradores e poder público, cada um desses atores articula de maneira distinta tanto o espaço físico quanto o imaterial que é articulado com diversas esferas e campos, educacional, de direitos e identidades etc. Entender as maneiras como imaterial e material são articulados na Pequena África por diversos atores através dos circuitos turísticos pode nos ajudar a ampliar nossa compreensão sobre o campo da memória e patrimônio Cultural e a atuação desses pesquisadores nessa dinâmica social, como aponta Renata Gonçalves "lançar olhar crítico para os processos de patrimonialização, apontando para seu alcance e limites, de modo a realizar uma reflexão sobre o papel da Antropologia e o lugar dos antropólogos neste debate" (2018, p 7) e complementa que é preciso também, reconhecer, como bem apontou Gonçalves (2007), que há um risco de "inflacionamento" da categoria patrimônio, com a conseqüente possibilidade de se perder de vista o potencial da categoria enquanto instrumento analítico. A partir do estudo de caso da Pequena África podemos notar que o trabalho desenvolvido por esses profissionais antropólogos dentro das ações de "reconhecimento" e "salvaguarda" das chamadas políticas públicas de patrimônio

imaterial acaba por se tornar ele mesmo objeto de estudo.

CONCLUSÕES

A região portuária é rica em história e conflitos, o que faz dela um espaço profícuo para pesquisas que podem contribuir para melhor compreensão sobre a forma de atuação contemporânea de pesquisadores, em especial antropólogos no campo do patrimônio cultural. A memória em torno da utópica Pequena África está relativamente constituída e já efetua um trabalho de manutenção e coerência de unidade, assim como os agentes comprometidos com essa narrativa, produzem a Pequena África como uma Localidade (APPADURAI, 2005) por exemplo através das visitas guiadas, reforçando o laço desses indivíduos com a região. Do mesmo modo Appadurai (2005) mostra que a construção da localidade passa por processo similar de negociações e conflitos, onde se faz necessária uma constante afirmação da ligação dos sujeitos com o espaço que reivindicam, sendo a localidade fruto de uma construção social permanente. Nesse sentido os guias turísticos atuam mantendo uma ligação dos sujeitos com o espaço da forma que melhor convém aos atores por detrás da organização desses circuitos, enquanto que trabalhos como o da antropóloga Roberta Guimarães e Simone Vassallo tem papel fundamental para que possamos compreender como esses patrimônios são “fabricados” e sua desmistificação nos abre caminho para uma atuação mais pragmática nesse campo, inclusive tomando partido de forma mais direta como o antropólogo Milton Guran que atua diretamente em prol da construção de políticas públicas para o enquadramento de uma narrativa que favoreça as heranças africanas da Zona portuária. Percebemos então que cabe ao antropólogo no campo do patrimônio, ter a consciência que deve levar em conta as especificidades de posição dos agentes envolvidos, sem homogeneizá-las ao mesmo tempo que deve situar a ação de patrimonialização dentro do campo específico das relações sociopolíticas em movimento. Sendo não apenas mediador, mas parte do processo de enquadramento e exclusão de narrativas e memórias. Tendo compreendido os efeitos da participação do

antropólogo e seus trabalhos junto às comunidades e grupos ligados aos bens a serem registrados ou salvaguardados se faz necessário agora compreender como esses trabalhos reverberam no âmbito institucional e técnico, expondo as possibilidades de atuação do profissional antropólogo dentro e fora do ambiente acadêmico, para tal se faz necessário inicialmente um levantamento dos profissionais antropólogos que trabalham nesses órgãos a fim de contribuir com o debate que visa compreender as tensões, conflitos e desconfortos desses profissionais antropólogos que emergem em suas ações pelo exercício de cargos e funções que envolvem a gestão de políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Agradecimentos:

Ao programa CNPq/PIBIC pelo financiamento do projeto de pesquisa, à UFF pela concessão da bolsa de iniciação científica ao Núcleo de estudos artes rituais e sociabilidades urbanas (NaRUA) pelo apoio durante a execução do trabalho à professora Simone Pondé Vassallo pela ajuda na inserção em campo e a Professora Renata de Sá Gonçalves pela orientação e confiança neste projeto.



Ciências Humanas

Os partidários da liberdade: A ditadura de Santa Anna, a venda de La Mesilla aos Estados Unidos e a Revolução de Ayutla como componentes da formação de um Estado Moderno no México no relato de Anselmo de la Portilla (1853-1857)

Kaio Tavares Rodrigues

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (DEI-INEST-UFF)

INTRODUÇÃO: Em 1853, o general Antonio López de Santa Anna, figura mais importante na política mexicana nas primeiras décadas pós-independência, assume, pela última vez, o poder no México. Contando com apoio de liberais e conservadores, estabelece um governo provisório sem constituição. No entanto, logo sua administração se transformou numa ditadura de caráter permanente, com uma concentração de poderes quase ilimitados, perseguição e assassinato de inimigos políticos e censura à imprensa. Ademais, ainda em 1853, Santa Anna acertou com os EUA a venda do território do Vale de La Mesilla, uma fértil planície no atual estado americano do Arizona, algo que foi visto com muita indignação pela classe política mexicana. Os seguidos abusos do ditador geraram um clima de descontentamento tanto em liberais como em conservadores, até que no ano seguinte, em Ayutla, firmou-se um pacto revolucionário, posteriormente afiliado a causa liberal, que, após quase um ano de conflitos, foi capaz de depor a Santa Anna. Após a queda do ditador, alçou-se ao poder uma geração de jovens liberais que moldariam a política mexicana até o porfiriato, e lograriam a fundação de um Estado Nacional no México. Em 1856, o jornalista liberal moderado e escritor Anselmo de la Portilla publica o livro *“Historia de la revolución de México contra la dictadura del general Santa-Anna, 1853-1855”*, no qual não somente resalta os motivos que levaram a uma revolução contra Santa Anna, dentre os quais destaca a cessão de mais território aos EUA, mas expõe os motivos pelos quais crê que as ideias defendidas por tal levante são de grande importância para o futuro do México. O presente estudo procurou analisar o relato de Portilla no contexto da fundação do Estado Liberal no México, buscando verificar o peso dos ideais revolucionários nesse sentido, e sobretudo

tentando investigar o sentimento e o peso da cessão de mais território aos EUA para a queda de Santa Anna.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com a profunda angústia vivida pelos mexicanos após uma dolorosa derrota que resultou na perda de metade do território nacional e o risco de secessão de outras partes da república, o caos administrativo havia chegado ao seu máximo ponto. O conflito, porém, havia gestado um incipiente sentimento nacional pela figura da fronteira e do “outro”, e uma oposição e temor aos Estados Unidos. Assim, quando a ditadura de Santa Anna vende o território da Mesilla, em 1853, há uma forte reação que somada à uma oposição crescente às medidas ditatoriais se configura na Revolução de Ayutla, em 1854. O relato de Anselmo de la Portilla trabalha, nesse sentido, a necessidade de unir os mexicanos em prol de uma república democrática em que ordem e liberdade andassem lado a lado. Ayutla é vista por Portilla como o ato fundante de um novo momento na política mexicana, no qual já não havia espaço para revoluções e pronunciamentos, mas sim para devolver a soberania ao povo e constituir uma nação democrática. Em Ayutla, liberalismo e patriotismo confundem-se, numa oposição à ditadura, à monarquia e às corporações e numa necessidade de reformar o país para livrá-lo do atraso e do caos.

As Leis de Reforma e a Constituição de 1857 são os produtos de um momento anticorporativo, e lançam as sementes para a consolidação de um Estado-nacional moderno no México. Do ponto de vista de uma ameaça norte-americana, a partir de 1857 o Estado mexicano estaria melhor organizado

financeiramente, ao passo que Igreja e exército teriam menos influência no Estado. Os Estados Unidos, por sua vez, continuavam no debate público mexicano como principal algoz, e isso precipitou uma crise em 1859 quando ao assinarem o Tratado de McLane-Ocampo, os liberais foram taxados de traidores. A afirmação do sistema federal também tendeu a fortalecer o Estado central. Devido a mais uma guerra civil e à intervenção francesa no México, a Constituição de 1857 só passou a valer de fato em 1867. A partir daí foi a segunda constituição que mais tempo durou no país, até 1917. Na perspectiva do modelo, ao fundar uma república secular, liberal e federativa, baseada em garantias individuais, livre associação, imprensa livre, e, principalmente, educação secular foi possível fomentar uma identidade nacional de suma importância e modernizar o Estado. Já durante a intervenção francesa (1862-67) se verificou uma resistência bem maior que na guerra de 1847.

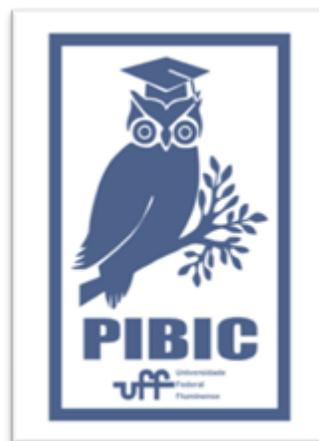
CONCLUSÕES:

As relações mexicano-americanas de fato influenciaram na formação de um Estado-Nação no México ao fomentarem uma identidade nacional e uma necessidade de organizar-se para manter a integridade do país e, ao mesmo tempo, apresentando o modelo de um país que vinha crescendo cada vez mais e era dotado de instituições específicas que asseguravam esse crescimento e a existência de um projeto nacional que garantia estabilidade e prosperidade.

Todas as fontes aqui trabalhadas demonstram os interesses diversos dos Estados Unidos nas questões mexicanas e, por outro lado, os interesses mexicanos nas questões estadunidenses. Assim, este estudo procurou ampliar o olhar das relações internacionais, não entendidas apenas no campo diplomático, mas também como produto de um empreendimento para o conhecimento, de ideias, imaginários e representações construídas, também de relações desiguais e assimétricas, mas com diálogos e trocas, e que também demonstra como política doméstica e política internacional são esferas conectadas. Dessa forma, buscou-se demonstrar como as relações entre dois países influenciaram na política doméstica de um deles, e como a política doméstica também pautava tais relações.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Gabriel Passetti, meu orientador no presente estudo, que além de sempre ter se colocado à disposição para me ajudar em todas as partes da pesquisa, e na indicação de bibliografia, acreditou e me deu todo o apoio num período complicado em minha vida. Além disso, teve uma importância ímpar desde o início da minha graduação e na minha vida acadêmica, tendo me recebido em seu grupo de pesquisa no meu primeiro período na universidade, e dado todo o apoio e instrução possível. Sem dúvida, seu apoio foi de importância singular para a confecção do presente trabalho. Agradeço também aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado dando todo o suporte, à minha namorada Andressa Chagas, que esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos difíceis para o desenvolvimento desta pesquisa, e aos meus irmãos, sobretudo à minha irmã, a Prof. Dr. Vanessa Schottz, que também sempre me encorajou e acreditou no meu potencial para a execução desta pesquisa, e, desde sempre, foi meu maior exemplo para adentrar a academia seja como aluno ou pesquisador de iniciação científica. Agradeço também aos meus professores da Universidade Federal Fluminense, e ao CNPq, que me garantiu o aporte financeiro para o desenvolvimento do presente estudo, sem o qual, dificilmente conseguiria chegar a esse resultado.





Grande área do conhecimento: Humanas

Título do Projeto: Revoluções Atlânticas: o complot de franceses e escravos em Buenos Aires

Autores: Nathália Matos

**Departamento de História – Núcleo Escrita da História –
Historiografias do Sul**

INTRODUÇÃO: Em 1795, um grupo de habitantes de Buenos Aires foram acusados de uma possível conspiração anti-monárquica e pró-francesa. Denúncias anônimas levaram o regidor do Cabildo de Buenos Aires, Martin de Álzaga, a investigar esses possíveis complots na cidade. As autoridades coloniais concluíram que a região de Buenos Aires estava em risco e que os responsáveis por tal instabilidade na região seriam moradores da cidade de origem francesa. Segundo as notícias que ali corriam, a sublevação ocorreria na Semana Santa. Inclusive, poderia contar com a presença de escravos, que tinham interesse por sua liberdade. É possível que essa desconfiança com o grupo de franceses tenha sido despontada devido aos ecos da Revolução Francesa e Haitiana.

O título que deu o regedor ao processo que abriu foi: “Sublevação intentada realizar nesta cidade de Buenos Aires por franceses e escravos”

Abertas as investigações, o Império Espanhol preocupava-se com o controle de notícias e as leituras que eram feitas pelos colonos, bem como a circulação de ideias que ali se expandiam. Há uma verdadeira tentativa de frear o ingresso de ideias e informações, tendo como sua forma mais concreta a proibição de certos livros na região. Assim, observou-se uma tentativa de isolar territorialmente determinadas informações no mundo hispânico, e em grande medida, acontecimentos que ocorriam pela Europa. Dessa forma, o controle sobre a circulação de textos e ideias tornou-se um mecanismo para a manutenção do Império Espanhol. Evidencia-se, assim, uma mudança no controle do Atlântico, pois se antes havia uma preocupação central nos aspectos puramente econômicos em seus domínios, no

século XVIII terá rumos mais complexos, como controle sobre a circulação de ideias.

Buenos Aires passa de periferia do Império Espanhol a um papel de maior centralidade, nesse sentido, observa-se uma certa preocupação das autoridades coloniais espanholas na proteção e contenção do ideário revolucionário nesta região, que agora representa um poder econômico mais influente. Além disso, a região passa por um acentuado crescimento demográfico, acompanhado de um aumento da população escrava, motivo este de maior cuidado e precaução por partes das autoridades locais e imperiais.

Nesse sentido, este projeto busca entender a mudança do controle do Atlântico, analisando as conexões atlânticas da crise do Antigo Regime, em que o controle sobre a circulação de ideias, textos e pessoas tornou-se um mecanismo chave para manutenção do império. Assim, serão entendidas as formas de sociabilidade no domínio espanhol de Buenos Aires, as formas de controle das informações que possam atravessar o atlântico, a partir das investigações sobre a leitura de textos, impressos, e reuniões, a partir da utilização de fontes para entender além das acusações.

Ainda nesse presente estudo, é confrontada a relação da circulação de ideias dos processos revolucionários nas Américas e o monopólio europeu sobre as ideias revolucionárias. Segundo Jaime Rodrigues, há um efetivo monopólio de ideias europeias, que perpassam sob apenas um sentido único, da Europa para as Américas. As autoridades coloniais passam a ficar atentas aos comportamentos e o fluxo de informações que era possível passar pelo Atlântico. O final do século XVIII coloca no centro das discussões as informações que provinham da França e de suas colônias, consideradas as mais suspeitas. Por isso, o

clima de desconfiança gerou uma série de medidas do império espanhol para conter possíveis conspirações, em um momento de contestação ao Antigo Regime.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao ampliarmos a escala de análise, foi visto nas fontes primárias, os interrogatórios realizados pelas autoridades em nome do Império espanhol, que serviram para entender além das possibilidades de ter ou não de fato o suposto complot. A análise da investigação ao grupo de franceses e os seus escravos revelaram, em grande medida, as práticas de leitura, a propagação de ideias e a sociabilidade daquela população de Buenos Aires. Mais do que entender ou não a existência de um real complot, as fontes trazem ricas informações sobre as práticas de leituras, circulação de ideias. Criou-se um imaginário da relação direta entre leitura e subversão da ordem. A simples aquisição de uma gazeta poderia ser vista como um desvio para uma sublevação da organização colonial.

Assim, nessa pesquisa, o estudo do Império tem-se como fio condutor um grupo específico, moradores franceses da cidade de Buenos Aires, acusados de realizarem conspirações anti-monárquicas e com princípios republicanos, com encontros que, diziam os boatos, brindavam pela liberdade. A partir dessa experiência colonial uma série de medidas e investigações foram abertas para esse grupo de franceses e seus escravos. Entre os questionamentos feitos pelo poder colonial pode-se destacar a preocupação de terem pasquins, gazetas e um receio maior girava em torno da possibilidade de escravos terem acesso a essa leitura através de seus senhores.

Os interrogatórios fizeram parte das investigações aos possíveis grupos que desafiavam a ordem colonial. Durante o período de circulação de boatos e delações, do que se chamaria um tribunal imaterial das acusações, onde cria-se um verdadeiro clima de desconfiança diante desses grupos acusados e seus escravos, além de qualquer atitude suspeita virar uma possível investigação por parte das autoridades. Assim, mais do que entender ou não a existência de um real complot, as fontes informaram, trouxeram ricas informações sobre as práticas de leituras

coloniais e as ideias que perpassavam os ciclos de sociabilidade daquela sociedade.

As investigações em torno das possibilidades de complot desafiavam maneiras de se pensar as formas de socialização dos colonos, que se concretizavam de maneiras variadas em Buenos Aires. A circulação de pasquins favoráveis à república francesa deixavam as autoridades espanholas atentas aos supostos complots, pois havia de fato uma crença das autoridades coloniais sobre as potencialidades de se ocorrer conspirações anti-monárquicas e com a participação de seus escravos.

Diante de boatos e delações, havia grandes suspeitas da presença de escravos entre as conspirações marcadas para a Semana Santa. Entretanto, só era possível descobrir tal hipótese com uma longa e precisa investigação, que foi iniciada por Álzaga. Inicialmente boatos e delações apresentavam-se como materiais para os debates na cidade, se haveria ou não um complot. É importante lembrar que os pasquins tinham um papel central nesse imaginário revolucionário, sendo este um gênero literário típico da era colonial, frequentemente utilizado para crítica política, com tom satírico, eram escritos ilegalmente à época.

Além disso, havia uma necessidade de se comprovar as acusações feita pelo Alcaide. Além das investigações e declarações, era preciso de provas materiais mais concretas para legitimar as acusações, como livros, cartas, armas, que pudessem confirmar a existência de uma conspiração anti-monárquica e republicana. Nesse sentido, exigia-se uma necessidade de comprovar ou obter uma certa materialidade sobre as provas, como a descoberta de armas, livros, cartas, que pudesse dar respaldo às acusações feitas.

As fontes apontam que os boatos que circulavam pela cidade de Buenos Aires constituía-se por um tribunal imaterial, se desenvolveu um imaginário de que franceses e seus escravos estariam envolvidos em conspirações. Houve um inquérito que ainda que tinha levado um grupo de franceses presos, não conseguiu ter bases materiais que sustentassem as acusações de um complot. Nas buscas por encontrar a existência de um real complot, Álzaga esteve à frente de inquérito policial, com objetivo muito claro de encontrar

provas de atitudes antimonárquica, antiespanhol e abolicionista. Entretanto, nada pôde ser comprovado, tornaram-se provas insuficientes.

Entre as investigações, havia uma preocupação na origem da participação dos escravos no possível complot. Então, abriu-se uma investigação sobre Barbarin, um pequeno comerciante, que oferecia um tratamento a seu escravo que pareceu suspeito aos olhos de Álzega. O escravo então é chamado para prestar esclarecimentos, perguntando-lhe se o seu senhor já havia lhe oferecido a liberdade e se tinha costume de ler gazetas. Apesar de um melhor tratamento dado ao escravo, nenhuma relação de incitação à ordem monárquica foi comprovada sobre esta investigação, o senhor não dava as tais gazetas, apenas oferecia um tratamento humano ao escravo.

Por outro lado, um aspecto de grande importância para ampliação das conexões atlânticas foi uma rede de circulação de impressos que o poder colonial não tinha controle. Pouco a pouco a comunidade de franceses estava constituindo o que se chamaria de opinião pública, ao discutirem e terem acesso às informações chegadas da França, processo este que envolvia uma circulação frequente de gazetas entre essa comunidade.

Por outro lado, para além da restrição da circulação de impressos, as autoridades imperiais proibiram a chegada de escravos vindos de Saint Domingue, onde se temia um possível “haitianismo”. Neste momento, o atlântico temia o republicanismo francês, especialmente daquele que nasce de sua principal colônia, Saint Domingue. Nesse sentido, é possível relacionar este haitianismo como um fenômeno que foi visto com bastante cuidado pelas autoridades coloniais espanholas, que tinham parte de suas colônias uma proximidade territorial com Saint Domingue, como era o caso de Cuba, fazendo com que o poder imperial estivesse atento a qualquer atitude suspeita.

CONCLUSÕES:

Os processos estudados apontam para uma sequência de acontecimentos que levam observarmos a perda da legitimidade do império, acompanhada pela ascensão de novas legitimidades. Por esse motivo, buscava-se

impedir o ingresso de ideias nas Américas vindas da Europa, tornando-se proibida a circulação de livros considerados suspeitos pelo Império espanhol, como forma de conter possíveis ideias e informações das revoluções Francesa ou Haitiana. Então, criou-se uma lista de livros proibidos, ainda que, na verdade, poucos desses livros foram realmente encontrados circulando pela cidade.

Os efeitos e potencialidades que cada impresso ou livro adquiriram apontam os resultados sobre seus efeitos a longo prazo sobre as sociedades locais. Pouco a pouco observa-se um contato mais frequente com estes impressos, como gazetas, pasquins, influenciando toda uma comunidade durante um processo maior de perda da legitimidade do Antigo Regime. Assim, nota-se a construção do que seria chamado ‘opinião pública’, não aos moldes que conhecemos nos dias de hoje. Entretanto, constrói-se esse tribunal imaterial¹, em que todos tornam-se juízes.

Outra maneira encontrada pelo Império espanhol foi impedir a entrada de escravos oriundos de possessões francesas, para evitar o contato com as informações da Revolução Haitiana. Nesse sentido, é possível relacionar a experiência de Buenos Aires com o estudo feito por Ada Ferrer², com semelhante mapeamento sobre os ecos da Revolução do Haiti em Cuba, o medo que estava circunscrito na região da república. Por isso, evidencia-se que o Império espanhol teve pouco sucesso ao tentar ocultar os eventos que marcaram para sempre a política da ilha de Saint Domingue.

Dessa maneira, observa-se que as relações do Atlântico se tornam mais complexas, pois se antes há uma preocupação restritamente econômica, no final do século XVIII há um acentuado controle sobre a circulação de ideias, pessoas, dos textos, gazetas, pasquins, informações advindas

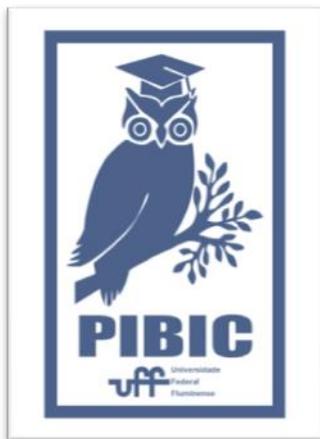
¹ SECRETO, Maria Verónica. **Brindes, textos e livros proibidos: a conspiração de escravos e franceses nas Buenos Aires colonia.** 2014

² FERRER, Ada. Notícias de Haiti em Cuba. A autora estuda a repercussão da Revolução Haitiana em Cuba. Além disso, relaciona os diferentes impactos desta revolução entre os senhores, escravos e o Estado colonial.

especialmente da França ou de suas colônias, e controlar esses fluxos tornou-se essencial para a manutenção do Império, dentro de um fenômeno de longa duração da crise do Antigo Regime.

No que parece ser o ilusório desfecho, a Real Audiência reconheceu a inocência do grupo de franceses, ainda que tenham sido obrigados a pagarem os custos das investigações. Embora não só os franceses estivessem na lista dos acusados de conspiração contra o Império, eram os principais suspeitos, estavam em maior número nas investigações e delações, apontando para a já referida suspeita dos ecos das Revoluções Francesa e Haitiana estarem sob um estreito contato com mais uma de suas colônias, dessa vez em Buenos Aires.

Agradecimentos:





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A prática como componente curricular nos cursos de Português-Espanhol do Grande Rio: uma análise de ementas e de programas de disciplinas

Autores: Livia Puga de Almeida Santos (bolsista PIBIC 2018/2019), Luciana Maria Almeida de Freitas (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento/Faculdade de Educação

INTRODUÇÃO:

Este projeto visa a dar continuidade a investigações que têm a Educação Linguística e a formação docente como objeto e que foram contempladas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFF em vigências anteriores (2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018).

Inscrive-se no Grupo de Pesquisa *Discurso e Educação Linguística – DELIN* (líder, UFF), que reúne pesquisadores cujas propostas articulam práticas discursivas e práticas sociais, em especial, nas situações de trabalho docente e em atividades educativas diversas, sejam da Educação Básica, sejam da formação de professores.

Para a edição do Edital PIBIC 2018/2019, objetiva-se focar a prática como componente curricular (PCC) nas Licenciaturas em Português-Espanhol oferecidas pelas universidades públicas do Grande Rio que, além da UFF, oferecem esse curso de graduação: UERJ, UFRJ e UFRRJ. Mais especificamente, pretende-se observar como e sob qual perspectiva teórica tais conteúdos pedagógicos relativos à formação docente são incorporados nos documentos oficiais que divulgam as ementas e os programas de disciplinas.

Como suporte teórico deste projeto, lança-se mão das contribuições da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin, com destaque para o conceito de gênero discursivo (BAKHTIN, 2003; VOLOSHINOV, 2009), considerando as ementas e os programas de disciplinas enquanto “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p.262). Além disso, servem de base para as discussões realizadas as contribuições de pesquisadores que vêm abordando o currículo em suas reflexões, tanto na perspectiva crítica (APPLE, 2008), quanto na pós-crítica (SILVA, 2007),

especialmente, com foco na formação docente em Letras (FREITAS, 2012, 2014, 2018). Também se pauta a presente pesquisa no debate sobre a relação entre teoria e prática no âmbito educativo a partir de estudos neomarxistas (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003; GADOTTI, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A fim de iniciar as análises propostas no projeto, foi realizado um levantamento analítico das resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação que enfocam os cursos de licenciatura e, especialmente, que incluem a discussão sobre a “prática” e a “prática como componente curricular”.

Com relação às normativas oficiais, foi realizado um levantamento analítico das resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação. A partir das análises dos documentos sobre formação docente, observou-se a primeira aparição da noção de PCC no parecer CNE/CP 28/2001. Em pareceres e resoluções anteriores encontra-se o termo “prática”, sempre entendido como prática de ensino ou estágio.

Na Resolução n. 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, tampouco há uma definição de PCC. O que se observa, no entanto, é uma insistente repetição do termo prática(s), que tem doze ocorrências em um texto de menos de sete laudas.

Na verdade, as Resoluções de 2002 que normatizam os cursos de Licenciatura insistem de forma bastante incisiva em uma efetiva integração teórico-prática. Assim, tais documentos reforçam o fato de que todas as disciplinas dos cursos de licenciatura formam professores. Formam pelo seu conteúdo específico, já que o docente não pode prescindir

dele, e formam porque, todas elas devem incorporar uma dimensão de preparação para a docência. Portanto, todos os componentes curriculares devem incorporar uma dimensão prática, entendida como os conteúdos que se relacionam à docência

Após esse levantamento analítico, o passo seguinte foi analisar como cada universidade apresentava a Prática como componente curricular. Ademais, observou-se também as disciplinas que não só que eram diretamente referenciadas como práticas, como também aquelas que, mesmo pertencendo a outros núcleos formativos, possuíam algo explicitamente relacionado à docência.

Para fazer um panorama geral das ementas, foi examinada também a ocorrência da palavra “prática” nos documentos analisados dos cursos de Letras-Espanhol da Grande Rio em vigor no momento de realização do levantamento. Ressalte-se que, segundo informações obtidas nas referidas instituições, nenhuma delas finalizou a adequação à Resolução n.2/2015 (MEC/CNE/CP, 2015).

Após esse levantamento analítico, foi realizado o exame dos documentos que registram as matrizes curriculares e as ementas dos cursos de Português-Espanhol, em vigor no momento, nas três instituições em foco.

Nos documentos analisados da UERJ, observa-se que a instituição cumpre 420h de PCC na forma de oito disciplinas obrigatórias e seis eletivas restritivas a serem cursadas pelos estudantes de um total de 23. Dentre elas, dezesseis apresentam elementos que explicitam uma preocupação com a docência. Esse aspecto pode ser encontrado nas ementas de todas as seis obrigatórias. Além disso, cinco componentes curriculares, ainda que indicadas como teóricas, explicitam em suas ementas uma relação com a docência.

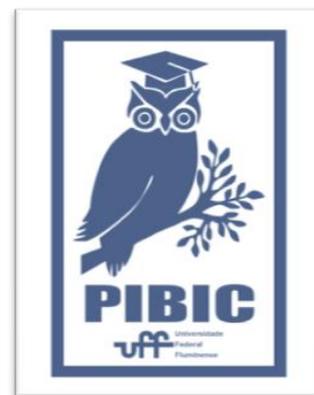
Na UFRRJ, há disciplinas intituladas Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão I a IV que parecem aproximar-se vagamente da noção de ensino, no entanto, não trazem no corpo da ementa a relação com a PCC. Há, ainda, três disciplinas, intituladas Ensino de língua materna I e II e Ensino de língua espanhola, com um total de 180h e que tematizam, conforme seus títulos indicam, questões de ensino.

Com relação à UFRJ, foram encontradas cinco disciplinas destacadas com carga horária prática, com um total de 300h. As ementas desses componentes curriculares não estabelecem uma relação direta com a docência. Somente uma disciplina se aproxima

parcialmente do que seria a PCC, “Linguística e suas aplicações”.

CONCLUSÕES:

A partir dessa análise foi possível concluir que nas ementas dos cursos de Licenciatura em Português-Espanhol do Grande Rio, somente a UERJ deixa claro quais são as disciplinas de Prática como componente curricular, cumprindo, assim, as Resoluções n. 1 e n. 2/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Na UFRJ, apenas algumas disciplinas se aproximam dos objetivos das referidas resoluções do CNE, como por exemplo, “Linguística e suas aplicações” para a Prática como componente curricular. Já na UFRRJ, ainda que algumas disciplinas como NEPE I e NEPE II pareçam atender as resoluções, não foi o constatado nas ementas. Portanto, a Prática como componente curricular no sentido atribuído nos Pareceres CNE/CP n.9 e n. 28 de 2001 (CNE/CP, 2001a; 2001b), ainda está ausente de algumas instituições públicas de ensino superior que formam professores.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Avaliação externa e cotidiano escolar: tecendo modos de ver e viver as aprendizagens infantis na alfabetização.

Autores: Juliana Granato

Departamento/Unidade/Laboratório: SSE/Faculdade de Educação/ GEPAP

INTRODUÇÃO:

Quanto barulho cabe no silêncio?
ABREU, Caio Fernando

Certa vez, durante o recreio, direcionaram a mim uma pergunta retórica: "Por que as crianças são sempre tão barulhentas?", esta indagação abriu meu olhar para o ambiente da escola, sempre marcado pelo excesso de sons diversos. A questão encontrada em Caio Fernando Abreu me remete a pensar a partir da sonoridade da escola. Quanto barulho cabe no silêncio de um pátio, uma quadra, uma sala de aula... quanto barulho há no silêncio de uma criança?

Isto me despertou a refletir acerca das vozes, barulhos e silêncios presentes no cotidiano escolar, e, a partir disso, procurei entender como os adultos compreendem o ser criança, quais suas intencionalidades no fazer pedagógico alfabetizador. Então, os adultos sabem ouvir as crianças ou tudo se torna barulho? Acredito que atentar o olhar para as concepções e os processos articuladores da educação da infância e experiências infantis são caminhos para reflexão. Numa perspectiva de se pensar o cotidiano como redes de fazeres-saberes tecidas pelos sujeitos cotidianos (FERRAÇO: 2007), ressaltamos a importância de se pesquisar "junto com", compreendendo que os estudos com o cotidiano se dão em meio às situações encontradas por entre fragmentos das vidas vividas, que, desabrocham como pistas efêmeras do que está sendo feito-pensado-falado pelos sujeitos cotidianos (FERRAÇO, 2003). Interessa-nos pensar no que não é dito pela criança, entendendo que na brincadeira está presente um texto que a criança não diz, nem escreve, mas que se faz presente em seu corpo e expressão no mundo, essa voz/corpo grita em suas brincadeiras. Dessa forma, concordo com Perez (2005) quando diz que *a criança utiliza a brincadeira*

como um instrumento para conhecer a realidade (p.96). No cotidiano encontramos sujeitos singulares, que são constituídos de muitas vozes, corpos, tempos e espaços. Aprender a ouvir essas vozes, barulhos e silêncios presentes no cotidiano escolar é entender que há muitas pistas de leituras de mundo ali presentes, que, antecedem a leitura de qualquer palavra, como dizia Freire. Nesse sentido, o sujeito criança não cabe na escola, uma vez que as crianças evidenciam a todo o momento que as práticas pedagógicas vigentes não dão conta de suas demandas. O que a olhos nus pode se mostrar só mais uma brincadeira de criança, pode vir a desnudar-se em uma manifestação que oculta sintomas de uma educação precária, que por vezes pensa a educação de maneira arcaica e homogeneizadora. A criança brinca com ideias que aprende no processo de interação sujeito/mundo. Tão logo, entendo que as crianças estão para além de sua realidade, são poesia viva, literatura que transcende o real, são poetas, concordando com o que afirmam *Castillo e Tyada (1982): "se fazer literatura é saber transcender, as crianças igual aos poetas sabem transcender a realidade."* (p.91).

Assumimos o registro como procedimento metodológico e o diálogo e a escuta sensível como método que se constitui em Freire (2006), no qual "os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração" (p.191). Na pesquisa, com uma turma de 2ºano, minha atenção se voltava para os modos de participação dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo e os caminhos de ensino-aprendizagem da leitura e escrita. Nesse movimento, foi possível levantar materiais por meio de: fotografias, diários de campo, atividades produzidas pelas crianças, registro de falas, ações, experiências, e propostas docentes/discentes que preencheram o cotidiano experienciado. Tais materiais auxiliaram no processo de reflexão, diálogo, e, elaboração de dois quadros de sistematização

do trabalho pedagógico e um roteiro de observação que se inscrevem como apontamentos para refletir as ações docentes e infantis cotidianas em sala de aula nos processos de alfabetização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

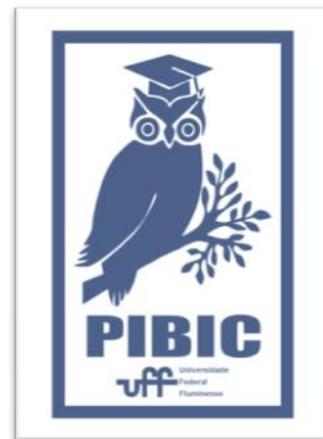
Durante minhas andanças pelos corredores de escolas em minha trajetória, reconheço em algumas falas e ações de crianças e de funcionários pistas de experiências infantis. Entendo que a maior parte dos adultos, não sabem ouvir o silêncio, a voz, muito menos o barulho das crianças. É comum ouvir nos corredores: "os alunos não sabem conversar direito, nem comer direito, nem brincar direito", "não prestam atenção em nada", "não tem educação", "para eles tudo é bagunça". Faltam dedos para contar a quantidade de "nãos" que se referem aos alunos. Talvez, o tornar-se adulto esteja marcado por uma procura por ordem e silêncio de maneira tal que a dimensão da infância acaba perdendo-se. Então, sob que lentes aprendemos a olhar a infância? Que desafios se colocam para a conexão da escola com realidades infantis tão duras? Já nas falas e ações infantis tento me aproximar do que há nas entrelinhas de suas vivências e percebo que nem sempre o barulho é fruto do caos, mas, pode ser uma evidência de movimento, ou a necessidade dele; as vozes das crianças se revelam através do corpo, das brincadeiras e das ações, nem sempre são expressas em palavras; e os silêncios podem ser silenciamentos ou pensamentos. Enquanto para a escola a criança é sempre um 'vir a ser' (Barenco, 2009) no que se refere aos padrões de concepções do desenvolvimento da infância, a criança, mesmo à margem, se produz, se faz ser. Constatamos que não precisamos dar voz às crianças, elas já têm voz, mas nem sempre lhes é dada atenção, que permita a sua escuta. Penso que as crianças dão vida ao espaço da escola, suas vozes preenchem com vida as estruturas cinzas da instituição e dão visibilidade ao quanto a dinâmica excludente que se mantém na escola é parte de uma dinâmica social que desqualifica, reduz e molda o sujeito de acordo com os lugares sociais previamente demarcados.

CONCLUSÕES:

Entendo que nas propostas docentes, se escondem vários desejos que destacam a existência de diálogos infantis invisibilizados que sutilmente estabelecem uma relação entre os sujeitos, podendo ocasionar, através dos próprios alunos, em um redirecionamento da atividade proposta. Um olhar atento para as propostas docentes e para as experiências infantis é um caminho potente para pensar a singularidade e lidar com a diversidade e heterogeneidade em salas de aula e na vida. Logo, inferimos, a partir das pistas encontradas, que o cotidiano exige das professoras-pesquisadoras um tratamento que supere um engessamento do cotidiano em categorias prévias, possibilite aprendizagens infantis de melhor qualidade e busque práticas avaliativas que estimulem o sujeito a se desenvolver na busca do conhecimento.

Agradecimentos:

À escola e professoras que me receberam com carinho. Ao meu grupo de pesquisa e orientadora Maria Teresa Esteban pela troca de conhecimentos.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Juventudes, Arte e Cultura em movimento: Cartografias Afetivas.

Autores: Vinicius Jeronimo da Silva e Silvana Mendes Lima

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia UFF

INTRODUÇÃO: Os objetivos mais gerais do projeto original referem-se a acompanhar os processos de produção de subjetividade de uma juventude periférica no seu enlace com o binômio arte-cultura e a experiência aprendiz, de modo a acessarmos as linhas de transformação engendradas por estes na contemporaneidade.

A partir da ideia de laboratórios de experimentação social pudemos inferir que o encontro dos jovens com essas diferentes iniciativas se configura, na contemporaneidade, pela criação de alternativas aos seus embates frente às formas de vida vigentes. Formas que portam uma tensão constituinte que reduz, por um lado à vida a uma sobrevivência e, de outro, tendem a criar o imprevisível atualizando processos de subjetivação distintos, originais e singulares. Elegemos como laboratório de experimentação o Espaço Cultural da Grotta (ECG), situado na periferia da região de São Francisco, em Niterói.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para tal empreitada utilizamos a cartografia como método de intervenção e análise que viabilizou assim como deu visibilidade à matéria-prima a ser analisada coletivamente, a partir da interferência de uma perspectiva artístico-cultural que orienta o trabalho – somou-se, igualmente, a interlocução com o movimento da antropofagia e da tropicália.

Ambos os movimentos presentes na história da arte e da cultura brasileira fornecem pistas de uma certa cartografia que se desenha junto desta pesquisa, na medida em que versam sobre a criação de múltiplos sentidos atrelados a experiência dos jovens aprendizes que temos como alvo de interesse.

Nesta direção reside a potência da ideia de laboratório de experimentação social, que se encontra referida a toda e qualquer tentativa de

criação de espaços-tempo aptos a multiplicar experimentações que assumam os riscos de produzir práticas alternativas sejam eles grupais, individuais, comunitários, artísticos, entre outros”.

Nesta direção, a pesquisa se debruçou acerca da construção de estratégias de enfrentamento ao processo de institucionalização das chamadas juventudes periféricas, avaliando seu alcance político e também seus efeitos em termos da produção de práticas sociais contraculturais em tempos de biopolítica. A partir de um embate ético-estético-político que tem lugar nas atuais políticas de subjetivação no contemporâneo, emergem forças minoritárias que escapam e, ao mesmo tempo, inventam modos inauditos de experimentações periféricas traçando novas e distintas cartografias afetivas.

Uma das questões que mais perpassou nosso percurso foi o surgimento do analisador tempo (ou sua falta), uma vez que este tema nos provoca a pensar as relações que temos sido capazes de construir em nossos coletivos de produção educativa e artística. Pudemos entender, sobretudo, que vivemos numa sociedade em que a falta de tempo tem sido produzida paulatinamente enquanto um projeto de expropriação das forças inventivas e revolucionárias do desejo, força-motriz de nossa potência de agir no mundo.

Em nossas incursões a campo, as primeiras preocupações refletiram a relação entre pesquisa e pesquisador a partir de nossa análise sobre o desejo em aceitar algumas convocatórias de participação como alunos do espaço. Passamos a discutir estratégias de intervenção em campo e nos deparamos com a questão da “falta de tempo”. Vimos-nos com dificuldade em elaborar uma aproximação propositiva na medida em que percebemos o ritmo “non-stop” a que as atividades no ECG estão submetidas.

CONCLUSÕES:

De certo, os diários de campo propiciaram reflexões sobre uma lógica produtivista que incide sobre nossos corpos, replicando ideais padronizados de trabalho e pesquisa nos coletivos de arte e educação. Trata-se da busca pelo alcance obstinado de objetivos a priori através de uma atitude hiperativa, que por vezes ignoram a dimensão processual e consequentemente inventiva do fazer.

Tal movimento de reflexão constitui tarefa importante no diagnóstico das capturas inerentes a produção de subjetividade no contemporâneo para que, coletivamente, se dê a possibilidade de construção do comum enquanto estratégia de resistência às forças de expropriação do potencial revolucionário do desejo.

Pudemos entender que o possível nesta pesquisa diz respeito menos ao que poderíamos ou o que queríamos ter feito, mas sobre o que aprendemos com os jovens do Espaço Cultural da Grotta. Aqui se problematiza a própria noção de pesquisa na universidade pública enquanto herdeira de um cientificismo positivista, cujo ideal de atividade corre o perigo de desrespeitar tudo aquilo que se constrói enquanto direcionamento ético de pesquisa: o cuidado nas relações de troca subjetiva.

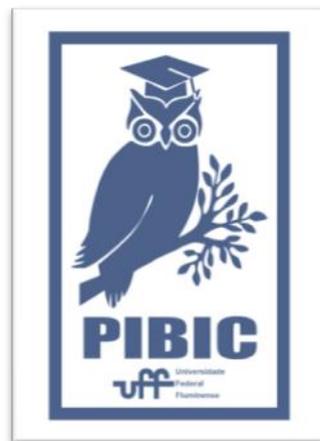
Acerca de uma análise sobre o regimento “non-stop”, percebemos que este se encontra presente também na produção de conhecimento na academia. Qual a escolha ética possível frente ao imperativo de produtividade capitalista e seus regimes de tempo?

Trata-se de um jogo de forças que atravessa, sobretudo, os coletivos de arte e educação no atual momento de nosso país. Espaços cuja força-motriz é o exercício do pensamento e a produção de diferenças através da criatividade. Vivemos em tempos em que a movimentação estudantil é dita como balbúrdia. Somos alvo certo de coerção das atuais macropolíticas fascistas. Vivemos em tempos em que os jovens de comunidades periféricas como a Grotta do Surucucu são alvos certos de políticas genocidas do Estado em nome de uma suposta segurança civil. Há algo de respiro nas palavras deste projeto de pesquisa, que se debruça sobre a produção de subjetividade justamente por entender a necessidade de

fazermos do pensamento uma conspiração cotidiana.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Espaço Cultural da Grotta, ao grupo de pesquisa que propiciou este percurso e ao grupo de supervisão em clínica transdisciplinar do SPA/UFF sob a orientação da Prof^a Catarina Mendes Resende. Por fim, pelo apoio do CNPQ e a comunidade acadêmica pelo espaço de produção de conhecimento.





Grande área: Ciências Humanas

Título do Projeto: Os Impactos da Terceirização sobre a Negociação Coletiva

Autores: Augusto César Silva Souza, Ana Clara Matias Rocha e Maria Carolina Barcellos Ferreira

VMD – Departamento Multidisciplinar de Volta Redonda / ICHS / CEMESF / GEDESF

INTRODUÇÃO:

Após a década de 70, junto ao rompimento do estado de bem-estar social que marcou os “30 gloriosos”, as ideias neoliberais vem ganhando cada vez mais espaço e amplitude ideológica e política. Entre as práticas mais marcantes da adoção de políticas neoliberais estão a flexibilização das normas trabalhistas e o enfraquecimento dos sindicatos visando uma redução de custos. Desde os anos 2000, parte dos agentes políticos e econômicos vem discutindo meios de flexibilizar direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Entre os principais temas de controvérsias sobre a gestão da força de trabalho está o tema da terceirização. O projeto de pesquisa teve início no ano de 2018 e busca analisar os impactos das formas de flexibilização do trabalho, como a terceirização, para a negociação coletiva de dois sindicatos da região Sul Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Definimos como objeto de estudo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SINDMETAL-SF) e o Sindicato da Construção Civil (SINTRACONMONPES) devido à grande importância dos mesmos dentro do Sul-Fluminense e do estado do Rio de Janeiro. Para a realização desta pesquisa, utilizamos os instrumentos coletivos dos sindicatos registrados no Sistema Mediador e entrevistas com sindicalistas dos dois sindicatos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto de pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, embora use inicialmente dados quantitativos. Para sua realização foi elaborado um banco de dados a partir das

informações disponíveis no Sistema Mediador sobre instrumentos coletivos negociados pelos sindicatos acima aludidos. Visto que o sistema mediador não permite cruzar informações entre sindicatos – mas apenas permite buscar documentos – optamos por montar um banco de dados para entender a frequência e as características dos acordos e convenções coletivas firmados por metalúrgicos e construção civil na última década. O dito banco de dados contém informações sobre a maior parte dos acordos e convenções coletivas negociados pelos sindicatos estudados no período de 2008 a 2018.

Com os estudos realizados nos dois sindicatos anteriores podemos ver que nos últimos anos, enquanto o sindicato dos Metalúrgicos vêm aumentando o número de negociações e de empresas em sua base, o da Construção Civil tendeu a uma redução dos instrumentos negociados cada ano. A partir dos anos de 2010 também aparece com maior frequência acordos com mais de dois anos de duração, o que parece indicar uma estratégia dos sindicatos para minimizar os riscos de perdas ocasionados pela pressão das empresas pela flexibilização dos direitos por meio da negociação coletiva.

Um fator também observado é a heterogeneidade do modelo de negociação adotado por cada sindicato. Enquanto o Sindmetal-SF tem feito uso de Acordos Coletivos, o Sintraconmonpes prefere usar as convenções coletivas. A questão levantada é: até que ponto o uso dos Acordos Coletivos pelo Sindmetal-SF está sendo benéfico para os trabalhadores terceirizados? Se por um lado os sindicatos buscam garantir a partir dos acordos coletivos cláusulas melhores, o uso deste tipo

de instrumento ajuda a fragmentar a negociação.

CONCLUSÕES:

A partir do levantamento e elaboração de um banco de dados das negociações coletivas do Sindicato dos Metalúrgicos foi possível perceber o aumento progressivo do número de empresas com as quais a entidade negocia desde 2009. O número de instrumentos coletivos negociados também ampliou de maneira significativa neste período.

A ampliação destes instrumentos coletivos derivou tanto da terceirização de atividades, quanto da vinda de novas empresas para a região Sul Fluminense com suas fornecedoras e subcontratadas. Neste sentido, interessante notar que a multiplicação dos acordos exigiu uma ampliação das capacidades negociais dos sindicatos.

O Sindicato da Construção Civil apresenta uma base mais fragmentada e um maior número de trabalhadores instáveis, terceirizados, com contratos de trabalho temporário ou por prazo determinado (MARCELINO, 2013) em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos. Estas características parecem se refletir sobre a preferência pelas CCTs, que agregam trabalhadores de várias pequenas e médias empresas, do que pelas ACTs. A partir da reforma trabalhista, e com a extinção do imposto sindical, cada sindicato está sendo obrigado a buscar novas maneiras de se sustentar e novas formas de negociações coletivas. Alguns instrumentos coletivos refletem esta busca por novos recursos através de taxas negociais.

A maior dificuldade encontrada pelo grupo de pesquisa é o levantamento de dados, visto que são de difícil acesso e normalmente estão em documentos de grande extensão e a não existência de uma base de dados consolidada pelo Ministério do Trabalho que facilite a busca pelas informações necessárias.

Agradecimentos:

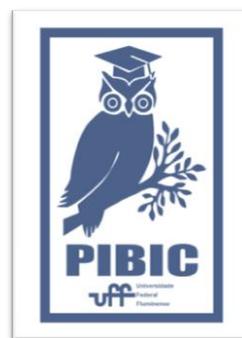
•Agradeço à Universidade Federal Fluminense pela possibilidade de iniciar minha carreira científica. Agradeço às pessoas envolvidas com o projeto, em especial a Prof. Dra. Sabrina que de bom grado me convidou e instruiu durante este período de 1 ano. Por último, aos meus pais e amigos que me apoiaram durante esse

período e sempre acreditaram no meu potencial acadêmico.

Referências Bibliográficas

MARCELINO, Paula R. Trabalhadores terceirizados e luta sindical. Curitiba: Appris, 2013.

CARDOSO, Adalberto M. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.





Educação

Eu sou muitos: compreendendo imagens e processos de individuação de jovens estudantes

Profº Drº Paulo César Rodrigues Carrano/ Letícia de Souza Blanco

Faculdade de Educação, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento

Introdução

O presente trabalho baseia-se em dados, fotos e textos, que foram coletados para a pesquisa intitulada, *Eu sou muitos: compreendendo imagens e processos de individuação de jovens estudantes*, ainda em andamento. O recorte que estabelecemos neste trabalho se relaciona com a produção do espaço cotidiano universitário que se revela em ensaios fotográficos e textos descritivo-analíticos produzidos como dispositivos metodológico-reflexivos. Estas fotos e estes textos foram feitos pelos alunos de graduação do oitavo período do curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa surgiu de trabalhos finais da disciplina Conteúdo e Método ministrada pelo professor e orientador Paulo Carrano de 2012 até os dias de hoje. Os trabalhos finais apresentaram um conteúdo tão significativo para análise que se tornaram objetos da pesquisa do projeto.

O objetivo da nossa pesquisa é entender como ocorre os processos de individuação de jovens, sendo os universitários e o espaço que os atravessam o recorte deste trabalho. O conceito de individuação será considerado como o trabalho de reflexividade que o ator social faz sobre si mesmo em seu processo de constituição da autonomia. Fotos e textos produzidos pelos estudantes revelam indícios sobre as dinâmicas societárias produtoras de constrangimentos e campos de possibilidades de constituição da autonomia desses estudantes.

Por meio da análise das fotos e textos percebemos que cada jovem tem uma maneira única de interpretar e pensar o espaço cotidiano. Este forma diferenciada de perceber o mundo exterior é resultante da experiência de mundo que produz modos de perceber e sentimentos próprios. . O conceito de espaço

cotidiano guarda dentro de si o espaço universitário ao qual os jovens estão ligados. Há jovens que pensam a universidade como meio de ascensão social, há aqueles que pensam como obrigação imposta pelos pais/sociedade e há aqueles que o percebem como espaço de não representatividade de alguns grupos sociais.

Durante a pesquisa foram explorados conceitos geográficos como espaço e paisagem que predominaram nas fotos tiradas pelos alunos. Sendo importante ressaltar a forma diferente como cada jovem representa este dois conceitos de acordo com o que vive na universidade (suas experiências), com seus valores e com a sua visão de mundo. Elementos que podem ser percebidos com análise conjunta minuciosa das fotos e textos dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa traz resultados parciais de pesquisa intitulada *Eu sou muitos: compreendendo imagens e processos de individuação de jovens estudantes*¹. A investigação consiste na organização, descrição e análise de fotografias e textos produzidos por jovens estudantes universitários para falar de si e de seus processos de individuação tendo como eixo de experiência a vida cotidiana. O acervo da pesquisa é constituído por aproximadamente 3 mil fotografias e textos de

¹O corpus empírico da pesquisa coordenado pelo prof. Dr. Paulo Carrano, é constituído por fotografias e textos de estudantes do 8º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense que foram provocados a realizar ensaios fotográficos interpretados com o tema “Meu cotidiano em fotos” no âmbito da disciplina obrigatória “Ciências Sociais, Conteúdo e Método”.

cerca de 700 estudantes. Este material ainda se encontra em fase de organização e classificação temática. Até o momento, foram classificadas 1216 fotografias de um acervo correspondente ao período de 2012 a 2019. Os núcleos temáticos que emergiram do conjunto de fotografias foram: a) mobilidade urbana (196 fotografias – ft.); b) relações afetivas (98 ft.); c) vida universitária (269 ft.); d) tempo (198 ft.); e) relações familiares (99 ft.); f) trabalho (135 ft.); refeições/alimentação (46 ft.); g) mobilidade social/escolar (19 ft.); h) medo (12 ft.); i) religiosidade (46 ft.); j) atividades domésticas (9 ft.); l) cuidado de si/tratamento médico (29 ft.); m) moradia (60 ft.).

Por meio da análise quantitativa da frequência dos termos percebe-se que a vida universitária está presente de forma significativa na vida do jovem e conseqüentemente em seu cotidiano. Por este motivo, ressaltamos esta relação entre jovem-universidade a fim de compreender como esta interação pode afetar a formação daquele como sujeito. O cotidiano tem o poder de revelar o processo de formação que os estudantes estão passando durante a faculdade, sendo nosso papel na pesquisa o desvendar por meio da análise de fotos e textos como os que veremos a seguir:



Estudante 1

[...] As escadas presentes na foto expressam meu desejo de subir em busca do conhecimento: degrau por degrau, no sabor da etapa do momento presente, que já indica a vitória de quem esperou alguns anos para voltar a estudar.



Estudante 2

A Faculdade de Educação da UFF foi ocupada e a imagem 4 é da primeira roda de conversa com os estudantes que estão ocupando, com professores e outros alunos. A ocupação é contra a PEC 241 e a MP do ensino médio, medidas essas que afetarão e muito a população, tanto que os professores apoiam esse tipo de manifestação e tem outras universidades fazendo o mesmo.

Foi por meio da fotografia que conseguimos compreender como ocorre o processo de individuação do jovem dentro da universidade e de que maneira ela pode afetar no desenvolvimento deste processo que possibilita que cada jovem seja capaz de forjar percepções diferenciadas de um mesmo espaço (no caso o espaço universitário), sendo o mesmo visto como espaço de ascensão social (estudante 1) ou como espaço de luta (estudante 2).

Como se pode perceber a fotografia é uma representação da realidade, um recurso que ajuda-nos a exprimir como nos sentimos dentro de um espaço. Quando aliamos imagem e texto, tal como propõem esta pesquisa, conseguimos fazer uma reflexão de como estes jovens vêm e vivem e se relacionam como o espaço e o tempo, dentro e fora da universidade. A partir da análise das fotos e textos notamos que o processo de individuação do jovem sofre interferência de vários elementos como os grupos sociais que convive, os espaços que frequenta e as relações sociais que possui.

CONCLUSÕES:

A análise do cotidiano que adotamos busca compreender a complexidade dos processos sociais que imbricam a constituição da subjetividade dos indivíduos com a produção social do espaço. O conceito de espaço agrega elementos físicos e objetivos (sistema de objetos) e também os subjetivos e imateriais (sistema de ações) que, ao invés de se oporem, se complementam. A relação entre esses elementos no cotidiano dos jovens faz com que seja construído um conceito de espaço diferenciado por cada um/a. O cotidiano se produz como forma de adquirir conhecimento do que é vivido; ele vai muito além do que rotineiro e se transforma em meio de refletir e conhecer a sociedade que nos atravessa.

O exercício “meu cotidiano em fotos” tem contribuído para que estudantes do Curso de Pedagogia ampliem o campo de reflexividade sobre seus espaços-tempos de vivência social, seja como estudante na vida universitária ou como jovem pertencente a diversas esferas de

vida social. As significações atribuídas aos objetos e interações nos espaços que praticam ganham profundidade quando esses se debruçam para o exercício de produção, observação e análise de imagens fotográficas.

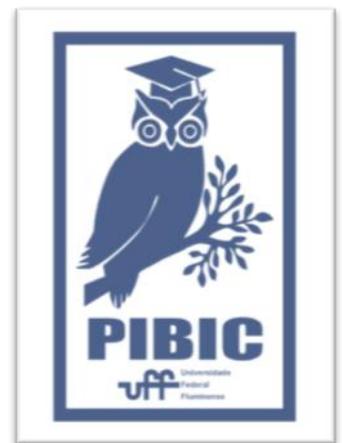
Como visto o tempo acelerado que o sistema econômico capitalista promove faz com que surjam “intensos fluxos sensoriais e informacionais” (HAROCHE,2015, p.851). Estes intensos fluxos fomentam a compressão do tempo-espaço que atinge de forma direta os jovens que tiveram seu tempo cotidiano acelerado, sendo este um desafio para consolidação do pensamento reflexivo necessário para o entendimento do próprio processo de individuação.

Agradecimentos:

PROPPI/UFF pela concessão da bolsa para a pesquisa

Bibliografia:

HAROCHE, Claudine. O sujeito diante da aceleração e da limitação contemporânea. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 851-862, out/dez. 2015.





Ciências Humanas

**UTILIDADE, INTERESSE E TRABALHO: ARITMÉTICA POLÍTICA
E ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

(1730-1777) Leonardo Amaral da Cruz Oliveira (Bolsita), Renato Franco (Orientador)

Departamento de História/ Laboratório Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa centra-se sobre as concepções da aritmética política e seus impactos para formulação de diagnósticos e métodos de análise em Portugal, entre 1730 e 1777. Parte-se da premissa de que a literatura inglesa sobre racionalidade econômica foi relevante na organização política e institucional portuguesa que teve na população uma categoria incontornável de observação. Contudo, esta proposta centra-se particularmente em analisar como, na cultura letrada, a aritmética política foi mobilizada como forma de justificar propostas econômicas de reforma. Vulgarizada a partir da publicação do tratado *Aritmética Política*, de William Petty, estava na base da nova perspectiva o método matemático como o modo mais eficaz para subsidiar tomadas de decisão. A análise científica dos fenômenos sociais sedimentou a autonomização da reflexão econômica, com o posterior desenvolvimento da economia política a partir da segunda metade do século XVIII, ao mesmo tempo em que transferiu o eixo de discussões sobre a natureza da soberania política do príncipe para as técnicas de governo do Estado, em um processo que, nos anos de 1970, Michel Foucault chamaria de nascimento da biopolítica moderna. Em Portugal, o percurso descrito é relativamente conhecido no nível das práticas e instituições criadas, mas ainda não foi analisado do ponto de vista intelectual, ou seja, os modos como a aritmética política influenciou a literatura política sobre os meios de enriquecimento econômico do Reino e de suas regiões coloniais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A noção de pobreza se transforma em relação aos séculos anteriores na medida em que o apoio mútuo entre as instituições de assistência e os governos civis entra na base

dos reformismos do século XVIII, criando uma nova relação entre filantropia, economia política e polícia. Tomando a história para valer de seus projetos de desenvolvimento, as reflexões sobre as populações aparecem a partir da distância do início do século nos discursos para apontar os fracassos dos acordos comerciais traçados anteriormente. É por conta disso, que retomam a discussão sistematizada por Giovanni Botero e seus princípios que apresentam as que populações enquanto recurso econômico e político estratégico, se estendem principalmente do século XVI ao XVIII, é na conservação do número de súditos que estaria a fonte de poder do rei. Além disso, o emprego *útil* da mão de obra se tornou a máxima argumentativa do bom governo, ao garantir a eficiência de grupos considerados enquanto vadios e inúteis. Ideias retomadas antes mesmo do terremoto de Lisboa em 1755, aplicada a região do Grão-Pará e Maranhão criaram um laboratório de práticas que deram o ímpeto final para que a tópica da população fosse colocada na ordem do dia. A região pouco povoada, necessitava de vassalos úteis para garantir a soberania e a produção de riquezas dependia do trabalho combinada a uma detração dos vadios e ociosos com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a criação do Diretório dos Índios em 1757-1758.

O novo ciclo político que se iniciou a partir do governo de Sebastião de Melo e Castro, fez com que os propósitos econômicos ganhassem novos contornos e preponderância. Por meio da análise da correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, procurou-se perceber as conexões entre as resoluções pombalinas para o Grão-Pará e as propostas intelectuais de William Petty em *Aritmética Política*, por meio da comparação textual entre a obra de Petty e o texto das correspondências, especificamente no que se tratava quanto aos direitos dos eclesiásticos, ao

povoamento do território do Grão-Pará e da utilização da mão-de-obra de “gente da terra”.

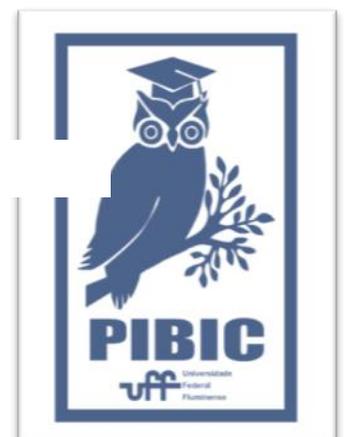
CONCLUSÕES:

As considerações sobre os pobres e o problema da pobreza não surgem a partir da sensibilidade às desigualdades sociais, mas foi um desafio imposto à produção de riquezas e ao desenvolvimento dos Estados. É nesse sentido, que os letrados portugueses irão buscar as causas do atraso português. Nas referidas correspondências, vemos que é constantemente arguido que a “ociosidade da gente da terra” é uma das causas do fracasso das fazendas Reais, porque os índios se tornam inúteis à atividade comercial pelo abuso de poder dos eclesiásticos ao utilizá-los ao seu próprio benefício. Outras causas são os direitos dos padres que concedem benefícios comerciais ao não pagarem impostos na alfândega, gerando um favorecimento comercial em relação à população, e o baixo povoamento do território do Grão-Pará, resultado da falta de incentivo da Coroa à miscigenação, o que também resulta em uma falha ao civilizar os indígenas.

Assim, percebe-se a assimilação de conceitos de William Petty relacionados à crítica aos direitos dos eclesiásticos, como também utilização das gentes, como a criação de interesse comum por meio casamentos entre gentes de diferentes povos, evidenciando um novo paradigma na “arte de governar” dos Estados Modernos, no qual a utilização das metodologias adquiridas pela Filosofia Natural se tornam necessárias, gerando, então, um processo de racionalização do Estado.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço imensamente ao professor Renato Franco pela oportunidade de ter participado do programa de Iniciação Científica e pela dedicação nas orientações. Agradeço ainda ao CNPq e a UFF pelo apoio e financiamento que possibilitou o desenvolvimento do projeto.





Ciências Humanas

**Projeto Memória e Participação Social de Crianças e Jovens
Quilombolas**

Ícaro Pinheiro, Estefani Peixinho, Beatriz Corsino Pérez

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento

**Regional/Departamento de Psicologia de Campos/ NIJUP- Núcleo de Pesquisas sobre
Infâncias , Juventudes e Políticas Públicas**

INTRODUÇÃO:

O presente projeto é uma pesquisa-intervenção realizada na comunidade quilombola de Cafuringa, em Campos dos Goytacazes-RJ. O projeto tem como objetivo geral produzir conhecimento interdisciplinar com crianças e jovens quilombolas na investigação e no registro da memória social produzindo diálogo de saberes intergeracionais e a participação na vida comunitária. Desta forma, se insere na corrente atual de estudos da infância e da juventude que buscam romper concepções que historicamente pautavam-se somente em um modelo universal de infância; da criança branca, burguesa, europeia e urbana. Além disso, o projeto busca contrariar lógicas que atribuem certa incapacidade sócio-político-cultural atribuída às crianças e aos jovens, que os exclui da plena participação social. Buscamos incentivar a curiosidade de crianças e jovens para que pudessem se tornar pesquisadores da história de Cafuringa, através de oficinas com metodologias participativas que proporcionassem o envolvimento com o passado da comunidade e o contato com as gerações anteriores. O projeto se engaja, assim, na luta pela sobrevivência do quilombo, visando à articulação com o poder público e movimentos sociais a fim de auxiliar na conquista de seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir de oficinas e a realização de entrevistas feitas por crianças e jovens com os mais velhos da comunidade, emergiram temas que foram divididas nos eixos: O racismo e as relações étnico- raciais; A memória quilombola e questão religiosa; Brincadeiras e criações das crianças; Questões socioambientais e as políticas públicas; Construção de redes, articulação com poder público e movimentos sociais. A divisão

em eixos, dessas questões que na realidade se interseccionam a todo instante, se faz para fins analíticos. No que tange o eixo “o racismo e as relações étnico-raciais” foi possível observar o autorreconhecimento da identidade negra e quilombola e os tensionamentos que envolvem o racismo ao qual estão submetidos cotidianamente, como na escola e no transporte escolar. O racismo é reproduzido entre as crianças e jovens, impactando suas subjetividades e nas relações com a cultura afrobrasileira. No eixo “a memória quilombola e questão religiosa”, os principais pontos debatidos são: o silenciamento em relação ao passado e a história da comunidade articulado ao avanço da evangelização no território, que discrimina as práticas culturais tradicionais, como o jongo e o candomblé, ao mesmo tempo em que a igreja se configura como principal meio de socialização dos jovens. Através da investigação da memória social foi possível reconhecer lideranças históricas, as lendas, perceber as transformações no território e ressignificar o passado. O eixo “Brincadeiras e criações das crianças” diz sobre os modos de ser criança na comunidade, revelando formas criativas de reproduzir e interpretar a realidade, de lidar com as dificuldades, a partir das brincadeiras feitas coletivamente; a forte presença de rimas e improvisações e a produção de brinquedos artesanais reutilizando materiais; os laços de amizade e solidariedade entre as crianças. Quanto às “questões socioambientais e as políticas públicas” os principais problemas giram em torno do conflito de terra entre um haras e a comunidade e a escassez de políticas públicas no local. Crianças e jovens apontam como principais problemas no território: o saneamento básico, a falta de água, o transporte, a ausência de áreas de lazer e encontro. A partir disso, torna-se

necessária a necessidade de articulação com os movimentos sociais e o poder público. Dessa forma, a pesquisa construiu eventos e encontros juntamente com movimentos sociais que operam na região, no intuito de consolidar os vínculos com as comunidades tradicionais, assegurando a construção de uma rede.

CONCLUSÕES:

A pesquisa teve como objetivo produzir conhecimento com crianças e jovens quilombolas, prezando o envolvimento e participação dos mesmos nesse processo de investigação da memória social, objetivando uma maior participação comunitária. É possível concluir que crianças e jovens puderam conhecer muito sobre a história da comunidade e relacioná-la com a suas realidades no presente. Percebemos cada vez mais uma implicação e o engajamento de crianças e jovens nos aspectos comunitários e identitários. Além disso, entendemos também que as ações da universidade na região estiveram articuladas às demandas do território, construídas de forma dialógica, integrando o conhecimento popular ao conhecimento científico. A luta pela terra e pela melhoria das condições de vida nos territórios é importante para a garantia da existência da comunidade. Portanto, a pesquisa se implicou diante dessas questões e buscou realizar articulações para fortalecer e dar visibilidade à comunidade.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a comunidade quilombola de Cafuringa por terem acolhido o projeto e seus membros. Agradeço pela recepção sempre amável e principalmente por participarem do projeto como protagonistas. Agradeço também a equipe de pesquisa pelo empenho nesse projeto e pelo companheirismo ao longo deste trajeto. Agradeço à professora Beatriz Corsino pela oportunidade ofertada em poder participar desta pesquisa que tem sido muito valiosa para minha formação. Por último, gostaria de agradecer à Universidade Federal Fluminense e seus funcionários por fornecer os meios e a estrutura para o andamento do projeto.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Paulo Freire, ontologia do oprimido e filosofia da educação popular

Autores: Camilla Frederico Duarte (bolsista); Diego Chabalgoity (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de ciências humanas (PCH) / INFES-Pádua

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa: Paulo Freire, ontologia do oprimido e filosofia da educação popular, desenvolvido com bolsa PIBIC no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Paulo Freire e Educação Popular – GEPEP/UFF com orientação do Prof. Dr. Diego Chabalgoity. O projeto de pesquisa tem como objetivo estudar a construção do pensamento filosófico em Paulo Freire. Busca identificar em seus textos os diálogos do autor com as diversas correntes filosóficas com as quais entra em contato, como o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo. Partindo da perspectiva ontológica do oprimido, o projeto traz como meta reconhecer as relações destas correntes com a formação de sua concepção de mundo e de ser humano, fundamental para a compreensão da proposta do educador popular. Na iniciação científica da bolsista, partimos do estudo da história da filosofia como fundamentação precípua para o estudo dos campos da filosofia da educação e da filosofia da educação popular, enfatizando que a admissão do ser humano no centro da produção do conhecimento e geração de cultura desencadeia um processo que caminha para afinar nossa percepção sobre os limites e possibilidades da ação humana no tempo e na história – à criação de inéditos viáveis, as futuridades possíveis. Dessa forma, estudamos a construção filosófica do pensamento de Paulo Freire num plano geral, reconhecendo que assim como o pensamento do autor é influenciado pelas correntes com as quais ele trava contato durante o tempo de sua existência, o pensamento da humanidade é construído de forma organicamente ligada à vida prática e aos

embates entre o contexto político concreto, sua justificativa e sua problematização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi cumprido o objetivo de fundamentar a bolsista no estudo das correntes de pensamento que são desenvolvidas a partir da modernidade, decisivas para o entendimento das raízes do pensamento que criam e fundamentam o campo da filosofia da educação. Essa fase inicial foi necessária para a análise dos resultados em diálogo com a continuidade posterior da pesquisa bibliográfica, seguindo a leitura dos principais autores das correntes que influenciam o pensamento de Paulo Freire, como Sartre e Maurice Merleau – Ponty com o existencialismo e com a fenomenologia. Utilizando a pesquisa para fundamentar o entendimento do campo da filosofia da educação, partimos do pressuposto de que o pedagogo é o responsável por estabelecer a relação entre o estágio de desenvolvimento atual do modo de produção da existência numa sociedade e a educação que se dá nessa mesma sociedade.

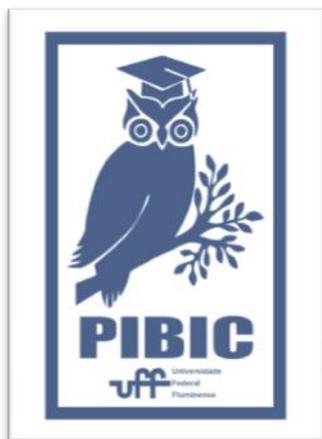
CONCLUSÕES:

Entendemos que uma concepção de mundo, sendo senso comum de um tempo ou conceito filosoficamente elaborado, sempre se encontra vinculada em algum nível à realidade dos seres humanos, resgatando desta elementos que a possam justificar. O pensamento marxista, como parte do pensamento filosófico da humanidade, não ocorre de forma diferente, ao mesmo tempo que inaugura uma nova concepção de história. Gramsci, ao pontuar sobre o estudo da filosofia, nos ensina a impossibilidade de separação entre a filosofia da história da filosofia e entre a

cultura da história da cultura. Assim, a partir dessa percepção, não poderíamos fundamentar nossa pesquisa e prática educativa senão na história do pensamento humano, estudando seu desenvolvimento intrínseco à história da cultura e das sociedades. O pensamento de Paulo Freire, autor contemporâneo, faz parte do desenvolvimento de uma tradição filosófica inaugurada pela modernidade, que traz o conhecimento para o cerne do questionamento, permitindo que nos aproximemos dele como objeto cognoscível. A proposta específica da pesquisa se justifica por se tratar de uma questão crucial para a compreensão da proposta do educador popular brasileiro, mas pouco explorada e estudada na graduação. Freire é reconhecida referência para movimentos sociais e populares mas a compreensão de sua obra ressurte de estudos que busquem tornar mais claras as relações existentes entre os princípios ontológicos de suas propostas educativas e os caminhos filosóficos que traça até o contato com o entendimento marxista da totalidade e da *ontologia do ser social*.

Agradecimentos:

- À Universidade Federal Fluminense, pelo fomento da pesquisa com Bolsa de Iniciação Científica, fundamental para a permanência da bolsista no curso de pedagogia, distante de sua cidade de origem;
- Às colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Paulo Freire e Educação Popular (GEPEP), pela parceria nos estudos e discussões.





Ciências Sociais Aplicadas

Ditadura militar e homolebobitansfobia: um breve panorama das fontes de informação no Arquivo Nacional

Sofia Frahlich Cavalleiro

Profª Drª Jacqueline Ribeiro Cabral

Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) / Departamento de Ciência da Informação (GCI)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa em questão é um dos desdobramentos do projeto “Acervos iridescentes – representações e sentidos da diversidade sexual e de gênero nos arquivos públicos”. O foco foi dado a partir do golpe empresarial-militar instaurado em 1964, uma vez que a documentação de períodos anteriores já havia sido sistematizada. Os governos militares duraram mais de 20 anos e sua manutenção por tanto tempo se deu pela perseguição de adversários políticos e dos mais variados elementos considerados subversivos na sociedade. Para que tal repressão fosse efetiva, a ditadura teve como suporte o Serviço Nacional de Informações (SNI), distribuído em agências regionais denominadas Divisões de Segurança e Informações (DSI), que foram instaladas nos ministérios civis e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), presentes nas autarquias federais e nos órgãos públicos, de forma a garantir a eficiência da coleta e monitoramento de dados e pessoas.

Apesar de pouco mencionados na historiografia acerca de mais esse momento de exceção da política no país, aqueles e aquelas cuja expressão de gênero e práticas afetivo-sexuais eram – e ainda são em grade medida – consideradas desviantes da cisheteronormatividade, também foram alvos dos arbítrios da ditadura. Naqueles tempos, as consequências para os opositores ao regime poderiam ser desde as mais extremas – como no caso dos exílios, prisões e torturas –, até a censura às artes e aos meios de comunicação. A partir de tais constatações, levantou-se a documentação pertinente ao tema no Fundo DSI (correspondente ao SNI) recolhido em caráter permanente e sob custódia no Arquivo Nacional, com o objetivo de reconhecer a presença tanto

de grupos quanto de sujeitos sociais que hoje identificam-se, de forma mais ou menos legítima, pela sigla LGBT+, que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis etc. Desta forma, buscou-se evidenciar como essa população era retratada nos documentos da repressão à época, já que a mesma sempre viveu fora do padrão binário de gênero e da norma heterocentrada.

A metodologia aplicada foi a pesquisa documental tanto bibliográfica quanto de fontes arquivísticas que passaram pelas etapas de reconhecimento, compilação e análise de conteúdo/informações.

Acredita-se que através da presente investigação, foi possível contribuir para o conhecimento acerca da sedimentação de preconceitos contra as minorias – aqui entendida não em termos quantitativos, mas sim em relação ao parâmetro socialmente hegemônico –, das graves violações de direitos humanos parcialmente denunciadas pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) e até mesmo para a ressignificação das subjetividades de LGBT+ que, se por um lado sofrem com o problema da intolerância, por outro persistem na resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram tabulados e analisados 23 dossiês da série Movimentos Contestatórios do Fundo DSI/MJ, cuja quantidade de laudas varia entre 5 a mais de 200. Os metadados para a identificação das peças incluíram desde o código de referência, o tipo documental e a descrição detalhada do conteúdo do documento até o registro dos termos usados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 para se referir a pessoas LGBT+ e com os quais elas próprias de autodenominavam. Conforme esperado, a maior

parte da documentação do SNI dentro da série em pauta trata da censura às artes e aos meios de comunicação, sendo cada parecer anexado por propagandas e reportagens consideradas atentatórias à moral e aos bons costumes. Os jornais mencionados foram: *Afinal*, *Luta Democrática*, *Notícias Populares*, *Pasquim*, *Lampião da Esquina* e *Repórter*. Também foram monitorados filmes, emissões de rádio e televisão, peças teatrais e livros. As expressões mais utilizadas em relação a LGBT+ ao longo da pesquisa foram: 'mulher-macho', 'sapatão', 'sapatona', 'sapata', 'bicha', 'boneca', 'borboleta', 'colega', 'ex-machos', 'ex-fêmeas', 'entendida/o', 'meio gay', 'machona', 'homossexualismo', 'sapatagem', 'bissexualismo' etc. Observa-se que muitas dessas expressões ainda estão em voga na atualidade.

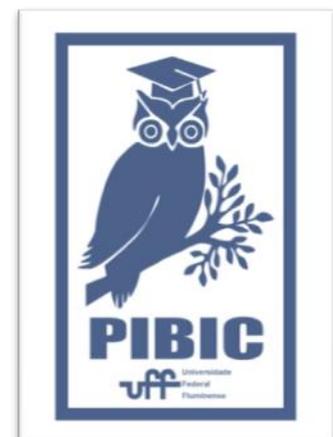
CONCLUSÕES:

Em suma, é possível constatar os abusos e perseguições que a população LGBT+ sofreu naquela época por diversos segmentos da sociedade – inclusive dos grupos de esquerda que lutavam contra a ditadura –, e que ainda sofre, visto que, de acordo com os dados do Grupo Gay da Bahia (2017), o Brasil é o país que mais mata LGBT+ no mundo. Além disso, constatou-se que muitos termos utilizados nos documentos com intuito de se referir à população LGBT+ são utilizados ainda hoje, mostrando a permanência da mentalidade intolerante e preconceituosa na sociedade. Portanto, torna-se necessário promover ações que ao menos contribuam para amenizar a estigmatização e a marginalização de pessoas cisheterodiscordantes, a fim de que toda essa violência um dia deixe de fazer parte da nossa realidade.

Antes de encerrar este breve relato, informo ainda que o resultado da presente investigação foi apresentado sob o título "O Serviço nacional de Informações e a censura a LGBT+ na ditadura militar brasileira" no VIII Simpósio Memórias da Ditadura, evento paralelo ao Congresso Nacional de Arquivologia ocorrido em João Pessoa-PB no ano passado, e também teve a sua aprovação confirmada para comunicação no XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul em Montevideu (21-25 out. 2019) sob o título "Mapeando representações cisheterodiscordantes nos arquivos".

Agradecimentos:

Ao CNPq, pela concessão da bolsa para o desenvolvimento desta pesquisa ainda que na reta final de sua vigência, quando fui chamada a substituir a aluna que, por motivos de força maior, não pôde dar continuidade ao trabalho. À professora Jacqueline Cabral, pelo convite para participar do projeto. À UFF, por ser a razão maior desta e outras oportunidades na minha formação acadêmica.





Ciências Humanas

Validação do dispositivo de intervenção na formação médica: um estudo cartográfico da experiência na Universidade Federal Fluminense

**Carla Graziela Paes Ladeira, Marcio Loyola de Araujo, Mateus
Lemos Rodrigues de Souza, Ricardo Vaz Tenório Bastos, Anna**

**Beatriz Alves Peixoto, Vitor Talarico Campomizzo, Eric Santos Oliveira, Sara Lacerda,
Julia Morais Tavares**

Orientador: Eduardo Henrique Passos Pereira

**Instituto de Psicologia em parceria com o Instituto Saúde
Coletiva**

INTRODUÇÃO:

Os processos de medicalização na formação médica contam com diferentes mecanismos de sustentação e perpetuação, os quais são considerados na análise dos alcances da presente pesquisa. A estrutura tradicional de transmissão de conhecimento em dinâmica verticalizada foi contraposta às estratégias coletivas de produção de conhecimento e cuidado a partir das ferramentas afetivas e cogestivas da Gestão Autônoma da Medicação (GAM). Dessa forma, propôs-se um diálogo de produção de subjetividade e de reconhecimento das consequências da medicalização para as condutas no cuidado e as diferentes formas de se assumir o saber da experiência. Tal diálogo interpôs-se na coexistência de um Grupo de Intervenção no Ambulatório de Pendotiba (GI-GAM), constituído por usuários da rede de saúde mental, trabalhadores e pesquisadores, e outro grupo, o Dispositivo de Intervenção na Formação Médica (DIFOME), do qual participaram estudantes de medicina, psicologia e pós-graduandos da psicologia. Este trabalho aborda as experiências dos dispositivos citados no decorrer das últimas fases da pesquisa, com a criação de uma disciplina de Iniciação Científica e o processo de finalização das atividades do grupo com pesquisadores no ambulatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

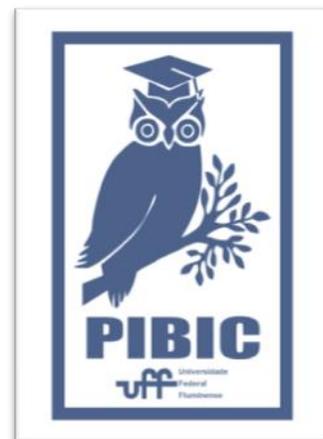
A introdução da disciplina de Iniciação Científica na rotina da pesquisa desencadeou um ritmo de abertura comunicacional e de revisitação aos lugares de implicação de cada pesquisador. Nessa nova dinâmica, evidenciou-se a possibilidade de convergência de sentidos entre as experiências indicadas pelos pesquisadores e pelos novos integrantes da pesquisa, ingressantes na disciplina. Trata-se do fenômeno de contágio, que se apresenta enquanto compartilhamento de interesses e inclinações, mas, sobretudo, enquanto conquista do saber partilhado pela experiência. Assim, os eventos deixam de ser parte de uma vivência restrita a certa temporalidade do grupo para registrar o continuum de um acontecimento ratificado pela experiência. Os processos de medicalização na formação, particularmente no que diz respeito às consequências da dessubjetivação do estudante e as incoerências com a proposta de cuidado integral, foram exemplos desse acontecimento. Essas reflexões e compartilhamentos puderam, então, disparar uma nova compreensão sobre o lugar do estudante e da valorização da experiência. Os diversos atores envolvidos na transformação propiciada pela pesquisa apresentam relatos sobre os impactos da experiência no curso da formação médica e da constituição de um ethos do cuidado. Cada fase da graduação em

Medicina é apontada com as mudanças simultâneas que a pesquisa pode promover nas rotas de formação, como reconhecimento mútuo de insatisfações e expectativas entre membros do grupo, mas principalmente como resposta coletiva de fundação de uma experiência de produção de conhecimento aliada ao cuidado. Noção essa de cuidado que coaduna as prescrições da racionalidade biomédica com o espaço para transformações clínico-políticas que se realizou ao longo da pesquisa. Constatou-se nas diferentes fases de construção dessa investigação cartográfica que a fundamentação de um lugar para a subjetividade e para a produção de cuidado coletivo é capaz de mudar o curso das relações com a formação, assim como permite a aproximação dos sentidos da racionalidade biomédica com os pressupostos de cuidado em saúde, de forma a reocupar o lugar da medicalização. A disciplina de Iniciação Científica pôde se constituir como plataforma de avaliação dos envolvimento desenhados na pesquisa ao mesmo tempo em que vocalizou as perspectivas que se achavam calcadas na experiência vivida, mas que se revelaram presentes na experiência compartilhada.

CONCLUSÕES:

As propostas de produção de conhecimento verificadas na pesquisa ratificam a existência de um fenômeno comunicacional e afetivo, o qual assume o valor da experiência e modifica as relações com a formação. Esse fenômeno permitiu que novos participantes da pesquisa integrassem a experiência do grupo enquanto produziam novos caminhos para a produção de cuidado. Assim, a estratégia de contágio nos moldes cogestivos da GAM consolidou valores com a dinâmica de processos inéditos. Confirma-se a construção de cuidado pela experiência coletiva e a investigação cartográfica como método de valorização dos processos de subjetivação.

Agradecimentos: CNPQ, Instituto de Psicologia da UFF, Instituto de Saúde Coletiva da UFF, Ambulatório de Saúde Mental de Pendotiba, Divisão de Ensino e Pesquisa da Fundação Municipal de Saúde de Niterói





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: O liberalismo independentista brasileiro e sua negligência a escravidão

Autores: Caio de Castro Souza Oliveira e Luís Alves Falcão

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciência Política (GCP)/Niterói/Laboratório de Estudos Republicanos

INTRODUÇÃO:

Nosso projeto tinha inicialmente o objetivo de investigar a recepção da tradição política republicana na época da independência do Brasil (1821-1823), na qual abordáramos fundamentalmente os panfletos e periódicos daquele momento histórico.

Um caminho que escolhemos para facilitar a pesquisa foi o de buscar nos panfletos e jornais da época os principais conceitos do republicanismo, sendo eles o antimonarquismo, o governo misto, o império da lei, a liberdade, a isonomia, a virtude e a cidadania.

Entretanto, ao passo que mergulhamos nos jornais, e principalmente, quando abordamos o conceito de liberdade no *Reverbero Constitucional Fluminense*, encontramos o liberalismo como uma forte influência teórica para as ideias que estavam sendo defendida naquele momento. Este fato nos chamou a atenção para a explícita contradição entre a defesa daquelas ideias, sobretudo dos direitos naturais, individuais e inalienáveis, com a manutenção da escravidão, visto que esta só foi abolida formalmente em 1888.

A partir dessa contradição voltamos nossas buscas às ideias liberais e a linguagem envolvendo a escravidão, o que nos permitiu insights e possibilidades interessantes para futuras investigações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Apesar de termos mudado os rumos da pesquisa no seu desenrolar, uma constatação nos parece possível de fazer envolvendo o republicanismo no Brasil na época da independência: apesar de ser possível encontrar argumentos e ideias favoráveis aos conceitos acima apontados, a forma de governo republicana não era advogada naquele momento, pois era entendida como uma forma

de governo que possibilitaria convulsões, levando necessariamente à anarquia e/ou a licença (*Reverbero Constitucional Fluminense*, 01/12/1821, nº 6, p. 77).

Sobre o liberalismo, nos parece explícita sua influência nas ideias daquele momento, seja pela referência direta a autores liberais como John Locke e Benjamin Constant, como também pela mobilização das ideias gerais do liberalismo. Os direitos naturais são de suma importância para o entendimento daquele processo visto que o regime advogado pelos autores era o de uma monarquia constitucional, entendida como a melhor forma de governo pela sua centralidade e seus limites, somando essas características ao reconhecimento e garantia dos direitos individuais, sendo a declaração destes o ato de constituição do povo (*Reverbero Constitucional Fluminense*, 18/06/1822, nº 4, p. 42).

Em relação à escravidão, nos parece correto afirmar que a mesma foi utilizada como um instrumento retórico com a finalidade de radicalizar o debate em prol do projeto político advogado, sendo a escravidão tudo aquilo que fosse contrário à monarquia constitucional (*Reverbero Constitucional Fluminense*, 28/03/1822, nº 1, p. 13). Dessa forma, a escravização das pessoas negras não foi denunciada, e muito menos sua abolição defendida.

A partir dos apontamentos torna-se plausível a constatação da simultaneidade entre uma forte argumentação liberal e a escravidão de pessoas negras, perdurando formalmente até 1888.

CONCLUSÕES:

Desse modo, é possível afirmar que o republicanismo como força teórica e política naquele momento não encontrou solo fértil para sua consolidação. Isso se deveu

fundamentalmente ao entendimento, pelo menos dos autores do jornal em questão, de seu caráter anárquico e/ou licencioso, visto que uma república não teria centralidade e limites como uma monarquia constitucional.

Igualmente possível é perceber uma explícita contradição entre uma robusta argumentação liberal, sobretudo a partir da intensa mobilização dos direitos naturais, individuais e inalienáveis, e a manutenção da escravidão, nos mostrando que toda aquela argumentação não teve força teórica e política para impulsionar a abolição da escravatura. Entretanto, parte daquelas ideias não só influenciou diretamente o processo independentista como a formulação da nossa primeira constituição, de 1824, que possui uma seção inteira apenas direcionava a cristalização dos direitos individuais.

Chegando ao final da pesquisa e olhando em retrospectiva nosso percurso, uma questão fundamental aparece a nós como desencadeamento de todo esse material levantado: a investigação dos motivos pelos quais toda a mobilização do liberalismo naquele momento não impulsionou igualmente a abolição da escravatura, visto que suas ideias são, teoricamente, radicalmente contrárias a qualquer regime pautado na dominação física, psicológica, política e social do homem pelo homem.

Um dos caminhos que se apresentou a nós através da própria pesquisa foi o de compreender que o liberalismo não só ignorou o tema da escravização de pessoas negras como a legitimou. A hipótese pode ser embasada em uma passagem na qual os autores discorrem que os direitos naturais do homem são sagrados, inclusive o de propriedade, quer fosse de pessoa ou de fazenda (Reverbero Constitucional Fluminense, 18/06/1822, nº 4, p. 42). A questão econômica então, aparece a nós como um caminho plausível e interesse de se explorar, sendo preciso o aprofundamento no tema.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer primeiramente ao Luís, pela oportunidade de estudar processos tão importantes do nosso país, assim como o aprofundamento nas teorias políticas, que são de seu pleno domínio.

Sou igualmente grato à todos os recursos públicos investidos em mim, visto que a construção do conhecimento é de suma

importância para qualquer país que deseje uma sociedade melhor e engajada.

E por último, mas não menos importante, à família, pela paciência e companheirismo na trajetória acadêmica até aqui, sem a qual nada disso seria possível.

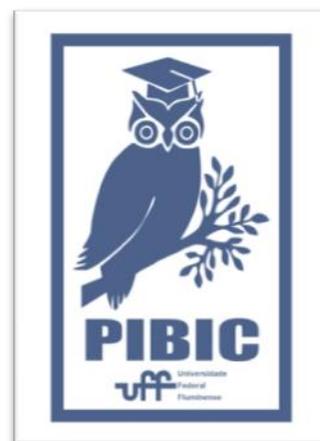


Figure 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas e Filosofia

Lucrécio e o Renascimento:

Maquiavel, Montaigne e Giordano Bruno.

GFL/UFF Niterói/LERen

INTRODUÇÃO: É antiga e clássica a busca de um paradigma do bem viver. Essa questão pode ser exemplificada pelo período helenista da filosofia: momento da sociedade grega caracterizado pela busca da ascese ou da tranquilidade da alma. Os cidadãos helênicos encontravam à disposição como resultado de sua busca algumas escolas ou correntes filosóficas que visavam, cada uma à sua maneira, o bem viver, isto é, uma vida tranquila tal qual é o interesse de muitos entre nós ainda nos dias atuais. Dentre essas vertentes -- cujo objetivo era orientar o indivíduo de acordo com a demanda moral máxima típica ao período, ou seja, em direção à felicidade ou à ataraxia -- encontra-se a doutrina epicurista, amplamente divulgada por seu discípulo romano e também principal alvo de estudo na presente pesquisa. Em sua obra intitulada *De Rerum Natura*, Lucrécio alcançou a conversão dos principais ensinamentos de Epicuro para a estrutura poética com evidente paixão, devoção e ao longo de seis livros. Ao enfrentar o difícil desafio de tradução para um idioma tão desabastecido de adornos (se comparado à riqueza da língua grega) o poeta e filósofo constrói, com o objetivo de facilitar a comunicação através de exemplos e comparações, a imagem de uma taça preenchida pelo amargo absinto, cujas bordas recebem o doce mel das abelhas. Assim Lucrécio com seu admirável feito proporcionou o acesso à doutrina epicurista para muitos leitores posteriores a ele, sobretudo com o movimento Renascentista de recuperação das obras clássicas. Esse é o caso de outro filósofo chamado Michel de Montaigne, Maquiavel e Giordano Bruno.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Através de leituras e discussões acerca da temática foi possível notar a semelhança presente entre Lucrécio e Montaigne no que é referente à estrutura textual de suas produções literárias. Enquanto o primeiro esculpe o poema com base nos numerosos dogmas religiosos, o segundo inova com sua escrita ensaística, já que caminha no sentido oposto ao padrão da época.

Inserido num conturbado contexto de conflitos e pestes, Montaigne encontra em seus ensaios o exercício de questionamento e reflexão dos mais diversos temas, entretanto mormente éticos. Assim como o epicurismo surge como consequência num movimento de afastamento da ágora (pólis) grega, Michel encara seus ensaios como exercício, questionadores, portanto reflexivos, vistos também como fruto de seu contexto histórico e político, mas representando principalmente sua tentativa de alcançar seu “eu profundo”. Por isso, seus ensaios não se propõem a atingir uma conclusão ou ensinamento último, já que sua intenção não era finalizá-los, mas, sim, mantê-los em processo contínuo de desenvolvimento. A partir disso é possível concluir que o texto montaigniano é “performático”, isto é, ao invés de expor ideias “prontas” ele prefere conduzir seu leitor à essa percepção e, portanto, convencê-lo pouco a pouco. Maquiavel, por sua vez, dedicou-se à produzir uma cópia manual de todo o poema lucreciano.

Além do impacto e mesmo os ecos da doutrina de Epicuro no Renascimento graças à Lucrécio, buscou-se também, neste estudo, a compreensão do conceito específico de “amizade” para os habitantes dos chamados Jardins – espaço reservado ao próprio Epicuro, e por ele, tanto quanto seus seguidores. Os Jardins (kepos) epicuristas por si próprios representavam o isolamento oriundo da insatisfação sobretudo política dos cidadãos daquele período que, desse modo, preferiram viver de forma alternativa ao novo modelo que se instalava na Grécia. Desse movimento de ausentar-se da polis para a vida nos jardins é gerada a religião de Epicuro. Afinal, do que precisava o homem censurado se não de fé na felicidade através da amizade? Os kepos epicuristas caracterizavam-se por terrenos com ampla área externa e interna para que assim fosse possível abrigar tanto coletiva quanto individualmente o mestre e seus discípulos. Era nesse espaço, segundo recomenda a tradição, que se reuniam os epicuristas exercendo a amizade como principal recurso para o alcance

da felicidade e guiando suas vidas tranquila e sabiamente segundo o comedimento típico. Outra característica inovadora do epicurismo era sua aceitação para parcelas da sociedade proibidas nas demais correntes, como é o caso de mulheres e escravos, evidenciando, portanto, o caráter inclusivo deste grupo em comparação aos demais. Aqui encontramos, ainda, a possibilidade de uma nova ponte entre períodos históricos já que Montaigne também dedicou um ensaio inteiro exclusivo ao tema da amizade – o que considerava explicitamente uma prática espiritual de apuramento da alma, assim como a doutrina seguida por Lucrécio - após a perda de seu imenso amigo Étienne de La Boétie. Quando questionado acerca do porquê de tal relação, Michel assume não saber responder de outra forma senão com a frase, que posteriormente viria a tornar muitíssimo famosa: “porque era ele; porque era eu” (Montaigne, 1991, p.92)

CONCLUSÕES: Foi alcançado como produto deste aprendizado a elaboração de um pré-projeto monográfico. Além disso, foi desenvolvido uma série de encontros entre os participantes envolvidos, ao longo desse um ano de pesquisa, com o objetivo de comentar e absorver novas informações referentes ao estudo. O caráter desses encontros pode-se considerar muito enriquecedor, já que em momentos davam-se em palestras, minicursos e outros eventos com uma diversidade muitíssimo enriquecedora de Professores Doutores e especialistas.

Com a possibilidade de dar continuidade ao estudo aqui abordado, continuará também os ecos do diálogo entre autores tão distantes em linha histórica (séculos II, Lucrécio, e XVI, Montaigne - por ex.) promovendo a percepção de influências recebidas tanto em autores quanto o impacto direto a toda uma forma de pensar que caracterizou o início da modernidade. Além disso, por tratar-se de uma pesquisa filosófica que aborda estruturas textuais diferenciadas, bem como seus conteúdos, é proporcionado também o diálogo entre diversas áreas do conhecimento como é o caso da própria Filosofia, assim como da Literatura, Antropologia, História e Política.

Agradecimentos: Dado o cenário brasileiro de ameaça evidente à pesquisa e ao desenvolvimento educacional, eu agradeço imensamente ao CNPQ por me proporcionar

tamanho aproveitamento e experiência acadêmica, principalmente no contexto pelo qual passamos atualmente. Agradeço também à UFF pela oportunidade de acessar a informação com excelência e gratuidade. Ao meu orientador Prof. Dr. Celso Azar, sou grata pelo auxílio, incentivo e apoio que não só me agregou muito conteúdo filosófico como também, indiretamente através da oportunidade, me proporcionou a permanência esperançosa na graduação em Filosofia. À tia Neusa do café: agradeço cada elixir fiado sem os quais meu corpo não aguentaria a si mesmo. Finalmente: agradeço o meu exemplo materno de garra e força, além dos meus incríveis amigos que sem saber me acompanharam ao longo dessa trajetória. Muito Obrigada!





PEDAGOGIA – Educação e Inovação

JOVENS E COMPETÊNCIAS: INOVAÇÃO E FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE.

Beatriz Ribeiro(IC-Pibic) e Mariana Ferreira Oliveira(IC) Lúcia de Mello e Souza Lehmann (or)

SFP – Faculdade de Educação da UFF

INTRODUÇÃO:

A formação dos jovens é um grande desafio para a Universidade, seja na tarefa de despertar o interesse e a curiosidade do jovem em relação ao conhecimento, seja na qualidade do que pode ser oferecido de forma a proporcionar um desenvolvimento pessoal e profissional. Fazer com que a aprendizagem e o ensino acompanhem a intensa transformação do contemporâneo nos coloca frente ao desafio de “inovar”. O conceito de **inovação** se tornou bastante discutido em educação e por vezes reduzindo a sua compreensão a uma cadeia de produção acrítica ou ao uso indiscriminado de tecnologias. A educação de modo geral, e a universidade, de forma mais específica, são apontadas como uma fonte de resistência às mudanças e às inovações.

OBJETIVOS:

Como se apresentam os projetos tidos como inovadores na formação de professores? Que projetos são estes? Que perfil de formação de competências apontam esses projetos e como orientam a formação do futuro docente?

METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa a sites de universidades buscando mapear o que tem sido oferecido/ apresentado pelas nossas Universidades no que diz respeito a formação de professores. Foi realizado um estudo de cunho exploratório, em busca do perfil dos cursos e na própria construção de um modelo de investigação que resulte num aprimoramento da pesquisa. Foram selecionadas algumas das principais universidades do Sudeste e Sul e mapeados os sites identificando-se métodos propostos,

conteúdos, dinâmicas e estratégias adotadas e direcionamentos principais. Realizado os mapeamentos busca-se identificar e analisar as principais competências que os cursos consideram primordial oferecer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Estudos tem demonstrado que a inovação se constitui uma exceção nas estratégias educativas e universitárias o que causa estranhamento, uma vez que a universidade deveria ser um dos principais âmbitos das inovações, tanto no seu próprio trabalho como para o conjunto da sociedade (Lamarra,2009). A inovação deveria ser a norma, a estratégia prioritária, porque a sociedade do conhecimento é um novo desafio que enfrentamos e que requer novas respostas, soluções Foram pesquisadas 15 universidades brasileiras, públicas e privadas, através dos perfis oferecidos a interessados na formação de professores. Alguns cursos se caracterizam por um desenho tradicional. Contudo também estão presentes características inovadoras em alguns cursos como: internacionalização de propostas, intercâmbios, workshops, metodologias aliadas às tecnologias, integralização com outros cursos, aprimoramento do capital humano, interatividade, metodologias ativas, atenção à diversidade e inclusão, preocupação com o interesse e singularidade dos alunos, modalidade flex(presencial e digital), preocupação com o mercado de trabalho entre outros. Como competências desejadas destacam-se a utilização aprimorada e crítica da tecnologia, capacidade de resolução de problemas, capacidade de análise, liderança, protagonismo, flexibilidade .

CONCLUSÕES:

A demanda do desenvolvimento de novas competências na sociedade contemporânea tem feito com que as universidades procurem inovar no cursos oferecidos. Existem alguns modelos de formação em que predominam um perfil mais conservador mas também um movimento de transformação buscando a inovação nos cursos de formação de jovens professores.. O domínio da tecnologia, o desenvolvimento de competências para entrada no mercado de trabalho, a capacidade de ampliar a atuação além do trabalho realizado nos ambientes formais de educação, a capacidade para atuar com futuras gerações, a capacidade de liderança e versatilidade são algumas das competências desejadas .Este estudo foi desenvolvido na Faculdade de Educação da UFF.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a UFF, ao PIBIC e ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.

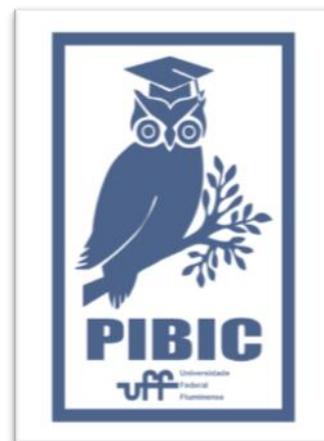


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento

Qualidade Democrática dos Partidos Latino Americanos: Países da Região Andina

Autores

Departamento/Unidade/Laboratório

INTRODUÇÃO:

Os partidos políticos são parte importante da democracia, neste sentido torna-se relevante o estudo da qualidade democrática destes atores, preponderante para a compreensão de suas capacidades e limitações. Como argumenta Scarrow (1999), a qualidade democrática interna de um partido também e reflete na ordem democrática, visto que ela é um indicador de eficiência para os que a visam, e assim pode promover maior participação política.

O projeto Qualidade Democrática dos Partidos Latino Americanos, tem por objetivo aplicar o índice de qualidade democrática desenvolvida pelo projeto +Democracia, para que se possa avaliar a qualidade democrática interna dos partidos. Os parâmetros desenvolvidos para a pesquisa adentram em uma área ainda pouco explorada pelos estudos da ciência política, voltando sua análise ao funcionamento interno dos partidos a partir de 5 dimensões; Organização Interna, Direitos dos Afiliados e sua Proteção, Informações do Partido Direcionadas aos Cidadãos, Códigos éticos e, Sistemas de Eleição dos Candidatos aos Cargos Públicos - Contidas nos seus estatutos e nas páginas na internet dos partidos.

Se foca aqui nos países da região andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela), dando continuidade à pesquisa realizada anteriormente nos países do Cone Sul. Foram conseguidos 29 estatutos diferentes dentre os 39 partidos encontrados aos quais tiveram suas informações trabalhadas e a elas foi aplicado o índice. Os resultados conseguidos estão aqui resumidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto Qualidade Democrática Dos Partidos Latino Americanos construiu até o presente momento um banco de dados contendo a classificação dos principais partidos

da América Andina. Foram buscados os estatutos de todos partidos que tiveram candidatos eleitos na última eleição legislativa de cada país, ocorridas na Bolívia em (2014), Colômbia (2018), Equador (2017), Peru (2016) e, Venezuela (2015). A partir deste critério, foram selecionados 39 partidos desses países, na seguinte proporção: 3 partidos da Bolívia, 10 da Colômbia, 8 do Equador, 7 do Peru e, 11 partidos da Venezuela, dos quais foram encontrados 29 estatutos diferentes. Essa defasagem de 10 partidos se dá principalmente pela falta de informações disponíveis, seja nas páginas da web destes partidos, seja nos próprios sites governamentais dos países que foram estudados. Caso interessante a se apontar, é a discrepância de dados disponíveis dos partidos venezuelanos dos quais dentre os 10 encontrados apenas 4 apresentavam estatutos disponíveis.

Todos os estatutos coletados foram tratados com a metodologia de análise de conteúdo de texto político, ou seja, os textos foram estudados minuciosamente em busca das informações componentes das dimensões contempladas. O Projeto Qualidade democrática dos Partidos Latino Americanos objetivou: o aprofundamento dos dados coletados, o cruzamento de informações e a realização de uma análise mais aprofundada destas, para que se pudesse desenvolver a ponderação do índice e a realização da qualificação desses partidos frente ao seu nível de qualidade democrática.

Os resultados encontrados com a aplicação do índice se demonstram efetivas ferramentas de análise do índice de qualidade democrática dos partidos estudados, segue abaixo uma tabela com as siglas dos partidos ao lado dos resultados encontrados em cada dimensão e a porcentagem que alcançou no índice.

Os partidos peruanos são: o partido Movimento Al Socialismo (MAS) com 32,9% no

Partidos	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Dimensão 4	Dimensão 5	% no índice
MAS	23,4	6,4	1,8	1,3	0	32,9
PDC	14,9	4,4	0	0	0	19,3
UD	14,7	6	1,4	2,1	0	24,1
L	11	10	2,9	1,7	0	25,6
CD	8,3	7,6	1,8	1,3	0	19,3
PC	10,3	4,4	1,8	2,1	0	18,6
OC	8,3	9,2	2,1	1,7	0	21,3
CR	9,3	4,4	1	1,7	0	16,4
U	17,7	4,4	2,4	1,3	0	25,8
AV	13	5,6	3,2	1,7	0	23,4
FARC	6,2	7,2	0	0	0	13,4
POLO	16,4	5,6	1	1,3	0	24,2
MAIS	10,3	5,6	1,6	0,4	0	17,9
ALPAIS	6,3	6	1,8	0	0	14,1
PSP3	8,3	4,4	0,2	0	0	12,9
ID	14,9	4,4	0,6	0	0	19,9
CREO	8,2	7,2	2,8	1,3	0	19,5
PSC	6,2	6	1,6	2,2	0	15,5
MUPP	10,3	5,6	0,7	0	0	16,6
AP	13	9,2	1,8	1,7	10	35,7
PPK	2,7	7,6	1,5	1,3	2,5	15,5
K	9,1	6,4	0,2	1,3	10	27
FA	11	9,2	2	1,7	10	33,8
APP	9,1	4,4	0,2	0	0	13,8
APRA	6,2	6,4	0,9	0	0	13,5
PCV	15,4	5,6	0,6	1,7	0	23,3
PSUV	10,7	5,6	0	0	0	16,3
MPJ	4	7,6	1,2	1,7	0	14,5
AD	13,6	5,6	1,2	1,3	0	21,7

índice, seguido pelo partido Frente de Unidad Nacional (UD) com 24,1%, e por último o Partido Democrático Cristiano (PDC) o qual dentre os partidos bolivianos foi o que alcançou a menor porcentagem no índice com apenas 19,3%.

Quanto aos partidos colombianos temos: Partido Social de Unidad Nacional (U) que atingiu 25,8%, seguido pelo Partido Liberal Colombiano (L) com 25,6%, e Polo Democrático Alternativo (POLO) com 24,2%. Abaixo desses encontramos o Aliança Verde (AV) com 23,4%; Opción Ciudadana (OC) com 21,3%; Centro Democrático (CD) com 19,03%; Partido Conservador Colombiano (PC) com 18,6%; Movimiento Alternativo Indígena y Social (MAIS) com 17,9%; Partido Cambio Radical (CR) com 16,4%; Fuerza Alternativa Revolucionária del Común (FARC) com 13,4%. Se constata então, que em parâmetros gerais os partidos colombianos estudados, em sua maioria, atingem uma média geral acima dos 16% no índice, sendo o único que se posiciona abaixo como já mostrado é Fuerza Alternativa Revolucionária del Común (FARC) que atingiu 13,4%.

Quanto aos partidos do Equador, temos: Partido Izquierda Democrática (ID) com 19,9%, seguido pelo Movimiento Creo (CREO) com 19,5%, abaixo desses dois partidos que atingiram as maiores pontuações dentre os partidos do Equador, por conseguinte temos: Movimiento de Unidade Plurinacional

Pachakutik (MUPP) com 16,6%; Partido Social Cristiano (PSC) com 15,5%, Alianza Pais (ALPAIS) com 14,1% e Partido Sociedad Patriótica 21 de Enero (PSP3) com 12,9%.

Seguindo do maior percentual para o menor, temos no Peru: Accion Popular (AP) com 35,7%; Frente Amplio (FA) com 33,8%; Fuerza Popular (K) com 27%; Peruanos Por el Cambio (PPK) 15,5%; Alianza Para el Progreso (APP) com 13,8%; e o Partido Aprista Peruano (APRA) com 13,5%.

Da Venezuela encontramos: partidos venezuelanos temos o Partido Comunista de Venezuela (PCV) com 23,3%, abaixo dele encontramos: Accion Democrática (AD) com 21,7%; Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) com 16,3%; e com o menor percentual temos o Primero Justicia (MPJ) com 14,5%.

CONCLUSÕES:

Os estatutos funcionam como importantes norteadores das funcionalidades dos partidos, e a partir deles e das informações dispostas nos sites e páginas da internet se vem alcançando algumas informações interessantes a pesquisa, provando não só um acerto quanto a abordagem metodológica, quanto de certa importância estrutural das variáveis escolhidas, onde mesmo que não tenhamos alcançado 100% dos estatutos dos partidos com cadeiras nas câmaras, os que analisados apresentam um número contundente de informações que contemplam as variáveis selecionadas.

Dessa forma se conclui aqui que os objetivos para mais essa etapa da pesquisa foram alcançados com a realização da ponderação final do índice e a construção do relatório final onde estão expostas de forma integral os resultados da pesquisa

Agradecimentos:

Agradecemos à UFF e ao CNPQ pela concessão da Bolsa de iniciação científica, sem a qual não seria possível realizar este projeto.

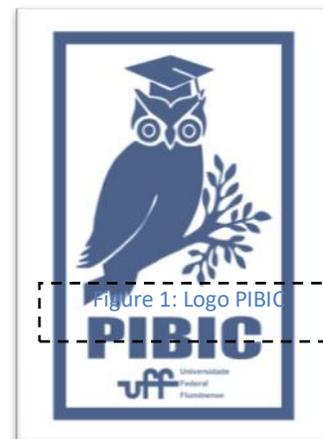


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Nas teias do Goytacaz: proximidade e distinção entre jogadores, gestores e torcedores do Goytacaz Futebol Clube.

Autora: Gabriela Bento Vidal

Departamento/Unidade/Laboratório: COC/ESR/LAPECS

INTRODUÇÃO: Esse relatório pretende abordar resultados obtidos que se dividem em conflitos, construção de normas e eixos de tensão entre torcedores e torcedoras, jogadores profissionais e a diretoria de um mesmo clube de futebol do interior do estado do Rio de Janeiro, o Goytacaz Futebol Clube, fundado em 1912, localizado, como sugere o nome, na cidade de Campos dos Goytacazes, norte fluminense, cidade de maior extensão territorial do estado e com população em torno de 500.000 habitantes.

O nome do clube foi uma homenagem aos primeiros habitantes da cidade de Campos: os índios goytacazes, que segundo o historiador Eduardo Bueno, eram os mais ferozes índios do atual território conhecido como [Brasil](#), além de exímios nadadores, o que lhes dava uma vantagem extra nas batalhas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A metodologia adotada para esse projeto foi de observação participante juntamente com outras colegas do laboratório de pesquisa e ensino de ciências sociais (LAPECS), a partir de levantamento bibliográfico e literatura específica sobre esportes, violências e gênero, além de leitura de literatura específica sobre torcidas organizadas. Também foram realizadas entrevistas informais e até o momento dez entrevistas semiestruturadas, sendo duas delas realizadas em formato de grupo focal. Nos inserimos em grupos de torcedores organizados nas redes sociais (páginas no facebook e grupos no WhatsApp), além de idas aos jogos oficiais disputados pelo Goyta (comparecemos a cerca de vinte jogos) e idas às concentrações de uma torcida

organizada que ocorrem antes dos jogos e evento realizado como churrasco de confraternização.

A escolha do time e torcida a serem estudados se deu pelo Goytacaz ser um dos maiores times de Campos, junto do Americano, seu maior rival. A escolha do Goytacaz foi por ser o time “do povo”, já que o Americano é considerado como tendo torcida mais elitizada.

Três grupos sociais fizeram parte dos sujeitos dessa pesquisa. Um deles dirá respeito aos jogadores de futebol, os “pés-de-obra” (Damo, 2005). Esses jogadores não fazem parte da elite de profissionais de futebol, não tendo representação na mídia esportiva nacional e internacional. Tais trabalhadores, segundo dados que coletamos em pesquisas prévias, estão entre a faixa de jogadores no Brasil que recebe menos que R\$ 5.000,00 por mês, ou seja, estariam entre a maioria dos jogadores de futebol no Brasil, segundo pesquisa da própria CBF. Ainda segundo nossas pesquisas prévias, parte desses jogadores é oriunda da própria cidade de Campos e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e já circulou por clubes nacionais e internacionais de menor investimento.

No campo, foi identificado formas de torcer, ou seja, diferentes perfis de torcedores, e diferentes formas de expressar sentimentos, identidades de pertença, vínculos e formas de sociabilidade dentro do mesmo clube. Os torcedores não organizados e os organizados são diferenciados por seus perfis, assim como nos cargos.

Por fim, de dados com maior destaque observadas na entrevista, quando perguntado sobre as seguintes afirmações: “o futebol é um espaço masculino reservado” (ELIAS &

DUNNING, 1993), e “mulher não entende de futebol”, o entrevistado não concordou com a primeira frase, disse que o futebol já foi assim, mas que agora as mulheres estão conquistando esses espaços e que agora é um espaço dos dois, tanto masculino quanto feminino. Sobre a segunda afirmação ele diz que “isso não existe”, já que agora existem mulheres que entendem mais de futebol que os homens.

CONCLUSÕES:

Durante o período foi possível analisar a construção de hierarquias por todas as partes que envolvem o Goytacaz. A torcida, com seus cargos estabelecidos para ocupar um espaço, onde não são ocupados por mulheres e atualmente não tendem a ser, pela falta de reconhecimento dos torcedores perante o Distrito feminino como sendo ativo e por não dispor alguma aproximação das torcedoras para com os homens, segundo torcedores.

Agradecimentos:

Agradecemos à PROPPI, ao corpo docente, técnico e discente da UFF Campos, ao conjunto de torcedores e gestores do Goytacaz, bem como seus torcedores. E às instituições de fomento que viabilizam pesquisas científicas no Brasil.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas – História – História do Brasil colonial

Título do Projeto: As redes do tráfico transatlântico de escravos para o Rio de Janeiro na era do ouro, 1700-1750.

Autores: Jean Lucas Ramos Veloso (Bolsista), Leonardo Marques (Orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de História / Instituto de História

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa lançou sua análise sobre as redes mobilizadas para a realização do tráfico transatlântico de escravos para o Rio de Janeiro na era do ouro, entre 1700 e 1750. Com ela, objetivou-se descobrir como os traficantes identificados como atuantes no período agiam para além das fronteiras do Império Português e como essas relações respondiam à transformação do sistema-mundo capitalista no longo século XVIII.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Entre 1700 e 1750, Francisco Pinheiro, mercador-fidalgo português, construiu sua rede de comércios ultramarinos a partir de Portugal, angariando uma fortuna considerável em vida. Neste período relata-se cerca de 40 viagens de tráfico de escravos para o Brasil financiadas diretamente por eles, nas quais muitas iam para o Rio de Janeiro.

A compilação de suas cartas realizada por Luís Lisanti, nos cinco volumes conhecidos como *Negócios coloniais*, permite-nos traçar um panorama geral deste comércio. Na historiografia, muitas obras já vasculharam a biografia do traficante, mas poucas delas, ou quase nenhuma, tratou de descobrir quais eram as redes internacionais mobilizadas para a realização do tráfico em si, isto é, a preparação do comércio.

Partindo do princípio exposto por Fernand Braudel no segundo volume de *Civilização material, economia e capitalismo* de que todo mercador rege um espaço de atuação, e que os circuitos geográficos de sua atividade estimulam uma série de relações pessoais. Da mesma forma, Immanuel Wallerstein no terceiro volume

de *Modern World System* afirma que a análise das cadeias mercantis permite-nos visualizar as respostas de amplas regiões, e indivíduos, ao sistema-mundo capitalista. Assim, as fontes aqui trabalhadas foram exploradas na intenção de perceber até que ponto o tráfico de escravos estava relacionado às dinâmicas mais internacionais europeias.

Neste sentido, buscou-se, na comparação das fontes colhidas, perceber até que ponto as redes do tráfico de escravos se relacionavam com a conformação de uma economia-mundo capitalista. Por este ângulo, duas viagens de comércio negreiro para o Rio de Janeiro se fizeram exemplares: uma, realizada em 1715, e outra em 1726. Na primeira, pôde-se perceber os contatos internacionais na Europa de pedidos de seguros realizados por Francisco, um remetido à Holanda, e outro a Amsterdã. No segundo caso, há um pedido de seguro remetido a Londres, todos eles com a mesma finalidade: segurar as “fazendas” remetidas para a África, que seriam usadas para comprar escravos.

Houve, ainda, uma interessante descoberta da origem de mercadorias enviadas para a África. O melhor exemplo é o ferro. Remetido nos navios para ser trocado por negros na África, o ferro, segundo as cartas de Francisco, era comprado da Suécia, através do Cônsul sueco residente em Portugal. Sabe-se, por exemplo, que a Suécia era a principal exportadora de ferro do início do século XVIII, tendo se integrado ao sistema-mundo capitalista a partir de suas relações comerciais no Báltico, por meio do qual conseguia estabelecer relações econômicas com diversos países da Europa.

A amplitude internacional do tráfico de escravos não se restringiu, todavia, ao Francisco Pinheiro. No Rio de Janeiro,

constatou-se a presença de Raphael Gulston, já analisado pela historiografia. O interessante de perceber, com Gulston, é o seu enquadramento: sendo inglês, participava de uma Sociedade que mobilizara o comércio ultramarino com capital britânico. Outras fontes, encontradas no Projeto Resgate, também dão conta de mostrar, esporadicamente, a participação de indivíduos não-luso-brasileiros no tráfico, como é o caso de um capitão francês que pediu a indenização por suas perdas – escravos – no Rio de Janeiro à Corte real portuguesa.

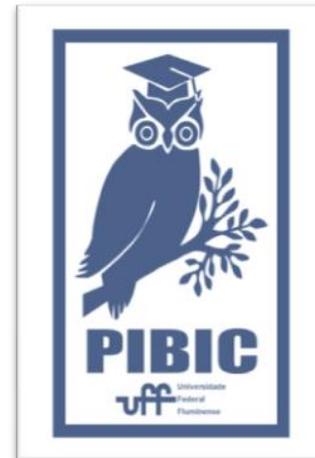
CONCLUSÕES:

As fontes primárias analisadas, portanto, permitiram-nos visualizar quão amplas eram as redes do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro. Para além da nacionalidade própria dos traficantes, as redes de mercadorias, como a do ferro sueco, são sinais de que o Atlântico não era um mundo fechado em si, um sistema Sul-Sul, ou sequer uma operação triangular, centrado em Metrópole-África-Colônia. Os pedidos de seguros, remetidos para diferentes países da Europa, e a compra de mercadorias diversas, são sintomas da mobilização internacional de capital para a realização do negócio negreiro.

Portanto, depreende-se que o tráfico de escravos para o Rio de Janeiro esteve completamente integrado às cadeias mercantis europeias e, portanto, às flutuações de um sistema-mundo capitalista em criação. A relação dos escravistas é sintoma desta amplitude geográfica em que operava – e opera – o capital em sua contínua reprodução.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que me permitiu crescer enquanto pesquisador em um país marcado pela desvalorização da Ciência. Agradeço, também, ao meu orientador Leonardo Marques, fiel companheiro na pesquisa, que tanto me auxiliou no entendimento da bibliografia e no trabalho em arquivos. Meus últimos agradecimentos aos meus companheiros da Universidade, que me apoiaram nos dias mais difíceis.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Urbanização Neoliberal, revalorização e refuncionalização da área central da cidade do Rio de Janeiro

Autor: Vicente Brêtas Gomes dos Santos

**Departamento/Unidade/Laboratório: Geografia, Geografia, GECEL
(Grupo de Estudos em Cidade, Espaço e Lugar)**

INTRODUÇÃO: No contexto atual, o que se dá é uma complexificação das dinâmicas de choque que se desenrolam nas cidades em função da ampliação escalar promovida pela globalização financeiro-cultural. A crescente envergadura da ação de atores hegemônicos tem fomentado alterações significativas no tecido urbano, agora atravessado por demandas das mais variadas ordens, o que propala processos que instauram novas formas, representações e disposições paisagísticas nas cidades. A operação de revalorização e refuncionalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, no pericentro carioca, sintetiza de que maneira o espaço se torna, no contexto pós-fordista, uma ferramenta estratégica de poder (Limonad, 2014). Para Broudehoux e Monteiro (2017), o Projeto Porto Maravilha caracteriza-se enquanto um empreendimento de atração da atividade imobiliária cuja implementação efetiva se escora em uma ressignificação simbólica do território sobre o qual busca-se investir. Assim, tentamos compreender de que maneira “representação e ação se encontram relacionados entre si no movimento de produção do espaço urbano” carioca (Sánchez, 2003; 86) a partir da narrativa construída acerca do projeto pelo Jornal O Globo, maior veículo midiático do país.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa demonstrou que foram ativados e mobilizados, no contexto da narrativa construída pelo O Globo acerca do Porto Maravilha, preconceitos e estigmas socioespaciais enraizados no imaginário coletivo carioca. Por meio de elementos discursivos e imagéticos, buscou-se a construção de um consenso social em relação à operação. Promessas de melhorias diversas, não apenas no ambiente

construído, mas também na qualidade de vida dos cariocas e no “resgate da autoestima da cidade” visavam atrair, para a região do Porto, fluxos de investimento e potenciais novos moradores de classes médias e altas.

CONCLUSÕES:

A análise do teor apoteótico através do qual o Jornal Globo veiculou notícias acerca do Projeto Porto Maravilha, em especial nos primeiros anos após o lançamento do empreendimento, evidencia de que maneira o processo de difusão em massa do modelo de cidade proposto legitima certas representações de espaço, desaguando em ações efetivas e materiais no espaço. No bojo desta dinâmica, alternativas mercantilizadas e financeirizadas de administração são apresentadas como as mais bem conciliadas com as necessidades da população e da cidade como um todo (Vainer, 2013). Bradando pela urgência da revitalização de áreas degradadas, os contornos (re)civilizatórios dos megaprojetos que recaem sobre regiões urbanas deterioradas costumam ignorar o fato de que a própria condição de instauração da degradação foi o modelo imprudente e excludente de urbanização precedente e a ação irresponsável do poder público em décadas anteriores. Busca-se atribuir a estas áreas atributos novos, alusivos ao imaginário da cidade-negócio: equipamentos culturais de arquitetura arrojada, grandes empreendimentos imobiliários, edifícios triple A ocupados por escritórios, avenidas e ruas moduladas para o consumo generalizado do/no espaço, sistemas de ponta de vigilância e controle, enfim, elementos visuais e operacionais cuja disposição engendra a composição de paisagens inebriantes, verdadeiros cenários do contemporâneo espetáculo da globalização. Assim, novas

verticalidades são introduzidas no território, remodelando-os à despeito das comunidades locais (Santos, 2012).

Agradecimentos:

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), viabilizou a produção deste resumo e do estudo a ele relacionado.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelos auxílios concedidos quando requisitados.

A João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro, à Prof. Dra. Ester Limonad aos demais membros do Grupo de Pesquisa em Cidade, Espaço e Lugar (GECEL-UFF)

Aos quatros setores (corpo discente, corpo docente, técnicos e administração) da Universidade Federal Fluminense e seus incontáveis esforços em prol da construção, defesa e manutenção do ensino superior público, gratuito e de alto nível.





História Antiga e Medieval

“O catarismo entre a lei e o pecado: uma análise dos discursos polêmicos após a Inquisição”

Mathews Nunes Mathias

Departamento de História/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/*Translatio Studii* – Núcleo Dimensões do Medievo

INTRODUÇÃO: O projeto teve como tema a construção do discurso sobre a heresia cátara pelos próprios cátaros e pela Igreja medieval e buscou discutir em linhas gerais as principais características do discurso eclesiástico sobre o catarismo, bem como as aproximações e diferenças entre o que a Igreja dizia ser a heresia cátara e o que os cátaros afirmavam ser suas próprias crenças, a partir de duas fontes básicas: o *Liber de duobus principiis* e a *Summa de catharis et pauperibus de Lugduno*.

Assim, buscou-se analisar e compreender o *Liber de duobus principiis* e a *Summa de catharis et pauperibus de Lugduno* a partir da identificação dos seus autores e do contexto mais geral de procedência dos seus escritos a fim de localizar no tempo e no espaço a origem das duas fontes. Além disso, a identificação e a compreensão das estratégias discursivas presentes nos escritos eclesiásticos e nos tratados cátaros tiveram grande destaque ao longo de toda a pesquisa, a fim de estabelecer um aporte comparativo consistente entre os dois documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A fim de compreender as estratégias utilizadas pelos heréticos ao tentar legitimar por

meio da escrita as suas crenças, selecionamos outros documentos produzidos pelos próprios heréticos que pudessem demonstrar a forma como eles mesmos se identificavam e se afirmavam diante das refutações do clero oficial. Nesse sentido, o Ritual de Florença (1213-1241) e um tratado anônimo languedociano (final do século XII), copiado e refutado pelo ex-valdense Durand de Huesca, em seu escrito *Liber contra manicheos*, composto por volta de 1220, foram muito importantes para reconhecer o lugar dos heréticos nos debates geralmente liderados e controlados pela Igreja.

Já com a *Summa de catharis et pauperibus de Lugduno*, no segundo semestre, além da tradução do documento, buscamos a partir dos trabalhos mais gerais sobre a *Summa*, situar o documento no seu contexto mais geral de produção e procedência, e iniciamos a discussão sobre a aplicação do método de análise dos discursos em relação às possíveis estratégias discursivas que conferiam legitimidade ao autor do tratado, que escrevia na qualidade de um ex-herético. Buscou-se outros exemplos de tratados e documentos escritos com essas mesmas características que auxiliassem na compreensão da estratégia discursiva de legitimidade adotada pelo frade dominicano.

CONCLUSÕES:

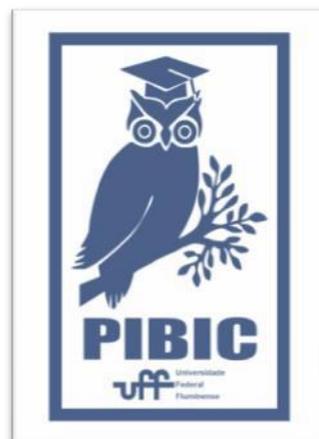
Durante a pesquisa, percebemos que ao buscar defender e justificar a existência do Deus Mal, o autor do *Liber*, recorreu muitas vezes às ferramentas intelectuais, empregadas no ambiente ortodoxo, o que pode demonstrar que os meios dualistas italianos estiveram abertos às discussões e aos métodos argumentativos dos católicos. Mais que isso, os cátaros da península itálica amparavam-se em passagens bíblicas de caráter mais obscuro – como o Evangelho de São João – e abertas à diferentes correntes de interpretação desenvolvidas ao longo dos séculos, tanto pelas heresias quanto pela ortodoxia.

Enquanto observamos as aproximações entre as duas fontes, como o uso da mesma lógica empregada pela escolástica latina e dos termos pejorativos para atacar o adversário, também percebemos diferenças importantes entre os dois documentos. O autor do *Liber* estava mais preocupado em sustentar a sua tese teológica do que apontar ritos ou cerimônias práticas enquanto o frade dominicano, já seguro em relação aos dogmas da Igreja, preferia apontar os erros dos cátaros em relação aos sacramentos e aos costumes católicos, em especial a penitência.

Sacconi busca examinar, sob um ponto de vista superior e arrogante, as práticas religiosas dos heréticos - pautadas num modelo penitencial mais simples – baseando na relação entre contrição-confissão-satisfação, elementos fundamentais do sistema penitencial ortodoxo renovado com o Concílio de Latrão IV. É com

base na nova doutrina da penitência que o frade dominicano pretende condenar de maneira mais eficaz o autor do *Liber* e os cátaros lombardos. Nesse sentido, podemos concluir que a heresia cátara sustentada no *Liber* era menos ameaçadora pela crença em dois princípios que a resistência com que os cátaros se mostravam diante do programa reformador da Igreja.

A importância da análise dos dois documentos para os debates sobre a construção social das heresias na Idade Média e, sobretudo, para as reflexões contemporâneas a respeito da intolerância religiosa e o fanatismo. Além disso, as análises e discussões feitas até aqui salientam a relevância dos dois manuscritos para os estudos sobre a heresia cátara e as suas interfaces com o contexto em que foram produzidos e suas diferenças e semelhanças com outros tratados produzidos naquela época por ortodoxos e heréticos. O que reforça a necessidade de pesquisas que abordem as fontes heréticas cada vez mais sobre uma perspectiva relacional e menos restrita ao campo das especificidades do catarismo.





UFF, Niterói

Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: *Tendências da Produção em Etnomatemática dos Congressos brasileiros*

Autores: Maria Cecilia de Castello Branco Fantinato
(orientadora) e **Marilene Lourenço da Silva** (bolsista PIBIC-CNPq)

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Educação da

INTRODUÇÃO:

Conhecer e respeitar as diferenças socioculturais em seus variados contextos é pressuposto da etnomatemática, linha de pesquisa que investiga as raízes históricas e culturais das ideias matemáticas presentes nos saberes de diferentes grupos sociais.

Nesta perspectiva, o presente projeto busca identificar as tendências da produção em Etnomatemática dos últimos congressos brasileiros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, onde estão sendo considerados como material de consulta os trabalhos publicados em formas de resumos e/ou texto completo de anais de eventos acadêmicos realizados no Brasil, voltados especificamente para a Etnomatemática, entre 2012 e 2016. Os procedimentos metodológicos da pesquisa incluem: leitura e identificação dos resumos dos eventos; tratamento estatístico das informações básicas dos mesmos; seleção de uma amostra intencional de trabalhos; leitura e análise dos textos completos dos trabalhos selecionados; levantamento de questões acerca da temática em foco; escrita de relatórios com síntese dos resultados. A pesquisa tem como propósito final, levantar desafios e contribuições da etnomatemática para a prática docente e as propostas educacionais.

Este resumo apresenta uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela bolsista no período de agosto de 2018 a julho de 2019, sob a orientação da coordenadora do projeto de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em Janeiro de 2018 iniciamos a pesquisa com os indígenas. Selecionamos intencionalmente trabalhos que discutissem e/ou abordassem

esta temática. Verificamos que nos três eventos (CBEm4; CBEm5 e Etnomat-RJ), foram apresentados quarenta e sete trabalhos, Sendo vinte e um no CBEm4, vinte e dois no CBEm5 e quatro no Etnomat-RJ, com variadas abordagens e discussões. Identificamos nos trabalhos as etnias mencionadas e/ou pesquisadas pelos autores. Foram quarenta e nove etnias citadas nestes trabalhos, sendo dezesseis no CBEm4, vinte e quatro no CBEm5 e quatro no Etnomat-RJ. No processo de coleta de dados e leitura completa dos mesmos, identificamos a recorrência de discussões acerca da educação indígena. Optamos pelo aprofundamento da análise da pesquisa com esses grupos, pela perspectiva educacional. Vimos que a etnomatemática discutida pelos autores em seus trabalhos, corrobora o protagonismo do indígena em seus modos específicos de quantificar, medir, selecionar, entre outras ideias matemáticas. Também pudemos perceber que a formação dos professores que irão atuar e/ou já atuam nas escolas das aldeias, é questão investigada e discutida em um número significativo de trabalhos. Assim, direcionamos nossas investigações para os trabalhos com temáticas indígenas fazendo um recorte para as questões que tangenciam a educação para esse grupo. Após leitura, sistematização dos dados em uma tabela e tratamento dos mesmos, quantificamos os trabalhos dos três eventos, e obtivemos a quantificação de trabalhos que discutiam a *formação de professores indígenas*, sendo: no CBEm4, foram nove trabalhos com este recorte; no CBEm5, sete e no Etnomat-RJ, dois trabalhos. Este recorte, obteve o quantitativo de dezoito trabalhos. No outro recorte feito, selecionamos trabalhos que descreviam, investigavam e/ou propunham *ações pedagógicas e educacionais para/com os*

indígenas. Foram identificados nove trabalhos com essas abordagens, sendo quatro no CBEm4, três no CBEm5 e dois no Etnomat-RJ. Pudemos observar que alguns trabalhos defendem uma perspectiva educacional diferenciada para o indígena, pois reconhecem suas especificidades culturais.

Educação diferenciada, Educação intercultural, Educação escolar e Educação bilíngue, foram palavras-chave recorrentes nos trabalhos selecionados para essa amostra, assim iremos prosseguir com nossa investigação, identificando nos trabalhos apresentados nos três eventos, as propostas educacionais citadas que coadunam com estes conceitos, buscando assim, tecer considerações qualitativas acerca da etnomatemática dos indígenas, em uma perspectiva diferenciada, intercultural e bilíngue.

CONCLUSÕES:

A pesquisa em etnomatemática aponta possibilidades e nos ajuda a pensar a educação matemática sob outros paradigmas. O diálogo entre culturas distintas, seria enriquecedor para todos os grupos envolvidos. Seria libertador, corroborar o protagonismo e a reafirmação de identidades suprimidas, negadas, ignoradas e em alguns casos, apagadas.

A complexidade dos contextos culturais dos indígenas, são dignos de nota. Os trançados, as pinturas corporais e suas formas geométricas, os sistemas de contagem e a construção de barragens de pesca, entre tantos outros saberes, são conhecimentos que não são validados pela escola tradicional. No entanto, são saberes que produzem e reproduzem existência desses grupos. Assim, urge a necessidade de que a escola seja diferenciada, que respeite a cultura do outro, que busque dialogar e respeitar diferentes modos de *matematizar*, entendendo que não há conhecimento único e civilizatório.

Agradecimentos:

A todos os membros do grupo de pesquisa de Etnomatemática da UFF (GETUFF), pelo incentivo, pelo acolhimento e pela generosidade em ensinar e aprender.

Ao CNPQ pela oportunidade concedida, pela bolsa de Iniciação Científica. E compartilhar a minha gratidão, pois neste momento me sinto privilegiada, por imprimir em minha trajetória acadêmica, experiências tão enriquecedoras,

enquanto bolsista de Iniciação Científica, pois, a cada etapa da pesquisa que concluo, eu me sinto transformada e renovada.

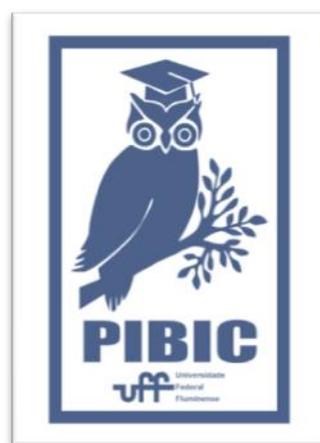


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Nome do projeto: Uma arte das conexões sutis: a formação de um corpo-clínico sensível

Autores: Mariana Thomaz de Aquino Ribeiro e Catarina Resende

Psicologia/Niterói/CorporeiLabS

INTRODUÇÃO: A pesquisa "Uma arte das conexões sutis: a formação de um corpo-clínico sensível" é vinculada ao Laboratório de Subjetividade e Corporeidade (CorporeiLabS). Investigamos como se desenrola a formação de um corpo-clínico sensível: seria possível elaborar, manusear, avaliar uma experiência sensível como matéria formadora de um corpo-clínico na graduação em Psicologia? Entendemos esse Corpo-Clínico como não só o corpo do clínico, mas, também o do analisando, o ambiente e as zonas de contágio. Inicialmente, utilizando os psicanalistas Winnicott e Ferenczi como disparadores bibliográficos nessa investigação, entendendo a contratransferência enquanto ferramenta do analista no processo terapêutico. Junto a isso, utilizamos o dispositivo de jogo do Modo Operativo AND como instrumento de sensibilização, no intuito de expandir experiências em nossos próprios corpos, sem uma distinção rígida entre sermos sujeitos e objetos de pesquisa, habitando as zonas de contágio entre corpos numa relação de cuidado. Numa aposta clínica ético-estético-política, nos debruçamos sobre a pergunta "Como viver juntos?"

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

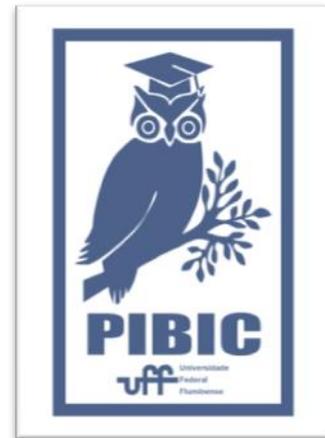
Em um ano e alguns meses de pesquisa, produzimos registros escritos das experiências do jogo MO_AND, fichamentos a partir do aparato bibliográfico, um mural que funcionava como guia do nosso processo investigativo diante das práticas metodológicas, leituras bibliográficas e afetos resultantes. Apostando num fazer clínico com a Arte, após uma viagem imersiva ao Instituto Inhotim, o grupo fez parte

da produção do evento "De dentro para fora e de fora para dentro", resultante da aposta de uma clínica em sua perspectiva Transdisciplinar; e de uma experiência imersiva em atividades da temporada de Laboratórios de Verão AND LAB Brasil 2019 "DO IRREPARÁVEL: O QUE PODE UMA ÉTICA DE REPARAÇÃO?", com a presença de Fernanda Eugênio (co-criadora) e integrantes do Núcleo AND LAB RIO. Após essa imersão, deparamo-nos com um incômodo, um silenciamento que ganhava espaço em nossos corpos enquanto pesquisadores e, conseqüentemente, em nosso corpo-pesquisa. Tal investigação experiencial nos sensibilizou quanto ao contexto das relações produzidas em nossos corpos enquanto plurais e diferentes entre si, na nossa realidade de universidade pública, habitando os embates e paradoxos da produção das corporeidades em suas multiplicidades e singularidades, fazendo-nos debruçar sobre os recortes possíveis dos corpos, por ora, os negros. Com essa nova perspectiva, mas mantendo as perguntas disparadoras "Como formar um corpo-clínico sensível?" e "Como viver juntos?", ampliamos a bibliografia para autores negros e mudamos a metodologia para a frequência do festival EntreDança: corpo negro, realizado no SESC Copacabana, cujo resultado está em andamento: a partir do nosso registro dos espetáculos, a elaboração de um evento com convidados dos campos da arte e da psicologia que possam contribuir para o nossos estudos e debates sobre os processos subjetivos da corporeidade negra.

CONCLUSÕES: Temos entendido que os processos de subjetivação se diferenciam em cada corporeidade, e isso tem nos convocado a pesquisar a relação com os corpos negros na formação de um corpo-clínico sensível. Compreendendo que não localizar um corpo é correr o risco de invisibilizar marcas e opressões sociais produtoras de uma afetividade singular e compartilhada coletivamente. Apostamos no cuidado de territorializar um corpo paradoxalmente indefinido e singular, trazendo voz e lugar à história e aos corpos negros, a partir de novas pesquisas bibliográficas e novas experimentações com a arte que possam nos conectar com as marcas de dominação e opressão presente em nossos próprios corpos. Compreendemos que esse corpo vai além do corpo do clínico, além de uma dimensão orgânica. Esse sentido do corpo diz respeito, para além do analisando, ao ambiente, aos elementos humanos e não-humanos que “surtem” no momento do encontro na clínica e ao vínculo terapêutico: dando a possibilidade de existência para tudo proporcionar tudo que toma esse corpo-clínico. Habitando a relação entre analista e analisando, o conceito de sensibilidade ganhou um espaço de destaque no estudo por atravessar e compor a formação do corpo-clínico em suas relações sutis e dinâmicas entre corporeidade e subjetividade. A partir desse registro sobre o nosso percurso até aqui, podemos observar os efeitos clínicos da formação em processo, sendo interessante enfatizar que as perguntas disparadoras se mantêm, mas, agora, abrindo espaço para uma perspectiva plural dos corpos. O que antes aparecia para nós como recortes fragmentados de experiências singulares, vem se apresentando em uma construção que pertence ao corpo-pesquisa, resultando em uma produção coletiva, que ganha forma na aposta de corpos-clínicos sensíveis, ao mesmo tempo em que nos abrimos a novos questionamentos, caminhando para continuar o percurso.

Agradecimentos: Primeiramente, agradeço carinhosamente aos bons encontros proporcionados pela pesquisa: minhas companheiras de percurso que tanto somaram, em especial Júlia Câmara, Júlia Craveiro, Jully Wanny, Luiza Loyola, Marcelle Freitas e Victoria Guimarães. À nossa orientadora tão sensível e acolhedora, Catarina Resende. Agradeço à

bolsa PIBIC UFF, sem ela talvez não fosse possível o investimento de tempo de trabalho e presença nos espaços de forma assídua. Ao Laboratório de Subjetividades e Corporeidades (CorporeiLabS) que proporcionou muitas vezes o espaço da Sala de Corpo e seus materiais para nossos encontros. Ao AND LAB Rio, auxiliando em nossos estudos e práticas metodológicas. Ao SESC-Copacabana que proporcionou entradas gratuitas para a nossa nova metodologia. Agradeço a Universidade Federal Fluminense que com muito esforço e luta, ainda mantém o ensino público de qualidade.





Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

**Título do projeto: DIMENSÕES DO PROCESSO CRIATIVO:
LUGARES, HIERARQUIAS E DIVERSIDADE DA ARTE**

Autoras: Lígia Dabul e Bruna Raposo

**Departamento de Sociologia / Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia / NECTAR – Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e**

Arte

Bolsista: Bruna Raposo Tavares (PIBIC CNPq 2018/2019)

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa consiste em desdobramento do projeto *Criação, diversidade e hierarquia na arte*, apoiado pela Faperj, e em continuidade com o *Dimensões do processo criativo: lugares, hierarquias e diversidade da arte*, apoiado pelo CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa, em vigência). As pesquisas realizadas, tentando trazer para o campo das ciências sociais questões sobre a criação artística, buscou delinear e descrever determinações sociais de processos criativos e tratar procedimentos rituais, interações sociais e a experiência de artistas como itens fundamentais. Percorreu-se até agora duas etapas. A primeira buscou refletir sobre como as categorias artesão e artista são definidas relacionalmente. Para tanto, utilizou material bibliográfico, fruto de pesquisa bibliográfica, e o acompanhamento de discussões online deflagradas com a criação de decreto que estabelece o artesanato como profissão. Na segunda etapa, tratou-se de retomar material e formulações de etapa anterior da pesquisa (realizada em 2017 e também contando com bolsista PIBIC), dessa vez focando em artistas contemporâneos, levantando e analisando biografias de artistas visuais. Este resumo se concentrará na segunda etapa da pesquisa, retomada no início de 2019 após a troca de bolsistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Alguns resultados a que chegamos têm relação com o foco que dirigimos na investigação para artistas plásticos oriundos das classes

populares. De um lado, constatamos vínculo importante que suas formas de criação artística mantêm com lugares, situações e operações de venda, e que o caráter repetitivo comumente atribuído a essas formas encobre as diversas operações e os diversos ímpetus inventivos que experimentam. De outro lado, a constatação da existência e o estudo de uma grande variedade de trajetórias de artistas plásticos indicaram haver uma diversidade e um caráter relacional nas configurações que práticas artísticas e lugares sociais de artistas assumem. Na pesquisa proposta no presente projeto, buscaremos estender a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e formulações teóricas a respeito de questões derivadas desses resultados, tendo como hipóteses fundamentais a importância da inclusão do insucesso como experiência socialmente relevante e extensiva também na arte; a diversidade de configurações que a arte assume na vida social, relacionadas de maneira a maior parte das vezes tensa; o caráter criativo de práticas artísticas voltadas para a venda do produto artístico.

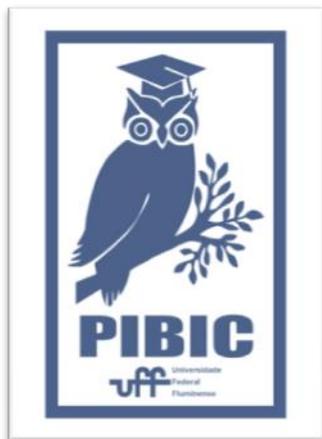
CONCLUSÕES

Esta segunda etapa da pesquisa se encontra no início de uma retomada do projeto. Assim, pouco se concluiu até o momento. Algumas das conclusões vieram após estudo bibliográfico da questão da história de vida nas Ciências Sociais, metodologia escolhida para investigar a hipótese da trajetória de vida como uma construção social. A vida de um indivíduo é na verdade um caos, e ele constrói um relato de uma trajetória com uma sequência de acontecimentos significativos pelos quais passa sucessivamente, que não são necessariamente

a representação da vida per si do sujeito. Outras conclusões vieram de leitura sobre os aspectos sociais da entrevista, tipo de bibliografia usada na coleta de dados. A entrevista pode ser considerada como um dispositivo para a criação de trajetória de vida – ou no caso da pesquisa, trajetória artística –, pois pode ter diversas funções, tais como de biografia e autobiografia, e além disso, seu caráter narrativo recupera uma estruturação da vida e da identidade do indivíduo. Tais aspectos puderam ser vistos em algumas entrevistas com artistas plásticos analisadas no decorrer desta etapa.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq pelo apoio ao projeto.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

**Título do Projeto: Adolescência, Laço Social e Educação:
Novas Questões, Novos Horizontes**

Autores: Luciana Gageiro Coutinho

Paula Fonseca Regufe

**Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Educação-
SFP**

INTRODUÇÃO:

O trabalho apresenta a pesquisa “Adolescência, Laço Social e Educação: Novas Questões, Novos Horizontes” realizada entre os anos de 2017 e 2019 que teve como base relatos de adolescentes que participaram das ocupações escolares do Rio de Janeiro. Posto que na adolescência há uma tentativa de desalienação das figuras parentais na busca por um discurso próprio, o presente estudo teve como objetivo articular psicanálise e educação, visando pensar como a experiência das ocupações possibilitou transformações nos laços sociais desses jovens não apenas dentro das escolas, mas também em outros contextos, enfatizando o reencontro com o Outro que então se dá.

Por tratar-se de adolescentes, tão comumente descritos como aqueles que mais recusam ou resistem à escolarização, nos questionamos: O que as ocupações das escolas nos ensinam sobre o laço entre adolescência e a educação hoje?

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa utilizou o recurso metodológico da pesquisa-intervenção fundamentada nos pressupostos teóricos da psicanálise, consistindo em entrevistas com jovens entre 14 e 18 anos que se dispuseram a falar voluntariamente sobre suas experiências nos movimentos das ocupações escolares de 2016. Para a produção do trabalho foram realizados estudos teóricos sobre adolescência e sobre pesquisa em psicanálise que serviram de base para a análise dos diários de campos produzidos a partir das entrevistas.

Considerando que a escola é um dos primeiros contatos com mundo público e com

base no material obtido, constatou-se que o movimento das ocupações produziu efeitos na subjetivação desses jovens participantes. Tal experiência proporcionou aos adolescentes uma busca por novos laços e novas formas de se enlaçar no discurso, que foram nomeados através dos seguintes eixos temáticos: 1) *Identificações*, 2) *Alteridade*, 3) *Ter voz*, 4) *Outro Familiar*, 5) *Outro Público*.

Neste trabalho falaremos mais especificamente em como o movimento possibilitou um encontro com uma nova dimensão do Outro (a qual chamamos de *Outro Público*) que se refere ao enlaçamento desses jovens nos discursos sociais. Junto a isso, falaremos de como foi possível perceber, através das falas dos entrevistados, que houve uma modificação dos laços e do modo de serem vistos/ouvidos na família, tornando perceptível o momento em que os adolescentes assumem uma nova posição em relação ao *Outro na família* e constroem novos modos de se dirigir ao *Outro Público*.

CONCLUSÕES:

No contexto das ocupações, os alunos puderam questionar as estruturas e a hierarquia escolar, quando conjuntamente se perceberam capazes de transformarem as mesmas. Como disseram, desenvolveram o “senso de coletividade”, de “política” e de “autogestão”, assim como entraram em contato com o incômodo relativo a algumas regras vigentes nas escolas. Pudemos trabalhar tais transformações, pensando sobre as alterações na relação com o Outro e com os outros. As tensões geradas nos estudantes devido ao convívio com as diferenças, as decisões a serem tomadas no coletivo, e a necessidade de

sustentar um discurso, incidiu sobre a adolescência de cada um dos ocupantes.

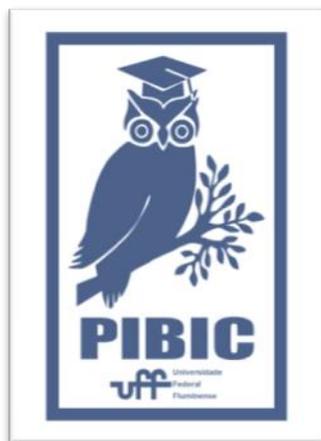
Sendo assim, o movimento das ocupações estudantis de 2016 foi importante não só por questões políticas, mas também por permitir, de alguma forma, a partilha do trabalho psíquico da adolescência, possibilitando a construção de um discurso próprio ancorado no coletivo. Por meio desse foi possível haver uma atualização dos laços existentes no ambiente escolar, tanto entre alunos, como entre professores e alunos, ou ainda, entre a escola e a sociedade como um todo. Laços que implicaram no reconhecimento do desamparo de cada um e a promoção de identificações horizontais sem exigir a onipotência de um líder ou a submissão voluntária à ordem do eu ideal ou à lógica do idêntico, apostando no viver coletivo como construção de caminhos possíveis na sustentação do desejo. Possibilidade de restituir o lugar da escola como ideal, como *Outro* público, reinvenção da escola, que coincide com o momento de reinvenção de si típico da adolescência.

Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, com o auxílio financeiro dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

A Prof. Dr. Luciana Gageiro Coutinho pela coordenação do projeto e orientação dele.

A Faculdade de Educação- SFP da Universidade Federal Fluminense pela parceria e pelo apoio





História da Psicologia

A QUESTÃO DA CLÍNICA NA OBRA INICIAL DE MICHEL FOUCAULT

Marina Soares Ramos

Departamento de Psicologia (RPS)/UFF/CURO

INTRODUÇÃO Este trabalho pretende realizar uma investigação dos compromissos foucaultianos com a fenomenologia nos primeiros textos do autor: *Doença Mental e Personalidade* (1954/2003) e *Introdução a Sonho e Existência* (1954). Na forma de uma análise pormenorizada de sua particular leitura de Husserl, sob a suspeita de que os problemas levantados pelo francês, no que concerne ao tema fenomenológico, constituíram o solo fértil do qual nasceu sua nova perspectiva de Homem. Partindo da tese de que a preocupação herdada de Husserl, por Foucault, pelas condições que determinam o aparecimento da significação foram fundamentais na consolidação tardia de sua argumentação, o esforço do presente trabalho foi (i) analisar o propósito com que Husserl altera, em 1913, o seu pensamento acerca da análise do signo anteriormente apresentada em suas *Investigações Lógicas I* (ii) problematizar o modo com que Foucault recebe tal pensamento, e discutir o seu desenvolvimento ao longo da obra do filósofo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No segundo tópico de *Introdução a Sonho e Existência* podemos tentar compreender como é dada a particular leitura de Foucault das *Investigações Lógicas*. A partir deste tópico, vemos que – aos olhos de Foucault – o passo dado por Husserl na direção de uma superação da psicanálise consistiu em identificar uma distinção fundamental entre *índice* e *significação* em sua teoria dos signos apresentada nas *Investigações Lógicas I*. Foucault insiste que a psicanálise, ao confundir as duas coisas, foi insuficiente em reconhecer a linguagem própria do sonho. Para Foucault, a psicanálise “confundiu a realização das significações com a indução dos indícios”. Na teoria dos signos de Husserl a indicação, está naturalmente – e necessariamente – ligada a seu significado, por

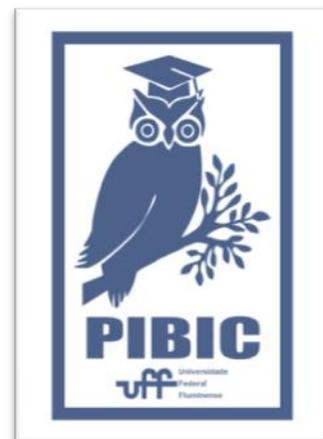
uma razão física ou psicológica. Para Foucault, Freud, então, não soube separar o que no sonho tinha significação simplesmente por remeter a uma situação objetiva vivida – os *indícios* –, daqueles que seriam os conteúdos significativos – os *signos genuínos* –, que possuem um sentido imanente à experiência do sonho. A fenomenologia husserliana daria conta, portanto, de fazer a “imagem falar” quando sugere um ato significativo por meio do qual toda significação é possível, um ato que liga a imagem ao sentido. Porém, a compreensão fenomenológica recairia, sobre o “modo da interioridade”. E, então, apesar de ter conseguido fazer falar as imagens, a fenomenologia não deu a ninguém a possibilidade de explicar as experiências imaginárias, seria necessário encontrar o que de comum fundamenta tanto a indicação, quanto a significação e os atos de expressão. Binswanger, que tornou possível o estabelecimento de uma filosofia das expressões, quando buscou, através dos sonhos, fundamentar ontologicamente a existência do homem.

CONCLUSÕES:

A análise inicial da clínica na obra inicial de Michel Foucault nos abriu para a questão da importância da relação do filósofo com a fenomenologia. De modo geral, podemos afirmar que os problemas fundadores da fenomenologia foram a base para as reflexões da maturidade do autor. E se há uma continuidade da motivação quando a questão é a preocupação com as restrições sociais e históricas colocadas sobre a compreensão da humanidade e suas possibilidades; mesmo que, para a fenomenologia, o problema seja da ordem de um descaso com a interioridade do homem, e para Foucault da maturidade, o contrário, ou seja, é justamente a permanência no domínio da interioridade o problema. Uma

segunda continuidade e talvez mais relevante poderia ser apresentada pelo fato de o filósofo ter retirado de Husserl às preocupações com as análises das significações imanentes ao vivido e passar a interrogar-se futuramente sobre as condições formais e historicamente discursivas de aparecimento do sentido em suas obras posteriores.

Do elogio a Binswanger ao seu posicionamento mais desfavorável em relação ao pensamento fenomenológico, a identificação do ato-significativo husserliano foi de suma importância no pensamento posterior do filósofo. Isso ocorre sobretudo em função de seu contato com as Investigações Lógicas, que parecem ter feito emergir nele uma ideia que desenvolveu ao longo de suas obras. Se a fenomenologia reduz a experiência humana a categorias objetivas, o último Foucault, por sua vez, resiste a esse reducionismo em categorias, tanto a redução da experiência humana a categorias essenciais, ontológicas ou naturais. O reducionismo explicativo rejeitado pela fenomenologia, é bem-sucedido ao não reduzir a experiência humana a categorias mais apropriadas aos objetos da ciência natural, mas a categoriza de alguma forma. Enquanto a rejeição da fenomenologia ao reducionismo explicativo a leva a perguntar quais são realmente as categorias apropriadas da experiência humana, a rejeição posterior de Foucault ao reducionismo categorial o leva a perguntar a que ponto da história do pensamento existem categorias apropriadas de experiência humana.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Saúde mental em estudantes universitários de IES públicas e privadas no Norte do Estado do Rio de Janeiro

Autores: Letícia da Silva de Souza e Ana Lúcia Novais Carvalho

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia – ESR - LAPSODES

INTRODUÇÃO:

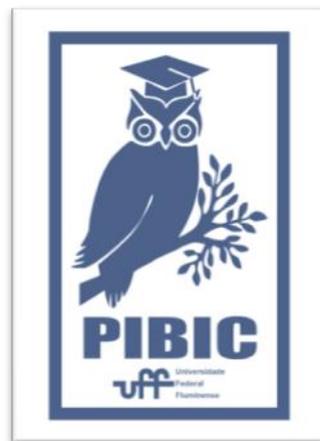
A percepção do suporte familiar é discutida como fator preditor de saúde mental, sendo a família um modelo que serve como referência para que seus membros construam outras relações sociais. Considerando que a estrutura e o funcionamento familiar exercem influência no desenvolvimento dos indivíduos, questiona-se o desenvolvimento de transtornos mentais, como os transtornos de ansiedade, e sua possível associação com a percepção do suporte familiar. O presente estudo, portanto, teve como objetivo avaliar o papel da percepção do suporte familiar entre universitários e a presença de sintomas de ansiedade. A amostra foi composta por 100 estudantes matriculados em instituições públicas e privadas de ensino superior, com idade entre 18 e 40 anos, que responderam a três instrumentos: questionário sociodemográfico, Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e Inventário de Ansiedade de Beck (BAI).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A análise de dados revelou que as mulheres, quando comparadas aos homens, apresentaram mais frequentemente queixas de ansiedade. Estes dados estão de acordo com os demais achados na literatura. Quanto à percepção do suporte familiar, não foram observadas diferenças significativas entre homens e mulheres, sendo que parte da amostra relata baixa percepção de suporte familiar. Sobre a presença de sintomas de ansiedade foi observada associação, onde participantes com baixos níveis de percepção de suporte familiar relatavam presença de sintomas de ansiedade.

CONCLUSÕES:

A percepção de baixo suporte familiar pode contribuir para o surgimento de sintomas de ansiedade em sujeitos com predisposição. Sugestões para intervenção junto à população universitária devem ser consideradas.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Área: Sociologia

Subárea: Sociologia do Desenvolvimento

Título do Projeto: Cadeias Globais de Valor na Indústria Automobilística: uma análise sociológica da MAN Latin America em Resende (RJ).

Autor: Carlos Eduardo Salermo Crespo

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) / Departamento Multidisciplinar (VMD) / Laboratório de Multi-Aplicação em Gestão (LAMAG)

INTRODUÇÃO:

Nas últimas décadas, muitas indústrias expandiram-se de entidades delimitadas nacionalmente para redes fragmentadas de negócios. Em termos de organização, se tornaram globalmente distribuídas e acabaram resultando em empresas líderes, fornecedoras e prestadoras de serviços que, em sua maioria, operam de forma global. A decorrência disso é que diversos países e regiões alternaram de setores industriais completos para especialização em aspectos específicos de produção. Esse cenário torna-se claro quando se nota a distinção entre projeto e fabricação de uma série de bens de consumo de massa, que são projetados em países como Japão, EUA ou mesmo na Europa e fabricados na China, México ou Europa oriental (STURGEON E GEREFFI, 2013).

A produção desses bens conta com insumos vindos de dezenas de países e os produtos finais são exportados ou vendidos localmente. Esses padrões observados existem em diversos tipos de indústrias produtoras de bens eletrônicos, de vestuário e de automóveis. Essas novas formas de sistemas de produção global são chamadas de “cadeias globais de valor” ou CGVs. As CGVs estão promovendo novos desafios em muitas áreas, nas políticas governamentais, na coleta de dados estatísticos, assim como no que diz respeito às estratégias empresariais. É possível afirmar então que em essência as CGVs criam novos desafios para a própria estratégia do desenvolvimento econômico local, regional e até mesmo nacional (STURGEON E GEREFFI, 2013)

É a partir desse panorama que iniciamos a análise do objeto de estudo, a Volkswagen/MAN Latin America. A diretriz principal é compreender aspectos formadores da Cadeia Global de Valor (CGV) no Sul Fluminense, mais especificamente no município de Resende.

A pesquisa desenvolvida pode ser dividida em dois focos de ação, uma cisão teórica envolvendo a MAN Latin America e o município, associado ao mapeamento da cadeia à Luz da literatura da sociologia econômica; e outra operacional que abarca a construção de um banco de dados sobre o setor, bem como, um site observatório da indústria, o BRAIN (Brazilian Research in Auto Industry).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No que tange ao primeiro foco de ação da pesquisa, convém ressaltar alguns pontos, como o local de fabricação dos automóveis e a formação de empregos como eixos principais abordados para início do mapeamento da CVG.

Na década de 90, a Volkswagen se instala em terras resendenses por uma decisão estratégica entre outras coisas pelo aspecto territorial e posição geográfica favoráveis. Sendo o município próximo de rodovias importantes como a BR-116, sua escolha era mais do que justificável.

A Volkswagen (atual MAN Latin America) trouxe um novo modelo de produção, conhecido como Consórcio Modular, um modelo único que combina processos de manufatura e desenvolvimento tanto da MAN quanto de seus fornecedores sob a mesma linha de montagem. O consórcio atualmente se estrutura da seguinte forma: oito parceiros executam a montagem de

conjuntos completos de peças. São eles a Maxion, a Arvin Meritor, a Remon, a Powertrain, a AKC, a Carese, a Continental e a Kroschu (Kromberg & Schubert)

O primeiro processo da pesquisa foi o direcionamento de esforços para identificar se a fabricação dos fornecedores de primeiro nível (parceiros do consórcio no caso da MAN) era local ou se configurava em importação.

Empresa	Origem	Produto/Serviço	Fabricação local	Importação	Localização
Maxion	Brasil	Montagem do chassi	X		Resende
Arvin Meritor	EUA	Eixos e suspensão	X		Resende
Remon	Brasil/Japão	Rodas, pneus, alinhamento e balanceamento	X		Resende
Magneti Marelli Powertrain	Itália	Motores	X		Resende
AKC (AETHRA Group)	Brasil	Armação da cabine	X		Resende
Carse	Alemanha	Pintura	X		Resende
Continental	Alemanha	Tacógrafos, painéis de instrumentos e módulos eletrônicos para as cabines.	?	?	Resende
Kroschu	Alemanha	Acabamento de cabines	X		Resende

Figura 1: Local de Fabricação das Empresas

Além do processo para a formação da Figura 1, também se destinou esforço para a identificação geográfica dos fornecedores, tudo no intento da formação do mapa da cadeia ao mesmo tempo que se compreendia melhor sua formação. Essas informações foram pesquisadas na internet, buscando o CNPJ das empresas e consultando, no SINTEGRA, o comprovante de inscrição e situação cadastral. A partir desse CISC, é possível identificar o endereço e as principais atividades econômicas da empresa. Também foram pesquisados os meios de contato com as empresas, como e-mails e telefones, a fim de confirmar as informações apresentadas.

Pesquisou-se também quais bairros nas cidades concentravam os operários do setor. A questão proposta era para além de saber como funciona o fluxo de pessoas, identificar onde está concentrada essa mão de obra e, conseqüentemente, onde era gasta a renda

advinda do salário. Para operacionalizar o processo, separamos em etapas a coleta de informações e identificamos atores que poderiam nos responder essa questão, como, por exemplo, a FIRJAN, as secretarias especializadas dos municípios do PRIQ, bem como as empresas que realizam o transporte dos trabalhadores, Tursan, TransMargoo e Solazer. Infelizmente esse grau de detalhamento das informações era inexistente em alguns desses locais e não contabilizados e/ou sigilosos em outros o que infelizmente se configurou em não cumprimento dessa meta em especial.

Outro aspecto relevante no processo de mapeamento é relativo à questão do emprego no setor. O ingresso da MAN em meados dos anos noventa passou a atrair um contingente de trabalhadores considerável, haja vista que pelo menos 1500 funcionários são empregados pela fábrica, e destes cerca de 1300 estariam trabalhando nas sete subcontratadas encarregadas da linha de montagem (MAN-LA, 2019).

Sendo o emprego formal e a geração de renda, e de valor, aspectos relevantes a discussão central da formação das Cadeias, no intento de acompanhar com maior grau de detalhamento essas informações relacionadas, não só a MAN-LA, mas ao setor como um todo no recorte municipal resendense definimos uma metodologia para acompanhamento dos empregos utilizando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os dados contidos no CAGED podem ser filtrados de acordo com diversos critérios, o escolhido foi o de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Considerando a dificuldade de se acompanhar as modificações por ocupação a escolha da classificação por atividade se deu como caminho mais pertinente e viável. Sendo o CNAE uma forma de padronizar os códigos de atividades econômicas em todo o país, a primeira etapa foi a triagem das atividades que entrariam no escopo da pesquisa. De acordo com a classificação do IBGE em nível de hierarquia a opção principal foi Seção C: Indústria De Transformação - Divisão 29 Fabricação De Veículos Automotores, Reboques E Carrocerias (IBGE, 2019).

Somando um total de 13.146 empregados nos setores filtrados através do CNAE, tem-se que apesar de bem próxima existe uma diferença entre o número de desligados (6.204) e de admitidos (6.942) de

738 trabalhadores, indicando que por mais que o volume de desligamentos seja grande o de admitidos é ainda maior. Esse dado coloca em destaque essas atividades por conseguirem gerar empregos formais em um volume considerável.

O segundo foco de ação da pesquisa, de forma sucinta, consistiu na coleta de notícias e reportagens sobre o setor. Foi feito um catálogo com as notícias e reportagens sobre a linha pesquisada, organizando-as através de leitura e discussão de acordo com filtros tornando o acesso a essas informações mais intuitivo e prático.

Por fim, o último resultado obtido pela pesquisa foi o início da construção do observatório da atividade industrial automotiva ou Brazilian Research in Auto Industry (BRAIN). Esse observatório tem a intenção de compilar indicadores socioeconômicos da região Sul Fluminense, principalmente a microrregião do PRIQ, composta por Porto Real, Resende, Itatiaia e Quatis, principais cidades que abarcaram os investimentos e instalações da indústria automotiva no estado do Rio de Janeiro; e também informações sobre as estatísticas setoriais e próprias das montadoras (e outras empresas) instaladas na região.

CONCLUSÕES:

Discutir a formação das Cadeias Globais de Valor torna-se cada vez mais necessário no cenário atual onde as políticas de desenvolvimento enfrentam dificuldades em se readaptar dadas as novas dinâmicas de flexibilização e difusão do valor do que se é produzido.

O caso específico da MAN Latin América demonstra que a maioria de seus consorciados realiza a fabricação localmente, um indicativo positivo de geração de emprego que corrobora com a análise mais abrangente sobre o setor (no recorte do município de Resende) onde observa-se um crescimento do emprego formal.

No geral, o acompanhamento das atividades econômicas específicas é valioso na medida que pode demonstrar com bastante confiabilidade e detalhamento como a MAN e outras montadoras estão sendo responsáveis pelo avanço do desenvolvimento e geração de emprego e renda para o município, e conseqüentemente para a região como um todo.

Agradecimentos

Primeiramente, um agradecimento ao meu orientador Dr. Raphael Jonathas da Costa Lima por me integrar nesse trabalho. Em segundo, ao PIBIC e à UFF pelo investimento com a bolsa de iniciação científica, muito importante para a viabilidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GEREFFI G., STURGEON, T. Global Value Chain-Oriented Industrial Policy: The Role of Emerging Economies, 2013.
IBGE. CNAE, 2019.
MAN LATIN AMERICA. Institucional. [2019].



CIÊNCIAS HUMANAS

Algumas controvérsias sobre a dependência e o desenvolvimento: uma interpretação sociológica dos estudos sobre o desenvolvimento

Lavínia Oliveira de Lima

Alessandro André Leme (Orientador)

Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia -

UFF

INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento na América Latina teve na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal-ONU), a inauguração do método histórico-estrutural numa original teoria do subdesenvolvimento que se contrapôs às visões etapista e neoclássica acerca dos países periféricos. Após a segunda guerra o debate adquiriu centralidade na Sociologia e Ciência Política¹. À luz de controvérsias teóricas, objetivamos descrever os processos e estratégias para o desenvolvimento no Brasil, comparando os debates do “desenvolvimentismo” e do “novo-desenvolvimentismo”² e as abordagens teórico-metodológicas presentes em Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, primando por um olhar sociológico e interdisciplinar que buscou sintetizar as principais questões que circunscrevem a discussão sobre desenvolvimento na atualidade em face ao passado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através de pesquisa bibliográfica com recursos documentais audiovisuais, o projeto resgatou primeiramente a originalidade da teoria cepalina para o pensamento econômico da região, especialmente no Brasil, passando pelas críticas feitas à Cepal

e a Celso Furtado quanto à premissa do desenvolvimento nacional autônomo e em seguida, discorrendo sobre o “nacional-

desenvolvimentismo” brasileiro, relacionando-o com a atuação intelectual dos desenvolvimentistas críticos entre 1950 e 1980 no Brasil, década de derrocada do Estado Desenvolvimentista. Celso Furtado³ produziu a interpretação do subdesenvolvimento enquanto um processo histórico autônomo, responsável por perpetuar problemas estruturais de diversas ordens, e rejeitou o economicismo ao priorizar categorias como mimetismo cultural, racionalidade substantiva, vontade política, Estado, projeto nacional. O autor pensou o desenvolvimento enquanto ideia mobilizadora de transformação, e não apenas em termos de acumulação capitalista. Cardoso com a “teoria da dependência” associada, propôs uma rejeição ao “neopositivismo metodológico”, relacionando situações de dependência a processos históricos e políticos através de conceitos marxistas e weberianos, em face ao estruturalismo da Cepal. Suas obras contêm sociologias do desenvolvimento latino-americano e brasileiro, bem como as de outros latino-americanos. A partir dos 2000 encontramos debates diversos, sobre a escola da dependência, Celso Furtado, além de proposições “neodesenvolvimentistas” a partir dos governos Lula que apresentam alternativas, principalmente de política econômica, ao modelo neoliberal vigente no Brasil.

CONCLUSÕES

As abordagens imersas no debate sobre o desenvolvimento produziram autenticidade nos países da região em pensar suas condições em relação ao mundo capitalista. A atuação de Furtado no seio do desenvolvimentismo

favoreceu pensar o papel do intelectual no Estado e na sociedade. Da Cepal saíram contribuições de história econômica, sociologia, economia industrial e do ISEB, perspectivas em torno do “nacional”. Da Sociologia da USP, os debates em Florestan Fernandes, Cardoso, entre outros. O desenvolvimentismo brasileiro firmou o Estado moderno no fim dos anos 1930 até os 1970, entre governos nacional-populistas e autocráticos. A internacionalização estadunidense, o fim do sistema Bretton Woods, o Consenso de Washington e a virada à esquerda em países da região nos anos 2000, modificaram – junto dos arranjos políticos internos – a atuação do Estado no Brasil, e o conceito de dependência e desenvolvimento nesses autores de maneiras diferentes possibilita interpretações sobre o cenário atual. A perspectiva histórico-estrutural na abordagem de Cardoso⁴, é uma reconstituição da história de relações estruturais, e não apenas referência cronológica à ação dos atores. A presença em Furtado de autores da sociologia alemã, da teoria keynesiana e cepalina, historiadores/economistas franceses, além de seu conhecimento amplo sobre a formação econômica brasileira, contribuem para o pensamento social brasileiro. O Centro Internacional Celso Furtado e a Fundação FHC são espaços de produção de debates sobre desenvolvimento no século XXI.

Agradecimentos

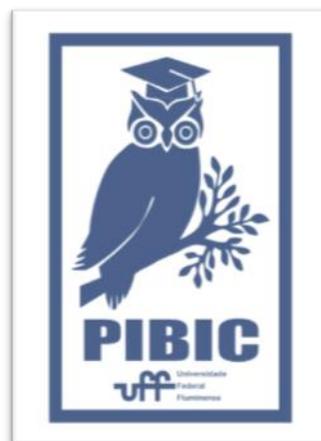
À Proppi-UFF, pelo financiamento da iniciação científica. Ao professor Alessandro Leme, pelo incentivo na Sociologia ao debate sobre América Latina e Pensamento Social brasileiro, nem sempre predominantes nos currículos da graduação em Ciências Sociais da UFF. À professora Flávia Rios pelas aulas de metodologia e técnicas de pesquisa.

1- LEME, A. A. **Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária.** Soc. estado., Brasília, v. 30, n. 2, p. 495-527, Aug. 2015.

2- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.** Revista de Economia Política, vol. 30, no 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro, 2010.

3- FURTADO, C. **A superação do subdesenvolvimento.** Economia e Sociedade, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 37-42, out. 2016.

4- CARDOSO, F. H. **A dependência revisitada.** Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Flacso, (4): 3-31, dez, 1972.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: “Escolas do Território: Currículos Diferenciados Indígenas, Caiçaras e Quilombolas na Costa Verde”

Autores: Domingos Nobre e Stephanie Magalhães

Departamento/Unidade/Laboratório: DED / Instituto de Educação de Angra dos Reis – IEAR

INTRODUÇÃO:

O projeto “Escolas do Território: Currículos Diferenciados Indígenas, Caiçaras e Quilombolas na Costa Verde” é uma continuidade do acompanhamento pedagógico à implantação do 2º Segmento do Ensino Fundamental Indígena Guarani (iniciado com o PIBIC 2015-2016) e uma ampliação com a implantação do 2º Segmento do Ensino Fundamental Caiçara nas Praias do Sono e Pousa da Cajaíba, em Parati (PIBIC 2016/2017) e tendo incluído o 1º Segmento de Educação Escolar Quilombola, com o PIBIC 2017/2018. Este projeto (PIBIC 2018 – 2019) incluiu mais uma ampliação do trabalho de formação na região da Costa Verde, que abrange agora todas as Escolas Municipais de 1º Segmento da Zona Costeira de Parati: Escola Municipal Ponta da Joatinga – Ponta da Joatinga, Escola Municipal Ponta Negra – Praia da Ponta Negra, Escola Municipal Praia do Calhaus – Praia do Calhaus, Escola Municipal João Apolônio dos Santos Pádua – Praia da Ponta Grossa, Escola Municipal Prof.^a Rita de Cássia Gonçalves – Ilha do Araújo e Escola Municipal Domingos Gonçalves de Abreu – Saco do Mamangá.

Em julho de 2018, depois de muita luta do movimento indígena, finalmente a SEEDUC/RJ – Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro, iniciou o curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena, para os Guarani Mbya da região da Costa Verde, tendo também uma aluna Pataxó de Paraty. O curso é oferecido em parceria com o IEAR/UFF, que coordena, oferece e acompanha as disciplinas pedagógicas, através de um Acordo de Cooperação Técnica entre IEAR/UFF e SEEDUC-RJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No curso de formação continuada para professores das escolas Caiçaras de 1º segmento, a etapa da metodologia de construção curricular diferenciada de Reorientação Curricular (“Estudo de Uma Nova Visão de Área”), teve seu início. Ao longo de 2019, foram estudadas: a) Epistemologia das disciplinas; b) Tendências pedagógicas no ensino das disciplinas e c) Conceitos integradores; das áreas de Português, Matemática e Ciências. No estudo de Língua Portuguesa, surgiu a seguinte reflexão teórica: Como aprender gramática lendo e escrevendo texto? Os conceitos da Educação Infantil também foram discutidos e o mapa conceitual da área, elaborado coletivamente no Grupo de Pesquisa, foi apresentado ao grupo. A FOFA (técnica de diagnóstico participativo que discute: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças do projeto educativo das escolas) foi feita com os professores, para que posteriormente eles a fizessem nas suas escolas, com a comunidade escolar. Os questionários para a produção do “Diagnóstico Sociocultural” foram elaborados em conjunto com os professores, para serem aplicados nas comunidades.

Na formação de professores das escolas Caiçaras de 2º segmento, o ano se iniciou com a análise das matrizes de planejamento dos projetos pedagógicos anteriores, apontando o que faltava para 2019 em cada disciplina. No decorrer do semestre houve um replanejamento e atualização do Projeto: “Uma Outra História de Parati”. Foram repassadas as atividades da aula guia com os professores, com apontamentos sobre quais atividades foram realizadas, quais não foram, e quais foram parcialmente realizadas. Foram também levantados os conteúdos que

precisavam ser abordados no 9º ano, e analisadas as diferenças entre os Ciclos no Projeto. Os encontros também tiveram espaço para a colaboração no projeto dos professores de elaboração de um livro de cordel para o Sono, “O Sono, Caiçara e a Luta” e outro para o Pouso, com a temática “O Pouso, Caiçara e a Luta”, dialogando com o Livro de Euclides da Cunha: Os Sertões.

Na formação quilombola, os professores retomaram a matriz experimental elaborada em 2018 para rever o que não foi trabalhado com os alunos e atualiza-la com novas ideias discutidas no grupo e inserir os conceitos integradores que estavam faltando. Foram tiradas ideias de atividades diferenciadas que correspondessem ao projeto em execução. O nome do projeto pedagógico ficou: “Um Olhar Sobre o Quilombo”, para a escola do Quilombo do Campinho, e “Eu e Minhas Origens”, para o Quilombo do Cabral. Os professores estudaram os conceitos integradores da área de Matemática. A discussão teórica sobre “Projetos Pedagógicos” se iniciou conjuntamente com os estudos dos conceitos integradores da área de conhecimento abordada. O estudo sobre o campo da Educação Infantil também foi iniciado na formação. Os professores ao longo das formações puderam aprender sobre a sistematização das suas experiências, traduzidas na matriz, e refletir sobre a importância de fazer esse exercício.

O curso de formação de professores indígenas do 1º ao 5º ano foi retomado. Inicialmente foi elaborado um diagnóstico das práticas pedagógicas dos indígenas, a partir de um roteiro de perguntas que serviu de base para pensar quais eram as demandas trazidas pelos professores. Foi apresentada uma matriz de planejamento de Proposta Curricular, para se pensar o currículo do 1º ao 5º ano e integrar os conceitos integradores nas organizações dos ciclos. No decorrer do primeiro semestre de 2019 estudou-se: Planejamento Pedagógico, e como funcionam os planos de aula; e Diretrizes Pedagógicas para Avaliação. Houve também a discussão inicial para a produção da proposta curricular do Ensino Fundamental I de Língua Guarani, juntamente com ideias sobre um projeto pedagógico para se iniciar nas turmas de 1º segmento desses professores. Um grande plano de aula, pensado articulando todas as áreas do conhecimento, foi produzido coletivamente pelos professores, a partir do vídeo “Xondaro Mbaraete”, de onde foram

localizados alguns conceitos integradores. Esse plano de aula em conjunto serviu de base para se pensar como funciona a produção de um Projeto Pedagógico, que começara futuramente na escola da aldeia.

Nas Oficinas de Alfabetização, os professores indígenas se debruçaram sobre os estudos dos métodos tradicionais de alfabetização, diferenciando tendências pedagógicas conservadoras das progressistas e também estudaram sobre a Psicogênese da Língua Escrita em Guarani. Discutiu-se também a diferença de escrita espontânea e cópia.

No Magistério Indígena, a metodologia de construção curricular avançou. Foram feitos: um diagnóstico sociocultural, a FOFA (que é uma técnica de diagnóstico participativo que discute: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças do projeto educativo das escolas) e uma cartografia social manual (desenhada em cartolinas) da comunidade Pataxó, na Aldeia Iriri - Paraty. Continuou-se com a discussão sobre o PPP da escola indígena. A cartografia social da Aldeia Sapukai – Angra dos Reis – agora está disponível em dois aplicativos: *Google Earth* e *My Maps*. Foram adicionadas fotos e legendas à cartografia, onde os alunos vem produzindo os textos das legendas em língua Guarani e Português.

CONCLUSÕES:

É de extrema importância para a pesquisa que a comunidade e os movimentos sociais participem dos espaços de formação continuada de professores, na qual se dá a construção curricular diferenciada, para que expressem sua cultura, seus saberes tradicionais e suas demandas no processo de construção do currículo da escola. Sistematizando os programas de formação em andamento, pôde-se observar que a presença dos pais e do movimento social (o FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Parati e Ubatuba e a AMOQC – Associação de Moradores do Quilombo do Campinho) nas formações continuadas de professores das escolas quilombolas do Quilombo do Campinho e Quilombo do Cabral é um ponto chave, pois na relação entre comunidade escolar e Quilombo é que o currículo vai se construindo coletivamente.

Na formação de 1º segmento da Costeira de Paraty, a participação do movimento

social (FCT e Coletivo de Apoio a Educação Diferenciada) se faz necessária na construção do currículo diferenciado caíçara de qualidade. A presença efetiva das professoras do CP II está sendo fundamental no andamento dessa formação, já que foi estabelecida uma parceria de trabalho na: organização dos cursos, nos desafios metodológicos que se apresentam, na elaboração em conjunto com os professores das atividades de chão de sala, etc.

Nas escolas caíçaras de 2º segmento, o núcleo da formação continua sendo as 2 professoras caíçaras mais antigas. Sem elas, não haveria uma continuidade no processo da construção do currículo, já que saíram 2 professores, e entraram 2 novos. A continuidade do trabalho e a permanência da equipe é fundamental pra garantia da autonomia das escolas no processo de construção autônoma do currículo.

O grupo de pesquisa tem sido um espaço importante para se refletir sobre as questões metodológicas, curriculares e teóricas que surgem em relação à construção curricular diferenciada e sua metodologia.

A articulação do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilita o andamento das formações continuadas, a construção curricular e a produção de material didático. Esse trabalho vem sendo realizado com a contribuição dos bolsistas dos programas: Licenciaturas e Proex.

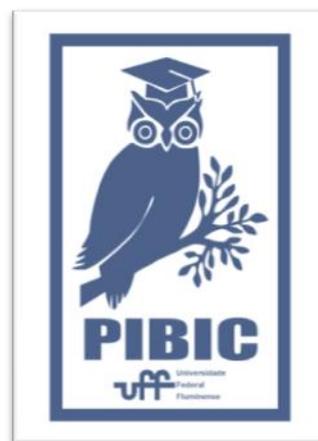
A produção do livro *“Currículos diferenciados das escolas indígenas, quilombolas e caíçaras: política e metodologia”* sistematizou todo o trabalho que vêm sendo feito na Costa Verde de formação continuada com a metodologia de construção curricular diferenciada e o que ela abarca. Ele se mostra importante ferramenta de estudo para os professores, pois foi feito em uma linguagem pensada para eles e com a colaboração de diferentes professores e bolsistas.

As Propostas Curriculares do Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio de Ensino de Língua Guarani vêm sendo pensadas coletivamente com os indígenas, para compor o PPP da escola e definir uma proposta pedagógica para a escola da aldeia, que até o momento não possui. Tais propostas vão ser a base teórica da produção do material didático, que vai se basear nos princípios e diretrizes destas Propostas Curriculares.

Os acordos de Cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de Educação de Paraty (S.M.E.) e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) são extremamente importantes para garantir a continuidade dos cursos em andamento. Sendo processos de médio prazo (4 anos), não podem correr o risco de uma descontinuidade, para não perder a finalidade, que é a construção curricular diferenciada. Para além disso, os acordos são a efetivação das políticas públicas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty para as comunidades tradicionais.

Agradecimentos:

O meu agradecimento em especial vai para o meu orientador, Prof. Dr. Domingos Nobre, por ser um exemplo de professor comprometido com o seu trabalho. Agradeço também aos Guarani Mbya de Angra dos Reis e ao Fórum de Comunidades Tradicionais por todos os ensinamentos. Sou grata aos meus companheiros bolsistas pela ajuda mútua, e aos professores do IEAR/UFF que vêm somando na luta por um Magistério Indígena de qualidade. Às professoras do CP II, pela parceria nas formações da Costeira de Paraty e ao OTSS, nas demais formações de Paraty. Por fim, agradeço a Proppi/CNPq, pela oportunidade da bolsa e por financiar pesquisas de grande importância para a sociedade.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto:

“Eu quero é botar meu bloco na rua”: Cultura e economia no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro

Autores: Marina Bay Frydberg (ORIENTADORA), Emily Cardoso Dias (BOLSISTA) e Ana Clara Vega

Departamento/Unidade/Laboratório:

IACS - Instituto de Artes e Comunicação Social; Departamento de Artes

INTRODUÇÃO:

O carnaval de rua do Rio de Janeiro possui um crescimento vertiginoso desde os anos 2000. No ano de 2019, o carnaval mobilizou um quantitativo de 509 blocos autorizados a desfilar pela prefeitura e mais de seis milhões e meio de foliões para as ruas da cidade carioca.

Devido a magnitude da festa de rua, o carnaval possui relações inerentes às questões sociais, políticas e econômicas. Sobre tais relações, Burke (2010) defende o carnaval como o momento de alteração da hierarquia e do status, o que o autor classifica de mundo virado de cabeça para baixo, gerando ambiguidades e ambivalências. Dessa maneira, ações e representações da política e da luta por direitos se fazem presentes no carnaval dos blocos de rua hoje, que podem ser pensadas como formas de inversão da lógica da luta política presente no tempo do cotidiano. Partindo do contexto político e econômico atual, o carnaval dos blocos de rua pode ser entendido também como um espaço de contestação, onde se luta pelo direito ao carnaval. A valorização da manifestação cultural popular se atravessa por debates sobre direitos culturais e, principalmente, sobre o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, HARVEY, 2013). Com foco no direito à cidade, a pesquisa procurou problematizar a forma de apropriação realizada por blocos e foliões no espaço público. Buscou-se, assim, entender as reivindicações presentes nos discursos dos atores sociais que associam a festa à luta por direito à cidade. Foi utilizado como metodologia para a análise supracitada a criação de um grupo de estudo sobre direito à

cidade, agrupamento de notícias das mais diversas mídias relacionadas a carnaval de rua carioca e pesquisas de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O direito à cidade é um conceito que foi incorporado em diversos movimentos culturais e sociais mediante pautas de reivindicações do espaço urbano, como as lutas por moradia, transporte público, mobilidade e entre outros. Segundo Harvey (2014), o conceito seria o direito de reinventar a cidade - isto é, possuir algum poder configurador da urbanização - de acordo com os desejos coletivos. Por haver diversas maneiras de reivindicar o direito de ocupar a cidade, o carnaval de rua pode obter também uma faceta de luta por estar no espaço público. Hoje, o carnaval dos blocos de rua está sendo pensado, cada vez mais, como um espaço privilegiado de luta política. Nesse contexto, diversos coletivos carnavalescos, blocos e associações incorporam discursos com reivindicações do direito à cidade, dando ao conceito novos significados, desencadeando uma mistura entre política e folia pela cidade.

A principal forma a qual os blocos de rua atuam no conceito de direito à cidade é executando a própria ação de circular na cidade. Ao utilizarem ruas como palcos de dança, música e diversão, os foliões se apropriam da cidade, principalmente porque a rua não é vista como um local relacionado diretamente à festação ou lazer, mas sim como lugar de trânsito.

Os blocos e foliões também se apropriam do espaço urbano durante o carnaval ao ocupar a cidade de maneira não usual. Um exemplo é o

centro da cidade do Rio, que durante todo o ano é visto como local de passagem, conectando diversas regiões da cidade, sendo o centro comercial, e no carnaval é ressignificado como lar de diversos blocos de rua, fazendo com que pessoas se desloquem para o centro do Rio para ocuparem a cidade e curtirem a folia. Assim, é notável a mudança de utilização da cidade por meio do povo que a ocupa e a ressignifica, reinventando o espaço urbano, tomando para si “a rua que nos é sempre tirada”, como é descrita em manifesto lançado pela Desliga dos Blocos em 2012.

Durante o carnaval, também é possível perceber que as pessoas ocupam a cidade em horários não usuais. Certas áreas que costumam estar desertas durante a noite, ficam repletas de foliões, que provavelmente, durante o restante do ano não estariam nestes lugares. É o caso dos blocos Minha Luz É de Led e TechnoBloco, que desfilam durante a madrugada no Centro do Rio, ressignificando o espaço e o tempo das ruas. Os cortejos dos blocos supracitados são realizados em uma região que não é movimentada durante a madrugada, o que a torna insegura. Assim, a região adquire uma nova particularidade: a ocupação constante por inúmeros pierrôs e colombinas.

Diante disso, o espaço da festa - compreendido também como um lugar de reivindicações – e seus usos, fluxos e o tempo da cidade no cotidiano são subvertidos pela corpografia tomada no carnaval. Estas características trazem para os foliões e para a cidade, uma sensação de liberdade que não é vivenciada da mesma forma ao resto do ano. O que por um lado é positivo por libertar de certas amarras sociais, também pode possuir uma outra faceta de vulnerabilidade para pessoas que já vivem na margem da sociedade, como assédio contra mulheres e violência à comunidade LGBT+. Tendo em vista este cenário e a urgência sobre esses assuntos no carnaval, blocos feministas e LGBT+ cresceram pela cidade, criando espaços de reivindicação, acolhimento e segurança para estes grupos identitários. Assim sendo, o carnaval cria um pertencimento em relação a lugares que, fora do período carnavalesco, seriam violentos para tais grupos. Ainda assim, há um grande número de casos contra pessoas LGBT+ e denúncias de assédio, principalmente no encerramento dos blocos, quando a multidão se dissipa. Cada vez mais, o direito ao carnaval e à cidade, se ligam ao direito dessas pessoas

estarem e viverem no espaço urbano com liberdade e segurança.

CONCLUSÕES:

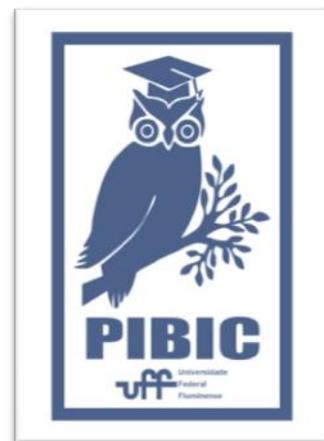
O direito à cidade abrange, durante o tempo carnavalesco, diferentes tempos e espaços de ocupação da cidade para além do cotidiano. O festejo popular dispõe de um espaço privilegiado de inversão de usos, temporalidades e sensação de liberdade. Assim, pensar o carnaval de blocos, com sua ocupação das ruas por foliões, é analisar a festa como local singular de reivindicar o direito à cidade e refletir sobre formas e usos de tal espaço.

É notável a compreensão do espaço da festa carnavalesca como arena política, de representações e disputas pelos organizadores dos blocos e foliões em geral, além das múltiplas formas - ora como resistência, ora como diálogo - encontradas por tais blocos para reivindicar o direito à cidade. Desse modo, a pluralidade de significados atribuídos à festa momesca e ao direito à cidade são elementares para a valorização do carnaval como espaço de disputa por representatividade.

Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq).





Ciências Humanas

A relação entre ética e ontologia em Gilles Deleuze

**Henrique Souza Bittencourt / Mariana de Toledo Barbosa
(orientadora)**

**Departamento de Filosofia (GFL) / Instituto de Ciências Humanas
e Filosofia**

INTRODUÇÃO:

Em uma entrevista dada em setembro de 1988, Gilles Deleuze afirma que em sua filosofia “tudo tendia para a grande identidade Espinosa-Nietzsche”¹. Ainda que seja necessário demonstrar a existência de uma ética e de uma ontologia no pensamento de Deleuze, afirmamos que se esses dois campos da filosofia existem em seu pensamento, com efeito, pode-se afirmar o mesmo acerca das influências que compõem esses dois campos da filosofia deleuziana.

Nesta pesquisa pretende-se demonstrar a existência e as propriedades da ontologia no pensamento de Deleuze, partindo de duas hipóteses, a saber: (1) há, de fato, uma ontologia na filosofia de Deleuze; e (2) esta é inseparável da ética deleuziana. A partir da segunda hipótese, a opção de tomar como fio condutor da pesquisa a leitura feita por Deleuze sobre a ontologia espinosana na obra *Espinosa e o Problema da Expressão* (1968) é justificada, primeiro, por ser uma das influências principais de Deleuze - como vimos a cima - e, em segundo lugar, por esta obra conter uma leitura sistemática da filosofia espinosana, sobretudo, da ontologia do filósofo luso-holandês.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A exposição da filosofia espinosista feita por Deleuze em 1968 começa com um breve

1

DELEUZE, G. *Conversações*, 2008, p. 169.

recenseamento da palavra “expressão” na Parte I da Ética, sublinhando a suma importância desse termo para entender a relação expressiva que os atributos possuem com a substância. A sexta definição da Parte I aponta que cada atributo exprime “uma essência eterna e infinita” de uma substância absolutamente infinita; as proposições 10 e 19 afirmam respectivamente que “cada atributo exprime uma certa essência eterna e infinita” e que “cada atributo exprime a essência da substância, seu ser ou sua realidade”.

Apoiando-se no enunciado de E, I, 36, Deleuze anuncia que o modo também é expressivo no sentido de exprimir a essência da substância de maneira certa e determinada. Faz-se necessário, então, distinguir um segundo nível de expressão. O primeiro nível diz respeito à substância se exprimir nos atributos; já o segundo nível estabelece que os atributos se exprimem nos modos que, por sua vez, exprimem uma modificação. É importante nunca confundir esses dois níveis. O primeiro nível deve ser compreendido apenas como uma “verdadeira constituição” da substância; a produção efetiva das coisas deve ser compreendida apenas no âmbito do segundo nível da expressão.

CONCLUSÕES:

No primeiro semestre desta iniciação científica foi orientado pela busca dos elementos principais da leitura que Deleuze faz da ontologia espinosana na obra *Espinosa e o Problema da Expressão*. A partir do estudo dos cinco primeiros capítulos da obra *Espinosa e o Problema da Expressão*, identificou-se que os

pontos destacados do pensamento espinosano, como, por exemplo, a univocidade do ser e a causalidade imanente, possuem um papel fundamental na maneira pela qual Deleuze lê a ontologia espinosana. Verificou-se, também, que esses dois temas aparecem em obras posteriores do filósofo francês, como se mostrou quando se mencionou a breve história da univocidade do ser, presente em *Diferença e Repetição*. Dessa maneira, concluiu-se que tentar apreender como Deleuze apresenta tais conceitos espinosanos oferece uma abordagem rica e interessante para ler a obra do filósofo francês como um todo, visto que o próprio Deleuze nomeia Espinosa como uma de suas principais influências.

No segundo semestre dessa pesquisa, o objetivo era assentar os conteúdos apreendidos no semestre anterior e selecionar o conceito mais interessante para se colocar a questão do liame entre a ontologia e a ética na obra *Espinosa e o Problema da Expressão*. Verificou-se que o conceito de essência, tal qual é definido na obra estudada, é o que melhor contribui para o desenvolvimento da questão que motivou a pesquisa em seu segundo semestre. Pois, no âmbito dos modos finitos, o conceito de essência é entendido como graus de potência sempre existentes em ato e como singularidades (diferenças internas). Podemos dizer que não há, no espinosismo, o fundamento ontológico para que se julgue os modos a partir de uma dimensão suplementar, pois, do ponto de vista do ser (da substância), não há hierarquia entre as essências, cada modo exerce o seu grau de potência até onde ela pode. Ademais, cada essência consiste em uma diferença interna e está implicada na produção de todas as outras essências – o que impossibilita a equiparação, do ponto de vista do ser, entre as essências. Portanto, não há, no pensamento de Espinosa, uma moral transcendente que julgue os modos, visto que o filósofo holandês constrói a sua ontologia de maneira que não seja possível extrair dela fundamentos para uma tal moral. Neste sentido, a ontologia de Espinosa lança-nos numa ética, pois a única maneira de estabelecer uma hierarquia entre os modos passa pelo desafio de desdobrar ao máximo a potência de cada um, o que significa aumentar proporcionalmente a quantidade de ações em relação a quantidade de paixões.

Agradecimentos:

À Mariana de Toledo, pelas minuciosas orientações e pela paciência,
A todos os colegas Grupo de estudo e pesquisa em Gilles Deleuze, pelo trabalho coletivo e alegre.





CANÇÕES ESCRAVAS E RACISMO: HISTÓRIAS DA MÚSICA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. RIO DE JANEIRO, DÉCADA DE 1920.

Bolsista: Shelida Alves de Moura Barbosa

Orientadora: Profa. Martha Campos Abreu

Departamento de História/ ICHF / NUPEHC/ UFF

INTRODUÇÃO:

O presente projeto é mais um desdobramento de pesquisa em torno da cultura negra e da história social da música no pós-abolição. Faz parte do projeto coletivo mais amplo, coordenado desde 2005 por Martha Abreu e Hebe Mattos que aborda a memória e a música negra no Rio de Janeiro ¹.

A partir da discussão sobre o legado da memória da escravidão para a história da música negra no Atlântico, o foco do projeto é o aprofundamento da pesquisa sobre as encenações e representações dos gêneros musicais identificados com a população negra, na década de 1920, no Rio de Janeiro. A pesquisa se detém na produção jornalística da época sobre esses sujeitos envolvidos com a música popular, suas organizações carnavalescas e suas produções musicais. Vale ressaltar que a veiculação de imagens sobre esses indivíduos é de grande interesse para tal projeto, ou seja, perceber como a imprensa e por consequência analisar como os sambistas e a população negra – incluindo as mulheres eram vistas e expostas na mídia da época.

¹ Um resultado importante deste projeto foi a elaboração do belíssimo documentário “Jongos, Calangos e Folias: Música Negra, Memória e Poesia” O filme aborda a memória e a história da última geração de africanos, chegada ao Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX através da prática de jongo, calangos e da folia de reis. O documentário foi uma produção organizada pela Universidade Federal Fluminense, através do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e do Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPHEC/UFF), com apoio do Edital Petrobrás Cultural/2005. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1491>

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como resultados da pesquisa foram produzidas algumas tabelas com ênfase nos grupos/blocos carnavalescos de modo geral e uma tabela específica para o Bloco Africanos de Vila Isabel – bloco que despertou interesse inicial por seu nome e que no decorrer das pesquisas se mostrou bem ativo no ano de 1922, ficando em 17 lugar no concurso “Taça do Jornal do Brasil”. No contexto da busca por esses blocos, os Africanos de Vila Isabel chamaram a atenção e como resultado uma tabela própria foi criada para as 25 ocorrências desse grupo no Jornal do Brasil de 1920-1929 com exceção dos anos 1925, 1926, 1928 e 1929 onde não há a menção de atividades dos mesmos.

Por isso como objeto de análise para apresentação do Seminário de Iniciação Científica 2018/2019 abordaremos com mais detalhe a trajetória dos Africanos de Vila Isabel em uma perspectiva comparada com o brilhante trabalho feito pelo doutor Eric Brasil² em sua tese apresentada ao Programa de Pós Graduação aqui da Universidade.

Apesar de serem blocos em localidades diferentes – os Africanos que o Eric estuda estão atuando em Ramos, considero válida a aproximação e discussão sobre o uso da referência a África para nomear grupos carnavalescos no Rio de Janeiro no pós-abolição.

A aproximação com o imaginário de um passado específico através do nome, a validação de suas atividades por meio de

² NEPOMUCENO, Eric Brasil. Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós Abolição. Rio de Janeiro e Port-of Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

licenças oficiais e a proximidade temporal dos blocos me parece interessantíssima, visto que os Africanos de Ramos mantem atividade até 1920 e no ano seguinte temos as primeiras referencias ao bloco de Vila Isabel.

CONCLUSÕES:

Foi impressionante constatar a grande presença das associações populares nos carnavais da cidade do Rio de Janeiro na década de 1920. Elas são constantemente citadas, em todas as regiões da cidade, e colocam-se disponíveis para as entrevistas e informações revelando um relacionamento amistoso com a imprensa da época.

As buscas nos jornais demonstrou a importância desses blocos e grupos para a vida dos bairros e para a prática associativa nesses locais. Através do estímulo à adesão de novos membros, a cobrança de mensalidade, formulação de estatutos expõe o entendimento de que são legítimas organizações e buscam a visibilidade dos jornais.

Em geral a forma como aparecem nos jornais é semelhante. São citados os bailes à fantasia; as festas em homenagem à imprensa ou algum líder específico do grupo; os almoços em celebração aos aniversários e as conquistas do bloco – com cardápio sempre popular; a listagem de sócios e algumas vezes notas cobrando o pagamento das mensalidades atrasadas; as próximas atividades e reuniões. Destacam-se também os nomes, muitos deles irreverentes e debochados como, por exemplo, o bloco Família Real; O nome? São vocês quem dão; Eu sei quem foi, mas não digo; Caçadores de Veado; Então eu não sei? Nascemos para sofrer e outros.

Os bairros e endereços permitem verificar que, em grande parte, os blocos e grupos fazem parte do universo social popular e negro da cidade.

Além dos nomes irreverentes, há blocos que surgem no contexto do trabalho e possuem suas atividades ligadas ao universo das fábricas como é o caso do Bloco Jazz Do' Re Mi Fa Sol La Si que realizava suas festas nos salões da União dos Trabalhadores Gráficos em 1927. Outro ponto interessante é a durabilidade de grupos específicos e suas abundantes aparições nos jornais durante toda a década de 1920, como é o caso do Bloco Carlito Mendigo que aparece mais de vinte vezes durante a pesquisa de modo geral realizando festas à

fantasia, bailes do tipo quermesse, batalhas de confete e outros tipos de reuniões.

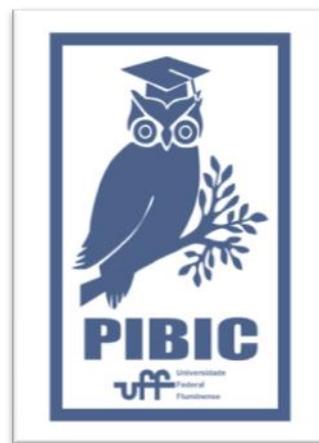
Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a professora Martha Abreu pela paciência, disponibilidade e carinho em ensinar e por sua empolgação durante as descobertas de belas imagens e notas sobre os sambistas e também por sua calma e sabedoria impar para alterar o rumo da pesquisa quando o resultado estava aquém do esperado. Muito obrigada pela oportunidade de vivenciar a experiência de pesquisadora ao seu lado, que é referencia para mim e tantos outros alunos de Historia.

Agradeço também ao meu grupo de amigos – ironicamente intitulados “Quem é Cárdenas?” por me ouvir falar das inúmeras tabelas que estive construindo durante o período de vigência da bolsa e por sempre me incentivarem a seguir focada na pesquisa e na graduação de modo geral.

Com muito amor agradeço a Ju – Juceli por sempre estimular, com seu jeito peculiar, que eu fizesse o meu melhor nessa pesquisa, depositando uma confiança em mim, que por vezes eu já não possuía e alegrar, indiretamente, as tardes no NUPEHC com sua risada no laboratório ao lado. Por fim deixo meu agradecimento ao CNPq e ao PROPI-UFF pelo estímulo e financiamento a pesquisa.

Figure 1: Logo PIBIC





Sociologia

As variedades de capitalismo vão ao Sul Fluminense: análise das estratégias das multinacionais do setor automobilístico na década atual – o caso MAN Latin America

Guilherme Nonato Pio

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Depto. de Sociologia

e Metodologia das Ciências Sociais

INTRODUÇÃO:

Esta comunicação se propõe a analisar e comparar as estratégias de atuação das fabricantes de automóvel no Brasil (e em países em desenvolvimento) com a atuação nos países desenvolvidos, além de examinar o papel do Brasil nas estratégias globais das montadoras. Ela está inserida em um projeto cujo objetivo geral é analisar as estratégias globais das corporações multinacionais do setor automobilístico que atuam no Sul Fluminense, visando compreender o padrão de interação destas empresas com os atores locais e os impactos desta interação na trajetória de desenvolvimento da região.

Para a análise das estratégias, foi feita uma pesquisa qualitativa, tendo como material de referência os relatórios anuais de uma multinacional (no caso, a *MAN SE* que tem como acionista majoritária a *Volkswagen AG* e se encontra envolvida na produção, entre outras coisas, de ônibus, caminhões, motores a diesel e turbomáquinas através do *Grupo MAN*) e artigos cujo o tema estivesse dentro do escopo geral do objetivo aqui pretendido, utilizando suas informações para dar embasamento ao trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A organização da análise da *MAN* tomou a seguinte forma: pegando os relatórios da empresa de cada ano, procuraram-se informações referentes ao setor automobilístico; especialmente quando relacionadas a diferentes países e dividem-se as informações em seis dimensões; mercado (venda dos produtos e fornecimento de serviços, além da atuação geral da empresa), financiamento (donde a empresa tirou seu dinheiro e o gastou, seja em aquisições, modificações em suas instalações

etc), *manufacturing & engineering* (onde se encontram as fábricas, e se ocorreram mudanças relacionadas a elas), *responsible business* e sustentabilidade (medidas relacionadas à sustentabilidade), tecnologia (aonde a pesquisa e desenvolvimento foi feita e seus objetivos) e trabalhadores (informações a respeito dos trabalhadores da empresa).

A década de 2000 foi marcada pela inserção da *MAN* nos mercados de países em desenvolvimento (em especial, os *BRIC*), cujas características lhes permitiram que se sobressaíssem frente a economias mais desenvolvidas, especialmente após a crise de 2008. Seguindo esse movimento, pode-se destacar a criação da *MAN Latin America* e a mudança das fábricas para localidades que permitissem uma queda no preço da produção.

Em uma década de altos e baixos da economia mundial, a *MAN* conseguiu manter a sua importância no mercado global de veículos, conservando sua posição na Europa Ocidental e buscando solidificar sua presença em países em desenvolvimento, justamente aqueles que se mostraram mais instáveis. Junto a isso, vale a pena destacar as constantes atualizações em suas fábricas e a busca por novas tecnologias, que sinalizam uma tentativa de se manter na ponta da indústria e se preparar para novos tempos e dificuldades, além das tentativas de fazer com que as diferentes fabricantes de veículos sob seu comando trabalhassem de maneira mais conjunta, a fim de aumentarem a eficiência de suas operações e seus lucros.

A década seguinte foi de altos e baixos para a economia mundial, com a *MAN* conseguindo manter a sua importância no mercado global de veículos, conservando sua posição na Europa Ocidental e buscando solidificar sua presença em países em desenvolvimento, justamente aqueles que se mostraram mais instáveis. Junto a isso, vale a pena destacar as constantes atualizações em suas fábricas e a busca por

novas tecnologias, que sinalizam uma tentativa de se manter na ponta da indústria e se preparar para novos tempos e dificuldades, além das tentativas de fazer com que as diferentes fabricantes de veículos sob seu comando trabalhassem de maneira mais conjunta, a fim de aumentarem a eficiência de suas operações e seus lucros.

CONCLUSÕES:

Durante a década de 2000, então, notou-se algumas tendências por parte da *MAN*. No começo, apesar da empresa ter certa presença em países como Índia, África do Sul e Turquia, suas operações se concentravam basicamente na Europa. Isso começa a mudar entre 2003 e 2005, onde uma reestruturação da cadeia de produção retirou a fabricação de partes ônibus na Alemanha (dada as constantes perdas) e a mudou para as cidades da Polônia e Turquia, o que fez parte de um processo, no quais várias unidades fora da Alemanha foram expandidas, com o objetivo de realizar um trabalho intensivo com salários baixos nos locais mais adequados. A economia mundial na década de 2010 é constituída por altos e baixos, uma situação de inconsistência que se refletiu especialmente nos países dos *BRICS* (principalmente, Brasil e Rússia), dificultando a *MAN* de tirar total proveito desses importantes mercados, enquanto os países desenvolvidos tiveram um desempenho um pouco melhor. Mesmo assim, a empresa se manteve estável na maior parte da época.

Foram regiões como o Brasil que, devido a incentivos governamentais, mão de obra barata e grandes mercados, fizeram a *MAN* se sentir confiante para levar parte de seu processo produtivo, terceirizando-o, de modo a cortar custos e aumentar sua competitividade em nível mundial, enquanto as atividades mais importantes, e a matriz da empresa, permaneceram atreladas aos países mais tradicionais, na Europa e na América do Norte. Fora isso, não há grandes diferenças na abordagem da *MAN* em regiões desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Agradecimentos:

Agradeço ao professor Cristiano Monteiro, que me escolheu para o projeto em questão e que me aconselhou e me instruiu por todo o caminho ao PIBIC, CNPQ e a UFF pela concessão da

bolsa que me permitiu a minha participação no projeto.

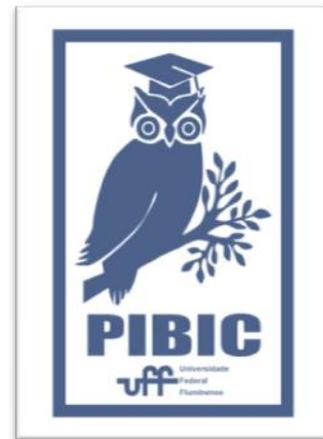


Figure 1: Logo PIBIC

Ciências Humanas

Da Subjetividade à Coragem: Modulações da verdade nos últimos cursos de Foucault

Roberto Pinto de Andrade

Instituto de Psicologia

INTRODUÇÃO

Michel Foucault iniciou no Collège de France, em janeiro de 1971 seus cursos anuais, na cátedra: História dos Sistemas de Pensamento. Os cursos anuais eram inéditos - exigência da instituição - em torno de 26 horas cada curso. Junto a seus cursos Foucault fazia sua publicações. Nesse meio tempo publicou inúmeras obras, sendo que depois da publicação de História da Sexualidade I (1976), o pensador francês passou 8 anos sem publicar nenhuma obra. Alguns consideraram que Foucault estava em silêncio, inclusive Deleuze, que se pergunta o que acontecera ao colega. Para quem acompanhava os cursos de Foucault sabia que ele não estava em silêncio, muito pelo contrário, estava em processo. Estava em sua considerada terceira fase de pensamento; do poder, da ética e cuidado. Foucault era conhecido pela suas descontinuidade de pensamento. O que para muitos era um incômodo, para ele era um processo natural do pensar. Ele defende sua mudança de perspectiva no segundo volume de História da Sexualidade: “de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos

conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? ” (Foucault, 1984, p. 13). A proposta da presente pesquisa é investigar as modulações do conceito de verdade nos últimos quatro cursos do Foucault. Queremos acompanhar a íntima relação entre a verdade e a ética no ultimo movimento do autor. Isso por que, vemos a potência desse conceito para discussões no presente. Nossa proposta de destrinchar o conceito da verdade, acompanhando minuciosamente essas modulações é para evidenciar e enfrentar os regimes repressores de verdade que nos atravessam nas mais variadas camadas de nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acompanhamos no momento o curso de 1982, Hermenêutica do sujeito, de Foucault. O pensador francês trabalha nesse curso três momentos históricos: O momento socrático - platônico. O período da idade de ouro da cultura de si. E a passagem dos séculos IV - V. No qual levanta duas noções em questão: o conhecimento de si (gnôthi seautón), e cuidado de si (epiméleia heautoû). Essas

duas noções serão centrais nesse curso. O pensador francês aponta que talvez haja algo de perturbador no princípio do cuidado de si, este desaparece após o surgimento do pensamento cartesiano. Seu interesse está em pensar as modulações desses conceitos, dessa forma, ele traz a partir da genealogia certas conexões em momentos da história. O Cuidado é muito mais do que entendemos como cuidar. Esse Cuidado tem conotação de perturbação, é sempre uma relação produtora de inquietação. Tal como um agulhão, o mosquito tavão. O “Si” não é eu. Ele é reflexivo, só há si relacional. Cuidar de si é cuidar das relações, do mundo. Não é sobre uma interioridade. Conhecer a si é relacionar-se. Conhecer a si é gesto de transformação, não de descoberta de origem. A suspeita do autor é que a perspectiva vencedora ocidental do conhece-te a ti mesmo é um jogo de poder. Daí a necessidade moderna de declarar “quem se é” o tempo todo. A questão que Foucault nos aponta é que talvez a militância da década de 80 (muito próxima da militância de 2019) lute de um modo muito colonizado. De um modo muito platônico, e que talvez a maior colonização de todas seja essa, a colonização do pensamento. Da pureza da ideia, da Grécia para a Europa, da Europa para o resto do mundo. Nos nossos modos de agir, de pensar, de ser “revolucionário”. Foucault propõe o cuidado de si como enfrentamento ao

capitalismo. Dessa forma o Cuidado de si serve como ferramenta, já que nos auxilia a inquietar-se com o modo com o qual vivemos. Já na idade do ouro o cuidado de si transborda largamente a simples atividade de conhecimento, há uma transmutação do cuidado de si em uma prática autônoma, auto finalizada e plural em suas formas. Nesse momento o cuidado é para todo mundo, e para toda vida. Uma ampliação geral e irrestrita do cuidado para todos (todos aqueles considerados cidadãos gregos). Cuidado de si é problematizar a si mesmo. Um cuidado com o detalhe daquilo que nos constitui.

CONCLUSÕES:

Obtemos até então não respostas simples, mas questões problemáticas, a qual ainda nos debruçamos. Acompanhamos o autor assim, em suas modulações do conceito de verdade, as quais não são à toa, mas sim estratégicas. As leituras foram disparadoras de inúmeras questões que nos auxiliam a cartografar algumas das forças vigentes no contemporâneo. Da relação da sexualidade e dos corpos com o conceito de verdade e as implicações de tais discursos de veridicção em nossas vidas.

Nossa aposta está nesse modo de pesquisar em que não pretende-se obter respostas conclusas, mas sim abrir caminhos, possibilitar invenções, novos modos e mundos possíveis.

Agradecimentos

À todos que possibilitam essa pesquisa acontecer. Aos participantes Ana, Carolina, Caroline, Débora, Eduardo, Juliane, Mario, Renata, Waldenilson, João, Priscilla, Gaby, Caroline. Ao nosso orientador Danichi Mizoguchi, e a Pibic.



Grande área do conhecimento

Título do Projeto: Antonio Candido: intérprete do Brasil

Autores: Marcio José Melo Malta/Valeska Carvalho Maciel

COC/ESR/Imaginasul

INTRODUÇÃO:

O objetivo do trabalho foi resgatar a figura do intelectual Antonio Candido como um profícuo pensador do Brasil. Pela categoria ensejada a busca é compreender o legado do autor para além da área da literatura, vislumbrando e jogando luzes sobre a sua contribuição no campo das ciências sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Candido tem profícuo produção na área do pensamento social brasileiro. Sua trajetória o habilita como um autor engajado e com um projeto de nação para o Brasil. As credenciais do autor são inúmeras, porém será dado destaque à sua produção no campo das ciências sociais, tais como, por exemplo, seu texto intitulado “Radicalismos”; o já clássico prefácio para o livro “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda e sua tese de doutoramento “Parceiros do Rio Bonito”. A pesquisa irá conjugar fontes primárias com referenciais bibliográficos sobre o tema em questão.

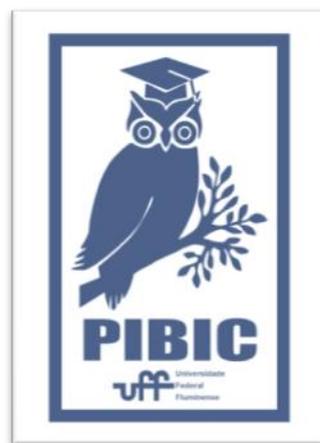
As investigações se pautaram no levantamento da produção de Antonio Candido no campo das ciências sociais. Os esforços também se deram no sentido de pesquisar o que se produziu acerca de tal temática.

CONCLUSÕES:

Geralmente apresentado como um crítico literário, a perspectiva de Antonio Candido como sociólogo muitas das vezes é obliterada.

Agradecimentos:

O professor responsável pelo projeto , assim como a bolsista, agradecem ao Programa Pibic UFF e ao CNPQ pelo financiamento da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: O coletivo e as relações de afeto como combustível para o trabalho em um centro de convivência no Rio de Janeiro.

Autora: Thaís Silva dos Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia / Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras)

INTRODUÇÃO:

A estudante, na posição de graduanda dentro do grupo de pesquisa, liderado pela professora Cláudia Osório da Silva, entrou em contato principalmente com a pesquisa da doutoranda Ariadna Patrícia Alvarez, que tem o intuito de construir, investigar e registrar o nascimento e os movimentos dos Centros de Convivência das redes de atenção à saúde mental no Rio de Janeiro. Dessa maneira, teve a oportunidade de experimentar a importância das parcerias e do trabalho coletivo como prática, maneira de construir saber menos hierarquizada em relação a academia em geral. Apropriar-se do trabalho coletivo como implicação para mobilizar a inteligência pessoal. Este vínculo tem sido indispensável para a ida ao campo, tornando fluidos os primeiros passos de uma graduanda como nova pesquisadora científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Pesquisamos com o suporte nas ideias da clínica da atividade, uma veia das clínicas do trabalho. Para esta, a atividade é objeto central de pesquisa. A atividade realizada nada mais é que uma ação frente ao conflito de outras concorrentes (Osório, 2010). Para a Clínica da Atividade, o trabalho é feito sempre numa dimensão coletiva, mesmo que o trabalhador esteja só. Isso porque este está incluído no gênero da atividade profissional, que aqui, nada tem a ver com gênero sexual, mas sim um plano de constituição do trabalho.

Nesse sentido, visitamos o Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste (CECOZO) que se situa na Lona Cultural Elza Osborne em Campo Grande. Lá, foi possível propor além do primeiro encontro/entrevista, uma oficina de fotos com a equipe de trabalho do espaço. Nem sempre, quando o trabalhador se encontra com o pesquisador/analista

manifesta *verdades* a respeito do seu trabalho, abrindo, ao contrário, um espaço de debate. Justamente por isto acreditamos que as fotos poderiam revelar vestígios da atividade que foi objeto de análise: em confronto com as fotos, o trabalhador acessa vários aspectos do seu trabalho, as possibilidades e as impossibilidades.

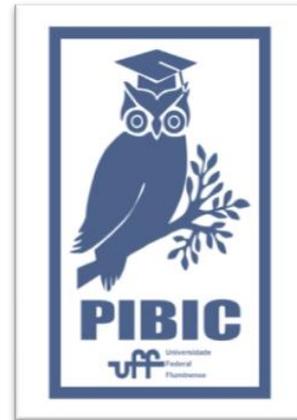
Dessa maneira, foi exequível preparar o campo para que emergissem nuances da atividade. Trabalhos da área da saúde, e também do entretenimento, por exemplo, ressaltam a criação e manipulação dos afetos. A proximidade física, a presença, são características deste tipo de trabalho atualmente importante, a prestação de serviço. Mesmo um trabalho afetivo tem um papel a prestar e um produto como finalidade, e neste caso, o produto aparece como bem-estar, autonomia, satisfação, confiança dentre outros.

Nos centros de convivência as relações são construídas de forma horizontalizada, o que permite que as atividades dos trabalhadores e usuários se complementem, de maneira que o trabalho ali realizado cumpra uma função psicológica para ambos os lados. No trabalho, há uma distância considerável entre o prescrito e o realizado, isso demanda do trabalhador que ele encontre soluções e faça suas escolhas diante das opções possíveis. Ao se valer da inventividade diante das possibilidades de recursos disponíveis, seria o que chamamos de clínica da atividade.

CONCLUSÕES:

Por fim, é importante esclarecer que aqui quando se fala em trabalho em saúde, é preciso ir além do que circunscreve o trabalho dos profissionais da saúde. Aqui fala-se em múltiplas variáveis que compõem para a melhoria das condições de vida dos usuários dos serviços. Para isso, é preciso pensar num

trabalho em rede, sobre o qual Ricardo Teixeira nos elucida com seu conceito de *redes de trabalho afetivo*, sendo estas redes de construção e manipulação do afeto, de criação de novas redes sociais, de formas de vida. De fato, o trabalho feito no CECOZO abarca esse raciocínio nas mais pequenas decisões. Segundo o autor, uma técnica para fazer com que esta rede aconteça é estabelecer uma rede de conversação, e de fato equipe deste espaço ao encarar a realidade de poucos funcionários, precisa de confiança para fazer funcionar. Nesse sentido, é possível dizer que a produção de afetos no trabalho da saúde está intensamente condicionada às técnicas de conversa, pois a partir dela há um fortalecimento dos afetos e do trabalho bem feito. Aqui, a clínica da atividade nos traz o que seria este trabalho bem feito, é construído constantemente na relação com o ofício, no reconhecimento do trabalhador sobre o seu trabalho. O trabalho em que ele ao finalizar, possa se orgulhar, se reconhecer.



AGRADECIMENTOS:

Agradeço a UFF pela bolsa. Agradeço ao acolhimento e orientação de todo grupo NUTRAS, em especial a professora Claudia Osorio pelo direcionamento e a Patrícia Alvarez pela parceria e confiança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes. 2006.

DEJOURS, Christopher. Outra forma de civilidade: A cooperação **Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação**, Brasília. Paralelo 15, 2012, v.2.

HARDT, M. Trabalho Afetivo. **CADERNOS DE SUBJETIVIDADE** -PUC-SP N11, 2003.

OSORIO, C. Experimentado a fotografia como ferramenta de análise do trabalho.

Informática na educação: teoria e prática, Porto Alegre, v.13, n.01, jan./jun 2010.

SILVA, Claudia; RAMMINGER, Tatiana. O trabalho como operador de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 12, p. 4751-4758, 2014.

TEIXEIRA, R. R. **As redes de trabalho afetivo e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público**. Working-paper apresentado na Research Conference on: Rethinking “the Public” in Public Health: Neoliberalism, Structural Violence, and Epidemics of Inequality in Latin America. Center for Iberian and Latin American Studies, University of California, San Diego, 2004 April.



Ciências Humanas (Filosofia)

Metafísica e filosofia trágica em Nietzsche

Rebeca F. Martins e Tereza C. B. Calomeni

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)/ Departamento de Filosofia (GFL)

INTRODUÇÃO: Se fosse possível resumir a filosofia de Nietzsche (1844-1900), famosa por se cumprir a *golpes de martelo*, poderíamos ressaltar sua crítica da filosofia metafísica – concebida, em sua opinião, desde Sócrates e Platão e “perpetuada” ao longo de quase toda a história da filosofia ocidental –, presente em sua obra, desde *O nascimento da tragédia*, de 1871-1872, até 1888, último ano de sua produção intelectual. Para maior compreensão dessa crítica e, portanto, da distinção entre dois modos de conceber a filosofia -- o metafísico, de boa parte da história da filosofia, e o trágico, reivindicado por Nietzsche como seu --, investigamos, ao longo da pesquisa, a relação entre a filosofia nietzschiana e a intempestividade intimamente associada à sua crítica da cultura e à sua proposta de *transvaloração de todos os valores* (*Umwertung aller Werte*).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A intempestividade -- condição de elaboração de uma “filosofia autêntica”, aquela que pensa o seu tempo, mas também contra ele --é, indiscutivelmente, um marco da filosofia de Nietzsche. No entanto, seu caráter extemporâneo não deve ser confundido com um tipo de alienação ou desatenção ao tempo presente. Ao contrário, a proposta nietzschiana da inatualidade consiste em estar “no presente” para, então, pensar para além dele: a despeito da incompreensão e da solidão, o intempestivo Nietzsche deseja “combater” os valores de seu tempo pensando na invenção de renovados tipos de cultura, na construção de novos valores.

Para Nietzsche, há basicamente duas formas de conceber a filosofia: o metafísico que, segundo ele, prevalece na história da filosofia desde Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) e Platão (427 a.C.-347 a.C.) e se caracteriza como o tipo de filosofia que não contribui para a valorização da vida, e o trágico, aquele que reivindica como seu. A metafísica predomina na história da filosofia ocidental porque entre diferentes

filósofos há algo em comum do qual ele se se afasta: a crença na existência da *verdade*. No que denomina platonismo -- não somente o pensamento de Platão, mas o modelo de filosofia estabelecido com a filosofia socrático-platônica e que, apesar das diferenças, faz-se presente no cristianismo e na filosofia moderna, em Descartes (1596-1650), em Kant (1724-1804) e em Hegel (1770-1831), por exemplo --, o ideal metafísico.

Intempestivo, Nietzsche a provoca: a filosofia metafísica não foi capaz de colocar em suspenso a própria ideia de filosofia e a de verdade. Assim, o diálogo entre os filósofos se mantém sobre o terreno do incontestável: a existência da *verdade* como algo oposto ao erro. Desta maneira, as questões propostas pelos filósofos dessa tradição metafísica estão diretamente relacionadas e condicionadas à ideia de verdade. Ao contrário, na concepção nietzschiana, “perseguir a verdade não é a grande tarefa da filosofia” (CALOMENI, 2014, p. 129). Na história da filosofia ocidental, instaura-se uma espécie de *vontade de verdade* que obriga a filosofia ao empenho de descobrir o sentido da coisa -- o ser --, noção filosófica atrelada, necessariamente, à outra noção, a de *imutabilidade*. A metafísica, na opinião de Nietzsche, baseia-se nas noções de *ser* e *verdade*; diferentemente, a intempestiva filosofia de Nietzsche resulta na recusa dessas categorias e, portanto, na configuração das noções de *vontade de potência* (*Wille zur Macht*) e *amor fati*, constitutiva de sua filosofia trágica. Com a filosofia trágica, Nietzsche quer dizer que talvez seja possível pensar a temporalidade de outra forma, diferente daquela expressa pela metafísica que, procurando a estabilidade e a permanência, desvaloriza o que se passa no tempo. Com a filosofia trágica, Nietzsche quer falar da possibilidade de se estabelecer uma nova maneira de lidar com o temporal e, neste caso, com a existência.

Enquanto a metafísica fragmenta a vida e a desvaloriza porque valoriza tudo aquilo que está fora e não dentro dela, a filosofia trágica, tal

como se encontra em Nietzsche, é um tipo de filosofia que afirma a vida de modo incondicional.

É justamente a crença na noção de *imutabilidade* o que move a metafísica e o tipo de concepção de vida a ela vinculado: se há uma relação estrita entre o verdadeiro e o imutável, uma sólida ligação, esta será, como atenta Calomeni, “a principal responsável pela instituição dos dualismos, traço mais característico do pensamento metafísico” (2014, p. 129). Na medida em que é estabelecida, essa noção de *imutabilidade* determina, por consequência, a desqualificação do movimento: tudo aquilo que é não deixará de *ser*, portanto não estará de acordo com o tempo, pois tudo que nele se insere é erro, aparência, engano.

Os dualismos característicos da filosofia metafísica -- *essência/aparência, imutabilidade/mutabilidade; inteligível/sensível, alma/corpo, ser/devir* – são nocivos: crer que há algo além do movimento é desvalorizar a vida, dar a soberania à razão e desqualificar o sensível. Como em Sócrates e Platão, em Descartes, por exemplo, encontra-se também a supervalorização daquilo que é da ordem da razão e do eterno e não do efêmero e fugaz, de tudo aquilo que se submete ao tempo e, novamente, é erro. Desvalorizando a vida, a metafísica proclama uma noção de *ser* atrelada diretamente à verdade, na medida em que é a captura desse *ser*. Os dualismos metafísicos supõem, portanto, o *eterno* e detrimento da temporalidade, da existência: aquilo que é denominado *essência* não se submete aos caprichos do tempo. Ora, se a vida não é verdadeira, se é modificação, transformação, erro, acidente, é preciso buscar o que está por detrás dela: na prática, é preciso encontrar aquilo que é *perene*, que é *imutável*. O que caracteriza os metafísicos é, pois, a oposição de valores: de um lado, o *uno* e o *eterno*, de outro, o *múltiplo* e o *fugaz*. Todo pensamento que postula dualismos e oposições é classificado, por Nietzsche, como metafísico. Na opinião de Nietzsche, essa é uma maneira, não só de condenar aquilo que, na vida, se submete ao tempo, mas uma maneira de condenar, difamar e negar a própria vida, na medida em que esta se dá no próprio tempo. Nietzsche reivindica uma nova maneira de lidar com a temporalidade e com tudo aquilo que nela se insere. O “opositor ferrenho da dialética socrática” (GIACCOIA, p. 13) propõe uma perspectiva diferente, sobretudo no que diz respeito à eternidade. Enquanto a metafísica parte da ideia

de que o eterno não se submete ao tempo, à mudança, ao *devir*, no trágico, a eternidade se dá dentro da própria temporalidade. Se para a metafísica, o tempo é devorador e a saída é olhar para fora dele, na proposta nietzschiana, há a possibilidade de pensar a eternidade dentro do próprio tempo. Ora, colocar a verdade fora da temporalidade é altamente nocivo, pois, na medida em que se desvaloriza o tempo, desvaloriza-se a vida. Ver o *devir* -- o *vir-a-ser* -- como inocência é salvar a vida dessa concepção de tempo: inocentar o *devir* é o mesmo que inocentar o tempo e a existência, é o mesmo que ter com o tempo outro tipo de relação capaz de resgatada a vida na sua inocência; precisa ser amada e não julgada.

CONCLUSÕES: A crítica de Nietzsche não implica, no entanto, a simples valorização daquilo que a metafísica desvaloriza, invertendo-se os dualismos. Ao contrário, trata-se de superá-los, eliminá-los. A filosofia de Nietzsche pretende ser uma *filosofia do meio-dia*, sem sombras, sem dualismos. É esta a expressão da *transvalorização de todos os valores* e, portanto da filosofia trágica por ele propostas. Tal filosofia é aquela que não segue os valores comuns, os valores do *rebanho*, que aceita a vida da maneira como ela se apresenta, contingente, móvel, caótica, ambígua. A intempestividade de Nietzsche, que resulta na recusa dessas categorias metafísicas e na configuração da noção de *vontade de potência* (*Wille zur Macht*), reconhece a vida como “eterna oscilação entre a precariedade e o gozo” (CALOMENI, 2014, p. 133) e proclama o *amor fati*. Nessa vida, ressaltada como *mescla*, o homem é um *criador*, um *artista*, um *esteta*, que inclusive criou as próprias ideias de *verdade* e *razão*. Tudo aquilo que a filosofia consolidou até agora como *verdade*, *razão*, *ser*, etc, é, para Nietzsche, pura criação: a metafísica inventou a *verdade* e se esqueceu disso!. Para Nietzsche, os *filósofos do futuro* devem ser verdadeiros experimentadores, devem fazer do pensar um ato de *experimentação*, de *criação* de múltiplas perspectivas que, por sua vez, são expressões das múltiplas *vontades* que ora cedem, ora dominam outras *vontades*: ser trágico é amar o destino. “Minha fórmula para a grandeza no homem é amor fati: nada querer diferente, seja para trás, seja para frente, seja em toda a eternidade. Não apenas suportar o necessário, menos ainda ocultá-lo (...) mas amá-lo...” (NIETZSCHE, 1998, p. 51)

AGRADECIMENTOS:

Agradeço especialmente aos caminhos da vida, que me guiaram até aqui, assim como a tudo aquilo que constitui a minha trajetória filosófica. E agradeço, vigorosamente, a Tereza C Calomeni, filósofa e amiga, que inspira a qualquer um que esteja à sua volta.



Ciências Humanas

FazerCOM: Vivências e experiências na pesquisa/extensão com pessoas cegas e com baixa visão

Autoria: Daiana Gaignoux de Oliveira; Ellen Cristina Bispo Viana; Marcia Moraes; Wanda Ferreira da Silva

Instituto de Psicologia / Departamento de Psicologia / Laboratório: PesquisarCOM

INTRODUÇÃO:

Este trabalho narra alguns passos do percurso no projeto de pesquisa e extensão Perceber Sem Ver, coordenado pela prof^a. Marcia Moraes desde 2004. Por meio de oficinas realizadas no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense, pesquisamos com pessoas cegas e de baixa visão como se dá o processo de cegar na idade adulta. Entendendo que a perda de um sentido implica numa complexa reorganização perceptiva, buscamos explorar e potencializar tais percepções por meio de experimentações sensoriais e afetivas.

Nossas práticas são conduzidas por uma aposta ético-política, o pesquisarCOM. Entendemos a preposição COM enquanto parceria, troca de experiências e afetos entre nós pesquisadoras e nossos co-participantes da pesquisa, que são as pessoas cegas e com baixa visão. Justamente pela estreita relação entre os participantes da pesquisa, este dispositivo é um remodelar constante de práticas e concepções, capaz de provocar reflexões acerca dos capacitismos que constituem a pesquisa acadêmica e a conjuntura social como um todo.

Stella Young aborda em seu vídeo “Não sou sua inspiração” narrativas sobre a

deficiência, que exaltam os deficientes por fazerem algo ordinário, usando suas imagens como inspiração para pessoas não deficientes. Ela chama de “pornô inspirador” quando objetificamos o corpo de pessoas com deficiência exaltando-os por fazerem algo ordinário, usando suas imagens como inspiração para pessoas não deficientes. Quando se pensa na ideia de “superar a deficiência” a pesquisadora cega do Perceber Sem Ver, Wanda Ferreira, relata que quando ficou cega pensava em superar sua deficiência para os outros. Agora, consegue ter outra perspectiva: ela entende a “superação da deficiência” como superar as dificuldades que enfrenta no seu dia a dia, como pessoa com deficiência em uma cidade com poucos espaços acessíveis.

As oficinas são realizadas às quintas-feiras, no SPA - Serviço de Psicologia Aplicada - da UFF, com 6 participantes de 25 a 70 anos, com duração de 2 horas. Nossas oficinas são experimentações corporais que visam outro modo de perceber este corpo para além do sentido da visão, buscando elementos como tecidos, alimentos e objetos aromáticos para compor as atividades lúdicas. Os encontros semanais com os parceiros de pesquisa e os estudos acerca do tema da deficiência proporcionam uma revisão de nossas ideias

e posturas perante o encontro com a diferença.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nossos encontros, normalmente realizados dentro da sala do Instituto de Psicologia, ganham um novo rumo através de uma ideia proposta pelos nossos parceiros cegos e com baixa visão: abrimos mão do espaço limitado da sala de aula e lançamos nosso corpo pelo campus da UFF. Apostando nessa nova ideia, tecemos outro modo de estar juntos. Foi possível partilhar histórias, memórias e cumplicidade. Pensar na pesquisa juntamente com a extensão é estar conectado e construir laços que direcionam, posicionam e nos reposicionam em nossa maneira de pesquisar. Apostar nessa constituição é abrir mão de uma pesquisa não-encarnada, sem marcas, que procuram falar sobre todos e ao mesmo tempo não falar sobre ninguém.

EstarCOM nossos co-participantes nas oficinas é ouvir e ser ouvido. Uma de nossas parceiras, além de sua baixa visão, também tem uma deficiência motora que dificulta sua locomoção. Assim, em um de nossos encontros ela relata sobre a falta de autonomia em sua vida, e como a extrema preocupação da mãe limita o que ela pode e não pode fazer. A partir do nosso trabalho na UFF, foi possível pensar juntos essa transformação e esse processo de autonomia e independência poderia ser construído para uma melhor qualidade de vida.

Acreditamos que a pesquisa científica neutra e isolada não é capaz de conceber as diversas nuances do que se observa. Ao objetificar os sujeitos com

quem se trabalha, o acadêmico utiliza da coleta de certos dados para constatar algo - não todos os dados, tendo em vista a imparcialidade de sua pesquisa e o fim desejado. Quando se produz conhecimento sobre alguém, há o risco de silenciar e se apropriar de determinadas vivências, reforçando a distância existente entre a academia e os grupos marginalizados. A preposição 'sobre' denota o distanciamento nesse modo de se pesquisar que, além do mais, não se atenta à relação que se dá entre os envolvidos no percurso da pesquisa.

Focamos em possibilitar que outras narrativas encarnadas sobre a deficiência apareçam, a partir das vivências partilhadas por estes corpos que experienciam o cegar. Por nutrirmos um pensarCOM, estamos em relação a todo o tempo, e estar em relação também implica estar em conflito. Estar em conflito é se deixar afetar durante a condução de nossas atividades, ser interpelado pelas falas potentes de nossos co-autores, falas estas que muitas vezes nos embargam a voz, nos acolhem como um abraço ou nos deslocam para outro direcionamento diante de nossos estudos.

“(...) pensamos numa oficina de percurso. Cada participante ficaria em uma extremidade da sala, pegaria um rolo de barbante, escolheria um colega para chegar até ele atravessando a sala e contando seu percurso durante a pesquisa. Naquele momento, Paula contou de como aquele espaço era importante pra ela, como ela estava crescendo e tendo mais autonomia. (...) Ao final do percurso de todos, colocamos o barbante no chão e percebemos que tínhamos criado uma espécie de cama de gato com todos esses barbantes que se cruzavam e perpassavam todo o espaço.

Como cada um estava em uma extremidade da sala, decidimos ir andando por cima do barbante que estava no chão e tateando com os pés. Desse modo, acabamos nos encontrando no centro da sala onde começamos a conversar sobre a oficina que acabara de acontecer. Nesse momento, Ricardo pergunta o que eles gostariam de ver se pudessem enxergar novamente. Wanda fala que gostaria de ver o rosto de sua neta e também o mar, pois ela sempre gostou muito de praia e de paisagem. João diz a mesma coisa: adoraria ver o mar porque gosta muito de correr na praia. Paula desabafa que se pudesse enxergar de novo, voltaria a estudar e faria faculdade. Ricardo direciona a pergunta para nós, videntes, o que gostaríamos de ver pela última vez se fôssemos ficar cegas. Eu digo que gostaria de ver o rosto da minha irmã, do meu pai e da minha mãe pela última vez. Maíra, emocionada, fala que veria sua filha. Ricardo, em seguida, disse que gostaria muito de ver o céu e as estrelas novamente. Nessa hora ele recita um poema improvisado. Ele gosta muito de fazer poemas assim. Me emocionei bastante, juntamente a ele, pois suas palavras bonitas tocaram demais meu coração.(...)”

(Trecho de diário de campo. UFF, 2019)

CONCLUSÕES:

A partir da discussão dos resultados, verificamos que as conclusões dependem de uma continuidade do projeto, já que até a presente data os resultados são parciais e novas atividades estão surgindo, no que diz respeito à ampliação da Oficina de Experimentação Corporal, a Oficina com os acompanhantes dos reabilitandos e outras atividades.

Neste momento da pesquisa, estamos engajados na colheita de narrativas das pessoas que perderam a visão, pois por estas falas nós podemos perceber a diversidade de modos de ser da cegueira. Da mesma forma, o estudo do tema da cegueira tem nos levado a compreender que a relação entre a ausência do sentido da visão e a denominação daqueles que a possuem como deficientes não é natural, e sim fruto de uma produção histórica engendrada por discursos e práticas que foram sendo construídos e dirigidos às pessoas cegas.

Por meio de atividades que envolvem a experimentação de materiais, a consciência corporal, os ritmos, o equilíbrio, a atenção, noções de espaço, o contato e sensibilização corporal, o grupo participante da oficina é levado a experimentar e se deparar com seus corpos e com a possibilidade de se reinventar, de reconstruir a autonomia, as relações de confiança, a maneira de se relacionar com o mundo e com a própria experiência do ficar cego. Desta forma, possibilitamos a criação de conexões a partir de outros modos de experienciar a si mesmo. Por tudo isto, marca-se a importância da continuidade deste projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. (2009) O perigo de uma única história. Disponível em: http://www.osurbanitas.org/osurbanitas9/Chimamanda_Adichie.pdf

DINIZ, D. (2007) O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense.

YOUNG, S. (2014) Eu não sou sua inspiração, muito obrigada. Disponível em: <https://amara.org/en/videos/uzRZFMhOZf wd/pt-br/750077/>

SILVA, Wanda. Comunicação pessoal. 2019.

Agradecimentos:

Agradecemos, primeiramente, Aos nossos colegas do Perceber Sem Ver, agradecemos a parceria e o trabalho. Vocês são nosso pilar tanto para os estudos e construção de atividades, quanto para o cuidado com o nosso espaço dentro e fora das oficinas. Nós construímos um espaço que vai muito além da produção de conhecimento: é um lugar onde foi tecida uma rede de acolhimento e cuidado em tempos tão difíceis. Agradecemos também aos nossos co-participantes cegos e com baixa visão. Sem vocês não poderíamos pensar juntos em uma pesquisa encarnada, com tanta potência e vida através das experiências que compartilhamos e podemos criar juntos. Obrigada!



Filosofia

Da seleção de aspectos relevantes: um estudo sobre a compreensibilidade do significado não codificado.

Autor: Matheus Tostes Furtado

ICHF/GFL/UFF - Gragoatá

INTRODUÇÃO:

Este relato tem por objetivo elucidar as experiências e atividades sobre a pesquisa que tem por título: Da seleção de aspectos relevantes: um estudo sobre a compreensibilidade do significado não codificado. Realizada como bolsista de iniciação científica ligada ao CNPq – PIBIC – alinhada ao Departamento de Filosofia e ao orientador Prof. Dr. Diogo de França Gurgel.

O objetivo do projeto foi dar um encaminhamento satisfatório à seguinte questão: “teria a teoria da relevância conforme estabelecida por Wilson e Sperber maior poder explicativo sobre nossas atividades comunicativas cotidianas do que o modelo griceano?”. Ao longo do deste relato será discutido as experiências de pesquisa, o que foi feito no período e o que foi alcançado no campo teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Paul Grice, em *Meaning*, define que significado como sendo a identificação das intenções do falante. Sendo assim, a compreensão seria um processo de enriquecimento do código, do que é falado através de inferências pragmáticas para se alcançar o que é dito, o que é significado. Em *Logic and conversation*, Grice vai definir que essa inferência é guiada por um princípio cooperativo, em que os interlocutores buscam cooperar entre si para se atingir seus objetivos, isto é, compreender suas intenções. Este princípio teria quatro máximas: quantidade, qualidade, relação e modo. Quantidade sendo informar o quanto foi requerido, qualidade correspondendo a dizer somente aquilo que sabe ou que se tem evidência de ser correto.

Relação é “seja relevante” e, por fim, modo que é seja claro.

Sperber e Wilson identificam fragilidades na teoria griceana, que impossibilitam essa teoria ser entendida como uma teoria geral da comunicação: o caráter *ex post facto*, que torna o modelo de Grice pouco rigoroso e apelativo a hábitos linguísticos e o seu comprometimento com o modelo literalista, de maneira a tentar salvaguardar a semântica verofuncional.

A temática do *ex post facto* leva a questionamentos, sendo estes: quais são os critérios e como são definidas as máximas conversacionais griceanas? Por que não menos? Por que não mais? Como Grice explica a eliminação de interpretações de discurso para a compreensão da correta?

Além de que, Grice ainda enxerga na linguagem a possibilidade de um significado próprio ou significado da sentença, que também serviria de guia as inferências.

A solução de Sperber e Wilson é apostar em uma Teoria da Relevância, em que os interlocutores não optam por fazê-lo ou não fazê-lo, uma vez que é um princípio cognitivo. Assim sendo, será relevante aquela informação que for eficiente, isto é, adquirida em uma relação de menor gasto de processamento com maior ganho contextual. O modelo dos autores é, também inferencial, guiado por este princípio cognitivo que se estende a comunicação. Na comunicação é entendido que todo falante pressupõe em seu ato de fala uma relevância ótima.

CONCLUSÕES:

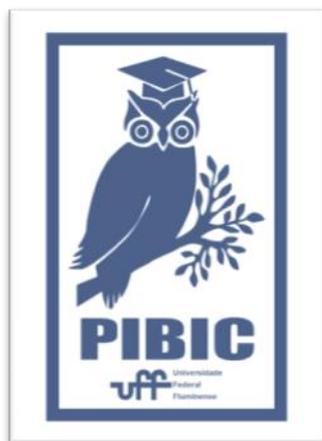
O modelo griceano apresenta ganhos pelo entendimento de que o significado, apesar de envolver a tarefa de decodificação, é essencialmente uma tarefa inferencial, de enriquecimento. Já a Teoria da Relevância desenvolve o modelo inferencial griceano,

apresentando um princípio comunicativo, em que a comunicação não mais depende de uma escolha racional dos interlocutores para ocorrer. Alinhado ao aparato da psicologia cognitiva, trazida por Sperber e Wilson, se resolveria os problemas griceanos já citados. A Teoria da Relevância então poderia ser então entendida como uma teoria geral da comunicação, uma vez que ela se desdobra da cognição para a comunicação, na sua maneira mais simples: ostensiva, até a sua forma mais complexa: verbal-inferencial.

Agradecimentos:

Neste ano de pesquisa foi constituída uma experiência de pesquisa engrandecedora. Poder desenvolver em conjunto um trabalho de contribuição a uma importante área de pesquisa e a questões é o desejo que eu como aluno sempre tive. Posso dizer que a pesquisa e o programa PIBIC foram grandes incentivadores e desenvolver no meu futuro como professor, pesquisador e propriamente como aluno e creio que isso se estenda a todos no programa.

Por fim, a oportunidade de agradecer ao meu orientador, Diogo, por todo apoio, atenção e auxílio na pesquisa, além da UFF como um todo pela infraestrutura e suporte incalculáveis a minha formação e consequentemente a essa pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Intervenções Psicológicas: Corpo e Subjetividade em Oficinas de Sensibilização

Autores: André Araújo Ferreira

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia

INTRODUÇÃO:

Em nossa pesquisa, pensamos um corpo afetado, efetuado por suas relações com o mundo (LATOURE, 2007), ponto nevrálgico de negociações entre interioridade e exterioridade. O corpo também é construído, ao mesmo tempo em que construímos nossa subjetividade (MONTEIRO, 2009). E este corpo não possui meramente um lugar de “sede” dos processos mentais, mas se apresenta como o principal negociador daquilo que será compreendido como pertencendo ao corpo (“eu” interno) e daquilo que será posto do lado de fora (“mundo” externo) (LATOURE, 2007), o corpo é então ativo e age pelos encontros e afetos que lhe chegam e lhe constituem.

A partir desses estudos, o passo seguinte foi construir o campo de pesquisa no qual fosse possível aplicar essa proposta teórica. Desta forma, pensamos na construção de um dispositivo que pudesse potencializar as formas de relação entre corpo e subjetividade. Esta proposta buscou respeitar duas questões importantes que norteiam nosso trabalho: primeiro, com a implementação das oficinas, fomos capazes de PesquisarCom, uma vez que todas as ações que foram feitas nestas oficinas foram negociadas com os participantes, estes tiveram total capacidade de agir e intervir em nossas práticas. Em segundo lugar, nossa proposta visou deslocar o olhar que comumente se tem do psicólogo como aquele que “conserta as pessoas” para a construção de uma prática que buscou potencializar as relações e a vida dos sujeitos. Assim, ao invés de buscar a normatização, pensamos numa forma de atuação que apostasse nas potências do próprio sujeito.

Portanto, pudemos pensar a construção de um corpo que se afeta e é afetado pelo mundo. Para isso, foi preciso o tempo todo negociar com os participantes, entrar em contato com

suas formas de existir e de agir, construir uma narrativa conjunta com estas pessoas.

Assim, a proposta de nossas oficinas também consiste em repensar essa construção de subjetividade tendo como ponto de partida a construção de um corpo que não se apresenta como base ou sustentáculo material para a emergência de um sujeito que se diferencia do mundo, mas, ao contrário, de pensar como somos capazes de nos diferenciar na medida em que construímos a cada instante uma relação entre corpo e subjetividade que necessita ser reafirmada, testada, construída.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As oficinas deste ano de pesquisa nos mostraram algumas coisas importantes como: 1. cuidado, ao nos atentarmos para a importância de se perceber a relação que os corpos dos participantes estabeleceram, como na atividade do elástico e do barbante em que foi necessário compor as amarrações conjuntas tendo em consideração o limite do outro. Percebemos então que ninguém estava sozinho e que, para os movimentos fossem executados a atenção ao outro era fundamental. O cuidado se apresenta então como esta possibilidade de relação em que todos os elementos envolvidos contam.; 2. confiança, ao experimentarmos a possibilidade de executar determinados movimentos tendo como guias apenas os outros e não nós mesmos ou mesmo na oficina em que era necessário dizer “eu” para, logo em seguida contar com alguém que nos amparasse. A confiança também aparece a partir do momento em que os participantes se sentem à vontade para tocar outros corpos e ser tocado por outras pessoas. Percebemos que este processo de confiança demanda tempo de oficina e que, em determinados grupos isto pode ser mais fácil ou mais difícil. Neste sentido, questões, tais como,

o gênero do participante, influenciam na aproximação física dos mesmos. Levar em consideração tais afetos é também fazer da pesquisa um campo de reflexão acerca dos papéis de gênero e das ameaças que isso pode implicar. Corpos são encarnados, trazem marcas que não podem ser apagadas. Percebemos assim que as oficinas surtem efeitos diferentes, de acordo com a composição de cada grupo e também de cada coordenador. Porém, mesmo percebendo estas diferenças, apostamos que as oficinas são espaços que potencializam os participantes, uma vez que, a partir dos afetos que são gerados neste espaço, os participantes são capazes de construir uma relação mais sensível consigo mesmo e com o mundo.

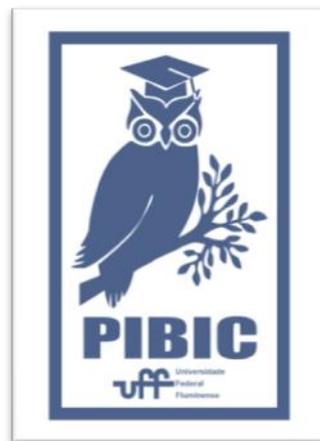
CONCLUSÕES:

Com o fim das oficinas, até a chegada do dia de hoje, pudemos presenciar algumas reverberações. Na devolução que fizemos com alguns participantes, lendo parte deste relatório para eles, pudemos ouvir um pouco de como as oficinas operaram movimentações em seus corpos, pudemos ouvir o que eles acharam e como as oficinas fizeram diferença para eles. Um dos participantes propôs ao grupo da pesquisa a realização de oficinas para uma turma de pré-vestibular comunitário no qual ele trabalha. Muito conversamos e muito nos interessa que as nossas oficinas possam ocupar lugares que possibilitem uma interação com pessoas para além do espaço da universidade, com o objetivo de buscar novas interações, novos modos de pensar e fazer as oficinas, perceber como nossas oficinas podem afetar corpos que ocupam lugares diferentes, de formas diferentes. Neste primeiro semestre de 2019, tivemos uma reunião com os coordenadores do pré-vestibular comunitário que acontece na Física. Estamos em processo de negociação para a implementação das mesmas para as pessoas que participam deste espaço. Neste sentido, uma antiga proposta nossa de que as oficinas pudessem ser oferecidas para pessoas que não estão na universidade poderá ser experienciada. Ainda estamos em fase de negociação e precisamos pensar como pode ser possível este novo campo, com suas especificidades, mas estamos dispostos a dialogar e construir novas possibilidades de trabalho. Neste sentido, entraria em cena a questão do estresse causado por esta fase tão específica de vida

que é a passagem do ensino médio para a universidade. Teríamos que repensar algumas propostas e isto será feito também no decorrer deste semestre.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a possibilidade de realização deste projeto à Universidade Federal Fluminense, ao Instituto de Psicologia da UFF, aos participantes das oficinas e do grupo de pesquisa composta por: Isabella Carvalho, Victor Millet, Beatriz Bastos, Anna Clara Guedes e Liora Geiger. Vale destacar também a participação de Maria Paula Borsoi Raimundo, Aline Munhoz Marques e Victória Brunholi Loureiro como pessoas fundamentais na elaboração das oficinas destes semestres, influenciando, também, no relatório. Sem esta equipe não seria possível o trabalho de qualidade e cuidado que fazemos na Universidade. Agradeço também à Dr. Ana Cláudia Monteiro, orientadora da pesquisa, e ao CNPQ, por proporcionar esta bolsa de pesquisa. A possibilidade de fazer pesquisa e se fazer pesquisa, infelizmente, vem sendo menosprezada e sucateada, ainda mais quando se fala de ensino público de qualidade, como o do presente projeto e na presente Universidade sobre e na qual escrevo. Ter a possibilidade de finalizar um processo como esse em tempos como os de agora realmente são motivos de agradecimento, em minha concepção. Agradecimentos mais que especiais à minha família, aos meus amigos e aos meus guias e ancestrais, que tornaram possível esse momento e me apoiaram como puderam.





Ciências Humanas

O dono do jogo: João Havelange presidente da FIFA (1974-1998)

MAGALHÃES, Livia; GABRICH, Thais

GHT – Departamento de História/UFF - Niterói

INTRODUÇÃO:

Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange nasceu no Rio de Janeiro em 1916, filho de pais belgas. Começou no esporte como atleta do time de natação e polo aquático do Fluminense Football Club, sendo campeão carioca de natação pelo clube nos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937. Representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, como nadador e no time de polo aquático em 1952, em Helsinque. Havelange foi também presidente da CBD (Confederação Brasileira de Desportos) de 1958 à 1975. É também formado em direito pela Universidade Federal Fluminense, onde foi homenageado com o título de Doutor “Honoris Causa” em 2011.

Havelange foi eleito para a presidência da FIFA pela primeira vez em 1974, contando principalmente com o apoio das entidades latino-americanas e africanas, que até então se sentiam negligenciadas pela presidência de Stanley Rous, presidente da federação de 1961 até 1974. Havelange procurou, então, administrar sua campanha de forma a utilizar a seu favor a frustração com o euro-centrismo e tradicionalismo da FIFA de Rous para contrastá-los com sua visão progressista para a federação.

Por muito tempo houve, de certa forma, um mito em torno da imagem de João Havelange. Visto como um grande gestor pelas suas passagens pela FIFA e pela CBD e como uma figura que mudou o futebol mundial, Havelange assistiu sua imagem desmoronar ainda em vida quando foi ligado à denúncias de corrupção envolvendo a federação futebolística em 2011.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa aqui presente foi baseada em fontes jornalísticas cujo acesso foi possibilitado a partir

dos acervos físicos do Fluminense Football Club, Museu do Futebol, Biblioteca Nacional e Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e digitais da Biblioteca Nacional, fazendo uso dos jornais *Diário de Notícias*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal dos Sports*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Pernambuco*. Além disso, foram consultados trabalhos acadêmicos previamente desenvolvidos sobre o objeto de análise deste trabalho, o ex-presidente da FIFA João Havelange.

Em março de 1974 foi oficializada a candidatura de João Havelange para a presidência da FIFA por parte da CBD (Confederação Brasileira de Desportos), que concorreria ao cargo contra o então atual presidente da entidade, o inglês Stanley Rous. A pesquisa realizada demonstrou que, ao longo dos meses de campanha foi possível observar as diferenças contrastantes que os jornais destacam entre Havelange e Rous: enquanto Rous vem a ser uma representação do futebol inglês, tradicional mas conservador, Havelange é o futebol dos latino-americanos e se mostra adepto a mudanças, atraindo atenção principalmente dos continentes deixados de fora da FIFA de Rous.

Após visitas realizadas ao acervo do Fluminense Football Club, time pelo qual Havelange foi nadador e jogador de polo aquático e onde, em 1970, recebeu o título de Presidente de Honra, foi observada a prestação de homenagem ao então recém-eleito presidente da FIFA. Nas dependências do clube, no acervo denominado *Flu-Memória*, estão disponíveis registros da época de Havelange na natação e no time de polo aquático. O que não se encontra, todavia, são arquivos de parte da presidência de João Havelange na CBD e toda sua presidência na FIFA pois estes arquivos pararam de ser documentados pelo clube nos anos 1960.

No que tange a Copa do Mundo de 1978, a primeira realizada por João Havelange, o então presidente da FIFA não hesita em destacar a grandiosidade do evento, prometendo uma arrecadação superior à da Copa da Alemanha (1974) em 10 milhões de dólares¹. Quanto às promessas de boicote feitas devido à ditadura militar pela que passava a Argentina naquele momento, Havelange declarou que “quem não quiser ir não vá, pois o problema não é da Fifa²”. O então presidente da FIFA também exaltou a organização argentina para a realização do Mundial, frisando que “a Fifa sempre confiou na capacidade argentina de realizar o torneio (...)”³.

A passagem de Havelange na FIFA foi marcada por grandes mudanças no futebol que perduram até hoje. Dentre os feitos do ex-presidente da FIFA estão a mobilização em prol das federações africana, asiática e americanas, o investimento no futebol de base, com a criação do Campeonato Mundial de Juniores⁴, e a promoção do futebol feminino, juntamente com a pressão para que houvesse a legalização em solo brasileiro⁵, já que a prática do futebol por mulheres era proibida por lei desde 1941. Durante o período de Havelange sob a presidência da FIFA, o número de funcionários da sede de Zurique passou de 12 para 120⁶, segundo o site da federação. Todavia, Havelange também se viu cercado por denúncias de corrupção que colocam em cheque sua atuação pela federação e a imagem construída em torno do grande gestor João Havelange.

A análise destas fontes jornalísticas aqui estruturada foi feita a partir dos métodos biográficos, com base em Giovanni Levi (1996) e Pierre Bourdieu (1982). Estudar Havelange não é apenas estudar a figura do presidente da FIFA, mas levar em consideração que aquele indivíduo deve ser parte de um maior objetivo, que é interpretar o meio no qual ele está

¹ **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, ed. 00133, 19 mai. 1978, p. 35

² *Idem*.

³ **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, ed. 00138, 24 de mai. 1978, p. 16

⁴ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ed.00272, 7 de jan. 1976, p. 26

⁵ **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, ed. 16144, 14 de mai. 1982, p. 7

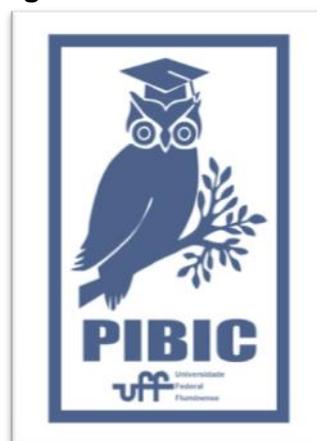
⁶ THE President. *Fifa*. Disponível em: <<https://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/the-president/joao-havelange/>>. Acesso em: 28 ago 2019.

inserido. Levi, em seu texto “Usos da biografia”, descreve as especificidade do que chama de *biografia e contexto*, “(...) onde a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias.”⁷ Fazer o estudo da biografia de João Havelange, portanto, não ocorre para que haja uma reconstrução de uma trajetória individual, mas para que sejam captadas as “superfícies sociais” nas quais os indivíduos agem, como dito por Pierre Bourdieu (1982).

CONCLUSÕES:

Esta pesquisa, portanto, buscou compreender as conquistas de João Havelange durante o período no qual este presidiu a FIFA, desde a organização de seu primeiro Mundial em 1978, em uma Argentina no meio de uma ditadura militar, até o seu último, em 1998, em uma derrota para a França que se tornaria traumática para o Brasil. Trabalhar os anos em que Havelange presidiu a FIFA significa olhar para períodos ditatoriais, democráticos e de transição e como as fontes dialogam com cada um deles. Além disso, estudar a biografia de João Havelange é entender o impacto que sua liderança esportiva internacional teve ao longo de seus 24 anos no comando da FIFA.

Agradecimentos:



Gostaria de agradecer à CNPQ e a UFF, pelo investimento ao projeto com a bolsa de iniciação científica, de extrema importância para a viabilização da pesquisa, e à minha orientadora, Lívia Magalhães, pela paciência, disponibilidade, apoio e pela possibilidade de trabalhar com minhas grandes paixões, a pesquisa científica e o futebol.

⁷ LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: “SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO VIGIADO, SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO ENVOLVIDO”: ENVOLVIMENTO-COM O CRIME E OS EFEITOS DE CONTROLE, VIGILÂNCIA E SUSPEIÇÃO ENTRE MORADORES E POLICIAIS NA FAVELA.

Autores: Professora Orientadora: Jacqueline de Oliveira Muniz – SIAPE: 1372320

Orientanda-bolsista: Julliene Rosa de Carvalho –

Matrícula: 215102119

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) / Departamento de Segurança Pública.

INTRODUÇÃO:

Dentre as raízes deste trabalho está a inquietação gerada pelo uso frequente tanto entre jovens moradores de comunidades populares como por policiais e demais atores sociais das expressões “envolvido” e “envolvimento” como um carimbo negativo e comprometedor sobre pessoas e suas interações sociais. Essa rotulação de maneira recorrente influencia nos controles, vigilâncias e punições sobre os indivíduos alvo, que são, de modo geral, os jovens residentes das comunidades populares e com frequência de menor poder aquisitivo.

O recorte empírico analítico do trabalho são os jovens moradores da comunidade popular do Morro do Preventório, que fica situado no bairro de Charitas, zona sul e área pertencente à região abastada da cidade de Niterói, tendo proximidade a diversos equipamentos sociais como escolas, uma creche municipal, o catamarã, dois postos de saúde e a 79ª Delegacia de Polícia. Assim, utilizando como fio condutor o ponto de vista desses atores sociais, o que se pretende é refletir por meio de uma abordagem exploratória e qualitativa de que modos é utilizada a categoria envolvido-com e quais seus impactos nas vigilâncias produtoras de controle dos jovens moradores de comunidades a lugares sociais, percebendo por meio de quais mecanismos é feito o controle sobre as mudanças e tentativas de alteração de status quo por parte do grupo que é mais

frequentemente taxado como envolvido-com-o-crime e as manobras utilizadas por ele para de se livrar desse estigma.

É importante ressaltar, a fim de contextualizar essa produção acadêmica que todo o estudo e todas as discussões levantadas por ela têm em sua base a natureza exploratória e qualitativa e em seu foco analisar minuciosamente a maneira como a categoria envolvido-com-o-crime influencia na distribuição seletiva de vigilâncias e punição sobre os moradores de comunidades populares, dando especial atenção às juventudes moradoras dessas localidades e, por consequência, no ir e vir diário desses jovens.

A amostra qualitativa tomada como referência foi os jovens moradores do Morro do Preventório, na zona sul da cidade de Niterói. Assim, a fim de possibilitar a exploração da realidade dando conta da temática central da pesquisa, dentre as principais estratégias de consulta à realidade pesquisada e de coleta de dados estiveram: Duas visitas à comunidade do Morro do Preventório e elaborações de relatórios completos das percepções e caminhos percorridos em cada uma delas; Cinco entrevistas semiestruturadas com jovens moradores da comunidade do Preventório (Esse procedimento foi selecionado com o propósito de coletar dados que não seriam possíveis acessar por meio apenas da observação de campo e da consulta bibliográfica); E conversas informais com jovens moradores da comunidade.

Quanto à análise e ao tratamento dos dados obtidos, houve a sistematização nos formatos de slides e relatórios elaborados conforme as informações surgiam nas entrevistas e conforme eram realizadas as observações a partir das representações da realidade. Esse material foi frequentemente apresentado e teve seus significados discutidos em reuniões com a orientadora e demais membros da equipe de pesquisa. Além disso, foi realizado o cruzamento dos materiais empíricos coletados com a bibliografia anterior a respeito do tema, o que oportunizou uma apreciação mais completa dos resultados por meio da triangulação: observação em campo – bibliografia anterior – relatos dos interlocutores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

É muito importante dizer que a categoria “envolvido-com” não está necessariamente relacionada a um jovem que se vincula ao tráfico de drogas, o termo é acionado em contextos atravessados por sociabilidades alimentadas pela desconfiança e suspeição recíprocas.

Apesar disso, o primeiro resultado obtido com a pesquisa é que dos cinco jovens moradores da comunidade do Preventório com os quais foi possível a realização de entrevista individual e semiestruturada, todos relacionam a categoria “envolvido-com” com pessoas atuantes no tráfico de drogas.

Compreende-se, a partir da confrontação dos dados extraídos das entrevistas e destes com a bibliografia prévia, que o jovem carimbado com a categoria acusatória envolvido-com é por muitas vezes tido como criminoso em consequência disso. Além de que, uma vez taxado de envolvido, o jovem morador de comunidade popular fica ainda mais vulnerável a vigilâncias constantes sobre si, sobre o modo como se apresenta ao mundo e sobre suas interações sociais, sejam elas interinas ou duradouras e independente da dimensão em que se manifestam. O dito “envolvido” é, mediante o que se observou nos discursos dos jovens com os quais foi estabelecido contato, taxado como se de fato fosse “bandido” e/ou “traficante”.

Outro ponto importante, já observado em bibliografia prévia, é que a rotulação da categoria acusatória do envolvimento-com-o-crime funciona a partir de gradações. Entende-se diante disso que existem graus de

envolvimento, sujeitos mais ou menos envolvidas de acordo com os preconceitos aplicados à pessoa e situação específica.

Com relação a esse aspecto da discussão, o que se pode perceber é que os interlocutores partem do pressuposto de que os graus de envolvimento estariam relacionados às funções exercidas pelos jovens no crime negócio. Afirmação que aparece por várias vezes nos relatos (presentes no relatório de pesquisa) dos jovens interlocutores.

Examinando as representações, o que se pode entender é que a questão do envolvimento dos jovens com o crime é assinalada por gradações: estar envolvido, ficar envolvido e ser envolvido. E ainda, mais do que isso, os discursos que emergem das entrevistas com jovens moradores da comunidade do Preventório assinalam que o grau momentâneo do envolvimento, o estar suspeito, apresenta-se ali latente, como uma acusação antecipada, tratando-se inclusive de crianças (por muitas vezes referidas como “sementinhas do mal”), o que leva a discutir quais os são os sujeitos mais expostos ao estigma (GOFFMAN, 1988) exercido pela aplicação da categoria acusatória do envolvimento com o crime e de que maneira essa espécie de incriminação acontece.

Outra discussão que se apresentou ao longo da pesquisa foram alguns pontos sobre os quais estaria baseada a rotulação da categoria acusatória de envolvido-com-o-crime. A respeito disso, dentre os diversos elementos que poderiam levar à acusação do envolvimento-com-o-crime está o modo como os jovens se apresentam no mundo, seus modos de vestir, de se comportar, de falar, seus modos de ser, em suma, especialmente os não brancos e moradores de comunidades populares, principal clientela dessa rotulação.

Dessa forma, segundo os dados obtidos, que dialogam com bibliografia anterior, ornamentos como roupas esportivas de grife, o corte de cabelo da moda e o bigode feito de maneira popular entre os jovens são características que podem facilmente ser atribuídas como indicadores de envolvimento-com o crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O tema dessa pesquisa é de suma importância social porque demonstra que a categoria acusatória do envolvimento-com o crime gera o enviesamento de vigilâncias e de

suspeições em direção a um grupo social específico, os jovens oriundos e moradores de comunidades populares, especialmente os não brancos. E dessa forma, a partir do enviesamento das vigilâncias, o status que desses jovens tem sido retroalimentado.

Isto é, observou-se que como consequência das acusações de envolvimento com o crime se estabelece uma ferramenta de controle social itinerante que fomenta não só a vigilância seletiva como uma distribuição problemática de punições com foco nas juventudes das comunidades.

Usando como fio condutor o ponto de vista de jovens moradores da comunidade do Preventório percebeu-se que a categoria acusatória do envolvimento com o crime tem um caráter horizontal fortíssimo, jovens negros moradores do Morro suspeitando e acusando outros jovens negros moradores do Morro, tão forte e cotidiano tornou-se o uso da categoria acusatória e maximizou-se a suspeição nas comunidades populares. E, além disso, há também um caráter vertical muito presente a partir das subjetividades às quais estão submetidas o *tirocínio policial*, principal guia desses agentes de controle vigilância para determinar quem é ou não envolvido.

Procurou-se examinar detalhadamente o modo como esta categoria acusatória funciona e seus impactos na regulação das trajetórias e nas formações e representações identitárias dos jovens. Diante disso, o que o estudo exploratório-qualitativo tem revelado é a avidez por fortalecer ainda mais a tutela policial para que sejam cada vez mais criminalizados os indivíduos, seus modos de se colocar no mundo e até mesmo suas relações e vínculos sociais, principalmente no ambiente das comunidades populares.

Dentre os próximos passos traçados para a pesquisa percebeu-se a necessidade de investigar qualitativamente se as diferenças que foram apresentadas entre os medos trazidos pelos jovens universitários e não universitários moradores do Preventório se dariam por uma maior mobilidade social dos universitários que atravessam diariamente diversas cercas e ingressam em distintos mundos sociais.

Agradecimentos:

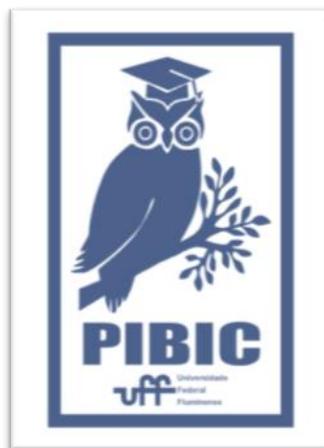
Fica o meu agradecimento ao CNPq por fomentar minha pesquisa de iniciação científica e consequente introdução à carreira acadêmica além da sementeira de minha monografia, tendo

possibilitado apoio financeiro para que eu pudesse desempenhar com maior aptidão cada passo dessa pesquisa.

Gostaria de agradecer também a todos os interlocutores que compartilharam comigo suas concepções, vivências e seu tempo, todos foram muito importantes para que essa pesquisa acontecesse da maneira mais completa e mais produtiva possível.

À minha orientadora Jacqueline Muniz fica também o meu agradecimento, não só por um projeto tão importante para a nossa sociedade e academia, mas também por acreditar no meu potencial. Cada parte dessa pesquisa foi uma honra e um imenso aprendizado em sua companhia.

A partir dessa pesquisa é traçada a minha monografia e início de minha trajetória enquanto acadêmica. Sei que cumpri com dedicação, e espero ter cumprido também com os resultados esperados. Por fim, tenho certeza de que muitas coisas renderão ainda desses esforços e do crescimento que eles proporcionaram.





Humanas. Área: 7.06.00.00-7

Geografia e Gênero: uma análise da geografia fluminense nos periódicos entre 2007-2017.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva e Dr^a. Erika Vanessa Moreira Santos

Departamento de Geografia de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Laboratório de Geografia Humana/ Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa trata-se de um estudo teórico metodológico sobre a inserção do conceito de gênero nas análises geográficas, tal investigação foi realizada nos periódicos de pós-graduação em geografia no Rio de Janeiro entre os anos de 2007-2017, mais especificamente nos periódicos: *Geographia*, *Espaço Aberto*, *Geo Puc* e *Geo UERJ*, sendo respectivamente das universidades: UFF, UFRJ, PUC-Rio e UERJ. Essa pesquisa tem como objetivo geral identificar as principais correntes filosóficas e metodológicas que se sobressaem na geografia fluminense ante os trabalhos de gênero e geografia. Para o embasamento teórico se levantou uma série de referências bibliográficas sobre filosofia, método, epistemologia, gênero, gênero e geografia, história do pensamento geográfico, pensamento descolonial e interseccionalidade.

Outra questão que emergiu foi como dar visibilidade as discussões metodológicas de sujeitos/as marginalizados/as (em especial as mulheres) e seus saberes, ou seja, não apenas atribuindo como verdadeiro, o conhecimento científico hegemônico que, assim como o falo¹, tem um discurso representativo apenas para uma parcela da sociedade.

¹ O falo aqui é entendido, de acordo como é tratado no senso comum entre os movimentos feministas, como a significância do poder atrelado as representações históricas, datando desde os povos antigos, como o culto ao pênis ereto, visto como símbolo da fecundidade. Ou seja, o falo é visto como a naturalização dada aos discursos que se tornam práticas universalizantes da ideia e preponderância masculina.

Os métodos utilizados na pesquisa foram quali-quantitativos, via dados coletados nos 4 periódicos através de suas publicações, além dos dados levantados na Plataforma Sucupira, no triênio de 2017, 2018 e 2019. Se propôs ainda a realizar entrevista com os editores dos periódicos em questão, contudo apenas um editor respondeu e participou da entrevista. A partir do levantamento de dados indicados organizamos uma sistematização e uma análise documental à luz da revisão teórica inicial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados indicam, primeiramente, uma marginalização da inserção de gênero na geografia, sobretudo na geografia brasileira se tratando de estudos com temáticas das mulheres ou de feminilidades (SPITALERE, 2013, p.60) e, em segundo lugar, pelo papel secundário que as mulheres sofrem dentro de segmentos que, em tese, são sobre suas demandas, a exemplo do que convém se pensar no senso comum que os estudos de gênero são estudos “das mulheres”.

Isso fica nítido quando entre 653 artigos, apenas 12 dizem respeito a estudos que perpassem por gênero e/ou interseccionalidades, e mais nítido ainda quando entre esses dozes artigo apenas três dizem respeito à preocupação epistemológica de gênero no paradigma geográfico relacionado à geografia feminista que realmente dão visibilidade para as mulheres dentro da ciência.

A sistematização permitiu obter resultados que vão de acordo com a literatura que existe acerca das dificuldades e padrões exercidos por questões de gênero a exemplo do trabalho de Rossini (1998) que, ao estudar estereótipos e

preconceitos sobre o gênero feminino, conclui que recai sobre as mulheres os salários mais baixos, acúmulo de jornadas de trabalho, responsabilidades pelas tarefas menos qualificadas, a ideia de ajudante e não trabalhadora tudo de forma naturalizada e aceita pela sociedade. Neste trabalho se enxerga outros preconceitos de gênero por meio do não reconhecimento e da não valorização e legitimação que sofrem as mulheres no meio acadêmico.

Outro resultado apresentado diz respeito à espacialização dessa discussão em território nacional, atentando ao fato que pouco do que se publica no Rio de Janeiro, em respeito à discussão de geografia e gênero, é proveniente do Rio de Janeiro. Dos dozes artigos selecionados, apenas dois são do estado e ambos estão publicados na Geo PUC, enquanto oito são provenientes do Sul, um de Goiás e outro da Costa Rica.

Esta é uma preocupação e observação desenvolvida e sustentada pelo pensamento descolonial que contribuiu para se pensar o local de fala das pessoas que publicam sobre gênero ou questões transversais nos periódicos fluminenses. A análise do conteúdo possibilitou identificar quais instituições e núcleos de pesquisas encontram-se atentos e dispostos a fazer de seus trabalhos e pesquisas uma resistência acadêmica.

CONCLUSÕES:

O que se encontrou como resultado empírico interpretado à luz do aporte teórico é mais uma simbologia materializada de como a questão das mulheres é de difícil divulgação e acesso, não bastando apenas a produção de tais temáticas e sim a sua publicação para conhecimento amplo.

Já era esperado que poucos trabalhos fossem encontrados, sobretudo por se tratar de um recorte estadual, todavia, encontrar apenas três artigos entre uma grandeza de publicações traz uma inquietação e uma provocação que merece aprofundar estudos no campo da teoria e método e da geografia feminista.

Foi mais espantoso do que era esperado, sendo apenas três trabalhos analisados com viés de prioridade a discussão da mulher, que em uma sociedade patriarcal sofre desigualdades ao ocupar espaços diferentes daqueles que socialmente são destinados a si.

Entendemos a necessidade de divulgação de pesquisas não com a finalidade de competições científicas, mas de dar visibilidade a discussão da geografia e gênero. Dito isso se indica o convite para que esse seja o ponto de partida do tema proposto e não a finalização de determinadas verdades naturalizadas.

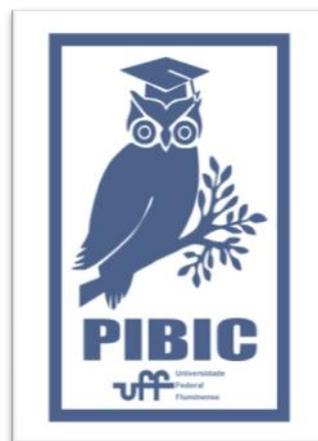
AGRADECIMENTOS:

Agradeço a orientadora deste projeto que soube muito bem identificar e orientar uma questão necessária a ser trabalhada. O outro agradecimento é para a oportunidade que o Edital do Pibic-UFF possibilita ao incentivar a inserção de alunos na pesquisa científica, sobretudo em tempos tão sombrios à ciência. Ao NERU, pelas importantes trocas de experiência para a formação acadêmica e pessoal, onde cada conversa foi estimulante ao desenvolvimento da pesquisa seja em relação ao arcabouço teórico, ou em relação as mazelas vivenciadas enquanto mulher e jovem pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ROSSINI, R. E. As geografias da modernidade - geografia e gênero - mulher, trabalho e família. O exemplo de Ribeirão Preto - SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 12, p. 7-26, 1998.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica brasileira** – Trabalho de conclusão de curso, Rio Claro, 2013. 72 f.





Grande área do conhecimento

Título do Projeto Violência Institucional, demandas por direitos e moralidades no Estado do Rio de Janeiro

Autores Lucía Eilbaum e Alice Magalhães

Departamento de Antropologia/Unidade: ICHF/Laboratório Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INTC – InEAC)

INTRODUÇÃO: O presente projeto se insere no conjunto de pesquisas do GEPADIM (Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades). Foi formulado propondo-se a consolidar e fortalecer uma linha de pesquisa, de formação de recursos humanos e de transferência de conhecimento vinculada à relação entre as formas de administração de justiça, demandas por direitos e moralidades. Inicialmente se pretendia dar continuidade a pesquisas etnográficas desenvolvidas em agências de Segurança Pública e de Justiça. Porém a viabilidade da inserção da pesquisadora em campo, bem como o interesse de pesquisa levaram o projeto para a produção etnográfica em uma instituição escolar, mantendo o foco nas formas de administração de conflitos e as moralidades a eles atreladas nesse âmbito.

Foi desenvolvido trabalho de campo em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Niterói. Atividades que envolviam as classes do nono ano foram acompanhadas semanalmente durante o segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019.

O trabalho teve a intenção de compreender as formas de classificação do “comportamento e postura” dos alunos, atendendo às categorias de classificação que surgem desta associação e como se constrói, especificamente a categoria nativa de “motivação”, a partir da análise de algumas experiências: o conselho de classe, a reunião de pais e mestres e a realização de atividades extracurriculares promovidas pela gestão da escola. O conselho de classe traz a perspectiva dos professores sobre os alunos em um ambiente de troca de professores com professores e equipe pedagógica. Já a reunião traz a perspectiva dos professores e dos pais sobre os alunos e as atividades extracurriculares me coloca mais em contato com os estudantes, assim como a rotina escolar. O acompanhamento dessas atividades

também foi desenvolvido com o auxílio de outras pesquisas em âmbito escolar, como Maia, 2014; Veríssimo, 2019; entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Conselho de Classe da escola é uma instância onde professores, pedagogos e coordenadores se reúnem para fazer um balanço sobre determinado período escolar. Cada integrante da reunião traz relatórios, anotações, diários de classe e de frequência, enfim, diversos tipos de registros sobre as aulas e os alunos para que todos eles possam ser unidos em um documento mais geral e abrangente de cada aluno e de cada classe, além de poderem discutir e trocar as experiências vividas. Este documento geral fica em posse da coordenadora, que também conduz a reunião, orientando as pautas e perguntas a serem respondidas para o preenchimento do documento e ao final a escolha de medidas que possam ser aplicadas a partir das demandas levantadas. É nesse espaço, portanto, que os professores fazem um trabalho burocrático de classificação e enquadramento dos alunos em determinadas categorias.

Após o conselho de classe, a equipe pedagógica convocou uma reunião de pais, em os alunos de uma das classes do nono ano foram classificados como “desinteressados”, “desmotivados” e com “dificuldade”. Associando essas categorias ao “mal desempenho” dos alunos no primeiro semestre. Ao mesmo tempo, a equipe enfatizava que esses mesmos alunos “têm potencial”.

É nessa perspectiva, do reconhecimento do “potencial” dos estudantes, que a escola promove a realização de diversas atividades extracurriculares, além de um projeto de abertura da escola aos sábados para o trabalho

da comunidade escolar na manutenção e cuidado do espaço. Esses espaços também têm se demonstrado relevantes na produção da pesquisa.

CONCLUSÕES:

Analisando os discursos proferidos nos âmbitos apresentados, posso dizer que há uma vinculação da “desmotivação” e “desinteresse” dos alunos às condições econômicas, sociais e familiares que a escola está inserida, as responsabilizando pelo desempenho dos estudantes. Ao mesmo tempo, os atores da escola acreditam no “potencial” individual de cada um, não duvidando de suas capacidades intelectuais e cognitivas. Assim, os agentes da instituição constroem mecanismos, pensados para “motivar” estes alunos, muitas vezes juntamente com a comunidade que rodeia a escola.

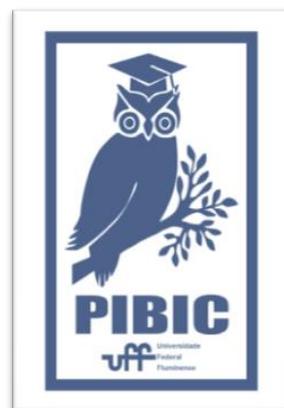
Todas essas atividades, segundo depoimentos recolhidos, de alunos, ex alunos, professores, e conversas com familiares de estudantes, ajudam na criação de um senso coletivo e de “amor” à escola. Esse senso age de forma “motivadora” na participação constante destes atores na construção da escola e suas práticas. Pensando neste tipo de interação já presente no ambiente da escola, como um desdobramento da pesquisa formulei um projeto de oficina de audiovisual a ser realizado com os alunos do período da manhã. Pensado enquanto uma ferramenta que estimule a formulação de narrativas dos alunos por e também para eles mesmos. Narrativas estas que de certo modo se aproximem mais de outros sentidos e afetos, que possam informar melhor os diversos significados que constroem o universo escolar. E que também funcione enquanto produção de registro para com a escola e alunos.

Como base para o desenvolvimento dessas oficinas, a proposta tem sido aplicar algumas das atividades sugeridas pelo “Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos”. Estes Cadernos, propõem uma criação inventiva em experiências sensíveis que estimulam “o direito de cada um a narrar o próprio território, a própria vida.” a partir da sugestão de dispositivos. Esses dispositivos funcionam enquanto catalisadores de potências de criação, propondo exercícios que dispõem formas para se produzir fotos e vídeos, mas sem cercear um tema, deixando a liberdade de cada um inventar a partir de suas próprias percepções.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a oportunidade de realizar este projeto que é de extrema importância para a iniciação de minha carreira e que me incentivou a levantar reflexões e discussões que ao meu ver tem a potência de gerar impactos positivos no âmbito da pesquisa. O total apoio, acompanhamento e orientação de minha professora Lucía Eilbaum, bem como a confiança depositada, fizeram possível o desenvolvimento do trabalho.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é fundamental para que o projeto seja efetivado. O apoio financeiro é necessário e essencial para que o pesquisador possa ter maior comprometimento para/com a pesquisa.





Ciências Humanas

Escravidão, índias e mestiçagem na Bacia do Prata no século XVI: as categorias da conquista

Andressa Inácio de Oliveira / Elisa Frühauf Garcia (orientadora)

Instituto de História / Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

As mulheres tupi-guarani foram fundamentais na conquista e na construção da sociedade colonial na Bacia do Prata no século XVI: no sustento material e imaterial mediante suas atividades produtivas (como a provisão alimentar) e reprodutivas (papel central nas redes de reciprocidade e cerimônias nativas). A presente pesquisa pretende analisar as formas pelas quais estas índias se inscreveram como parte essencial no funcionamento da escravidão e de outras formas de trabalho compulsório. Busca contemplar os conflitos e acomodações que envolvem as diferentes perspectivas sobre o lugar das mulheres nativas e as diversas categorias às quais foram inscritas. Intenta, também, desconstruir a tendência de se analisar a região da Bacia do Prata de forma compartimentada entre os domínios luso e espanhol - calcada na projeção indevida dos limites territoriais contemporâneos que desconsidera as estruturas nativas. Privilegiou-se a consulta a fontes primárias resultantes dos processos de contato e conquista da população indígena na região. Estas, ainda que majoritariamente escritas pelos europeus, podem revelar muito sobre as sociedades nativas¹. Pretende-se acessar nas descrições e narrativas as iniciativas indígenas, sobretudo, das mulheres. Em diálogo com as fontes, buscou-se a bibliografia especializada nos campos da História Indígena e das relações interétnicas, e, História das Mulheres e das relações de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram selecionadas para análise, à luz do nosso tema de pesquisa, crônicas de três viajantes da costa sulamericana e Bacia do Prata na primeira metade do século XVI: O

relato de 1519 do italiano Antonio Pigafetta², integrante da expedição de Fernão de Magalhães que passou pela costa do Rio de Janeiro; Os *Comentários*³ sobre a trajetória do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca rumo a Assunção através do caminho *Peabiru*, na década de 1540; e a *História Verdadeira*⁴ do alemão Hans Staden que passou nove meses cativo dos tupinambás na região litorânea de Ubatuba por volta de 1540-50. Segundo Cunha⁵, o relato de Pigafetta fornece algo como um *dictionnaire des idées recues* - um relato condensado das primeiras impressões e das generalizações sobre os sujeitos nativos -, já a partir de 1555, o conhecimento sobre a região e seus povos passa a se precisar de duas maneiras divergentes: através de autores não-ibéricos ligados às atividades de trocas de bens com os nativos, e, autores ibéricos ligados diretamente à colonização da terra e dos nativos. Na primeira categoria se inscreve Hans Staden e na segunda, Cabeza de Vaca. Com base nessas fontes, diversas no tempo, espaço e forma, buscamos confrontar as diferentes visões e versões sobre as índias e suas conexões com a escravidão.

CONCLUSÕES:

Dois noções são constantes nas narrativas analisadas: A importância central das mulheres indígenas tanto nas atividades produtivas

1 WHITE, R. *The Middle Ground*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

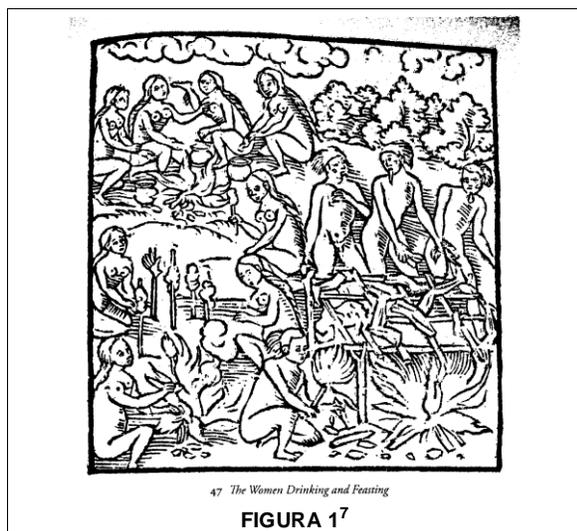
2 PIGAFETTA, A. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Ed. Carlos Amoretti. Porto Alegre: L&PM, 1985.

3 CABEZA DE VACA, A. N. *Naufrágios & comentários*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Porto Alegre: LP&M, 2007

4 STADEN, H. *Warhaftige Historia [...]*. Hans Staden's true story: an account of cannibal captivity in Brazil. Ed. Neil L. Whitehead; Trad. Michael Harbsmeier. Durham: Duke University Press, 2008.

5 CUNHA, M. C. da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos Avançados*, São Paulo, Edusp, v.4, n.10, 1990.

quanto nas reprodutivas das sociedades nativa e colonial. De início, pode-se afirmar que Cabeza de Vaca não conseguiria atravessar o planalto platino sem a provisão de alimentos produzidos pelas índias guarani – tampouco receber informações preciosas quando estava preso em Assunção. Hans Staden, na condição de cativo e em sua luta para não ser comido pelos tupinambá, observou e apontou como a tarefa de “domesticação do cativo” era exclusivamente feminina. As mulheres possuíam um papel proeminente não só no ritual de produção das vítimas, mas também nas próprias cerimônias antropofágicas (FIGURA 1). Whitehead⁶ propõe que talvez a performance do sacrifício tupi tenha parecido extremamente transgressora aos olhos europeus mais em decorrência da subversão das hierarquias políticas e dos papéis de gênero do que derivada dos elementos canibalísticos em si.



Pigafetta relata o oferecimento de mulheres tupi em troca de mercadorias e nessas ocasiões grafa estas como “escravas”. Garcia aponta que tal prática de oferecimento com o objetivo da criação de redes de reciprocidade com potenciais aliados era amplamente disseminada na área ocupada pelos tupi-guarani. Ademais as lógicas nativas, os europeus compreendiam tal prática através de suas próprias lógicas e empregavam sentidos familiares e convenientes ao que lhes era estranho. Diferentes percepções de escravidão, portanto, conviviam e se confrontavam – por um lado, aquela manejada

6 WHITEHEAD, N. Introduction. In: STADEN, H. *Op.Cit.*

7 STADEN, H., *Op.Cit.*, p. 133.

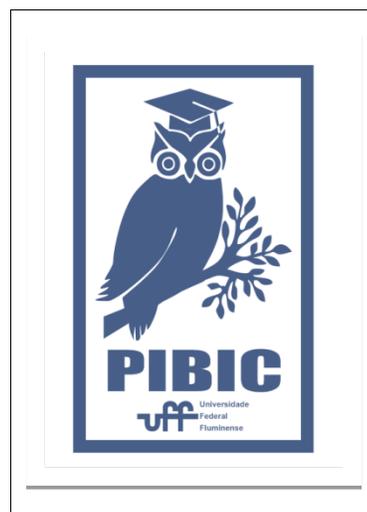
pelos índios, relacionada a suas próprias noções, às guerras interétnicas e aos rituais antropofágicos e por outro, aquela trazida pelos europeus. De qualquer forma, os atores europeus souberam identificar nas relações com mulheres indígenas uma forma de inserção na hierarquia das sociedades nativas e de acesso a riqueza material produzida por elas. Os caciques souberam também se utilizar desse poder para estabelecer relações com estes primeiros. Resta a questão: Como as mulheres em si operavam essas relações? Garcia aponta que, certamente, esta lógica não lhes era desconhecida e que estas, muitas vezes, se movimentaram com habilidade nestas situações. Em conclusão, para se analisar as diversas dimensões das hierarquias coloniais se faz fundamental compreender os significados das categorias que atravessam as relações daquele contexto e, ainda, o fato de que a estrutura de diferenciação social não se construiu apenas sobre termos étnicos, mas também de gênero – sendo estes indissociáveis⁸.

Agradecimentos:

À Elisa Frühauf Garcia, pelos ensinamentos;

À Gislaine Inácio, pela vida;

E ao fomento do PIBIC/Cnpq/UFF.



8 GARCIA, E.F. Conquest, sex and slavery in the river plate basin: Asunción and São Vicente in the mid-1500s. *Americania. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época (Sevilla), n. 2, p. 39-73, jul-dez, 2015.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

De Moedas e Reis: novas perspectivas através de tecnologias 3D para escolas no Brasil

Clara Ferruccio Rainho, Lucas de Arruda Zanani, Adriene Baron Tacla

Instituto de História/ Departamento de História/Núcleo de Estudos sobre Representações e Imagens da Antiguidade

INTRODUÇÃO: Moedas são os primeiros artefatos de produção em massa e tiveram amplos usos políticos na antiguidade. Rompendo com interpretações difusionistas e chamando atenção para um possível processo de globalização na antiguidade, mostramos como imagens e artefatos são utilizados para criar biografias pessoais, status e poder individualizados. Nosso projeto visa levar à educação básica os vários usos desses artefatos monetários, considerando as interações entre as populações desde o Mediterrâneo oriental até as Ilhas Britânicas, a partir dos tipos monetários escolhidos como amostra. Nesse projeto de colaboração de pesquisa entre a UFF e a Universidade de Exeter, pesquisas sobre realças e cunhagens da antiguidade são associadas a duas tecnologias não destrutivas para visualização digital de artefatos monetários: RTI e a fotogrametria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os usos da biografia e suas limitações foram explorados através de diferentes textos que abordavam a biografia como um todo e seu posicionamento dentro da academia e na história, com o intuito de entender como personalidades históricas têm relevância na economia do mundo antigo especialmente no que se refere à cunhagem de moedas. As discussões de textos que abordavam o ensino associado à tecnologia também foram de grande importância para entender como a aplicação de TICs em sala de aula seriam capazes de melhorar o entendimento e a compreensão de assuntos menos acessíveis

aos alunos, ainda mais quando levamos em consideração que algumas turmas com as quais trabalharemos não contam com museus em suas respectivas cidades. Nosso website começou a ser elaborado junto com a orientadora e a equipe de Exeter, desenvolvendo um esboço de sua arquitetura e da disposição dos tópicos. Foram selecionadas as imagens para ícones e foram feitas também as fichas em XML para cada artefato. As imagens em RTI já foram todas processadas, os modelos 3D estão sendo concluídos e também já convertimos os arquivos para WebRTI (para uso no site). Deste modo, garantimos o aproveitamento dos dados levantados tanto pelo alto detalhamento das imagens e definição das superfícies possibilitados pelo RTI, quanto a conservação da geometria e coloração da superfície dos artefatos a partir dos modelos 3D com a fotogrametria. O website do projeto, a ser hospedado na Universidade de Exeter, contará com as informações de cada peça, imagens em formato .rti e em 3D, afora os materiais didáticos para alunos e professores. Ademais, já foram selecionadas as ferramentas a serem empregadas nos materiais didáticos e algumas propostas para a elaboração desses.

CONCLUSÕES:

Ainda que a elaboração do material didático, preenchimento do site e visitas às escolas ainda não são etapas concluídas, vide que essas atividades estão previstas de modo a contemplar os últimos meses de 2019 e o primeiro semestre de 2020, é possível afirmar com segurança que os objetivos propostos pelo

projeto (capacitar os graduandos envolvidos e promover a troca de saberes entre as esferas da universidade e da educação básica) estão sendo diligentemente alcançados conforme avançamos em nosso planejamento. Os alunos envolvidos tiveram contato com uma extensa bibliografia, técnica e teórica, absolutamente necessária e atualizada com o estado da arte da pesquisa em História Antiga e humanidades digitais, em especial quando ligada a fontes de cultura material. Em suma, estamos diante de uma interessante variedade de material didático, de forma que muitas são as possibilidades de abordar tal material e elaborar planos de aulas juntamente aos professores do ensino básico público que solicitaram a colaboração do projeto.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer, pela imensa oportunidade de participar desta iniciação científica com o financiamento do CNPq e à British Academy, Newton Advanced Fellowship, que tornou esse projeto possível.





Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Representações Sociais, Tecnologias Digitais e o Contemporâneo: Investigando a escola.

Daniel Rodrigues Miranda dos Santos¹

Walcéa Barreto Alves²

¹ **Licenciatura em História/ Instituto de História/ NECEERS**

² **Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano/ NECEERS**

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa é realizada pelo Núcleo de Estudos Contemporâneos em Educação, Etnografia e Representações Sociais (NECEERS/UFF). O objetivo principal é buscar compreender de que maneira as redes de significação que permeiam os usos e conceitos relacionados à tecnologia digital circulam e se repercutem nas interações entre os sujeitos escolares. As representações sociais acerca do papel das tecnologias digitais no contexto contemporâneo e sua influência sobre os processos de ensino-aprendizagem ocorridos na escola são o objeto de estudo desta pesquisa.

O locus da pesquisa é uma escola da rede municipal de Niterói. Os sujeitos primários são alunos matriculados no segundo segmento do ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa multimétodos, baseada em técnicas e referencial advindo da na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 2000) e da Etnografia (MATTOS, 2001). Foram realizadas: observação participante, descrição densa, entrevistas etnográficas, grupo focal e aplicação questionários de evocação livre. As análises serão orientadas pelas dimensões das representações sociais, a atitude, a informação e o campo de representação empregando-se a metodologia de análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados da pesquisa se refletem em várias dimensões de produção técnica, científica, acadêmica e profissional, contribuindo tanto para os objetivos aos quais a pesquisa se propõe em seu projeto inicial quanto para aqueles que se produzem no processo da investigação, se repercutindo no âmbito da Universidade (participação em

eventos, contribuições para a formação acadêmico-científica e profissional dos integrantes da equipe etc) quanto do locus de estudo – a escola.

Os resultados apontam que, para além das tecnologias, é fundamental que os alunos vivenciem projetos que possibilitem autonomia, interatividade, primando pela contribuição de um processo educativo que fomente nos jovens o sentimento de participação ativa, ampliando espaços de conscientização, ação democrática e coletiva. Entendemos que o papel das tecnologias e das mídias é importante no sentido de aproximar os processos escolares dos processos cognitivos que os alunos desenvolvem no contato com estes artefatos e com essas múltiplas linguagens.

Durante nossas idas a campo, foi observado que a transversalidade das mídias é um desafio importante para a escola, considerando a complexidade do momento histórico em que vivemos e os novos processos de construção de subjetividades decorrentes dos novos modos de apreender, de pensar, de ler e ver aquilo que nos cerca. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), vêm alterando nossas estruturas cognitivas, bem como também alteram a forma como nos relacionamos e percebemos o mundo. Nesse contexto, foi identificado a necessidade de um preparo da maior da escola de trabalharem pedagogicamente com as mídias, tecnologias e suas múltiplas linguagens. De forma que escola possa propiciar a formação de sujeitos críticos, criativos, possibilitando que os jovens façam o uso das mídias e tecnologias de forma menos passiva. Democratizando o acesso tanto no sentido de produzir as próprias mídias, como no sentido de aprender a interpretá-las.

É necessário que entendamos não só a relação dos jovens com o instrumento tecnológico em si, mas também como as informações estão sendo

representadas naqueles instrumentos e se essas representações dizem respeito a suas próprias narrativas, a forma como eles vivem, a seus gostos, seus hábitos, sua comunidade. Para que dessa forma, a educação possa extrapolar e reconfigurar os limites do ambiente escolar. Neste sentido, a pesquisa ampliou o nosso olhar sobre o entendimento das tecnologias num conceito mais amplo de midiaticização e múltiplas linguagens. Estamos em constatação, diante dos dados levantados, que a construção das representações sociais dos alunos sobre as tecnologias, estão muito relacionadas às mídias, aos produtos midiáticos e ao seu “consumo”, em especial no que tange ao entretenimento. A pesquisa tem permitido vislumbrar uma série de problemáticas no âmbito educacional que permeiam a tecnologia, seu uso e aplicabilidade para a mediação de debates dentro de sala de aula. Possibilita visualizar como instrumentos como os recursos audiovisuais podem instigar nos alunos debates importantes como, por exemplo, o debate histórico racial. A interação dos alunos com as tecnologias, além de poder facilitar a dialogicidade com o professor, facilitando a troca de conhecimentos, traz à tona significações do lugar social do próprio estudante. Nessa perspectiva, intenta-se fomentar problematizações e estratégias que apontem caminhos para a construção do uso crítico das mídias – dentro e fora dos muros escolares - em diálogo com o exercício de cidadania autônoma e autoral, que apresente efetiva contribuição para a construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária.

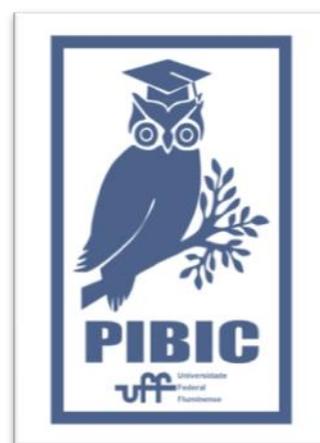
CONCLUSÕES:

Os dados apontam que as vivências cotidianas dos jovens mediadas pelas tecnologias digitais não dialogam diretamente com as desenvolvidas no contexto da escola, o que causa distanciamento e, por vezes, desinteresse dos alunos, mesmo diante de iniciativas educacionais diferenciadas dos padrões mais tradicionais. Diante disto, apontamos, assim como Mamede-Neves e Duarte (2008), que entender a relação das crianças e jovens com as novas tecnologias (como eles as utilizam e para que; como aprendem e o que aprendem

em contato com elas) se faz premente. Intercambiar o papel formativo da educação e das mídias no cenário contemporâneo de inserção dos indivíduos no ciberespaço e na cibercultura potencializa ações que ampliem a perspectiva de compreender o espaço da escola como interconectado ao contexto global em que se estabelecem a dinâmica da interação em rede. A partir desse entendimento, esta pesquisa propõe a concepção do papel do aluno como agente prospectivo de mudança da escola em interface com os usos e concepções acerca das tecnologias digitais no contexto educativo e nos processos interativo-reflexivos viabilizados nos demais espaços de atuação social. Propondo uma interface entre a universidade e a escola, busca-se o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam iniciativas de práticas igualitárias, exercendo seu papel de integração às escolas da educação básica, mediante práticas de pesquisa, ensino e extensão que impliquem em melhorias do contexto educacional brasileiro.

Agradecimentos:

À escola Municipal Maestro Heitor Villa-Lobos, que recebeu a equipe do NECEERS para a realização do projeto;
À agência de fomento CNPQ pela bolsa PIBIC;
À Universidade Federal Fluminense.





Ciências Humanas

Desenvolvimento sustentável, moralidades empresariais e imagens “verdes” nos dispositivos imagéticos das empresas de mineração (Subprojeto: A lama que “sujou” a imagem: o caso da Samarco, após o desastre de Mariana/MG)

Nicolle Marie da Cruz Vassou, Maria Gabriela Scotto

Depto. de Cs. Sociais / Instituto de Cs. da Sociedade e Desenvolvimento Regional (COC/ESR)

INTRODUÇÃO:

A noção de "desenvolvimento sustentável" longe de ser unívoca e ter um significado consensual, alude a campos conceituais e políticos diversos que recobrem representações múltiplas, as quais variam segundo os atores, estratégias e perspectivas em jogo. No caso da sua apropriação discursiva por grandes empresas atuantes no setor de mineração, o desenvolvimento sustentável é concebido - de forma um tanto imprecisa e genérica - como "um marco de referência útil para guiar o setor mineral". Marco referencial que articula, discursiva e simbolicamente, a atividade econômica da mineração (baseada na extração de recursos naturais não renováveis e finitos), a preservação ambiental, a preocupações sociais (sob a forma de "responsabilidade social") e os chamados "sistemas de governança".

Tomando como ponto de partida a noção de "desenvolvimento sustentável" utilizada pelas mineradoras e, neste trabalho em específico, sua apropriação pela empresa Samarco (uma joint-venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton), buscamos em esta pesquisa analisar a construção das narrativas imagéticas da Samarco (tal como veiculadas nas propagandas e vídeos institucionais) produzidas após o rompimento da barragem de rejeitos construída e controlada pela empresa, na cidade de Mariana (MG), em 2015, e que causou um dos maiores desastres ambientais do país. Logo após o desastre, a Samarco (atualmente controlada através de uma joint-venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton) vinha tentando, por

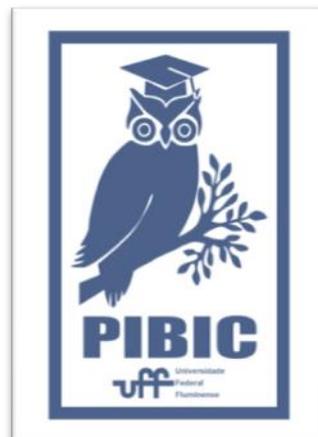
meio de uma peça publicitária, "melhorar sua imagem" diante da sociedade. Em comercial que começou a ser veiculado na TV em horário nobre, uns meses após o desastre, a companhia tenta sensibilizar as pessoas utilizando funcionários da empresa para, de forma "humanizada", mostrar "o outro lado" e os supostos esforços que vem desempenhando para recuperar a água do Rio Doce e amenizar os impactos causados pelo mar de lama que invadiu Minas Gerais e Espírito Santo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após o rompimento da barragem de Mariana considerado um dos maiores desastres ambientais da história do país, atingindo os trabalhadores da barragem, as populações próximas a localidade e as comunidades que tiravam do Rio Doce e das plantações que foram atingidas os meios para sua existência, a Samarco passou a realizar altos investimentos na área de marketing e propaganda, o que pode ser observado através do monitoramento de suas *playlists* do *Youtube*, onde os vídeos chamados "vídeos institucionais", que possuem em média 60 segundos de duração e abordam aspectos divergentes dos outros vídeos até então publicados na plataforma da empresa. As análises do vídeo a partir das contribuições providas de campos como o da análise do discurso e da semiótica nos permitem observar a construção simbólica e discursiva das narrativas direcionadas ao público, majoritariamente não familiarizado com o setor mineral, as recompensas que serão oferecidas pela empresa para a população atingida e a "recuperação" dos danos ambientais causados, assumindo o papel de agentes morais e

responsáveis, preocupados com a “reparação”, o que posteriormente se tornará papel da “Fundação Renova” com o slogan “Juntos no caminho da reparação”.

A Fundação Renova, criada em Março de 2016 como uma instituição não-governamental e “autônoma”, passa a ser a instância responsável pela recuperação do desastre e quem vai investir nas propagandas e material visual que apresentam ao público (e à “comunidade”) todo o trabalho de recuperação das áreas e das populações atingidas, sem deixar de incorporar a noção de desenvolvimento, atrelada à exploração de minérios e à sustentabilidade como o viés que direciona suas ações. Também o ideal de uma participação coletiva no processo de reparação se mostra visível tanto nas produções da Samarco e após com o redirecionamento para a Fundação Renova.



CONCLUSÕES:

A partir das análises das produções imagéticas é possível observar o deslocamento de sentido em relação à natureza e às atividades realizadas pela mineradora. Neste ano, em 2019, outro rompimento, o da barragem de Brumadinho (MG) controlada pela Vale causou danos sociais e ambientais ainda maiores. Mostra-se de suma importância a análise dos recursos e estratégias corporativas utilizados e os mecanismos que possibilitam que suas atividades continuem ativas após cada desastre. Durante o tempo de realização da pesquisa surgiram diversas questões como a dos “memes” políticos produzidos como contra-imagem após cada desastres, e também quem são essas populações que mais sofrem com as atividades das mineradora, são indagações que surgem ao decorrer da pesquisa e com as discussões em grupo. Os questionamentos que surgem nos demonstram o quanto esse objeto de análise possui diversas faces que precisam ser analisadas e discutidas pensando em como esses recursos imagéticos são capazes de criar uma realidade própria da mineração e as interações dela com o ser humano e a natureza.

Agradecimentos: à PROPPI/UFF e ao CNPq pelas bolsas PIBIC concedidas.



Ciências humanas – História – História do Brasil Imperial

Título do Projeto: Sociabilidade, urbanismo e patrimônio – a cidade do Rio de Janeiro, Corte e Capital do Império do Brasil (1808-1843)

Autores: Renan Carvalho Wenderrosck (Bolsista) -

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Orientadora)

UFF – Instituto de História – Núcleo de Pesquisas e Estudos em História Cultural (NUPEHC)

INTRODUÇÃO:

Esse resumo de trabalho tem como objetivo reconhecer e compartilhar reflexões do projeto interdisciplinar desenvolvido na pesquisa de PIBIC, CNPq-UFF, coordenado pela professora Maria Fernanda Bicalho. Este projeto conta com a parceria de alunos e professores de História e Geografia do Colégio Pedro II, assim como com o suporte do setor de Informática Educativa do respectivo colégio.

O objetivo do projeto é investigar o processo de mudança vivenciado pela cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1850, período em que se tornou sede da Corte e capital do Império português e do Brasil. Neste recorte espaço-temporal buscamos elaborar narrativas históricas de diversos sujeitos que circulavam pela cidade, sobretudo, dos(as) africanos(as) e afrodescendentes, escravizados ou não, vindos para a capital do Império. Temos como objetivo último definir os espaços e as redes de sociabilidade construídos a partir das narrativas desses sujeitos históricos.

Nossa proposta é produzir um mapa interativo, disponibilizado em forma de “aplicativo”, que cruzará o plano atual da cidade do Rio e as plantas do século XIX. Partiremos, para a construção dos enredos e dos “atores”, de pinturas como as de Debret e Rugendas, destacando “personagens animados” que contarão uma história em primeira pessoa. Buscamos representar as noções do cotidiano da cidade, destacando agentes e sujeitos históricos que contribuem para um melhor entendimento das relações sociais então vigentes

Portanto, a pesquisa se propõe a reunir e sistematizar dados e informações coletadas por meio de levantamento de fontes

documentais e iconográficas sobre a experiência social, cultural e urbanística no Rio de Janeiro no século XIX. Contamos com uma ampla base historiográfica e de produções acadêmicas baseadas na cidade, e sociedade, do Rio de Janeiro no compreendido recorte. Esse material nos auxilia na construção de cenário verossímil da época que buscamos desenvolver no projeto. Além disso, há frequentemente reuniões para discussões que englobam as transformações espaciais e da morfologia social da cidade, contribuindo para a formação acadêmica e teórica do bolsista dentro da universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esse ano de projeto foi dedicado à elaboração de um projeto piloto, incorporando narrativas e animações, a fim de ser inserido no mapa interativo já previamente criado. Essa animação que tem se desenvolvido contará a história de um garoto escravizado trazido da África, precisamente saído da Costa da Mina, onde ele irá narrar os percursos e situações passadas. A interatividade do produto se iniciará com uma pintura do Rugendas (Anexo 1) de onde serão destacados os dois principais personagens que contaram as suas versões da história, articulando espaços de sociabilidade do Rio de Janeiro, assim como condições e situações particulares passadas em cada camada social. O aluno, portanto, poderá indicar com qual personagem primeiramente ele irá interagir e apreender as suas particularidades.

O contato dos estudantes com fontes primárias garante aproximações e novas perspectivas em relação à fonte, assim como para o ofício do historiador.

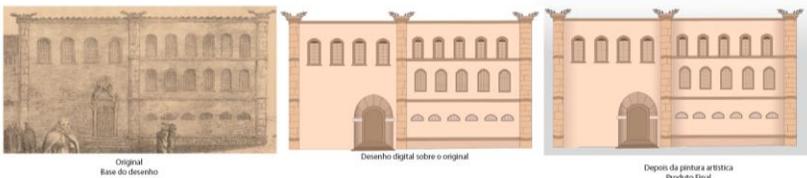


Anexo 1

Buscamos construir essas narrativas em primeira pessoa destacando principalmente a agência dos diferentes personagens sociais que a cidade constrói em sua relação com o Atlântico. Alinhados com os novos estudos historiográficos, é possível destacar diferentes particularidades de escravizados ou não dentro dos cotidianos na Capital do Império, assim como romper com uma visão de escravos-objeto/mercadoria, sem fala e sem ação.

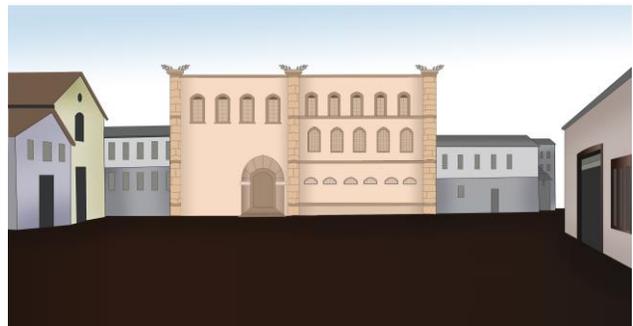
O primeiro passo que foi desenvolvido para a construção do material pedagógico se delimitou na escrita de um roteiro, com doze cenas, contendo todos os aspectos que deveriam contar no processo de criação e animação que seria desenvolvido.

Num segundo momento, foi dado início ao processo de construção dos cenários e fundos de cena desenvolvidos em programas específicos instalados nos laboratórios. Para essa criação, foram usados dois programas do pacote adobe, sendo eles: *Photoshop* e *Illustrator*. Tendo em vista que nosso projeto piloto se passa na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, as inspirações para a elaboração dos cenários provieram de fontes iconográficas pintadas por diferentes pintores que visitaram a cidade no respectivo século. O processo de criação e desenho é feito no *Illustrator*, assim como o processo de pintura digital é elaborado e desenvolvido no *Photoshop*. Sombra, brilho, iluminação, entre outros aspectos são dados através da pintura artística disposta no determinado objeto em criação (Anexo 2)



Anexo 2

A partir dessa composição, é preciso organizar e inserir os elementos criados em um cenário com outros elementos previamente criados e editados, isto é, desenhados e pintados individualmente (Anexo 3). Todos os cenários contêm múltiplos personagens que compõem uma mesma cena. Esses estão sendo construídos e desenhados por uma aluna do Ensino Médio do Colégio Pedro II que participa do projeto, desenhando a mão sobre uma mesa de desenho digital, migrando diretamente para os mesmos programas previamente descritos nesses procedimentos. É válido ressaltar o esforço e dedicação dos quatro alunos bolsistas do Colégio Pedro II – Humaitá – que vêm elaborando e construindo os processos desse projeto. A participação desses promove uma articulação e integração, principalmente, da universidade com a escola, sendo esta ferramenta criada e pensada por alunos para os quais temos um público alvo. A adaptação das linguagens, constantemente esquecida e não trabalhada na formação dos discentes durante a graduação na Universidade, promove a circulação de saberes e de trocas para uma melhor adaptação dos conteúdos em questão para os alunos aos quais o produto será destinado. Desta forma, reconhece a escola e os alunos como agentes do processo de construção de conteúdo e métodos para o ensino de História na educação básica, assim como reconhece os conhecimentos trazidos de suas vivências diárias seja no ambiente escolar,



Anexo 3

como fora dele.

Tendo os cenários das respectivas cenas construídos, inicia-se o processo de animação de cada elemento a fim de compor a dinâmica da narrativa. Para realizar a animação, temos contado com um áudio-mestre que tem como objetivo a orientação e articulação da narração com os elementos que já foram construídos, garantindo assim uma simultaneidade daquilo que é falado e mostrado

para o estudante. O processo de animação tem sido desenvolvido em um programa específico do pacote Adobe chamado *After Effects*. Após o término dessa etapa, entraremos em contato com o setor de informática educacional do Colégio Pedro II para a modelagem do material em formato de aplicativo para uso em celulares.

CONCLUSÕES:

Portanto, o projeto tem uma proposta interessante e renovadora para o meio acadêmico, principalmente o uso de materiais didáticos para os alunos do ensino básico, visto que o material é de alta tecnologia e interativo. Assim, podemos concluir que ainda há muito para se descobrir nos documentos, e é através dessas pesquisas que encontramos diversos temas ainda pouco trabalhados, além de ricas ideias que podem proporcionar a elaboração de materiais didáticos renovadores para serem usados não só em universidades, mas também nas escolas do ensino fundamental e médio.

Nesta lógica, é possível contribuir para a formação da consciência histórica para diversos alunos na educação básica, reconhecendo a importância para a preservação dos espaços e patrimônios da cidade do Rio de Janeiro. Cria-se, assim, uma aproximação entre os locais do passado e a realidade cotidiana do aluno, que traz sua participação e conhecimento para a esfera educacional a partir da interação com o instrumento didático.

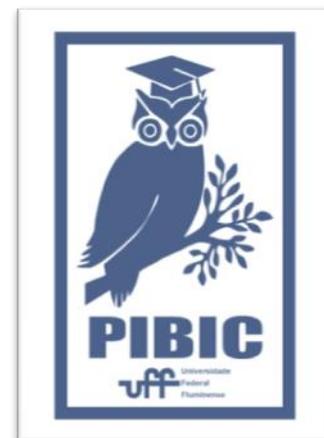
Esperamos que a construção deste Mapa Interativo forneça a professores e alunos, tanto do ensino fundamental e médio da Educação Básica quanto universitários, um material digital rico e interativo, com uma linguagem dinâmica próxima dos jovens, contribuindo para sua formação como cidadão que pertencem à cidade, assim como para o processo de ensino-aprendizagem sobre o tema. Reconhecemos a necessidade de incorporação dos conhecimentos produzidos na universidade e sua aplicabilidade em ferramentas que possam ser utilizadas para a formação de novos cidadãos. A incorporação do conhecimento científico à sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, tanto das escolas públicas, quanto das privadas que se proponha a viabilizar o conhecimento histórico de forma didática é para nós uma política de extrema importância, buscando a melhoria contínua do Ensino Básico e Universitário público e gratuito.

Há muito a ser feito ainda, contudo, esse projeto se consolidará como um produto

que busca estabelecer reflexões sobre a cidade e seus agentes históricos, pensando acima de tudo as relações do homem com a construção do espaço geográfico, assim como sua atuação histórica que ainda é possível ser observada através dos atuais patrimônios e monumentos da cidade. Deste modo, criar uma ferramenta crítica onde se estuda o homem e o espaço acaba se delimitando em discutir as práticas dos atores sociais na construção do espaço urbano, seus significados políticos, econômicos e simbólicos, além da organização hierárquica no interior do território. Portanto, contribui para a construção e formação de alunos e usuários para a apreensão e construção da história da cidade do Rio de Janeiro

Agradecimentos:

Gostaria imensamente de agradecer a Prof. Dra. Fernanda Maria Bicalho que tem me auxiliado nas questões pertinentes ao projeto, no aconselhamento e monitoramento das atividades executadas. Seu compromisso e dedicação tem orientado todo o projeto para que esse esteja sendo um sucesso. Nesta mesma via, gostaria de agradecer às professoras de História e Geografia (Roberta Martinelli e Carolina Vilela, respectivamente) do Colégio Pedro II que tem feito a ponte e articulações com os quatro alunos que compõem esse projeto. Esses estudantes, particulares em seus conhecimentos, têm contribuído em muito com suas experiências como estudante frente aos conteúdos aprendidos ao longo da sua formação educacional e sua articulação na elaboração de novas ferramentas de ensino da História. Não menos importante, o setor de informática educacional do próprio colégio, tendo em vista que sem eles, nada disso teria sido possível, quer seja pelas oficinas ministradas quanto pelo suporte oferecido posteriormente. Todos esses fizeram e compõem parte desse belo projeto que se desenvolve visando a melhoria contínua do Ensino Básico e Universitário público e gratuito.





Ciências Humanas – História – História Contemporânea

O Debate da Natureza do Organismo Soviético e as Contribuições de Hillel Ticktin

Autoras: Prof.^a Dr.^a Tatiana Poggi (orientadora) e Maria Morgana Romão (bolsista)

UFF – Laboratório de História Econômico-Social UFF (POLIS)

INTRODUÇÃO: O declínio do Bloco Soviético não fez perecer o debate sobre a natureza desta formação social, mas concedeu-lhe um novo ímpeto entre tendências socialistas do mundo inteiro, principalmente as seguidoras de tradições políticas contrárias ao chamado Stalinismo. A importância dessa temática é a sua profunda influência sobre uma série de peculiaridades do movimento comunista internacional e a possibilidade aberta por ela de conhecer a complexidade do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e de suas disputas internas no decorrer da década de 1920, que resultaram na burocratização do aparelho estatal e do partido. Essa temática é, em outras palavras, a chave para entender a ascensão e o significado do Stalinismo.

É uma figura elementar do pensamento crítico sobre essa discussão o líder revolucionário Leon Trotsky. Dotado de uma militância impertinente e dedicada a organizar a revolução internacional, Trotsky foi confinado aos subterrâneos da história durante décadas pelo regime soviético, assim como toda uma geração de antigos quadros bolcheviques com brilhantes reflexões.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a obra de Leon Trotsky com o propósito de proporcionar uma reflexão sobre o que foi a União Soviética e qual o significado do Stalinismo enquanto um fenômeno social permeado de contradições e ainda vigente nos Estados emergidos das revoluções do Pós-Guerra, como Cuba, China e Coreia do Norte. Essa não é uma tarefa simples, pois, Trotsky, como um militante internacionalista profundamente envolvido com os acontecimentos mais pujantes de sua época, não possui formulações temporalmente coesas e sistemáticas entre si. A sua vasta obra apresenta continuidades, rupturas e transformações em correspondência com mudanças de conjuntura de significativas

proporções, seja entre as fronteiras soviéticas ou no âmbito internacional.

Nesse sentido, foi possível identificar disputas em amplo sentido obscuras, que se fizeram em torno do PCUS e até mesmo entre Vladimir Lenin e Trotsky, enquanto aliados, e Josef Stalin (LEWIN, 2008). Disputas estas, ademais, que foram os primeiros esboços de posteriores tradições profundamente opostas colocadas no palco do marxismo, o Trotskismo e o Stalinismo. Em segundo plano, a partir das contribuições da mencionada liderança revolucionária e de seus militantes mais próximos sobre o Stalinismo, foi possível compreender algumas derrotas e vitórias das revoluções do século 20.

A proposta inicial desta pesquisa era analisar as contribuições do professor e economista Hillel Ticktin, o que envolvia uma leitura preliminar de seu principal interlocutor, Leon Trotsky, para analisar com profundidade o debate em torno do significado do Stalinismo. O caminhar dos estudos, no entanto, apresentou debilidades do primeiro autor sobre a realidade soviética; A escolha de inferir uma centralidade a Ticktin, que não é um teórico militante, somente possibilitaria sustentar as conclusões de Trotsky através de exemplos, o que não é o seu propósito. Além disso, o foco sobre o mencionado economista não possibilitaria reflexões tão amplas e consistentes como as proporcionadas a partir de Trotsky, a despeito de este também ter suas respectivas limitações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O conceito de Stalinismo designa uma estrutura emergida da eliminação das massas das rédeas do poder e da desagregação da indústria russa no período concernente ao pós-Guerra-Civil (1918-1921) (MEYER, 1995). Elementos fundamentais, como a derrota da Oposição de Esquerda do interior do PCUS e do proletariado

internacional, e a aproximação da direção do partido com os setores privados favorecidos pela Nova Política Econômica (NEP), são outros importantes modeladores do referido fenômeno. Esse foi, por conseguinte, um regime de crise, seja no sentido econômico, em seus primeiros momentos de formação, assim como em sentido político, em referência à crise de liderança internacional do proletariado após consecutivas derrotas na Alemanha, China, Inglaterra, Estônia e assim por diante.

Os giros políticos, que pendem entre conciliação de classes e excessivo sectarismo, são característicos no Stalinismo desde os seus primórdios, e sempre possuíam, para tal, contraditórias justificativas históricas (TROTSKY, 2018). A partir da constatação de seus giros repentinos, foi possível perceber como a burocracia stalinista defendia-se tanto do proletariado como também da burguesia imperialista a fim de preservar, por intermédio de seus próprios métodos de coerção e falsificação, as bases da economia planejada estabelecidas pela Revolução de Outubro e seu próprio poder político usurpado do proletariado soviético (TROTSKY, 1977). Na medida em que esse regime de crise adquire contornos de autonomia, personalismo e de caráter plebiscitário em torno da figura de Josef Stalin, mais é possível pensar o Stalinismo como uma forma de bonapartismo em um peculiar molde soviético (TROTSKY, 1935).

Outra discussão pertinente é sobre a natureza de classe da burocracia stalinista. Entende-se por burocracia uma camada social com elementos que exercem funções de gerenciamento no Estado e que, para isso, são materialmente privilegiados, pois detém algum nível de monopólio do poder que elimina uma massa de trabalhadores nas decisões. A burocracia soviética, segundo essa perspectiva, não poderia exercer nenhum papel fundamental na gestão econômica do regime, mas uma prática parasitária que conformaria um freio para o desenvolvimento soviético a longo prazo (Idem, 1935; 1977). A preservação da economia planejada fornecia as bases para a sua instável existência, tão dependente de postos do aparelho de Estado.

Trotsky observou uma parte significativa dos elementos acima mencionados a partir do pressuposto de que a União Soviética seria uma sociedade de transição entre capitalismo e socialismo, mas adoecida e deformada pelo regime burocrático que atuava como um freio para o seu pleno desenvolvimento cultural e

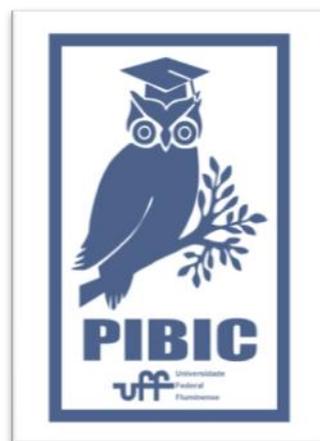
econômico (TROTSKY, 1933). Isso se fundamenta pelo fato de uma economia planejada não poder ser plenamente regulada sem o estabelecimento de uma democracia socialista e com o cerceamento da crítica e da circulação de ideias.

CONCLUSÕES:

Os elementos até aqui apresentados tornam lícita a conclusão de que a burocracia soviética não poderia ser uma classe social, mas uma "casta" parasitária da produção social soviética; e que o Stalinismo, como um fenômeno emergido das condições de colapso econômico e de dispersão do proletariado soviético, seria uma camada pequeno-burguesa dependente das bases sociais estabelecidas pela Revolução de Outubro, cuja defesa, mediante os métodos repressivos e de censura da burocracia soviética, se voltariam tanto para o proletariado quanto para a burguesia imperialista. Nesse sentido, o Stalinismo tanto poderia promover revoluções e expropriações de burguesias locais, através de avanços militares, como poderia sabotar revoluções dirigidas pelo proletariado independente. A condição para isso também seria a sua independência relativa dessas classes sociais, o que seria uma das principais características de seu bonapartismo.

Agradecimentos:

Agradeço ao meu companheiro e melhor amigo, Marcio Lauria Monteiro, e à minha professora e orientadora, Tatiana Poggi.





Grande área do conhecimento Ciências Humanas

Título do Projeto “*Liberdade de imprensa*” no Brasil: entre a criminalização da opinião e o direito à comunicação”.

Autores Laura Antunes Maciel (orientadora) Marcelo Viana Araujo Filho (bolsista)

**Departamento de História – Instituto de História -
Universidade Federal Fluminense (Niterói)**

INTRODUÇÃO:

Nesta comunicação procuro apresentar alguns dos resultados da investigação desenvolvida pela Prof^a Dra^a Laura Antunes Maciel em que atuo como bolsista pelo Programa Institucional do CNPq (PIBIC) deste agosto de 2018. Nos últimos 12 meses a pesquisa se concentrou em duas frentes distintas. A primeira parte se concentrou em bibliografias documentais de homens que combateram no congresso durante o projeto e aprovação da Lei de Imprensa de 1923, encontradas no acervo da Fundação Biblioteca Nacional. A segunda parte da investigação foi voltada para o mapeamento, análise e escrita de uma narrativa que contemple as informações contidas em processos a jornais e jornalistas na cidade do Rio de Janeiro, outrora capital Federal, no Arquivo Nacional. A partir de atentas leituras de processos de diversas áreas da jurisprudência brasileira, entre meados do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, procuramos atender os objetivos do projeto de pesquisa. Entre esses objetivos estão: Acompanhar os debates e disputas em torno da proposição, trâmite e aprovação de leis de imprensa, em diferentes conjunturas históricas, paralelamente ao percurso de profissionalização de jornalistas no Brasil, debater os limites e possibilidades do exercício do direito à informação e da liberdade de expressão, analisar a atuação do judiciário em relação aos delitos e crimes de imprensa, mapeando processos e julgamentos contra jornalistas e jornais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Procuro explorar nesta comunicação os vários indícios que ajudam a estabelecer comportamentos sociais significativos para uma leitura das diversas relações construídas entre impetrante e impetrados em ações judiciais, ou jornalistas e acusadores. O foco central da pesquisa, em consequência do material e das fontes pesquisadas, acabou recaindo sobre uma temporalidade mais ampla – abarcando processos anteriores à primeira lei de imprensa de 1923 – e acompanhando os mais distintos embates e debates presentes em varas e tribunais diversos.

Acompanhei desde processos em que um jornalista foi perseguido e condenado de forma ilegal em Cruzeiro do Sul; perseguição contra professor e advogado monarquista durante o processo de consolidação da República; marinheiros que desenvolviam o seu ofício de jornalistas no *Gazeta Marítima*, perseguidos por marinheiros de patentes mais altas por denunciarem uma suposta fraude em um sorteio para a Marinha; Advogado e jornalista da capital sendo condenado por contrariar agentes públicos da federação e outros que, por meio das fontes, ajudaram o bolsista a dimensionar o escancarado abuso de poder deformando, assim, o lugar da imprensa na sociedade e estabelecendo controle evitando à expansão do direito dos cidadãos de terem acesso a informação. Em cada processo, uma história particular mas que lidos em conjunto constituem, a

sua maneira, uma História maior e mais complexa.

CONCLUSÕES:

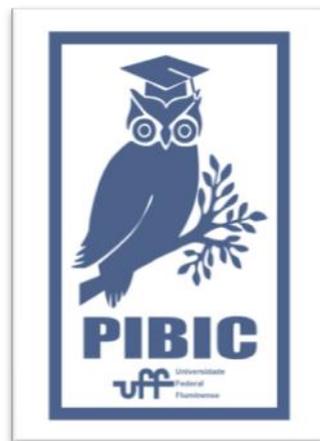
Através do mapeamento dos sujeitos históricos que decidiram lutar no congresso e nos tribunais e enriquecidos pelo suporte teórico e metodológico contido na bibliografia, apresento o resultado final da experiência como bolsista CNPq. Procurei compreender desde a forma como as esferas jurídicas atuavam e quais os procedimentos legais, até a identificação das principais reclamações de perseguição, prisão ilegal, ferimento da honra, deslegitimando o acusador. Além disso, o percurso histórico que, na medida dos acontecimentos, gerou a proposições de leis de Imprensa no Brasil tornando o processo, no mínimo, duvidoso, uma vez que as Instituições julgadoras e punitivas funcionavam tanto para a defesa, quanto para a acusação como, em diversos processos, pudemos constatar. Para finalizar, o rastro principal, visto que é de extrema importância e está o tempo todo em disputa é a liberdade de expressão e o seu real significado na época e hoje, sendo assim, a liberdade torna-se a “cadela da rainha” encontrada por Zadig, neste projeto. Dito tudo isso, após ter juntado os vestígios e ter passado horas no Arquivo Nacional, cheguei à conclusão de que embora seja necessário investigar mais a fundo, as diferentes lutas nos tribunais apontam para as disputas travadas em nome da liberdade de imprensa e da liberdade de comunicação constituem uma das formas possíveis de compreensão do processo histórico de lutas pelo direito a comunicação no Brasil.

Referências Bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da Escravidão na corte*. São Paulo. Cia das Letras, 1990.

MACIEL, Laura Antunes. “Liberdade de Imprensa” no Brasil: entre a criminalização da opinião e o direito a comunicação. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, Niterói. 2019.

NEGRO, Antonio Luis. O que a justiça do trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v.6, n. 1, p. 193 – 209, 2006.





Ciências Humanas

A legislação municipal como campo de mobilização dos trabalhadores, Rio de Janeiro (1892-1906)

TERRA, Paulo Cruz; REZENDE, M. K. C.

GHT- Departamento de História / UFF - Niterói

INTRODUÇÃO:

O início do governo republicano na cidade do Rio de Janeiro foi de intensas modificações na organização do cenário urbano, principalmente durante o mandato de Pereira Passos (1902-1906). Dessa forma, intenso também era o movimento popular durante o período, fruto do conflito de interesses de classe. A classe trabalhadora, por exemplo, por meio de greves e manifestações, lutava. Entretanto, essas não eram suas únicas formas de reivindicação. É possível observar durante esse íterim a apropriação do legislativo pela classe trabalhadora, sendo também um espaço de disputa para os mesmos na proposição das leis, principalmente no âmbito municipal.

Esse projeto, portanto, pretende analisar através dos periódicos *Jornal Do Brasil* e *Jornal do Commercio* a relação sociedade e Conselho da Intendência Municipal do Rio de Janeiro no início da República brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em prosseguimento ao projeto anterior, *Trabalhadores e leis municipais no Rio de Janeiro (1889-1906)*, no qual foi analisada a legislação municipal referente ao trabalho presente no Boletim da Intendência, este agregou discussões fora do âmbito institucional. Alguns requerimentos estavam presentes na documentação, porém quase sempre pouco detalhadas; a luta pela revogação dos decretos fica subtendida nas diversas promulgações e revogações. Os jornais, portanto, permitem uma maior cobertura das discussões e reações da população do Rio de Janeiro.

Os dois jornais possuem posturas distintas em relação ao posicionamento político-social. O *Jornal do Commercio* era mais conservador e evitava entrar em grandes conflitos com o governo. Segundo Nelson Werneck Sodré seria um jornal com um bom repertório de fatos, mas

colocados apenas como conjunto de documentos. Já o *Jornal do Brasil*, desde sua criação, em 1891, teve uma postura mais contestadora e, segundo Sodré, “pretendia, naturalmente, fazer opinião, pesar, influir [...]”. Em alguns momentos ao longo desses anos o *Jornal do Brasil* encontrou-se fora de circulação, firmando-se apenas em novembro de 1894, quando também assumiu a postura de “‘defensor dos pequenos e oprimidos’, batendo-se pelo voto do analfabeto e pela nacionalização das companhias de seguros [...]”.

Todavia, em ambos jornais encontramos diversas passagens sobre discussões dos temas mais polêmicos presentes nessa sociedade, na espera de medidas a serem tomadas pelo poder institucional.

Vários grupos sociais recorrem aos dois jornais para levar suas demandas, tanto propositivas sobre questões que vivenciam ou acerca de projetos que já estão em debate no Conselho, ou após sua promulgação de forma a denunciar a injustiça que consideram ter vivido ou fazer devidas críticas pontuais. A imprensa não só se portava como plataforma formal onde eram colocados os resultados das assembleias do Conselho ou espaço onde as queixas da população apareciam. Há, em alguns momentos, um diálogo entre população e intendentes/prefeito fazendo uso da imprensa como veículo, como no caso do decreto sobre os bookmakers e frontões em 1895. Nesta situação o intendente Ferreira Vianna estabeleceu um debate contra J. Baptista Pereira, que era contra a medida, no *Jornal do Commercio*. Em outros momentos, há debates travados entre cidadãos, como no caso dos professores acerca da criação da caixa beneficente escolar em julho de 1896, no qual Maia Maciel e outro professor, não nomeado, discutiram como o decreto poderia ser eficiente para os alunos carentes.

Dessa forma, alguns grupos destacam-se, como os funcionários do comércio, donos de loterias, carroceiros e, entre os funcionários públicos – que destacam-se entre os requerimentos feitos

diretamente à Intendência -, notamos a presença de vários professores.

Em 1896, por exemplo, temos no comércio a declaração deixada pelos Associação dos Empregados no Comércio ao Conselho Municipal, reforçando a luta dos caixeiros pela folga semanal aos domingos que estava sendo flexibilizada por meio do decreto de 16 de agosto. O texto dos caixeiros disponibilizado pelo jornal denuncia as duras condições de trabalho que enfrentavam por 16h de jornada diária. Após a sensibilização e mobilização através de um abaixo-assinado por quinhentos trabalhadores, conseguiram a revogação da lei.

A questão sanitária também teve destaque na política carioca. Um exemplo foi a ampla divulgação dos eventos promovidos pela Liga Contra a Tuberculose, em 1899, que agia de forma a pressionar a criação de decretos para evitar maior disseminação da doença, além do trabalho educativo de prevenção. Outro exemplo notável é o debate sobre o transporte do lixo a partir do embate entre os carroceiros e as empresas responsáveis, em 1892.

Quando por algum motivo essas vias legais não parecem uma opção, outras formas de atuar são bem vistas aos trabalhadores como forma de contestação. As greves são o principal exemplo disto. Estas são tratadas de forma distintas pela imprensa e pelo governo. As duas greves no Matadouro de Santa Cruz podem exemplificar. A primeira, em 1892 foi rapidamente negociada com os intendentess, aparecendo apenas no Jornal do Brasil como uma tentativa de greve. Já a de 1896, encontrou maior resistência do Conselho, que recusou-se a disponibilizar o aumento salarial aos trabalhadores, prendendo os líderes do movimento. O Jornal do Brasil, desta vez, aprofundou sobre o acontecido, tomando uma posição contrária à greve, pois, segundo eles, esta prejudicaria a população mais pobre no atraso da distribuição da carne.

CONCLUSÕES:

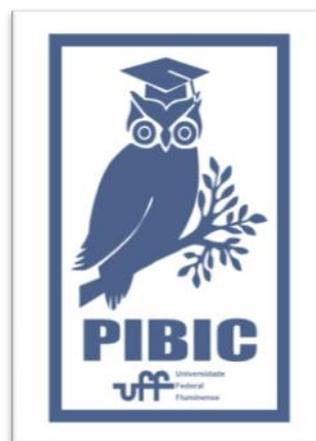
Esta pesquisa acrescentou-se à anterior, agregando-a imensurável valor. Juntas, permitiu-se observar o processo de criação das leis e seu impacto na sociedade, demonstrando a participação social em todo o processo desde a proposta às diferentes reações a mesma,

buscando sua alteração quando julgavam necessária. As formas de atingir seus objetivos se mostram da mais variadas por meio de abaixo assinados e requerimentos coletivos e individuais em busca de regulamentar questões do seu dia a dia, contestando leis já vigentes ou propondo novas alternativas, além de fazer uso da imprensa e de associações para a mobilização e sensibilização acerca das problemáticas enfrentadas.

Logo, não só reagem, mas sim agiam, para além das ruas, por meio da burocracia e assim o faziam em prol de interesses coletivos e de classe. Podemos observar significativa quantidade de requerimentos que chegavam à instituição formal, além dos decretos que são diretamente referentes ao mundo do trabalho. Segundo Marcelo Magalhães, o próprio ato de requerer, independente da razão e modo como é feito, indica o reconhecimento da instituição legislativa como espaço apropriado para o diálogo. Pela parte dos intendentess, encontramos um grande esforço para responder as demandas, inclusive àquelas colocadas publicamente nos jornais, o que indica o canal de comunicação como significativo tanto para o Conselho quanto para a população. Assim como o autor supracitado, podemos concluir que se reconhece o legislativo municipal como espaço para alcançar soluções para as questões dos cidadãos.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao CNPQ e à UFF pelo investimento no projeto com a bolsa de iniciação científica, de extrema importância para a viabilização da pesquisa, e ao meu orientador, Paulo Terra, pela paciência, disponibilidade e apoio em todos os momentos dessa pesquisa.





Grande área do conhecimento

Histórias de hoje em jornais de ontem: o debate sobre a institucionalização da História e renovações Historiográficas na imprensa escrita dos anos 40 e 50

Sávio Vaz de Carvalho (Bolsista) Giselle Martins Venancio

(Orientadora)

Departamento de História, Niterói, Escritas UFF (escritas da História/Historiografias do Sul)

INTRODUÇÃO:

Nas décadas de 1940 e 1950, o Brasil vivia um processo de mudança no seu modelo de escrita da História. Essa mudança ocorria em decorrência da consolidação das universidades no Brasil. Naquele momento havia um processo de crítica ao antigo modelo de escrita, o ensaio, para se consolidar o novo, o modelo acadêmico. Contudo esse processo de mudança não foi sem conflito, havia aqueles que defendiam o ensaio como forma de se fazer ciência, como Afrânio Coutinho e o principal defensor dessa posição Gilberto Freyre. Por outro lado, entre os defensores do novo modelo, inspirado no que se fazia nas universidades estrangeiras, Sérgio Buarque de Holanda.

Tendo em vista esse debate, a pesquisa se centrou em ver as diversos argumentos que os vários autores defenderam nas páginas do Diário de Notícias (RJ), principalmente em seu suplemento literário, que era publicado todo domingo e chegava a ter 100 mil tiragens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Tomando como premissa que a década de 40 e 50, foi o período de transformação de uma escrita ensaística para um modelo acadêmico, a pesquisa se centrou no debate entre aqueles que defendiam o ensaio e os que o combatiam. O trabalho se concentrou no primeiro momento na leitura dos textos referentes a discussão do ensaísmo dentro do Jornal *Diário de Notícias* (RJ). O que resultou na leitura de 5208 páginas do jornal, entre os anos de 1940 a 1957, nas quais houve a ocorrência da palavra ensaio. Foram catalogadas 242, para a análise mais aprofundada. O que permitiu tanto de forma quantitativa, quanto qualitativa perceber durante esse período quando a discussão foi mais intensa.

Foi ainda possível perceber posições referentes ao tema do ensaio entre vários pensadores da época, que publicaram no jornal. Vale ressaltar entre eles os defensores do modelo ensaístico como forma de escrita científica, o historiador Gilberto Freyre e o crítico literário Afrânio Coutinho e Sérgio Buarque de Holanda, como defensor do modelo acadêmico, nos moldes das universidades europeias.

Foi possível reconhecer o jornal *Diário de Notícias* também como um grande divulgador da História, chegando a reservar uma de suas sessões para publicação de texto somente de História, a "Letras Históricas", no final dos anos 40, separado das sessões com temáticas mais gerais como a "Letras Universais", o que demonstra como as discussões sobre História contavam com o interesse de uma parte considerável dos milhares de leitores do jornal. Essa questão se torna ainda mais relevante quando se leva em consideração que o jornal não era especializado em História e sim um jornal de ampla circulação e de notícias gerais, o que indica que esse era um tema de interesse mais geral e não apenas dos historiadores.

CONCLUSÕES:

Com o recolhimento e análise de fontes foi possível perceber o período de mudança de uma escrita ensaística para uma escrita acadêmica, nos anos 40 e 50, dentro das ciências humanas. Pode-se perceber nesse processo diferentes concepções de ciências e em todas elas, reforça-se algo que vários historiadores brasileiros já têm afirmado, que o Brasil não é um simples receptáculo das ideias estrangeiras. Seja aqueles que defendem o ensaísmo, como Gilberto Freyre, como um modo de fazer ciência brasileiro, ou como aqueles que defendem o modelo acadêmico, como Sérgio Buarque, que se coloca contra

Freyre, num momento em que ele está sendo elogiado internacionalmente.

Outro fato que chamou a atenção durante a pesquisa é o papel do jornal como meio de discussão teórica da história. Nesse sentido o jornal se torna a arena de disputa entre os próprios historiadores daquele momento, mas também meio de divulgação para um público mais amplo.

Agradecimentos:

Agradeço a Universidade Federal e ao CNPQ pela bolsa, que foi tão importante para a minha formação.

Agradeço também à minha orientadora Giselle Martins Venancio que sem ela essa pesquisa não seria possível. Graças as suas dicas e os debates realizados durante o período de vigência da bolsa, a pesquisa pode se tornar tão proveitosa.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do projeto: Espaços de formação docente: memórias e narrativas estéticas.

Autora: Monique de França Peixoto da Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Esmeralda Ostetto

Departamento: SSE/Faculdade de Educação/Grupo de Pesquisa FIAR

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui referida teve por objetivo reconhecer, nos percursos biográficos de estudantes de Pedagogia, caminhos e marcas de sua formação estética. Recorrendo à produção de memoriais de formação – compreendidos como registros das histórias de vida, fertilizados pela ação do rememorar –, buscou identificar e analisar tempos e espaços de formação das sensibilidades dos futuros professores. A direção assumida conduziu à problematização da contribuição da formação escolar e universitária para os processos formativos estéticos e para os repertórios artístico-culturais dos licenciandos-sujeitos da pesquisa. A pesquisa de iniciação científica aqui referida, integra uma pesquisa maior, de caráter interinstitucional, que vem sendo desenvolvida colaborativamente entre professoras da Faculdade de Educação da UFF e da Escola de Belas Artes da UFMG. Compreende-se que os professores são mediadores culturais e podem contribuir decisivamente para os processos de refinamento da sensibilidade estética, de potencialização das linguagens expressivas e de ampliação dos repertórios artístico-culturais das crianças na escola.

Mas, como propor a fruição de músicas, teatro, dança, artes visuais e outras formas de ler o mundo, como oferecer oportunidades de brincar, imaginar e criar, se no professor essas experiências forem desconhecidas ou estiverem silenciadas? Se o professor já não desenha, se diz que não sabe desenhar, como acolherá os desenhos das crianças, sem classificá-los em feios e bonitos? Terá dificuldade em compreender que as produções infantis, como o desenho, são formas de expressão, modos

próprios de ler e dizer o mundo. Enfim, como trabalhar com o que não possui ou não cultiva?

Levando em conta todas essas questões, já apontadas por outros pesquisadores, a investigação considerou necessário ouvir professores em formação, escutar e acolher suas histórias, memórias e experiências com a arte e a cultura, dentro e fora da escola. Para tanto, utilizou-se como dispositivo metodológico os memoriais de formação estética, produzidos no contexto de ateliês biográficos, realizados com vinte e nove estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (então sujeitos da pesquisa).

Por meio de suas memórias, aguçadas pelas linguagens expressivas propostas no processo dos ateliês (pintura, cantigas, danças, fotografias, desenhos), os estudantes teceram a escrita de si.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados da pesquisa apontam que atos de rememoração de trajetórias, por meio de narrativas de formação, permitiram aos sujeitos (no caso, estudantes de Pedagogia) o exercício de reflexão sobre as dimensões estéticas, artísticas e brincantes que compõem suas histórias de vida. Os ateliês e suas propostas, que envolviam o contato com materiais expressivos, abriram espaço para que fossem puxados fios de memórias, transcritas em narrativas de si. Assim, as narrativas autobiográficas de formação estética surgem como uma forma dos estudantes não só contarem um pouco da sua história, como refletirem sobre ela, trazendo à consciência processos e experiências marcados nessa

história para, então, ressignificá-los. Na escrita narrativa reflexiva, ganham a oportunidade de identificar momentos que se fizeram essenciais para a construção do seu eu sensível, ou, também, momentos cruciais que os fizeram abandonar dimensões lúdicas e criativas, inerente à própria natureza humana. Não foram poucos os relatos dos estudantes que falavam sobre como estas dimensões foram desaparecendo, sobretudo, por conta da sua inserção na vida escolar.

Além disso, foi possível perceber o quanto as atividades, que deveriam ser artísticas, na escola, estiveram voltadas não para a experimentação, expressão ou fruição, mas para a repetição, o adestramento, a cópia. Por exemplo, diz uma estudante:

“Minhas lembranças mais fortes são de ter sido padronizada: escreva nessa linha, pinte esse círculo! Canetinhas apenas para contorno das formas prontas. Pouco a pouco me vi enquadrada em um jeito específico de fazer as coisas. [...] mais moldada pela escola eu era.” (Narrativa de formação estética. Estudante Raquel, p.4).

Apesar disso, na análise das narrativas, observou-se a importante contribuição da escola para a ampliação do repertório artístico-cultural; a escola aparece nos memoriais como um espaço que proporcionou, não raramente, a primeira ida dos estudantes a espaços culturais, como museus, teatros, bibliotecas. Outro dado bastante claro: como as experiências estéticas têm grande importância em outras instituições além da escolar, e como a presença (ou ausência) desses fazeres artísticos marca diferentes tipos de relação com a família, com amigos, vizinhos e instituições religiosas.

Notou-se também que, ao longo da pesquisa e nos memoriais produzidos, os estudantes participantes testemunham a importância de voltar a sua história para seguir com as crianças, olhando, acolhendo e potencializando linguagens, para cuidar da formação estético-artística, da sensibilidade – sua e de seus alunos. Afirmam, na escrita narrativa-reflexiva, que a ludicidade, o fazer a mão, o (re)despertar o seu eu-artístico, o dançar, o brincar, não deveriam permanecer esquecidas, nas empoeiradas lembranças da infância, mas que deveriam ser novamente vivenciadas por eles, nos cursos de formação, para que futuramente

pudessem ser professores inteiros, que libertam e ampliam as experiências estéticas de seus alunos. Um exemplo de narrativas que foram tecidas nessa perspectiva:

“[...] o professor precisa estar sensível com o mundo a sua volta. Sua paixão por educação precisa estar atrelada em conhecer novos lugares, a perceber o lugar atual, um processo de desaceleração. Nesse mundo com pressa, o professor precisa desenvolver a sensibilidade para que assim seja capaz de auxiliar seus alunos a construírem sua sensibilidade ao mundo.” (Narrativa de Formação estética. Estudante Patrícia, p.2)

Outro destaque diz respeito ao papel da Universidade: ao mesmo tempo em que foi lembrada como uma instituição que incentivou os estudantes a visitarem espaços culturais, ela também apareceu nas narrativas como um espaço que silencia o sujeito na sua dimensão estética, por meio da imposição de padrões acadêmicos rígidos, que não deixa muito espaço para experimentar, errar, ser autor. As disciplinas que propiciaram o contato com a arte e o desenvolvimento da dimensão estética foram exceções.

CONCLUSÕES

Participando como bolsista da presente pesquisa, organizando os dados e analisando seus conteúdos, foi possível entender como o processo escolar tem adormecido corpos, brincadeiras, sensibilidades, criatividade e expressão autoral dos estudantes! Em contrapartida, ficou claro como é fundamental, no percurso de formação docente, que os cursos, em seus currículos, abram espaços para refletir sobre isso, oferecendo novas experiências artístico-culturais e projetando alternativas. Também ficou evidente os limites do curso de formação de professores, que em seu currículo ainda está bastante aquém quanto à preocupação de propor espaços de experiências estéticas: há poucas oportunidades para fruir arte, para fazer, experimentar, vivenciar de corpo inteiro, com todas as linguagens, não apenas a científica. As narrativas indicam, por outro lado, o papel fundamental que a universidade pode desempenhar como espaço de cultura e como ponte com a cultura e a arte, trabalhando no sentido de reintegração, e potencialização, das

linguagens expressivas do futuro professor. Por isso, é preciso narrar!

AGRADECIMENTO

Agradeço à UFF pela concessão da bolsa PIBIC, à professora orientadora e ao grupo de pesquisa FIAR, por possibilitarem o estudo e tantas aprendizagens.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/ Ciência Política/Políticas Públicas

Título do Projeto: Instituições e Políticas Públicas para o Mercado de Trabalho nos Municípios da Mesorregião Sul Fluminense

Autores: Rodrigo Siqueira Júnior (discente), Arnaldo Provasi Lanzara (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: VMD-ICHS/UFF

INTRODUÇÃO: Este trabalho discute a situação do mercado de trabalho dos municípios que integram a Mesorregião Sul Fluminense (MSF) no período de 2007-2017. Através dessa série histórica, o trabalho analisa os indicadores de expansão e de retração do emprego formal nos diversos municípios da MSF, focando também na regulação pública do trabalho. Para tanto, inicialmente, foram apresentados os dados quantitativos dos mercados de trabalho dos municípios da MSF, comparando os seus indicadores de emprego individualmente e em relação aos números nacionais. Em seguida, e em discussão mais qualitativa, a realidade da regulação do trabalho na MSF é abordada a partir de dados levantados através de entrevistas com auditores do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A regulação pública do trabalho é uma dimensão central das estratégias de desenvolvimento. Nesse aspecto, o principal desafio de pesquisa atinente ao tema em questão foi compreender, a partir de uma dinâmica territorial e sociopolítica, como as crises econômicas afetam as relações de emprego nas diversas economias políticas e nos diferentes territórios produtivos. Nessa discussão, importa destacar que os mercados regionais de trabalho não se configuram como “simples mercados”, compreendendo uma densa rede de instituições e políticas públicas. Através de alguns dados quantitativos selecionados, como os indicadores de variação absoluta e relativa do número de empregos, pode-se constatar que, na série histórica considerada, os municípios que integram a MSF foram fortemente afetados pelas fases de expansão e retração do emprego formal. Cabe destacar que entre 2007 e 2012, período de crescimento econômico e expansão do emprego formal, houve um expressivo aumento do emprego industrial em alguns municípios da MSF, com destaque para Volta Redonda (que

passou de 12.742 postos, em 2008, para 16.944, em 2012) e Porto Real (de 6.328 para 8.519). Neste período, também se observa uma evolução bastante positiva da remuneração média real em alguns municípios. Esta trajetória positiva deve-se não apenas aos aumentos salariais em si, mas também ao fato de que, nesses municípios, foram criadas ocupações formais de maior rendimento. Também constatou-se que as características das atividades industriais da MSF (altamente intensivas em capital e em tecnologia) não promovem crescimento do emprego formal na mesma proporção do crescimento da produção. A retração econômica iniciada a partir de 2015 (PIB negativo de 1,9%) e aprofundada em 2016 (PIB negativo de 3,6%), atingiu fortemente a economia da MSF, especialmente os municípios com maior atividade industrial. Os resultados demonstram que a desaceleração do crescimento do emprego começou mais cedo na MSF em comparação com os indicadores de retração do emprego nacionais, o que pode ser explicado pela expressiva perda de empregos em setores dinâmicos da MSF, como construção civil, siderurgia, indústria automobilística e naval. O caráter fortemente volátil do emprego na MSF é demonstrado pelo desempenho individual do crescimento e da retração do emprego em alguns municípios. Angra dos Reis, por exemplo, apresentou um crescimento do emprego de 10.000 postos entre 2008 e 2011, resultado direto dos estímulos governamentais no setor de construção naval. Em 2016, a retração do emprego em Angra dos Reis quase sextuplicou em velocidade. A forte retração do emprego no município, registrada a partir de 2016, está associada aos impactos negativos gerados pela diminuição dos investimentos públicos em infraestrutura, que paralisaram o setor de petróleo e gás, afetando sobremaneira as encomendas da indústria naval. Diferentemente da perda de emprego

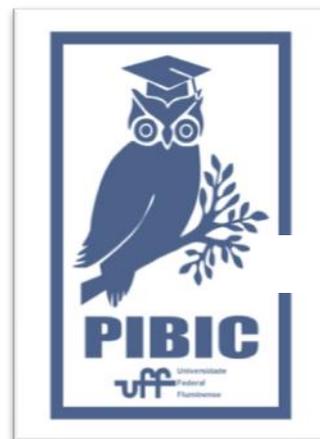
gerada pela crise de 2008/2009, contornada em 2010 pela recuperação do investimento público, ainda que modesta, a retração do emprego em Angra dos Reis, iniciada a partir de 2015, pode demonstrar uma tendência de persistência, considerando que dificilmente os investimentos públicos em infraestrutura retomarão o mesmo ritmo de crescimento do período 2008-2011 em vista da aprovação da Emenda Constitucional n.95/2016, que fixa um teto para o crescimento das despesas públicas. Nas duas cidades mais industrializadas, Resende e Volta Redonda, a sequência da série histórica de crescimento e retração do emprego mostrou-se mais irregular. Em Resende, 2011 é o ano atípico, onde a cidade perdeu muitos postos. Mas a desaceleração se manifesta desde 2013 - a variação relativa cai 16%. Em Volta Redonda, já há retração a partir de 2013. Contudo, o comportamento mais típico do emprego na mesorregião é a retração em 2016, e a perda absoluta de postos de trabalho em todos os municípios. Buscou-se, em outra frente, a análise qualitativa da inspeção do trabalho na MSF, em acordo com a ideia de que é preciso compreender como opera a regulação do trabalho a partir da prática de seus agentes, dos percursos institucionais, da capacidade de organizações e pessoas de articular interesses e resolver conflitos. Para isso, buscou-se dados sobre a inspeção do trabalho nos municípios da MSF e foram realizadas algumas entrevistas com auditores do trabalho que atuam na região. Nesse quesito, e de acordo com as entrevistas, constatou-se que as atividades de inspeção do trabalho na MSF se realizam seguindo uma orientação “gerencialista” em detrimento da garantia de direitos. Conforme o relato de um entrevistado, essa abordagem gerencial prejudica bastante a inspeção do trabalho, pois o estrito cumprimento de “metas fiscalistas” - recuperar recursos fiscais dentro da lógica da “eficiência administrativa” - vem desvirtuando os fins sociais da auditoria do trabalho. Além disso, esse viés fiscalista também se constitui em obstáculo para a emergência de uma fiscalização centrada nas especificidades dos mercados regionais de trabalho. Assim, a mera fixação de diretrizes fiscalistas nacionais, orientadas por uma perspectiva gerencial fundamentada em metas descoladas da realidade, compromete a capilaridade da fiscalização do trabalho nos níveis regionais, impedindo que a fiscalização do trabalho forneça subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas para os problemas dos

mercados locais de trabalho. Há aí, portanto, um processo de seletividade da ação pública, que define, de início, um recorte de ação para os inspetores, fragilizando a fiscalização de direitos e o cumprimento das normas trabalhistas.

CONCLUSÕES: Este trabalho destacou como diferentes conjunturas econômicas afetaram o desempenho do mercado de trabalho na MSF durante o período 2007-2017. Apesar de algumas variações individuais, os municípios da MSF apresentaram forte tendência de expansão e de retração do emprego formal durante o período considerado. Os dados sobre emprego na mesorregião apresentaram forte volatilidade, de acordo com variações no ciclo econômico nacional. No que diz respeito à retração do emprego, cabe destacar a elevada perda de emprego no setor industrial, sobretudo em regiões fortemente dependentes de investimentos públicos produtivos. A mesorregião foi uma das mais afetadas em termos de redução de postos de trabalho no setor industrial. Vale ainda ressaltar que, seguindo o comportamento do mercado de trabalho nacional, os mercados de trabalho dos municípios da MSF apresentaram forte rotatividade do trabalho durante as fases de expansão do emprego, e perda de trabalho durante os períodos de retração econômica. No tocante aos dados sobre inspeção do trabalho, coletados através de entrevistas, constatou-se que a inspeção vem adquirindo pouca efetividade normativa em termos de exequibilidade do direito do trabalho em razão do viés fiscalista das auditorias. Além disso, os relatos das entrevistas demonstraram uma baixa capilaridade das ações de fiscalização do trabalho na mesorregião, decorrente, entre outras coisas, da ausência de uma abordagem de fiscalização mais centrada nos problemas específicos dos mercados regionais de trabalho.

Agradeciment

os: Agradeço o fundamental apoio da Bolsa de Iniciação Científica concedida pelo PIBIC-UFF/CNPq, e o auditor fiscal do trabalho Luiz Felipe Monsore.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: O desejo de julgamento e a judicialização da vida

Autores: Bárbara dos Santos Sampaio Ferreira e Lucio Flávio de Santana Gimenes

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia

INTRODUÇÃO:

A partir de uma pesquisa bibliográfica nas obras de Foucault, Deleuze e Guattari sobre a noção de julgamento, colocamos em análise tal conceito, como ele se produz e se agencia nas vidas contemporâneas. Com isso, buscou-se trazer questões sobre a “doutrina do juízo” e seus efeitos de judicialização da vida, a fim de discutir as configurações e os processos que atravessam um espaço marcado pela lógica da polarização bem/mal que leva ao desejo de julgamento. A importância da discussão desse conceito se faz necessária tendo em vista as práticas contemporâneas de julgamento, culpabilização e criminalização das condutas, que têm como efeito a judicialização da vida. Nosso presente momento tem sido fortemente marcado pelo juízo, pelo julgamento de si e do outro, baseando essas práticas em uma moral transcendental, com valores predeterminados às situações. Essa moral é fruto de uma construção subjetiva, que parte da concepção de que existe uma só verdade, que define como, quando e de que modo as condutas devem ser consideradas corretas ou não, em um exercício de vida certa. Portanto, o julgamento é moral, uma prática plenamente fabricada, produzida e moldada pelo estabelecimento de uma verdade que a priori define o olhar sobre o outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No primeiro semestre, nos debruçamos sobre a teoria de Michel Foucault, mais especificamente sobre o conjunto de textos compilados com o título *Ditos e Escritos*. Foi possível observar que o sistema jurídico e o legislativo são construídos e executados por quem se encontra em lugar de poder, impondo uma disciplinarização organizada e ordenada por esses sistemas.

Foucault então pensa o tribunal enquanto um dispositivo, e discorre sobre como esse dispositivo age em nome de uma justiça supostamente neutra, mas que na verdade é atravessada pela moral burguesa vigente. Essa justiça é executada, também, pela burguesia, igualmente longe de uma neutralidade, exercendo certas formas de se fazer com as leis ao julgar. Com a entrada dos especialismos “psi” no tribunal, o julgar deixa de ser dirigido apenas ao ato criminoso, passa a ser direcionado a toda a história e ao contexto de quem comete o crime, mesmo que se faça uso de recursos (as leis) que se remetem às formas (os atos). Essa entrada dos técnicos também modifica o motivo para o julgamento, deixando de ser uma questão de moral e vingança para se tornar uma questão utilitarista, e assim justificar de forma técnica o julgar. As lógicas atuais de julgar só são possíveis porque acredita-se que existem lugares marcados, ou seja, que se é delinquente ou não-delinquente, que se é bom ou mal, não levando em conta que todos esses são estados circunstanciais, não existindo essa fixação em apenas uma forma. As expertises justificam essa crença, produzindo verdades e separando os sujeitos entre normais e patológicos, não levando em conta as circunstâncias.

No segundo semestre pesquisamos a obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari (D&G). Foi necessário um esforço filosófico possível para transversalizar seus conceitos-chave com o tema da pesquisa. Partindo do conceito de máquina, pudemos pensar como esta se apresenta enquanto multiplicidade e possibilidade de conexões, e como ela atravessa o aparelho de Estado, que é composto por uma instância que julga e outra que organiza, fazendo dele um estrato. A máquina de guerra produz então essa possibilidade de mobilidade do estrato, que se territorializa e desterritorializa, que desestratifica e depois estratifica novamente. D&G trazem também o conceito de desejo enquanto produtor

de conexões, funcionando como máquina e, a partir disso, pudemos pensar no desejo de julgar, que produz conexões, não sendo neutro, produzindo uma moral para se justificar. Sendo o desejo imanente, é possível pensar uma prática de experimentação com ele, apostando em aberturas, em linhas de fuga, para o que está estratificado, possibilitando uma flexibilização desse desejo, e das formas de julgar produzidas pelo desejo. Voltando à questão do aparelho de Estado, este não só é um estrato como é também segmentarizado, sendo a moral que baseia o julgar algo composto por linhas duras, que pouco permitem devires advindos de afecções, avaliações a partir de certa flexibilidade, mas sim seguem referenciais externos que partem de centros de poder que podem ser a religião, a família, ou qualquer grupo social com regras duras sobre como agir e ser.

CONCLUSÕES:

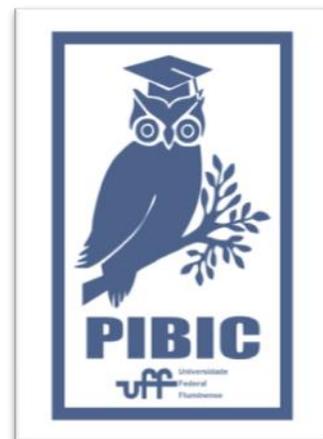
Na justiça funcional na qual nos encontramos, é perceptível que velar sobre uma população vale mais do que respeitar todos os sujeitos de direitos que fazem parte dela, uma vez que o julgar se direciona a populações específicas, enquadrando-as. Com isso, é orquestrada uma produção de medo, que faz com que a sociedade acredite que o bem do Estado está acima de tudo, sendo esse bem aquele das pessoas mais abastadas. Pelo fato do judiciário e o legislativo se tratarem, atualmente, de poderes muito bem estabelecidos em nossa sociedade, os atos se valem por si só sem desvios, sem questionamentos. Mas é preciso perguntar quais as relações entre tais maneiras de julgar com as verdades que passam a ser construídas com esses discursos. Quais as relações entre a lei, as práticas jurídicas e as práticas *psi* na construção da verdade? Pensando também que os segmentos que compõem a sociedade e as relações são complementares e coexistentes, ou seja, nada ocorre aleatoriamente, as formas de se relacionar se entrelaçam e produzem discursos.

Deleuze traz a distinção entre ética e moral a partir da lógica de que enquanto a moral lida com julgamentos, a ética funciona através da avaliação. Através da ideia de que os acontecimentos e as formas não são transcendentais, e partindo desses conceitos de

ética e moral, é possível pensar modos múltiplos de ser e ideias éticas. Para tanto, o caminho seria a avaliação das circunstâncias que compõem os acontecimentos, indo menos na direção de construção de verdades absolutas e transcendentais e mais na de reflexões avaliativas das conjunturas de cada caso. D&G apresentam a ética como uma teoria das possibilidades, em oposição à moral como teoria das obrigações. Esse talvez seja um dos caminhos possíveis, uma linha de fuga, para contrapor os engessados discursos que alimentam a lógica e o desejo de julgamento e, de forma complementar, o desejo de judicialização da vida.

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq, pela concessão da bolsa de iniciação científica que possibilitou a realização desta pesquisa.





Grande área do conhecimento – História

Título do Projeto – Uma interpretação dos sermões compilados por Diogo Barbosa Machado

Autor – Rhuan Vetuani Nogueira Pereira

Departamento de História / Instituto de História / Companhia das Índias – Núcleo de história ibérica e colonial na Época Moderna

INTRODUÇÃO: Trata-se de pesquisa sobre o conjunto de folhetos componentes da coleção de Diogo Barbosa Machado, que veio com a corte portuguesa para o Rio de Janeiro ao início do século XIX. O bolsista vem se especializando no aprimoramento das fichas sobre sermões em forma escrita, e assim avança em sua capacidade de interpretação das estratégias retóricas presentes nos impressos que visavam a divulgação dos sermões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

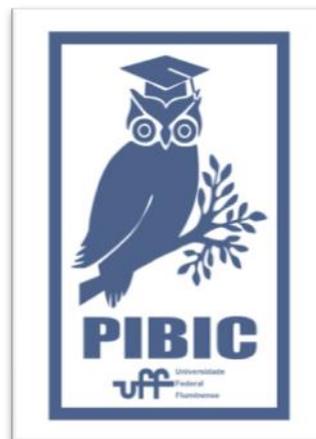
A proposta de comunicação consiste num esforço de entendimento das estratégias retóricas existentes no conjunto dos folhetos com sermões, compilados pelo acadêmico real e oratoriano Diogo Barbosa Machado (1682-1772). Nos sermões proferidos por clérigos de Portugal e Espanha entre os séculos XVI e XVIII, há diferentes figuras de linguagem que podem ser percebidas, como as interpretações figural ou alegórica. Através dos exemplos a serem mostrados, entraremos em contato com um mundo muito diferente do nosso, no qual as imagens (em forma escrita, visual e/ou oral) contavam bastante para definir as memórias de reis, rainhas, príncipes e princesas, nobres em geral, eclesiásticos, senhores e senhoras de Portugal. Trata-se de uma sociedade de elite construída no tempo, que mereceu a atenção de sermonistas de diferentes grupos da Igreja católica, por conseguinte do colecionador setecentista. Esse grande conjunto de impressos se encontra na seção de obras raras na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES:

Mostra-se assim a necessidade de compreensão de uma linguagem que oscilava entre a religião e a política na Época Moderna, com a imitação de autoridades antigas, de textos dos Padres da Igreja e o emprego de ornatos e figuras na argumentação de origem oral, mas metamorfoseada no escrito.

Agradecimentos:

Funcionários da seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e Rodrigo Bentes Monteiro.





Grande área do conhecimento: Psicologia

Título do Projeto: Aspectos psicológicos na prática do surfe: Um estudo exploratório

Autores: Erick Francisco Quintas Conde e Débora Matias de Sousa

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) / Departamento de Psicologia (CPS)/Núcleo de Estudo e Aplicação em Psicologia do Esporte

INTRODUÇÃO:

A disseminação da prática do surfe em nossa sociedade se deve a uma série de fatores sociais, geográficos e culturais. Dentre os motivos para a prática dessa modalidade, estão a busca por saúde física e mental, busca de conexão com a natureza, lazer e divertimento, superação de limites e motivos profissionais. No caso da prática competitiva, importante frisar que a modalidade foi recentemente incluída pelo Comitê Olímpico Internacional como modalidade teste para os jogos Olímpicos do Japão, em 2020. Apesar desses indicadores, pouca produção científica sobre esta modalidade tem sido observada na área da Psicologia do esporte. Diante desta demanda, o presente projeto teve a pretensão de realizar um levantamento sobre a produção científica que articula a psicologia com o surfe (através de revisão sistemática, estudo 1) e compreender melhor como se manifestam alguns processos psicológicos em surfistas (estudo 2) através de instrumentos (formulário online, Questionário Desexecutivo (DEX), Escala de ansiedade no esporte 2 (SAS-2), Escala de Resiliência e Escala de Autoavaliação da proficiência no surfe) validados para medidas de funções cognitivas e de ansiedade, bem como métodos capazes de avaliar as percepções do atleta sobre seu próprio desempenho na modalidade. Utilizamos uma amostra de 48 voluntários 36 (75%) homens e 12 (25%) mulheres, os quais responderam o questionário online, sendo convidados a partir de e-mails e redes sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O nosso primeiro estudo (revisão sistemática), utilizando os descritores “Surf and Sport” e “Surf and Psychology” nas plataformas indexadoras PubMed e Web of Science, apresentou

inicialmente 556 artigos e após aplicarmos os critérios de exclusão, obtivemos uma amostra final de 30 artigos. Com base nestes dados podemos constatar que um dos aspectos psicológicos mais explorados nos estudos sobre a prática do surfe foi a sensação de bem-estar, que esteve presente em 29% da amostra. O declínio da ansiedade, estresse e a diminuição da produção sintomática da depressão também foram observados, além de relatos acerca de melhorias relacionadas ao TEPT. Outros sentimentos associados à prática do surfe foram, felicidade, liberdade e resiliência. No segundo estudo (estudo empírico), foram realizadas as análises qualitativas, as quais observamos a existência de sete categorias (gênero, estado civil, usuários ou não de canabinoide, base de apoio, competição/lazer, lesionados ou não lesionados, vivência de distúrbios emocionais) que serão utilizadas para configurar análises correlacionais e comparativas posteriores.

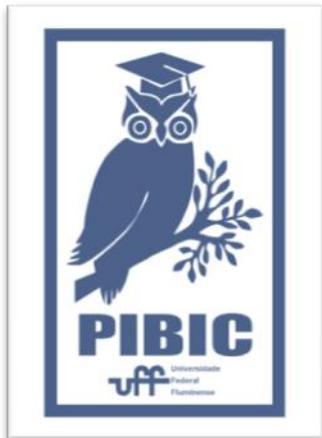
CONCLUSÕES:

O presente estudo permitiu a compreensão de que existe a necessidade da realização de mais pesquisas que estudem aspectos psicológicos envolvidos na prática do surfe. Os resultados poderão auxiliar atletas e oferecer consistência para a prática por lazer, também promover conhecimento sobre mudanças fisiológicas, anatômicas e principalmente psíquicas, decorrentes da prática do surfe. Observa-se também o potencial terapêutico da prática esportiva nessa modalidade, que já tem sido explorado em diferentes ações de extensão, como no projeto Onda Azul (SC), Surf 4 Mind (UFRJ-RJ) e no projeto Surftherapy, na África do Sul. Ainda assim, poucas pesquisas têm explorado os efeitos terapêuticos do surfe.

Como pode ser observado, existem demandas e potenciais muito significativos a serem explorados cientificamente sobre os efeitos psicológicos concernentes à prática do surfe. Espera-se que o presente projeto possa contribuir com a produção de conhecimento neste contexto relativamente pouco explorado pela ciência, principalmente considerando o potencial de expansão dessa modalidade em consonância com condição de neoolimpismo estabelecida recentemente pelo Comitê Olímpico Internacional.

Agradecimentos:

Agradeço ao professor e orientador Dr. Erick Conde pela confiança de entregar um projeto em minhas mãos e a toda paciência dedicada à minha evolução como pesquisadora. Agradeço também a Pró-Reitoria de pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPi), pelo fomento através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o qual teve um grande impacto na minha formação e currículo, em que podemos construir conhecimentos pertinentes a uma modalidade esportiva que cresce a passos largos na população mundial.





Ciências Humanas

Escravidão, índias e mestiçagem na Bacia do Prata no século XVI: as categorias da conquista

Andressa Inácio de Oliveira / Elisa Frühauf Garcia (orientadora)

Instituto de História / Companhia das Índias

INTRODUÇÃO:

As mulheres tupi-guarani foram fundamentais na conquista e na construção da sociedade colonial na Bacia do Prata no século XVI: no sustento material e imaterial mediante suas atividades produtivas (como a provisão alimentar) e reprodutivas (papel central nas redes de reciprocidade e cerimônias nativas). A presente pesquisa pretende analisar as formas pelas quais estas índias se inscreveram como parte essencial no funcionamento da escravidão e de outras formas de trabalho compulsório. Busca contemplar os conflitos e acomodações que envolvem as diferentes perspectivas sobre o lugar das mulheres nativas e as diversas categorias às quais foram inscritas. Intenta, também, desconstruir a tendência de se analisar a região da Bacia do Prata de forma compartimentada entre os domínios luso e espanhol - calcada na projeção indevida dos limites territoriais contemporâneos que desconsidera as estruturas nativas. Privilegiou-se a consulta a fontes primárias resultantes dos processos de contato e conquista da população indígena na região. Estas, ainda que majoritariamente escritas pelos europeus, podem revelar muito sobre as sociedades nativas¹. Pretende-se acessar nas descrições e narrativas as iniciativas indígenas, sobretudo, das mulheres. Em diálogo com as fontes, buscou-se a bibliografia especializada nos campos da História Indígena e das relações interétnicas, e, História das Mulheres e das relações de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram selecionadas para análise, à luz do nosso tema de pesquisa, crônicas de três viajantes da costa sulamericana e Bacia do Prata na primeira metade do século XVI: O

relato de 1519 do italiano Antonio Pigafetta², integrante da expedição de Fernão de Magalhães que passou pela costa do Rio de Janeiro; Os *Comentários*³ sobre a trajetória do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca rumo a Assunção através do caminho *Peabiru*, na década de 1540; e a *História Verdadeira*⁴ do alemão Hans Staden que passou nove meses cativo dos tupinambás na região litorânea de Ubatuba por volta de 1540-50. Segundo Cunha⁵, o relato de Pigafetta fornece algo como um *dictionnaire des idées recues* - um relato condensado das primeiras impressões e das generalizações sobre os sujeitos nativos -, já a partir de 1555, o conhecimento sobre a região e seus povos passa a se precisar de duas maneiras divergentes: através de autores não-ibéricos ligados às atividades de trocas de bens com os nativos, e, autores ibéricos ligados diretamente à colonização da terra e dos nativos. Na primeira categoria se inscreve Hans Staden e na segunda, Cabeza de Vaca. Com base nessas fontes, diversas no tempo, espaço e forma, buscamos confrontar as diferentes visões e versões sobre as índias e suas conexões com a escravidão.

CONCLUSÕES:

Dois noções são constantes nas narrativas analisadas: A importância central das mulheres indígenas tanto nas atividades produtivas

1 WHITE, R. *The Middle Ground*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

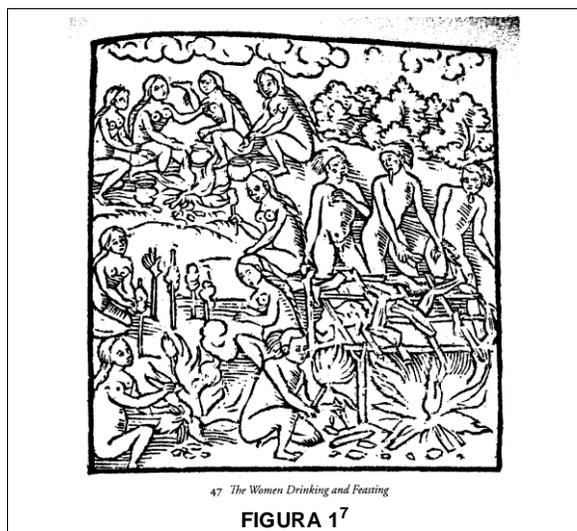
2 PIGAFETTA, A. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Ed. Carlos Amoretti. Porto Alegre: L&PM, 1985.

3 CABEZA DE VACA, A. N. *Naufrágios & comentários*. Trad. Jurandir S. dos Santos. Porto Alegre: LP&M, 2007

4 STADEN, H. *Warhaftige Historia [...]*. Hans Staden's true story: an account of cannibal captivity in Brazil. Ed. Neil L. Whitehead; Trad. Michael Harbsmeier. Durham: Duke University Press, 2008.

5 CUNHA, M. C. da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos Avançados*, São Paulo, Edusp, v.4, n.10, 1990.

quanto nas reprodutivas das sociedades nativa e colonial. De início, pode-se afirmar que Cabeza de Vaca não conseguiria atravessar o planalto platino sem a provisão de alimentos produzidos pelas índias guarani – tampouco receber informações preciosas quando estava preso em Assunção. Hans Staden, na condição de cativo e em sua luta para não ser comido pelos tupinambá, observou e apontou como a tarefa de “domesticação do cativo” era exclusivamente feminina. As mulheres possuíam um papel proeminente não só no ritual de produção das vítimas, mas também nas próprias cerimônias antropofágicas (FIGURA 1). Whitehead⁶ propõe que talvez a performance do sacrifício tupi tenha parecido extremamente transgressora aos olhos europeus mais em decorrência da subversão das hierarquias políticas e dos papéis de gênero do que derivada dos elementos canibalísticos em si.



Pigafetta relata o oferecimento de mulheres tupi em troca de mercadorias e nessas ocasiões grafa estas como “escravas”. Garcia aponta que tal prática de oferecimento com o objetivo da criação de redes de reciprocidade com potenciais aliados era amplamente disseminada na área ocupada pelos tupi-guarani. Ademais as lógicas nativas, os europeus compreendiam tal prática através de suas próprias lógicas e empregavam sentidos familiares e convenientes ao que lhes era estranho. Diferentes percepções de escravidão, portanto, conviviam e se confrontavam – por um lado, aquela manejada

6 WHITEHEAD, N. Introduction. In: STADEN, H. *Op.Cit.*

7 STADEN, H., *Op.Cit.*, p. 133.

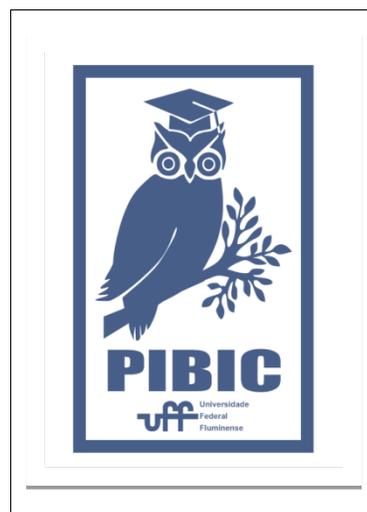
pelos índios, relacionada a suas próprias noções, às guerras interétnicas e aos rituais antropofágicos e por outro, aquela trazida pelos europeus. De qualquer forma, os atores europeus souberam identificar nas relações com mulheres indígenas uma forma de inserção na hierarquia das sociedades nativas e de acesso a riqueza material produzida por elas. Os caciques souberam também se utilizar desse poder para estabelecer relações com estes primeiros. Resta a questão: Como as mulheres em si operavam essas relações? Garcia aponta que, certamente, esta lógica não lhes era desconhecida e que estas, muitas vezes, se movimentaram com habilidade nestas situações. Em conclusão, para se analisar as diversas dimensões das hierarquias coloniais se faz fundamental compreender os significados das categorias que atravessam as relações daquele contexto e, ainda, o fato de que a estrutura de diferenciação social não se construiu apenas sobre termos étnicos, mas também de gênero – sendo estes indissociáveis⁸.

Agradecimentos:

À Elisa Frühauf Garcia, pelos ensinamentos;

À Gislaine Inácio, pela vida;

E ao fomento do PIBIC/Cnpq/UFF.



8 GARCIA, E.F. Conquest, sex and slavery in the river plate basin: Asunción and São Vicente in the mid-1500s. *Americania. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época (Sevilla), n. 2, p. 39-73, jul-dez, 2015.



Ciências Humanas

O Serviço Nacional de Informações (SNI): entre a espionagem e a repressão

Autores:

Bruna Ferraz Barenco (bolsista)

Samantha Viz Quadrat (orientadora)

Instituto de História / Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF)

Introdução:

O projeto “*O Serviço Nacional de Informações (SNI): entre a espionagem e a repressão*” se propõe a fazer uma análise do Serviço Nacional de Informações, que foi parte ativa da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil entre 1964 e 1985.

O objetivo é se debruçar desde a maneira como a estrutura foi construída, passando por como trabalhava na prática o SNI, sua relação com as outras agências de repressão da ditadura e sua relação com a sociedade. O projeto se propõe também a analisar como o SNI é representado na historiografia, uma vez que o órgão aparece representado de formas diversas, às vezes como o grande órgão responsável pela opressão e outras vezes como um coadjuvante no sistema repressor, que devido a burocracia não conseguiu ser tão abrangente quanto se pretendia.

Sendo um tema estritamente ligado a ditadura civil-militar, o SNI se encaixa dentro dos temas sensíveis da História, que estão sempre em disputas de memória sobre como serão encarados e como a sociedade vai lidar com os traumas relacionados a esses temas.

Resultados e discussões:

A proposta inicial do projeto consistia em uma leitura ampla sobre o como o Serviço Nacional de Informações foi representado na historiografia até o momento. A leitura de livros como “SNI: Como nasceu e como funciona”, de Ana Lagoa, publicado em 1983, antes do final do processo de redemocratização, permite que se tenha uma visão de como o SNI era percebido ainda na vigência do governo militar.

Apesar de ser um órgão de repressão oficial do governo, o SNI tinha forte presença de civis em seus cargos e em suas ramificações. Essa presença civil colocava o SNI em uma situação diferente das outras instituições que exerciam a repressão, que

eram formadas unicamente de membros das Forças Armadas.

Além da bibliografia anterior sobre o SNI, foi feita também a leitura do Relatório Final da Comissão da Verdade, entregue em 2014, buscando como e onde o SNI aparecia no documento. Dessa forma, foi possível contabilizar que o SNI dominava a hierarquia de um complexo aparelho de repressão, que estava presente em diversos níveis sociais. Em paralelo, foi feita uma pesquisa no Arquivo Nacional.

Durante a análise dos relatórios e a pesquisa nos documentos do Arquivo Nacional, foi levantada uma questão sobre a relação entre o SNI e os jogadores de futebol, especialmente relacionados a Seleção Brasileira entre as décadas de 1970 – 1980.

Essas descobertas levaram a uma divisão do foco da pesquisa: parte dos esforços foi direcionada para uma análise de dois dossiês encontrados no Arquivo Nacional, que monitoravam ações do jogador Reinaldo (atleta do Atlético Mineiro entre 1973 – 1985), que ficou marcado por manifestar opiniões políticas contra a ditadura civil-militar e a favor de uma Assembleia Constituinte.

Esse percurso de mudança está relacionado com a pesquisa que eu faço sobre futebol, propondo uma análise da redemocratização por meio do esporte e especialmente da figura da Seleção Brasileira em 1982, já durante o período de transição para a democracia, mas ainda durante a vigência da ditadura militar, com Figueiredo como presidente desde 1979 até 1985. A investigação sobre essa questão está em processo de aprofundamento, sendo possível parte de um trabalho futuro.

Existem muitas questões a serem exploradas pela historiografia sobre o assunto, e nessa altura da pesquisa, ainda esperamos acesso à documentos a serem lidos e analisados e acrescentados a discussão, que de forma alguma está completa ou fechada. O

processo de pesquisa continua em evolução.

Conclusões:

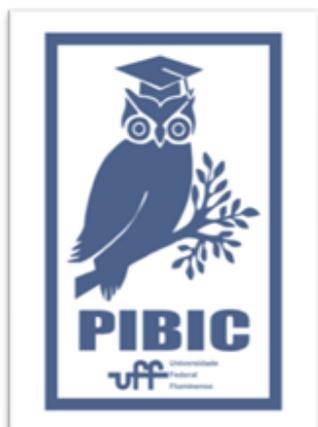
O projeto tem a intenção de pensar o SNI e todo o seu aspecto como órgão repressor, pensando qual o seu papel dentro do sistema de repressão adotado pela ditadura civil-militar brasileira. Para tal, é necessário um conhecimento sobre a discussão prévia feita sobre o SNI, o que leva a uma extensa pesquisa e leitura de arquivos e outras obras que se propuseram a analisar o tema.

Dentro desse objetivo, também pensar o SNI e sua relação com a sociedade civil, da qual era próximo, tanto em função de ter civis dentro do seu aparelho de funcionamento, tanto por que os civis eram os focos da espionagem exercida pelo SNI. Podemos concluir que o SNI estava presente em todos os níveis sociais, interferindo tanto na perseguição política a grupos opositores quanto no futebol, que no Brasil tem um papel de grande destaque na formação da identidade nacional.

Por meio desses objetivos, a intenção é compreender o SNI e como a estrutura funcionava, e seus impactos na sociedade brasileira. Esse entendimento é fundamental para agregar na disputa sobre a memória do período de ditadura civil-militar no Brasil, que está ainda em constante disputa no espaço da memória oficial.

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPq e ao PIBIC pelo financiamento da pesquisa. Igualmente, agradeço ao LABHOI por me proporcionarem um enriquecimento intelectual e crescimento humano.



Referências

- ARQUIVO NACIONAL, Atividades de José Reinaldo Lima Reinaldo. 1980.
ARQUIVO NACIONAL, Entrevista Jogador Futebol Reinaldo MG. 1978.
Relatório Final da Comissão da Verdade, 2014;
LAGOA, Ana. "SNI: Como nasceu e como funciona"; São Paulo, Editora Brasiliense, 1983



Grande área do conhecimento: Psicologia

Título do Projeto: Violência real ou falsa memória: Denúncias não legítimas de abuso sexual e sua relação com a alienação parental

Autores: Yago Nunes Margarido Ribeiro, Camila Bahia Lessa, Mylena Maciel Diamantino da Silveira, Mariana Martins Coquito Silva, Andréa Soutto Mayor.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes (CPS)

INTRODUÇÃO: A Alienação Parental (AP) é um processo de programação mental realizada por um dos genitores em seu descendente, no intuito de enfraquecer o vínculo afetivo existente entre este e o outro genitor. Dito isso, faz-se válido ressaltar que como instrumento da alienação parental encontra-se a falsa denúncia de abuso sexual infantil (ASI), em que o genitor alienante implanta falsas memórias no filho(a), visando acusar o genitor alienado de ter praticado abuso sexual. Deste modo, o objetivo da presente pesquisa foi analisar as falsas denúncias de abuso sexual infantil decorridas de casos de alienação parental, buscando assim compreender os caminhos que levam às falsas denúncias, bem como as consequências acarretadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados da pesquisa demonstraram uma grande quantidade de produções convergindo na concepção do crescimento das falsas acusações de abuso sexual infantil nos contextos de divórcio e nos impactos negativos advindos dessa prática. Na alienação parental os genitores não conseguem separar os papéis de pais e de cônjuges, envolvendo os filhos em um processo de alienação que se inicia de forma mais branda e culmina no estágio mais avançado, onde há o surgimento das falsas denúncias de abuso sexual infantil. A alienação parental, à medida que promove o rompimento dos laços afetivos entre um genitor e o descendente causa sofrimento psíquico, o que somado a falsa denúncia de abuso sexual infantil é desencadeador de falsas memórias, podendo ocasionar traumas e comprometer o

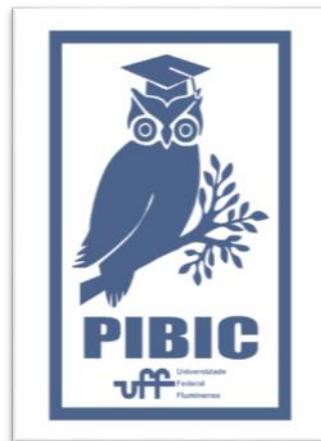
estado psíquico e a estabilidade emocional da criança.

CONCLUSÕES:

A alienação parental, bem como a implementação de falsas memórias de abuso sexual infantil na criança vitimada constitui uma situação de maus tratos e de violência psicológica tanto para a criança quanto para o genitor alienado. Estudos corroboram a necessidade de uma investigação mais justa e imparcial, bem como medidas de intervenções socioeducativas mais eficazes para lidar com esta demanda.

Agradecimentos:

PROPPI/Universidade Federal Fluminense





Grande área do conhecimento: História

Título do Projeto: Fotografia Pública: Usos, Funções e Circuitos Sociais no Brasil, séculos XIX e XX – Acervos Fotográficos do Rio de Janeiro

Autores: Debora Brasil(bolsista)

Ana Maria Mauad (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: LABHOI

INTRODUÇÃO:

A relação entre imagem fotográfica e política está na base da condição histórica do dispositivo fotográfico, como um importante meio de representação social, e da fotografia como prática de produção de sentido social. O projeto propõe a reconstrução do percurso histórico dessa relação com ênfase na noção de fotografia pública. Objetiva analisar a produção fotográfica contemporânea na perspectiva dos sujeitos sociais, das suas práticas de registro, de seus vínculos institucionais e das experiências de ver e compor narrativas visuais públicas. A noção de público associa-se a conformação da esfera de opinião pública, ao espaço público de expressão coletiva e as instâncias de exercício e controle do poder público.

O projeto se organiza em torno de quatro percursos: o primeiro de caráter historiográfico via desenvolver um estudo da presença da fotografia na pesquisa histórica brasileira desde 1990, com base no levantamento, sistematização e análise da produção acadêmica com fotografia nos programas de pós-graduação em História, Comunicação e Artes; o segundo de viés teórico investe no estabelecimento de procedimentos que possibilitem reunir em torno da conceituação de fotografia pública problemáticas relativas às noções de poder, espaço público e cultura visual; o terceiro percurso, de caráter documentário, promove reconstrução do circuito social da fotografia pública considerando-se os circuitos de produção, circulação, consumo e agenciamento, bem como, o conjunto de conhecimento produzido sobre nesse circuito sobre a prática e a experiência fotográfica. Inclui-se, neste

terceiro percurso, entrevistas com fotógrafos vivos e a organização de esboços biográficos de fotógrafos que atuaram em diferentes espaços de produção da fotografia pública: fotojornalismo; fotografia institucional (documentação de estado e propaganda oficial); mundos da arte. Enfatiza-se, assim, a noção de fotografia pública como um dos importantes dispositivos visuais de conformação dos sentidos da história no mundo contemporâneo. Por fim, o quarto percurso de caráter educativo tem como objetivo o fomento da história pública através da ação direta do projeto em ambiente escolar, por meio da organização de oficinas, ciclos de debates e conferências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

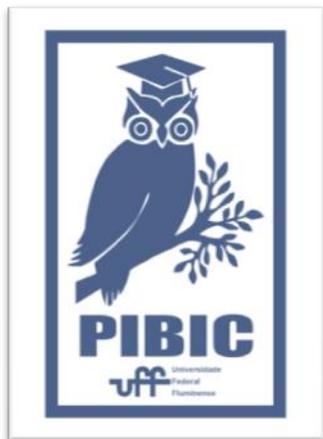
Nesse último semestre como bolsista do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF tive a oportunidade de entrar em contato com documentos e participar de discussões que orientaram meu pensamento para meu trabalho de monografia. O uso da história oral e a perspectiva do tempo presente revelaram a possibilidade de estudar imagens contemporâneas por meio da análise do nosso momento histórico. Logo, optei por desenvolver meu estudo pelo olhar de uma fotógrafa - Thais Alvarenga - mulher, negra e moradora da periferia do Rio de Janeiro pela representatividade e desdobramentos que sua obra incita. A escuta e o olhar para o outro como aparato técnico confere humanidade para o trabalho acadêmico. A iniciação científica aponta caminhos para o pesquisador e possibilita o desenvolvimento da pesquisa.

CONCLUSÕES:

A pesquisa com história Oral tem se mostrado um importante recurso na reconstrução da memória pública de um determinado grupo ou espaço. No pouco tempo que atuei como bolsista do projeto trabalhei na transcrição e conferências de entrevistas referentes ao terceiro percurso da pesquisa, o que me possibilitou recortar meu tema de monografia.

Agradecimentos:

Agradeço ao grupo que compõe o Laboratório de História Oral e Imagem a possibilidade de entrar em contato com um ambiente acadêmico vibrante e inclusivo. Em especial ao Marcus Oliveira, que me acompanhou nesses meses de bolsa.





Ciências Humanas

Crenças sobre psicologia e psicoterapia construídas por mulheres brasileiras de classe popular

Aline Santana Gomes/ Luiz Gustavo Silva Souza

Departamento de Psicologia (CPS)/Universidade Federal Fluminense/Polo Universitário de Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO:

A construção de saberes e práticas psicológicas individualizantes contribuiu para a valorização e naturalização de um ideal de sujeito que pode não contemplar experiências e crenças de pessoas de classe popular. Diferentes teorias destacam a maior vulnerabilidade das mulheres ao sofrimento psicológico, especialmente em função das normas de gênero, assim como de experiências de pobreza e violência. A presente pesquisa objetivou compreender crenças de mulheres de classe popular sobre psicologia e psicoterapia. Participaram seis mulheres adultas, usuárias de um serviço de saúde de atenção secundária em Campos dos Goytacazes, RJ. Como método, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, transcritas integralmente e submetidas à análise de conteúdo temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os seguintes temas foram identificados. Participante 1: Acredita que o psicólogo possa ajudá-la na comunicação com os filhos, ajudando-a a entender a si mesma. Acredita que não são todas as pessoas que precisam de psicólogo, mas que o atendimento psicológico pode ser para todos, não somente para “doidos”, que psicólogo não é psiquiatra. Participante 2: Nunca buscou atendimento psicológico para si, mas o filho já passou por psicoterapia, tendo “mente fechada” e comportamento violento como motivos da procura. Acredita que a psicóloga tem uma forma de conversar que auxilia a “encaixar as coisas na cabeça”, a abrir a mente, e que a psicologia se destina a todos, não somente a quem tem traumas. Compreende que conversar com o psicólogo diferencia-se da conversa com familiares devido ao sigilo e pela ausência de julgamento por parte do profissional. Participante 3: Acredita que o atendimento psicológico é um tratamento que promove diferença no dia a dia, auxiliando na forma de

viver, agir e na tomada de decisão. Compreende que a Psicologia ajuda o indivíduo a trabalhar no problema, bem como em sua resolução através da conversa e do incentivo. Acredita que todos tenham algum fato que o atendimento psicológico possa ajudar. Participante 4: Os psicólogos ajudam as pessoas e auxiliam na cura da depressão. Na psicoterapia, o psicólogo conversa devagar, com jeito, buscando entender. A pessoa sente-se mais aliviada através da conversa. Pessoas com depressão são as que vão ao psicólogo. Participante 5: Ir à psicoterapia ajuda a explicar pensamentos que estejam equivocados, a abrir a mente através de conversa e perguntas. Acredita que na psicoterapia a pessoa vai falando e o psicólogo vai perguntando. Pessoas que tenham problema, que perderam alguém precisam de psicólogo, mas acredita que a psicoterapia é para todos. Participante 6: Pessoas que não tenham com quem conversar vão ao psicólogo. Por compartilhar com o psicólogo sentimentos que não compartilha com outras pessoas, o indivíduo consegue ouvir algo que queira ouvir. Há quem entenda que psicólogo é para quem é “doido”, mas acredita que é uma pessoa para conversar e ajudar naquele momento. Sobre quem precisa de psicoterapia, acredita que sejam pessoas com depressão, deprimidas e pessoas que não são ouvidas em casa. Acredita que o psicólogo é alguém que não julga, diferente de familiares, e que ele tenha maneira específica de falar.

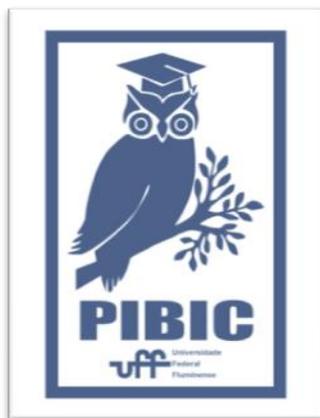
CONCLUSÕES:

Foi possível constatar que as participantes evocaram imagens e crenças arraigadas sobre “o psicólogo”: ele seria “uma pessoa calma”, “que dá conselhos”, escuta e transmite paz. Nota-se a aproximação dessa representação com as figuras tradicionais do “sábio” ou do “sacerdote”. Ao mesmo tempo, surgiram referências a doenças (a depressão) e à possibilidade de sua cura através da psicoterapia. Pode-se dizer que “o psicólogo” foi

representado, em geral, como profissional curativista, o que chama atenção para diferenças entre percepções das participantes e as recentes propostas técnico-políticas para atuação da profissão. Nas crenças investigadas, o atendimento psicológico não seria destinado apenas para “loucos”, o que sinaliza percepção atual menos estereotipada. As atitudes em relação à psicoterapia foram positivas. Essas crenças e atitudes podem se relacionar com a expansão recente da Psicologia nas políticas públicas, em contato direto e constante com as classes populares. A psicoterapia, nas crenças das participantes, servia para “descarregar tensões”. Cabe analisar a produção sócio-cultural dessas “tensões” em relação com estereótipos de gênero e perguntar se a psicoterapia estaria se apresentando como solução individual e curativista para questões com forte ancoragem coletiva.

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPq que possibilitou a realização deste estudo de modo a colaborar para o desenvolvimento do conhecimento científico.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/História

Título do Projeto: CONGRESSOS BRASILEIROS DE AGRONEGÓCIO: ORQUESTRANDO O CONSENSO

Autores: Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça; Celina da Costa Cabral

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de História - UFF

INTRODUÇÃO:

O presente projeto pretende analisar a construção do consenso, por parte da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), quanto à imprescindibilidade do agronegócio para o desenvolvimento econômico do Brasil, através de seus diversos instrumentos¹. Nas análises anteriormente apresentadas ao longo do projeto de Sônia Regina, auxiliada por seus bolsistas, verifica-se as interrelações entre frações da classe dominante agroindustrial e o Estado restrito brasileiro entre 1993 e 2013 – marcos emblemáticos da fundação e do vigésimo aniversário da Abag, nova força social hegemônica no país (vide a indicação de suas lideranças, Roberto Rodrigues e Katia Abreu, para o Ministério da Agricultura) –, além da rede de relações mantidas pela agremiação com outros aparelhos de hegemonia, como é o caso do periódico Panorama Rural – também analisado no projeto –, que busca consolidar a imprescindibilidade da agropecuária para o bom desenvolvimento e funcionamento da economia brasileira. Para tratar do desenvolvimento e consolidação desse “Sistema” Abag, coube a mim focalizar em um dos vários instrumentos dessa construção, os *Congressos Brasileiros do Agronegócio* (CBAs), anualmente realizados pela Abag e inaugurado em 2002, fins da presidência de Roberto Rodrigues na agremiação

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os Fóruns e Congressos promovidos pela Abag consistem em eventos onde a “nata” dos dirigentes do agronegócio e de segmentos

¹ Dentre os integrantes do “sistema” Abag, além dos CBAs, é citado o ARES, ICONE, o Pensa, a Revista Panorama e os Fóruns Abag

fora de seu âmbito, debatem as questões do interesse comum das distintas frações burguesas – e agentes estatais e também da academia - a ele imbricadas, traçando caminhos a serem seguidos, sobretudo pelo Estado restrito brasileiro. A organização dos Congressos Brasileiros do Agronegócio (CBA), aqui trabalhados desde sua primeira edição no ano de 2002 até o ano de 2013, busca sempre evitar a manifestação do dissenso e das tensões existentes entre as “cadeias produtivas”, decorrentes da amplitude e diversidade dos interesses presentes, sendo considerados uma das mais importantes frentes de organização da Abag. Nesse sentido, a estratégia adotada para reforçar a consolidação – ainda que com arestas – da unidade do discurso e da ação coletiva, ou seja, do consenso, consistiu em abordar temas caros à maioria, construindo, dessa forma, o consenso intraclasse e consolidando a hegemonia abaguiana. Tratava-se, em suma, de atividades dotadas de forte cunho pedagógico, destinadas a educar o consenso e apaziguar conflitos intersetoriais. Além do espaço de orquestração do consenso e afirmação hegemônica da Abag, os Congressos eram, ainda, espaços de “congraçamento” dos agentes – intra e extra Sistema – bem como de negociação de tensões e arestas, daí a composição altamente variada de seus convidados. Ao mesmo tempo, os CBAs eram instâncias de construção de uma dada memória social do Agronegócio, mediante a premiação anual de agentes tidos como “imprescindíveis” a ele. A intensa e regular participação de agentes estatais junto a todos os CBAs, ainda, acaba por desnudar a própria natureza do Estado Ampliado no país, quando agentes-chave dos Aparelhos privados de hegemonia das diversas frações da classe dominante brasileira se “incrustam” na própria materialidade institucional do Estado restrito, atuando na definição de suas políticas “públicas”. A centralidade da

intervenção do Estado no desenvolvimento econômico observado no Brasil é o elemento que mais fortemente questiona tentativas de detectar correspondências com economias liberais tipicamente anglo-saxônicas tipicamente eurocontinentais, cujos aspectos não encontram claros paralelos na trajetória da economia política brasileira. As iniciativas estatais de apoio à implantação do parque industrial brasileiro, condenadas pelas avaliações ortodoxas da economia nacional, não podem ser devidamente julgadas sem a correspondente apreciação dos pesados recursos públicos aplicados na economia rural durante as décadas de maior desenvolvimento da produção agrícola nacional. A exemplo do que fez no setor industrial, o Estado exerceu um papel determinante na consolidação do agronegócio que, atualmente, prima por sua competitividade internacional.

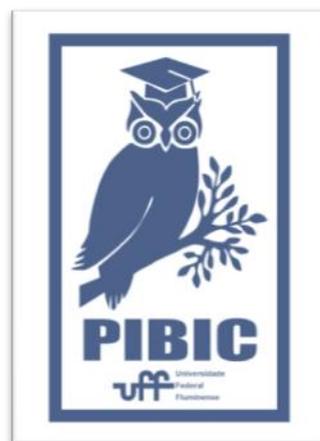
metodológicas propostas pela orientadora, o que significou muito não só para a minha formação profissional, mas também pessoal, por ser esta a minha primeira experiência de iniciação científica.

CONCLUSÕES:

Não é difícil perceber o forte papel pedagógico desempenhado pelos Congressos Brasileiros do Agronegócio da Abag que, não apenas educavam o consenso em torno da “inevitabilidade” do setor como solução para a economia e política brasileiras, como também reuniam intelectuais orgânicos “do nível mais elevado”, como sinaliza Gramsci, concentrando-os e multiplicando sua influência. Ou seja, o Agronegócio, seus agentes e seu órgão de representação máxima, a ABAG, se autoproclamam detentores de importância ímpar para o país, tentando obnubilar qualquer outra possibilidade de alternativa histórica para seu futuro já que, somente por seu intermédio, o Brasil poderá vir a tornar-se um país do “primeiro mundo”, mesmo que todo este processo tenha reconduzido o país a seu antigo *status* de agroexportador

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça, pela oportunidade de participar de um projeto que envolve o exercício de atividades fundamentais para a profissão, como o levantamento, coleta e análise de fontes, acompanhadas por discussões teórico-





Ciências Humanas

Raízes do Conservadorismo no Brasil: o pensamento político de frei Sampaio na independência

Rafael Cezar Tavares

Departamento de História / Instituto de História / Companhia das Índias – Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna

INTRODUÇÃO:

Em 1821, no aniversário de um ano da Revolução Liberal do Porto, um grande festejo foi realizado no Rio de Janeiro para festejar a chegada da modernidade. A comemoração se deu ao melhor estilo da época: com uma ação de graças seguida por uma sucessão de sermões. O sermão mais aguardado foi o do frei franciscano Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. De origens modestas, a ilustre trajetória de frei Sampaio é comumente relacionada a sua fantástica oratória e a vasta erudição em assuntos tão amplos quanto história, filosofia, teologia, cânones e tratadística política. Já no ano de chegada da Corte ao Rio de Janeiro, impressionou o príncipe e foi nomeado pregador da Capela Real e examinador da Mesa de Consciência e Ordens. Em seis anos, já teria se tornado capelão-mor de D. João, censor episcopal, secretário da província franciscana, teólogo da nunciatura e internúncio apostólico. Os sermões de frei Sampaio, entretanto, não eram aguardados apenas por seus dotes religiosos. Antes da transferência da Corte, o franciscano já havia sido denunciado à inquisição por suspeitas de participação na maçonaria, o que viria a se confirmar na época da independência e consagrar sua atuação também na política. Seu tão aguardado sermão de aniversário da revolução revela sua profissão de fé constitucionalista, rompendo em vários níveis com a tese de direito divino dos reis, como o clero constitucionalista já vinha fazendo desde a Revolução Francesa.

Sua ilustração, aliada ao posicionamento moderado e conservador, ainda que liberal e constitucionalista, o aproximou do príncipe D. Pedro após o retorno de D. João a Portugal, transformando sua cela no Convento de Santo Antônio em um espaço central de articulação política. Em adição à sua atuação pedagógico-política no púlpito e sua associação a grupos

políticos como a maçonaria e o Clube da Resistência (no qual foi um dos principais articuladores, bem como o redator do manifesto em nome do povo do Rio de Janeiro, que contribuiria para o fatídico Dia do Fico), frei Sampaio foi o redator do periódico *O Regulador Brasílico-Luso*, que circulou entre 1822 e 1823. O periódico é provavelmente o primeiro a ser patrocinado pelos cofres públicos brasileiros com funções de defesa ideológica, e nele Sampaio defendeu explicitamente prerrogativas monárquicas que eram vistas à época como autoritárias e despóticas, como o veto absoluto. A partir de autores da Escola de Cambridge (como Skinner e Pocock), da geografia humana (como David Harvey e Rogério Haesbaert) e da história global (como Sebastian Conrad e Charles Parker), acredito que o escrutínio do pensamento político de frei Sampaio, especialmente através das páginas de seu jornal, pode elucidar questões acerca dos fluxos e redes de ideias políticas existentes entre o espaço-tempo relatado e países centrais da Europa (como França e Inglaterra).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O que se pôde observar através da análise do *Regulador*, de outros jornais coetâneos, de atas de reuniões maçônicas e diários da Assembleia de 1823, de 1826-1829, e da literatura sobre a época, é que 1) a historiografia tradicional perpetuou as percepções enviesadas dos observadores do século 19 acerca do pensamento político e dos grupos em disputa da época da independência até a formalização dos partidos políticos brasileiros, e 2) os esforços atuais, como os de Christian Lynch, de identificar com maior rigor o pensamento político do dito espaço-tempo, deverão ser coletivos e coordenados para suprir o vácuo existente de informações históricas acerca do Primeiro Reinado. O estudo das ideias de frei Sampaio e seus interlocutores aponta que muitas das

ideias identificadas por Lynch tem raízes já no contexto da independência, e de forma mais profunda e menos embrionária do que se poderia supor.

Parece saudável a proposta de relativizar e questionar conceitos já há muito sedimentados e constantes nos documentos da época e dos observadores posteriores, como “absolutistas”, “liberais”, “constitucionais”, “despóticos”, “anárquicos” etc. Muitas destas denominações eram simplificações e acusações políticas razoavelmente fundadas, porém exageradas. Tanto aqueles acusados de defender o absolutismo ou o despotismo quanto aqueles acusados de defender a república anárquica, a democracia radical ou o jacobinismo eram, na maioria das vezes, liberais constitucionalistas e, frequentemente, monarquistas (seja por convicção ou por pragmatismo). O avançar da pesquisa parece tornar cada vez mais razoável tornar essa grande parte dos atores políticos da época (excetuando, obviamente, os poucos atores que de fato se manifestaram mais radicalmente, para qualquer dos lados, em ideias ou ações) integrante da categoria política de “constitucionais” ou “liberais”. As cisões políticas existentes seriam, então, internas. Em um extremo, haveriam os partidários de uma concepção de Estado na qual a soberania era popular e pertencia ao corpo político da nação, que a delegava para a Assembleia. Em outro, a concepção hobbesiana de que o monarca é soberano não devido a um direito divino, mas a uma dedução lógica da razão natural que aponta para o pacto social. No meio do caminho, diversas combinações foram possíveis, e isto é evidenciado pelos desentendimentos existentes até mesmo entre sub-grupos mais afins de constitucionais, como José Bonifácio e Carneiro de Campos.

É claro que o jogo das decisões políticas não pode ser analisado e compreendido apenas sob a perspectiva das ideologias políticas que o embasam e fundamentam. Por isso, menos do que tentar explicar porque determinadas ideias, discursos e grupos políticos falharam ou preponderaram, o interesse dos resultados aqui obtidos é apontar como estas ideias, discursos e grupos se configuraram e deram, ao menos na dimensão do discurso, margem de ação para os atores políticos da época. Estas configurações se revelam diferentes das que tomaram lugar em Portugal ou das que existiram na fonte em que os brasileiros beberam, como Inglaterra e França. Mais do que um receptor passivo das ideias políticas europeias, os brasileiros

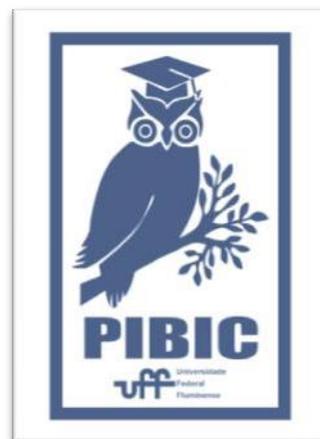
adaptaram-nas e modificaram-nas a seu gosto e utilidade, pondo em prática um pensamento e uma práxis legitimamente brasileiros. Questões clássicas, como a diferença de percepção acerca de D. Pedro I (ou IV) no Brasil e em Portugal, podem ser explicadas mais solidamente através desta perspectiva, que aponta para um período geracional do liberalismo e do conservadorismo brasileiro.

CONCLUSÕES:

A doutrina constitucional, mãe do liberalismo e conservadorismo políticos no Brasil, vivenciou um trabalho de parto em leito muito particular. Diferentemente de suas congêneres americanas, nas quais um rompimento traumático forçou uma aproximação maior com as ideias republicanas e democráticas; e também diferentemente das congêneres europeias, nas quais a força da tradição não apagou do dia para a noite o peso do Antigo Regime e a existência do conservadorismo romântico e feudal, as ideias políticas brasileiras nascem de uma solução relativamente tranquila, monárquica e americana. Desta maneira, tanto seu liberalismo quanto seu conservadorismo (não distinguidos à época, reunidos sob o guarda-chuva constitucional) nascem mitigados, ou melhor, moderados. O que existirá, ao período da independência, é de um lado um conservadorismo liberal, e do outro um liberalismo conservador. A elucidação deste contexto e uma conceituação cada vez mais precisa pode servir de base e fundamento não apenas para o aprofundamento do estudo sobre o período do Primeiro Reinado, tão pouco privilegiado na historiografia brasileira, quanto para a análise do pensamento e dos partidos políticos brasileiros do Segundo Reinado, tradicionalmente tratados como órfãos, originados de geração espontânea em meio a um período conturbado e caótico; filhos do imprevisto.

Agradecimentos:

Meus sinceros agradecimentos ao prof.^o Guilherme Pereira das Neves, à Universidade Federal Fluminense, ao CNPq, seus financiadores e a todos os envolvidos nas circunstâncias que tornam esta pesquisa possível.





Grande área do conhecimento

Título do Projeto: *Los 80: uma análise da narrativa ficcional do projeto neoliberal chileno.*

Autores: Beatriz de Souza Bravo e Elisa de Campos Borges

Departamento/Unidade/Laboratório

INTRODUÇÃO: A série televisiva chilena *Los 80, más que una moda*, foi produzida entre 2008 e 2014, e narra a história sobre como uma família de classe média vive em meio a ditadura militar do seu país, caracterizada pela violência e a imposição do neoliberalismo ortodoxo. Por meio do cotidiano do pai Juan, da mãe Ana, e dos filhos Claudia, Martin, Felix e Anita, foi possível entender a época supracitada. Nesta pesquisa estudamos, a partir das temporadas três e quatro, a violência da ditadura militar e a resistência dos chilenos ao regime, principalmente por meio dos protestos e da atuação do grupo armado Frente Patriótica Manuel Rodríguez. Ademais, compreendemos qual era a realidade da mulher em um contexto misógino, pela ótica de Ana, que após um forte terremoto passa a trabalhar fora de casa a contragosto de seu marido. Entretanto, com o exílio de sua filha Cláudia, ela volta a ser dona de casa e direcionar sua vida à formação de seus outros filhos, por achar que falhou na criação da primogênita, já que a mesma envolveu-se com um militante da luta armada. Portanto, fomos capazes de compreender esses temas por meio da análise da série *Los 80* associada à uma bibliografia e à documentos primários da época.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da leitura de textos sobre a temática estudada e da observação da série, compreendemos parte do período estudado. Ana tem uma luta interna nos episódios televisivos assistidos, entre querer ser independente, trabalhando fora de casa, e ser uma mãe ativa e dedicada. Na terceira temporada, ela está determinada a seguir seu caminho, mas com as questões de Cláudia, resolve dedicar sua vida para sua família. Ela reproduz a visão, reforçada pelas políticas desenvolvidas na ditadura, sobre o papel feminino estar fundamentalmente ligado à condição de mãe e de esposa para criar os

futuros cidadãos chilenos, que deveriam estar livres de qualquer influência da esquerda. O regime militar, então, coloca a mulher em posição central, encarregada pelo futuro do país. Toda essa responsabilidade é percebida em Ana, que deixa suas ambições pessoais para cuidar de seus filhos, negando um futuro profissional.

Outro enredo explorado nas temporadas aqui analisadas envolve a história de Cláudia. A mesma se envolve amorosamente com Gabriel, um militante comunista que é perseguido pela polícia política do regime. Por causa desse envolvimento é forçada a ir para o exílio, pois sua liberdade e sua vida estavam em risco. A partir do cotejamento entre audiovisual e bibliografia sobre movimentos armados de esquerda percebe-se como era a dinâmica dos grupos de resistência. A Frente Patriótica Manuel Rodríguez, representada na série por meio de Gabriel, surge com mais força a partir dos protestos de 1985. Estas manifestações são consequência da crise econômica de 1982 e da violência do Estado. Na ditadura, a Frente forma-se na ilegalidade vinculado ao Partido Comunista, que assume a linha política de fomentar todas as formas de luta para derrotar a ditadura, dentre elas, a via armada. Na produção audiovisual são mostradas as inúmeras manifestações que tomaram o Chile na segunda metade dos anos 1980, assim como a repressão contra esses manifestantes pela polícia.

Ademais, o diretor coloca inúmeras cenas das manifestações filmadas naquela época, reportagens televisivas e pronunciamentos de figuras do governo. Muitas vezes, ao expor só uma representação de um fato histórico, o autor pode não trazer sua realidade em totalidade. Ao mostrar as cenas reais do Chile, o autor leva dramaticidade e veracidade à trama, reafirmando como era aquela época no país do Cone Sul. É importante não apenas pensar nessas cenas expostas, mas também a sua escolha e o momento que as englobam. Essa

análise, em conjunto com as leituras complementares, permitiu estudar a série de maneira investigativa e direcionada para os objetivos do projeto.

CONCLUSÕES:

Compreendemos a forma pela qual a série televisiva constrói temas centrais no período da década de 1980 no Chile. O contexto político, social e econômico ditatorial influenciou o cotidiano dos cidadãos, como é retratado em *Los 80*.

A vida da família Herrera, nas temporadas três e quatro, é diretamente influenciada pelo projeto neoliberal e pela violência da ditadura. Isso é demonstrado com protagonismo nos episódios que mostram as grandes manifestações em Santiago. As mesmas são conseqüentes da forma pela qual a Junta de Governo Militar “reconstruiu” o país economicamente, politicamente e socialmente: a partir de um neoliberalismo ortodoxo associado a um Estado mínimo economicamente, que é responsável pelas crises financeiras da década de 1980; e a partir do governo que cerceava a liberdade dos cidadãos. Esse quadro desencadeia uma década de protestos por direitos sociais, a luta pelo retorno à democracia, fomentando o aparecimento de agrupações contrárias ao regime, dentre eles a Frente Patriótica Manuel Rodríguez. Além disso, a ditadura reforça uma condição patriarcal à mulher, que nem sempre será coerente à realidade das cidadãs chilenas, como é entendido por meio do enredo de Ana Herrera. Dessa forma, compreendemos o período ditatorial e sua construção a partir da análise da série televisiva.

Agradecimentos:

Nesse ano de pesquisa, sou muito grata a todos que possibilitaram meu crescimento acadêmico e meu enriquecimento enquanto pesquisadora. Agradeço à professora Elisa Borges pelos ensinamentos da metodologia de estudo do audiovisual e da ditadura chilena. Agradeço à Universidade Federal Fluminense pela minha formação e pelo financiamento da pesquisa.





**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/Geografia
Econômica**

**Título do projeto: Economias de aglomeração e circuitos
espaciais produtivos da indústria de cerâmica vermelha em
Campos dos Goytacazes-RJ**

Autores: Rafael Carvalho da Rocha e Leandro Bruno Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: GRC/UFF/NEEPG

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa propõe um estudo e análise sobre a indústria de cerâmicas vermelhas que se encontra em Campos dos Goytacazes e sobre a aglomeração e circuitos espaciais destas no espaço urbano campista. Para este estudo, foram analisadas as mudanças econômicas-políticas e industriais e históricas do século XX que contribuíram para as alterações nas formas de produção e organização espacial da indústria. Caravaca (1998) destaca que, neste século, houve diversas mudanças na forma de organização industrial (distrito industrial, meio inovador, cluster e etc.), mudanças essas que tiveram um viés político forte em alguns países (França, Itália), enquanto em outros a permanência da rigidez de certas organizações industriais culminou em uma crise que fora sentida, de diferentes formas, em todos os países considerados grandes industrialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A referente pesquisa apresentou discussões sobre diferentes tipos de organização industrial, como o tecido urbano foi apropriado por essas organizações industriais e como se desenvolveram, apesar de ser do mesmo setor, de forma diferente em todas.

A bibliografia encontrada neste trabalho abrangeu a reestruturação produtiva, os circuitos espaciais, a tipologia de organização industrial, a geografia institucional, entre outras áreas. A pesquisa fora realizada no período de um ano e o levantamento bibliográfico esteve presente em todos os meses da pesquisa, uma vez que a tentativa foi fazer uma análise integradora da aglomeração produtiva de cerâmicas vermelhas, unindo os fatores mais macros da economia-política com os circuitos e dinâmicas regionais de funcionamento e

organização industrial no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município de Campos dos Goytacazes.

Os resultados obtidos pelo levantamento bibliográfico, entrevista, análise de dados primários e secundários mostram um setor não homogêneo, coexistindo diferentes tipos de cerâmicas e processos produtivos, desde aquelas que fazem constantes inovações e produzem produtos diferenciados e com alta qualidade até cerâmicas que apenas produzem bens fora das normas e obtêm mercado através do baixo preço e da espoliação constante do trabalhador.

A maior parte da mão de obra e até mesmo os proprietários tem baixa escolaridade segundo os dados da RAIS/CAGED, obtidos no intervalo temporal de 2011 a 2017. Isso repercute não só nos baixos salários, como também no pouco conhecimento empresarial do setor e na pouca disposição para implementar mudanças nos processos produtivos, nos produtos, na cooperação intra e inter empresas.

Não há uma explicação única para o surgimento e perpetuação desta aglomeração produtiva neste espaço urbano campista. Há influências da economia-política global, mas este não foi o único fator de surgimento destas, uma vez que os fatores internos ao município como a menor geração de empregos do setor sucroalcooleiro e a também a sua menor lucratividade, a mão de obra ociosa procurou uma atividade similar em termos de uso de foca e nível de escolaridade para ter seu posto de trabalho. Outro conjunto de explicações tem a ver com a farta presença de mão de obra barata e com baixa escolaridade na baixada campista, a presença de jazidas de argila, entre outros.

Há uma rede de cerâmicas que funciona nesse setor, estruturada com apoio do SEBRAE. Porém, a amostra de participação das

cerâmicas é inferior a 10% e, portanto, pode ser caracterizado como um setor pouco cooperativo. Poucas empresas do setor estabelecem conversas com outras instituições da região, como universidades ou instituições específicas de fomento industrial (vide SEBRAE e FIRJAN) e mantêm um nível médio de interação interinstitucional.

CONCLUSÕES:

Com esta pesquisa foi possível olhar mais de perto um setor que tem grande notoriedade no âmbito empregatício na região norte-fluminense, e entender melhor como se dão as relações de trabalho deste. A maior parte das cerâmicas desta região obtém lucros através apenas da exploração inesgotável de mão-de-obra e através da inserção no mercado com a redução dos preços dos blocos de vedação (tipo de tijolo mais produzido no setor). Há pouca homogeneidade técnica e de estrutura produtiva neste setor, existem cerâmicas que produzem inovações junto a universidades e instituições de fomento a pesquisa (FAPERJ) e que têm um processo produtivo mais complexo e, conseqüentemente mais caro, e cerâmicas que têm baixíssimo nível tecnológico.

Quando falamos especificamente dos insumos utilizados na produção, o resultado obtido é de terceirização completa do sistema de transporte das empresas e obtenção de argila dos poços minerais localizados em Poço Gordo e Tocos, obtenção de madeira localizada no estado do Espírito Santo e da Sul da Bahia. Os principais mercados são a cidade do Rio de Janeiro e cidades da baixada fluminense. Logo, com esses circuitos espaciais, é possível verificar uma notoriedade competitiva regional em que a maior parte dos produtores atinge cadeias regionais e não nacionais.

A atividade industrial que mais emprega no município de Campos é também a mais rígida em termos de mudança no processo produtivo, pois apresenta nexos produtivos pouco desenvolvidos, por causa das técnicas rudimentares de produção dos tijolos.

A atividade de cerâmica vermelha não surgiu apenas pela mudança político-econômica mundial, nem apenas pelas mudanças político-econômicas regionais ou pelos fatores sociais e culturais do município. Para entendermos o surgimento desta atividade no espaço urbano campista, devem ser utilizadas diferentes análises que explicam diferentes fenômenos nesta pesquisa. A abordagem teórica sobre

reestruturação produtiva permitiu adequar os acontecimentos e tipologias dentro desta atividade, a abordagem teórica de circuitos espaciais ajudou a notar os diferentes nexos espaciais do setor, a abordagem teórica institucional foi útil para analisar as ações interinstitucionais levadas a cabo pelas diferentes instituições nessa atividade industrial.

Agradecimentos:

Agradeço, principalmente, ao meu orientador Leandro Bruno Santos, por ter me incentivado, acompanhado e aconselhado em todos os momentos da pesquisa e a sua presença para o desenvolvimento do trabalho. E agradeço a esta instituição de fomento à pesquisa por ter me dado a oportunidade de contribuir pra ciência brasileira e para o desenvolvimento regional e municipal. Agradeço, ainda, à UFF e seu corpo de professores por terem me dado a oportunidade de acesso a um conhecimento que construiu a minha subjetividade como um ser humano constituinte de uma sociedade desigual.

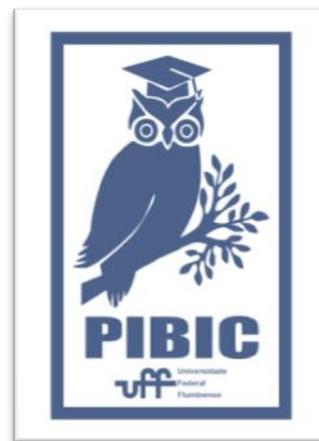


Figure 1: Logo PIBIC



SOCIOLOGIA RURAL

GRANDES EMPREENDIMENTOS E A PRODUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS: MEIO RURAL E AS QUESTÕES AMBIENTAIS EM ITABORAÍ-RJ

JORGE CARLOS DIAS DE SOUSA JR

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- UFF

INTRODUÇÃO:

O trabalho tem como objetivo entender as mudanças ocorridas no município de Itaboraí com a chegada do grande empreendimento que seria o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Mudanças essas relacionadas aos conceitos, identificação e produção de territórios rurais e urbanos. Partindo de uma análise do Plano Diretor do município de 2006, observa-se o apagamento do rural frente ao urbano, apagamento que pode ser confirmado com as seguintes informações: Ao analisar o *Plano Diretor* deste município, formulado em 2006, verificou-se que todo o perímetro do município foi classificado como urbano e o rural desapareceu como expressão substantiva (observação também presente em WILKINSON et al, 2011). As raras alusões feitas ao rural surgem adjetivando ações e propostas que perdem seu sentido por não encontrar uma vinculação a um plano de referência consistente em termos de dimensão mais ampla e integrada a um todo municipal. Apenas a título de ilustração, ao longo das 120 páginas do Plano Diretor de Itaboraí a palavra “rural” aparece apenas 5 vezes, enquanto “urbano(a)” aparece mais de 280, sem contar as palavras derivadas “urbanização” e “urbanístico” (Ver PLANO DIRETOR, 2006). Vale acentuar que, apesar de um documento formal, como é o Plano Diretor, não ser e nem expressar o que existe como realidade, ele integra um processo complexo de produção do real e produz efeitos sociais na realidade. Conforme apontado por Bourdieu (2008, p.107), “*as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais*”. (OLIVEIRA, 2018, p.3) A ideia do rural como o que deve ser superado, e automaticamente sua invisibilização, e o urbano como sendo algo que deve ser alcançado está presente não só no Plano Diretor do município mas pode ser encontrada em falas de diversos grupos sociais relacionados a transformação ocorridas no território. Além disso o trabalho aponta para como o ambiental pode acabar surgindo como um outra

forma de invisibilizar o rural: Nesse sentido, a pesquisa anterior deixou evidente que os temas relativos à questão ambiental ganharam maior centralidade em detrimento do rural. Dentre várias evidências empíricas coletadas, destaca-se, conforme antecipado, a própria definição do zoneamento proposto para Itaboraí a partir do seu Plano Diretor. Das várias divisões efetivadas para definir o zoneamento ambiental e agrícola do município todas estão, a princípio, dedicadas ao urbano, até provar um uso diferenciado (“Zonas Especiais de Produção Agrícola – ZEPAG, não serão enquadrados como urbanos enquanto forem utilizados para fins de produção agrícola, desde que comprovados por órgão competente.” PLANO DIRETOR, 2006). Nesse caso, ganha destaque as Zonas Especiais de Produção Agrícola, de Preservação Ambiental e de Preservação Permanente. O rural, da forma como está sendo representado socialmente, se dissocia do ambiental e do agrícola ou, como pode se provável, se reduz a esta última dimensão. (OLIVEIRA, 2018, p.4) Em 2006 Itaboraí formulou pela primeira vez seu Plano Diretor associado a implantação do Comperj. O município localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possui atualmente 218 mil habitantes e sua região é dividida em 8 distritos cada um com sua especificidade. Com regiões como manilha, consideravelmente urbana, Itaboraí conta com grande parte do seu território considerado rural, sendo regionalmente conhecida como um município onde há uma forte produção de laranja e outros alimentos por uma agricultura familiar local. Em 2018 o Plano Diretor de Itaboraí passa pela sua primeira reformulação levando em conta entre outros motivos o rápido crescimento do número de habitantes da região. A chegada do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro acarretou mudanças significativas no território (tanto em relação aquilo que é real como ao que está escrito em um documento como o Plano Diretor) que em sua maioria é rural, o trabalho tem como objetivo entender como ocorreu essas mudanças, suas

dinâmicas e quais são os agentes que participam dela. Analisando documentos como o Plano Diretor de 2006 e a sua reformulação em 2018 o trabalho está buscando entender como o urbano e o ambiental são capazes de “apagar” o rural em suas representatividades praticas no território ou em seu simples zoneamento no planejamento da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em 2018, quando teve início esse projeto de iniciação científica, Itaboraí passava pela primeira revisão de seu Plano Diretor. Diferente do Plano diretor de 2006 esse contava com a participação da população no planejamento do desenvolvimento do município, participação que deveria ser obrigatória, já que: “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbanos”.(BRASIL, 1988, ART 1). Essa participação acontecia com a presença da população em uma das etapas do Plano Diretor, etapa esta que permitia uma forma de debate entre os munícipes e a equipe responsável pelo plano. Agora no segundo semestre de 2019 o projeto foi apresentado na camara municipal, novamente pode se notar uma pequena participação da população e de 15 vereadores apenas 2 estavam presentes.

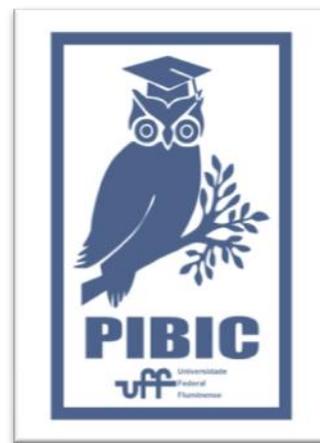
As observações ativas nas reuniões de revisão do Plano Diretor demonstram que a disputa de interesses, a principio, pode ser resumida com a figura do Estado (materializado com a presença da própria equipe do Plano Diretor, políticos que participam da reunião e outros agentes diretamente ligados a prefeitura) que por mais que agora exista uma preocupação em fazer o zoneamento da área rural acaba muitas vezes sendo os representantes dos interesses de uma classe dominante, como apontou Flavio Villaça em As Ilusões do Plano Diretor o próprio Plano Diretor seria representante desses interesses(observação feita em VILLAÇA, 2005). Além disso existem os interesses da população que parecem se dividir em dois: uma que tem seus interesses mais focados na representação e reconhecimento do rural no território de Itaboraí e outro que tem seus interesses focados em um possível desenvolvimento associado a urbanização do município. Essa primeira parte da população representa uma participação politica de resistência do meio rural. Observa-se nesse grupo a presença de pequenos proprietários rurais, associações de produtores de cerâmica entre outros agentes ligados ao rural. Resistência que, provavelmente, se explica pelo fato da percepção desses agentes de um possível apagamento do rural, tanto no Plano Diretor como com a chegada do Comperj que ocupou uma área rural do município

majoritariamente rural para sua implantação. Já a segunda parte da população parece ter seus interesses muito ligados a ideia de avanço do urbano, da necessidade de uma urbanização para a existência de um progresso no município. Esse discurso está ligado a criação de um imaginário alimentado pelos representantes do Estado que venderam a ideia do Comperj como um caminho para melhorar a qualidade de vida em Itaboraí.

O ambiental possui uma maior notoriedade nos debates ocorridos nas reuniões de Plano Diretor, sendo muito mais abordado que o rural. As preocupações com as áreas de preservação são mais enfatizadas durante as reuniões do que áreas rurais que não foram reconhecidas anteriormente.

CONCLUSÕES:

Com os resultados obtidos até agora é possível perceber as dificuldades em uma gestão democrática do planejamento urbano do município proposta pelo Plano Diretor. Observa-se que além do Estado acabar representando os interesses de uma classe dominante ao mesmo tempo ele acaba por cooptar a opinião de uma parte da população, muito disso se deve ao que o autor Flavio Villaça chama de ideologia do Plano Diretor (VILLAÇA, 2005, p.52), onde uma análise técnica como a do Plano Diretor acaba levando a uma parte da população a aceitar aquilo que está sendo proposto. Mesmo com as manifestações de resistência de agentes relacionados ao rural preocupados com o reconhecimento das áreas rurais do município as disputas de interesses acabam sendo muito desiguais perante a isso que foi dito anteriormente. Sem duvida, essa pode ser uma forma de invisibilizar o rural. Da mesma forma ambiental aparece se sobressaindo em relação ao rural, parecendo existir uma maior importância e urgência de reconhecimento no território que o zoneamento do rural.





Ciências Humanas

Diferença na Base Nacional Comum Curricular: Entre espaços públicos e interesses privados

Luisa Machado e Sandra Escovedo Selles

Faculdade de Educação - FEUFF

INTRODUÇÃO:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi proposta e homologada em 2017 dentro de um contexto em que perspectivas neoliberais vêm influenciando as políticas educacionais brasileiras, como também ondas conservadoras vêm aumentando sua influência. No atual momento de crise política no país, o avanço do conservadorismo coloca em xeque o debate sobre diversidade cultural, de gênero e sexualidade dentro da discussão curricular. Tendo em vista esse cenário, os objetivos desse trabalho são: identificar na BNCC a presença e/ou ausência de temas ligados à diversidade e à diferença, bem como a forma como estes temas são abordados no documento; em relação a essas questões apontar as aproximações e afastamentos dos interesses privados (empresariais e conservadores) possíveis de serem identificadas.

REFERENCIAL METODOLÓGICO:

Mobilizamos as três finalidades da educação propostas por Biesta (2013) – qualificação, socialização e subjetivação – para investigar a concepção de Educação apresentada na BNCC do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017). Selecionamos a Unidade Temática Vida e Evolução do segundo seguimento do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

A função de *qualificação* proporciona aos alunos conhecimento, habilidades e instrução que permitem aos alunos capacidades em diferentes áreas. A *socialização* se relaciona às muitas formas como a educação insere os indivíduos nas ordens sociais, políticas e culturais. Esta dimensão atua na manutenção de tradições e na construção da cultura de uma sociedade, e é uma das funções da educação uma vez que a mesma “nunca é neutra, mas sempre

representa algo e o faz de uma forma específica (BIESTA, 2013, p.818). A *subjetivação* é a função que proporciona processos de individualização dos sujeitos pela educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise empreendida verificamos que a principal finalidade da educação proposta na BNCC se enquadra na função de qualificação. Grande parte dos conteúdos apresentados no documento se limita em propor a instrução do aluno, ou a exposição de informações, conforme se evidencia no seguinte trecho: “Justificar o papel do sistema nervoso na coordenação das ações motoras e sensoriais do corpo, com base na análise de suas estruturas básicas e respectivas funções.” (6º ano).

A utilização de verbos como “explicar”, “analisar”, “concluir”, “justificar”, deixa evidente que, no documento, a função do professor e da escola, é a de simplesmente transmitir o conhecimento acerca dos temas delimitados. Biesta (2013) sugere que a função de qualificação está muitas vezes ligada a argumentos de desenvolvimento econômico. Ou seja, pode-se dizer que a BNCC privilegia uma visão reducionista de educação, na qual o aluno deve aprender o mínimo de conhecimentos e habilidades. Com esta concepção, a função da escola e do professor se reduz à transmissão de conteúdos de ensino, os quais não devem mobilizar valores. Nesse sentido, é possível aproximar o documento ao que Penna (2017) considera como o processo de escolarização defendido pelo movimento escola sem partido. Para além da questão de que se seria possível ou não transmitir conteúdos sem mobilizar quaisquer valores, é evidente que o esvaziamento dos termos ligados à diversidade na BNCC compatibiliza-se ao atual avanço do fundamentalismo religioso sobre a Educação

pública (MOURA & SALLES, 2018). Ou seja, atende aos valores de um grupo que defende que seus interesses privados norteiam as políticas no espaço público, fragilizando a escola pública como espaço de construção de valores democráticos.

Em menor escala, a função de socialização também aparece em trechos como: “Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.” (7º ano). No trecho destacado percebemos uma preocupação com a questão de saúde pública e individual. Fica evidente a intenção de formar alunos qualificados para interpretar os problemas de saúde que envolve a sociedade. Contudo, o conceito de direito à educação em saúde não se restringe às discussões comportamentais e higienistas, mas também envolve questões emocionais ligadas à vida de estudantes, como sexualidades. Não encontramos finalidades de socialização voltadas para as questões de diversidade humana. Com isso, identificamos nesse documento o descompromisso em formar cidadãos que respeitem as diferenças. É importante que em uma sociedade democrática se discutam essas questões com o intuito de formar sujeitos livres de preconceitos, que reconheçam e respeitem os direitos humanos em condições de igualdade com qualquer outro membro da sociedade (FERREIRA, 2015).

A função de subjetivação é ainda mais escassa no documento. Um único trecho, dentre os analisados, se aproxima dessa finalidade: “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”. Dessa forma, destacamos a despreocupação do documento e de seus idealizadores em promover reflexões aos alunos acerca de suas próprias individualidades e como elas interagem com a sociedade. Quando pouco explorados, assuntos referentes à puberdade e sexualidade, podem se propagar através de mitos. Identificamos, portanto, um maior compromisso da BNCC com a proposição de conteúdos mínimos a serem ensinados em sala de aula. A prevalência da função de qualificação, proposta

por Biesta, marca uma aproximação do documento com a ideia de educação tecnicista, baseada no que se pode mensurar para promover índices de “qualidade” educacionais. A lógica neoliberal aplicada à educação permite que esta seja entendida como uma forma de alcançar o desenvolvimento humano e econômico, através da aprendizagem de conteúdos mínimos para chegar a tais objetivos.

CONCLUSÕES:

Podemos localizar a BNCC como uma política pública para a educação de cunho neoliberal, que se propõe a atender os interesses privados de determinados setores da sociedade (brasileira e internacional), como empresas e fundações, visando o lucro e a manutenção de uma sociedade desigual.

Além disso, a análise do documento sugere que o pensamento neoliberal e o conservador se alinham, em uma educação meramente tecnicista e neutra, na qual o papel da escola é apenas instruir os alunos, certamente, para prepará-los para o mercado de trabalho. A imposição destes valores privados no espaço público vai de encontro à uma educação democrática que contribua para a vida em sociedade, pautada no respeito à diferença. Esse projeto de educação reforça a formação de alunos acríticos, sem reflexão sobre suas condições de vida e sobre o *status quo*. Sem enfrentar o debate da diferença, o discurso de qualidade da educação ou a construção de um país igualitário se torna retórico e esvaziado.

REFERÊNCIAS:

- BIESTA, G.A. Boa educação na era da mensuração. **Caderno de pesquisa**, 42(147): 808-825, 2013.
- FERREIRA, W.B. O conceito de diversidade no BNCC. Relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola**. V. 9, n. 17, 2015, p. 299-319.
- MOURA F.P. & SALLES, D. de C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periodicus**. V. 9, n. 1, 2018, p. 136-160.
- PENNA, F.A. Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 35-48.
- TORRES, R.M. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.



Educação

Aproximando a Educação Física Escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Lara Holmes R. Serrano

Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

A Educação de Jovens e Adultos passou e passa pelos processos de transições que permeiam esse meio. Em 1997, no governo do FHC, é lançado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) com a meta de reduzir os altos índices de analfabetismo no país (SOARES; PEDROSO, 2016). Com isso, a política tenta implementar alguns programas de aligeiramento e de ações emergenciais que fazem com que não necessite de uma formação aprofundada para esses futuros professores. O que acaba repetindo o pensamento de décadas anteriores, quando se dizia que qualquer um seria capaz de alfabetizar um sujeito jovem e adulto, não sendo, então, necessária a profissionalização para atuação docente com esse público. Sendo assim, o surgimento da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo atender, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), aqueles que não tiveram acesso ou não continuaram os estudos no ensino fundamental e médio. Considerando a especificidades desses alunos e alunas da EJA, podemos encontrar algumas justificativas para a importância da formação de professores para atuar com esses sujeitos, levando suas vivências, como educandos, para a sala de aula. Por serem pessoas diversas, algumas vão cansadas do trabalho para a escola; há jovens e idosos, muitas vezes na mesma sala; dentre outros exemplos, é necessário compreender as características dessa modalidade e colocar em prática para que o processo educativo seja facilitado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Aproximando essa discussão da educação física escolar, tivemos como objetivo primário colaborar com o sentido social e a função pública do projeto pedagógico de Formação de Professores/as para a educação física, realizado pelo IEF/UFF; compreender a Educação de Jovens e Adultos como Modalidade da Educação. Ela foi desenvolvida em articulação com o projeto de extensão vinculado à EJA e à matéria que está no currículo do IEF, de forma a realizar o tripé ensino, pesquisa e extensão. Dos objetivos secundários, problematizamos a concepção naturalizada de corpo e práticas corporais; discutimos sobre sua construção social, considerando os contextos históricos e as experiências; produzimos propostas, oficinas e materiais pedagógicos que poderão contribuir com o fortalecimento da educação física na Educação de Jovens e Adultos. Acompanhamos uma escola do Município de Niterói para entender como estavam relacionando a educação física com a EJA e; como essa prática pedagógica está presente nas orientações curriculares; como a Educação Física faz parte da matriz curricular e quais parcerias essa pesquisa poderia iniciar com a rede pública Municipal de Educação promovendo aproximação entre a Educação Básica e o Instituto de Educação Física da UFF. O acompanhamento à escola municipal em Pendotiba auxiliou a entender como essa relação ainda é frágil, no município e, o quanto foi rico, para a formação da bolsista, acompanhar mais de perto algumas aulas, podendo participar e ajudar o professor. A partir disso, tivemos a ideia de aproximar a professora

que fica em sala com esses alunos para compreender a opinião dela a respeito da educação física, se ela trabalha em conjunto com o professor. A professora identifica a importância da educação física, principalmente em atitudes em sala de aula, como a falta de noção de espaço que os alunos não têm e a coordenação motora. A falta de tempo para planejamento em conjunto sinaliza o quanto é preciso tempo, paciência, dedicação e valorização desses professores que estão atuando.

CONCLUSÕES:

Os objetivos pretendidos com essa pesquisa foram alcançados, conseguimos acompanhar uma escola do Município de Niterói no sentido de compreender a Educação de Jovens e Adultos como Modalidade de Educação. Como bolsista, tive um diálogo maior com eles nesse período que passei por lá, aprendendo e ajudando na realização de algumas aulas, dando opinião e fortalecendo de alguma forma (como o incentivo para que o professor apresentasse sua experiência em evento).

Nessa reta final, conseguimos participar de um grupo de pesquisa que acontece no CREJA (Centro de Referência da Educação de Jovens e Adultos), como uma forma de marcar presença no sentido de estar junto com as escolas e fortalecer, ainda mais a luta dos docentes para viabilizar que a EJA continue, como modalidade da educação, tanto politicamente, quanto na organização do currículo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº 9.394, de 20 de novembro de 1996.

CARVALHO, Rosa Malena. **A cultura corporal como concepção que organiza a educação física e caracteriza o escolar**. Teias v. 18, n. 49, 2017.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DAOLIO, Jocimar. A cultura da educação física escolar. **Revista Virtual EF**, 2004.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Ed. São Paulo, 2013.

MORAES, S. C. **Alunos “diferentes” e saberes docentes**. In: LOCH, J. M. P. et al. **EJA planejamento, metodologias e avaliações**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009. p. 91-98.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades**. *Educ. rev.* [online]. 2016, vol.32, n.4, pp.251-268.



Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Rosa Malena de Araújo Carvalho, a todos os participantes do grupo de pesquisa ELAC, aos professores do Instituto de Educação Física e a Proppi, pelo apoio através das bolsas de IC.





7.05.00.00-2 História (7.05.05.00-4 História do Brasil)

Projeto: “Ordem, lei e justiça: Estado e sociedade no pensamento de José Justiniano da Rocha (1836-1860)”.

Gilson dos Reis Melo Filho

Departamento de História-GHT/SEO (Sociedade de Estudos dos Oitocentos)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho procura discutir a importância do pensamento político do jornalista José Justiniano da Rocha para se pensar o Segundo Reinado, principalmente o período da Conciliação do Império brasileiro. Tal momento da história ficou particularmente conhecido pela ascensão do Gabinete do Marquês de Paraná no ano de 1853, mantido até 1856, ano da morte do referido ministro. O que se percebe nos escritos do Justiniano é que a prática conciliatória consistiu numa política já pensada na década de 40 e que teve seus efeitos perdurados no começo da década de 60, portanto, tal momento do Império tem que ser pensado de uma forma mais abrangente, de modo que possa ser relacionado com outros aspectos bastante discutidos na historiografia atual sobre a Conciliação, que são: o alcance do poder pessoal do imperador D. Pedro II, a viabilidade de se pensar a Conciliação tão somente como fruto da hegemonia de um só partido (no caso, o Partido Conservador), a influência e o alcance de uma sociedade civil organizada por meio da imprensa e das Câmaras, e, por fim, as disparidades provinciais que só traziam mais complexidade a já difícil missão de organização do Estado. Para alcançar tal discussão historiográfica, pautou-se na leitura dos escritos do Justiniano na imprensa. Portanto, o jornal *O Regenerador* de 1860-1861, o jornal *O Velho Brazil* de 1853-1854, o jornal *Correio do Brazil* de 1852-1853, os debates parlamentares, os seus folhetos políticos que tiveram um longo alcance tanto no Império quanto posteriormente em interpretações dos historiadores, como o “Ação, Reação, Transação” de 1855, e “Monarquia-Democracia” de 1860, serviram de apoio para se pensar o Império brasileiro. Uma importante menção antes de adentrar os escritos do Justiniano é sobre a acusação de o mesmo ser um “pena-de-aluguel”, como se suas ideias não tivessem validade para se pensar o Império e,

além disso, como se o mesmo não tivesse um pensamento político próprio, que diz respeito a problemas vivenciados pelo mesmo ante diversos momentos do Império brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os jornais aqui mencionados que foram produzidos pelo publicista Justiniano José da Rocha foram a expressão de sua autenticidade (somente no *Correio do Brazil* que ele revelou escrever mais para se manter, mas não subordinou suas ideias a outra pessoa, mas sim realizando um trabalho de taquígrafo das atas provinciais). Nestes jornais, as edições eram produzidas em suas tipografias no Rio de Janeiro, e publicava-se normalmente três vezes por semana, às terças, quintas e sábados, porém no *Correio do Brazil* a publicação era diária. O número de páginas era costumeiramente 4, número baixo para os padrões dos grandes jornais, pois todo o trabalho de escrever era do próprio Justiniano, ficando o mesmo impossibilitado de produzir sozinho sobre variados assuntos em voga.

O grande objetivo político encontrado nos seus jornais é a defesa dos elementos monárquicos que possibilitavam na sua visão, a tão almejada unidade do país. Os elementos que consideravam fundamentais estavam a religião, o poder moderador, a irresponsabilidade do rei perante erros do ministério, a defesa da ordem e das instituições, e, por outro lado, o ataque ao crescimento dos liberais, principalmente por causa de dois motivos: o progressivo domínio que a imprensa liberal vinha exercendo e também a prática conciliatória que havia sido adotada. Esta última, na sua visão, enfraquecia o partidarismo e causava um racha dentro do campo conservador. Por fim, penso que numa tentativa de enquadrar uma coerência em seu pensamento pode-se perceber uma incansável

defesa dos princípios conservadores, da constituição brasileira de 1824, a defesa de mudanças lentas e prudentes na organização do Estado, da importância dos saquaremas para a política nacional, mesmo que adentrando em disputas particulares com alguns membros do Partido Conservador, fato que fazia parte dos conflitos políticos do dia a dia.

Sobre a Conciliação, percebe-a como a política que culminou no enfraquecimento dos dois partidos que representavam a ideia de uma transação entre a liberdade e autoridade, nem o Partido Conservador, representante da autoridade, nem o Partido Liberal, representante da liberdade, tiveram um fortalecimento das suas ideias e projetos, e, portanto, o país como um todo não teve suas instituições fortalecidas e nem a liberdade garantida pelo o medo da ocorrência de novos distúrbios sociais.

Justiniano mesmo como um conservador, não vê a mudança como um risco a não ser tomado, pois está também interessado na ideia de transação e progresso. E ao se interpretar os seus escritos, percebe-se que a todo o instante o mesmo se posiciona em uma série de questões (instrução, segurança, política externa, exército, eleições e etc.) relacionadas à organização do Estado, o que reforça sua genuína preocupação com a direção do Império. Sua proposta só é entendida conforme separamos a política das questões administrativas. Para ele, a política, representada primordialmente na figura de D. Pedro II deve ser preservada custe o que custar, pois representa um símbolo da unidade brasileira e da centralização. Porém, as questões administrativas são temas que devem ser a todo momento debatido na imprensa e nas Câmaras, e diz respeito a uma melhor gerência das questões materiais nas províncias, a uma autonomia maior dos municípios, a uma "descentralização administrativa" que não faça da Corte uma cabeça inchada.

Ao retomar o assunto da Conciliação, pode-se dizer que o mesmo via esta prática como o enfraquecimento das discussões administrativas e também o começo dos ataques ao "poder pessoal" de D. Pedro II por causa da crise partidária.

Além de demonstrar o enfraquecimento partidário, e o conseqüente empobrecimento dos debates sobre ideias e projetos, Justiniano apresentou em seus artigos dos jornais uma rica complexidade dos efeitos da Conciliação. As figuras políticas que surgiram foram as mais variadas possíveis. A lista de novos

personagens políticos, em suma, se pautou muito mais pelos interesses individuais e afetivos do que pelos interesses coletivos e partidários, como fora de outrora.

Ao situar tais personagens, chama-os de "cogumelos", ou "bons moços", referências obtidas, em grande parte, pela alteração do regime representativo feito por meio da Lei dos Círculos, de 1855, que beneficiou a entrada, nas câmaras, de sujeitos que julgava não ter muitos vínculos partidários e que se criavam sozinhos (cogumelos), bem como de políticos que apelavam para o lado sentimental, mesmo não apresentando projetos e ideias: eram os bons moços. A reforma eleitoral de 1855 ocasionou, no pensamento de Justiniano no enfraquecimento das chapas oligárquicas, mas no fortalecimento da localidade, dominando o "espírito da localidade".

Se o rei começou a ter sua figurada atacada, não foi algo diferente dos saquaremas (os conservadores, no geral) que se enfraqueceram ao perder cargos e poder, estes até mesmo começaram a se aliar com outros membros do partido liberal para se manter na política, ou receber uma troca de favor. Se no Regenerador ele faz um balanço de como a Conciliação foi algo ruim para o país e para o Partido Conservador, antes mesmo do Gabinete da Conciliação com a liderança do Marquês de Paraná, vemos um Justiniano no *Velho Brazil* já preocupado em como seria a efetivação desta política e com isso, bastante crítico.

CONCLUSÕES:

Não se pode reduzir Justiniano como uma simples pena-de-aluguel, e nem como uma figura totalmente independente e alheia às discussões da imprensa e da direção do seu próprio partido. Mas para não nos situarmos indecisos com tal afirmativa, é veemente suas críticas à Conciliação no início da década de 60, o que nos remete que suas críticas em relação ao começo do Gabinete da Conciliação de 1853, no jornal *O Velho Brazil* são, de fato, autênticas, e que puderam sim, ter sofrido influências partidárias do seu Partido Conservador, já que o mesmo defende a unidade e a coesão interna, não fugindo, é claro, da sua própria doutrina. O contrário seria se o mesmo escambasse direto no colo dos liberais (ou dos neoliberais, como afirma Justiniano) que mantinham posturas alheias aos seus partidos ou da direção.

A partir disso, pode-se questionar diferentes termos vinculados ao pensamento de Justiniano

e ao contexto histórico vivido pelo o autor na década de 50. Portanto, para o jornalista, fica claro que a Conciliação está absolutamente longe de se referir à alguma ideia de transação como pensada por ele em seu folheto político “Ação, Reação, Transação” de 1855, já que não se importava muito com o debate de ideias entre os elementos monárquicos e os elementos liberais, além de que no plano efetivo da política, os dois partidos saíram perdendo com a conciliação.

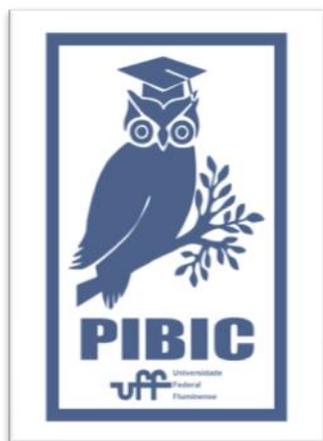
Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar à população brasileira, que mantêm com seu suor e esperança todas as instituições do nosso país.

Agradeço as instituições públicas de ensino e fomento de pesquisa pela resistência frente aos riscos que atormentam a ciência no país.

Agradeço não menos para os profissionais que me acompanharam até aqui nessa dura caminhada de pesquisa, em especial para minha orientadora Gladys Sabina.

E por último e primordialmente a minha família e amigos pela força para a realização dos meus objetivos.





Ciências Humanas

Remoções e reassentamentos no balanço da política habitacional: megaeventos e novas conflitividades no Brasil contemporâneo (2013-2016)

Luryan de Moura; Tatiana Tramontani Ramos

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

– ESR / Departamento de Geografia UFF-Campos / Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais

INTRODUÇÃO: A presente pesquisa aflora-se da necessidade de compreender como se deu o processo de reassentamento da população subalterna em áreas requalificadas com a justificativa de megaeventos esportivos. Partimos de dados já coletados na pesquisa anterior que indicam o número de removidos nas cidade-sedes. Para esse ano, propomos um avanço em traçar detalhamentos sobre o processo de reassentamento dessa população e como o estado mediante as prefeituras atuou nesse processo, além da relação dessas remoções e despejos motivados por obras de caráter público e/ou privado promovido na esteira dos megaeventos esportivos sediados pelo Brasil (2013-2016) com as políticas habitacionais conduzidas e consolidadas no mesmo período. Referimo-nos às políticas voltadas para a população de baixa renda, no âmbito dos programas e projetos voltados para a habitação de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Cada prefeitura possuía avanços ou/e retrocessos quanto a seus estudos urbanos voltados à população removida e o futuro das mesmas vivendo na cidade, sendo assim, observamos que algumas delas tinham estruturas bastante detalhadas sobre as obras, seus respectivos reassentamentos, enquanto outras não tinham seus dados muito bem sintetizados ou eram omitidos. Foi preciso estudar os planos urbanísticos (aqueles que estavam disponíveis online), sites oficiais das prefeituras para identificar a posição dos municípios perante as violações em moradia e o proceder do processo de reassentamento das

cidades-sede dos megaeventos esportivos supracitados.

Baseados nos dados coletados no PIBIC (programa institucional de bolsas de Iniciação Científica) do ano anterior 2017/2018 intitulado REMOÇÕES E DESPEJOS: Entre megaeventos e novas conflitividades no Brasil contemporâneo (2013-2016) podemos ter como base de dados que para Copa do Mundo 2016, havia as categorias: mobilidade urbana, aeroporto e estádios propostos pelo Portal da Transparência. Com isso, identificamos majoritariamente remoções da população subalterna para a execução das Obras de mobilidade Urbana, no qual de 85 empreendimentos analisados 21 das obras possuíam remoções dos habitantes e seus respectivos reassentamentos em áreas mais distantes ou próximas, como previam alguns planos urbanos.

CONCLUSÕES:

A partir dos resultados e discussões podemos traçar um panorama da situação do reassentamento da população subalterna das áreas atingidas por obras de melhoria infraestrutural por megaeventos. Ainda que de forma geral, o programa MCMV estivesse coparticipando com as prefeituras firmando parcerias que davam “rumo” a essa população, este não conseguiu suprir a demanda habitacional, ainda que sem o mesmo, proposto por um governo de esquerda no Brasil (PT) a população teria de ocupar as ruas. (Mas uma crítica se faz: Seriam condomínios superfaturados, distantes das centralidades da cidade, com problemas estruturais, uma forma mais justa de habitar?)

Não existiria uma resposta, porém esses novos reassentamentos confirmam a hipótese do drástico impacto do projeto liberal nas cidades que reproduz uma intensa segregação socioespacial. Essa segregação se concretiza nas arbitrariedades contra a população subalterna que habita as áreas de interesse imobiliário. Nesse estudo, poucas cidades apresentaram um plano de reassentamento preocupado e com estudos de impacto de vizinhança como Porto Alegre e Belo Horizonte, que também não são exemplos perfeitos a serem dados, já que as mídias denunciam suas negociações injustas.

Além de reassentamento em condomínios do Minha Casa Minha Vida, os moradores poderiam ter acesso a uma bolsa Moradia (Aluguel social) de 400 reais durante o período de remoção até a entrega da nova moradia, como um auxílio temporário; e descontos no IPTU e ITBI caso optem por deixar a antiga área. Existiram também casos de resistências às negociações que geraram entraves até 2019, data de entrega do relatório final.

Esse processo gerou cinco principais pontos que serão destacados: 1) Expulsão Branca, ou seja, uma expulsão gradual da população por motivos de especulação imobiliária. Moradores acabaram sendo “expulsos”, já que os valores não permitiam que os mesmos comprassem moradias próximas aos antigos locais habitados. (2) Desemprego, devido à mudança de localidade, (3) isolamento, pois se afastam dos antigos amigos, da família, dos laços afetivos, (4) Endividamento e (5) Conflitos em territórios de facções.

Pessoas de outras localidades, que são submetidas à convivência desvinculada a questões pessoais acabam sendo “misturadas” e obrigadas a conviver com rivais. Ao tentarmos identificar a espacialidade das remoções por megaeventos, percebemos que longe de resolver as problemáticas urbanas, essas obras desencadearam deslocamentos involuntários massivos da população. Por isso, os próprios megaeventos esportivos seriam estratégias para a reprodução de um modelo de cidade da exclusão, que não visam atender a população de forma geral, mas sempre a uma pequena classe média.

Além do alto número de atingidos, constatamos como o eixo de obras em mobilidade urbana onde se concretizam o

BRT'S não resolveu a questão da mobilidade no país, e foi o que mais provocou remoções. Os megaeventos seriam um subterfúgio para concretizar modelos “compactos” de cidade, que em grande parte do caso, joga a população subalterna para áreas distantes das centralidades das cidades.

Agradecimentos:

À professora Dr. Tatiana Tramontani, orientadora e idealizadora desse projeto, por me oferecer ferramentas teóricas-metodológicas para executar esse trabalho;

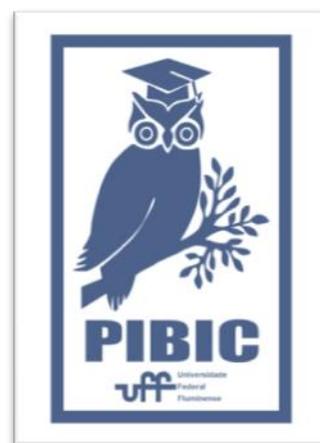
Ao professor Glauco Bruce Rodrigues, pelas orientações e ideias não institucionalizadas por esse programa;

Ao núcleo de Estudo do Território e Conflitos Sociais da UFF/Campos dos Goytacazes;

Ao PIBIC, pela aprendizagem no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

A PROPPI/UFF, financiadora dessa pesquisa, e;

Aos professores do curso de Geografia/UFF Campos, por oferecerem conhecimentos que também foram necessários a essa pesquisa.





Ciências Humanas - Filosofia

Soluções medievais para o “paradoxo do mentiroso”

Yuri dos Santos Nascimento

Departamento de Filosofia/UFF

INTRODUÇÃO:

De maneira geral, do ponto de vista lógico, um paradoxo é gerado quando, raciocinando-se com base em suposições e princípios aparentemente seguros, uma contradição é obtida como resultado. Uma contradição, nesse caso, deve ser entendida como um par de sentenças que ou afirmam exatamente o contrário uma da outra ou não podem ser ambas verdadeiras.

A derivação de um paradoxo em uma teoria, somada à adoção de princípios lógicos como o *ex contradicione quodlibet*, resulta na trivialização da teoria. Em uma teoria trivial, pode-se provar tanto uma afirmação quanto a contraditória dela.

É forçoso, então, a fim de que se elabore uma teoria consistente, que sejam revisados os princípios nos quais a teoria se baseia ou que a própria teoria seja, parcial ou completamente, abandonada.

O conhecido “paradoxo do mentiroso” é um paradoxo semântico, cuja derivação procede da adoção de princípios como bivalência (toda sentença é verdadeira ou falsa) e terceiro excluído ($p \vee \sim p$), e da suposição de que sentenças podem ser autorreferentes.

Considera-se, assim, a situação em que alguém, presumivelmente um mentiroso, diz apenas “eu estou mentindo”. (Cumprir dizer que, nesse contexto, “mentir” equivale a afirmar uma sentença falsa. Por isso, não são levados em conta aspectos éticos relacionados com a mentira ou com o ato de mentir. O cerne do problema restringe-se a determinação do valor de verdade, verdadeiro ou falso, da sentença do mentiroso.)

Em primeiro lugar, parece razoável assumir que sentenças podem ser autorreferentes, como é o caso, por exemplo, em “esta sentença tem cinco palavras” ou “esta sentença está em português”. Do mesmo modo, é assumido que a afirmação do mentiroso diz

algo de si mesma, a saber, sua própria falsidade.

Supõe-se que essa afirmação seja verdadeira. Se é verdadeira, então ela diz o que é o caso, e o caso é que ela é falsa. Logo, se é verdadeira, então é falsa. Mas, se ela é falsa, então não ocorre que aquilo que ela diz seja o caso. Assim, não é o caso que ela seja falsa. Logo, se ela é falsa, então é verdadeira. Portanto, conclui-se que a afirmação do mentiroso é verdadeira e falsa, o que é um absurdo.

O paradoxo do mentiroso possui uma longa história. Ele é originalmente atribuído ao filósofo megárico Eubulides de Mileto, no século IV a.C. Na Antiguidade, o paradoxo era bastante conhecido e muito discutido, principalmente entre os lógicos estoicos. No debate contemporâneo sobre lógica e semântica, após ser retomado no início do século XX, ele ainda possui lugar de destaque.

Na lógica medieval, sobretudo entre os séculos XIII e XIV, período com o qual se ocupa a presente pesquisa, esse paradoxo foi amplamente discutido. De fato, nesse período, uma extensa literatura sobre paradoxos foi produzida, da qual “o mentiroso” é apenas uma parte, embora fosse um dos principais.

A essa literatura os lógicos medievais chamaram *Insolubilia* (Insolúveis). Embora não se tenha deles uma definição precisa, “insolúveis” são sentenças cujo valor de verdade pode ser determinado apenas com muita dificuldade. Como é o caso, por exemplo, da afirmação do mentiroso mostrada anteriormente.

Historicamente, a literatura *Insolubilia* pode ser dividida em três períodos: a) período inicial, entre a segunda metade do século XII e 1320; b) período de produção intensa e original, entre 1320 e a segunda metade do século XIV, cujo divisor de águas é o lógico e matemático Thomas Bradwardine; c) período tardio, a partir de 1350 em diante, o qual conta com pouca produção original.

Na segunda “fase” de discussões sobre as sentenças insolúveis, são formuladas soluções originais e genuinamente medievais. Nesse período, teorias como as de João Buridan, Alberto da Saxônia e Tomas Bradwardine possuem lugar de destaque, tanto por sua sofisticação quanto pelo impacto que possuíram já em seu tempo e na história subsequente.

Os objetivos da presente pesquisa são: i) apresentar a evolução histórica da discussão sobre o paradoxo do mentiroso na lógica medieval, especialmente entre os séculos XIII e XIV; ii) expor a teoria semântica e a solução de João Buridan para o paradoxo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

João Buridan desenvolveu, ao longo de sua carreira, duas soluções para o paradoxo do mentiroso. A primeira é baseada no conceito de significação proposicional, e tem como ideia central a tese de que “toda proposição significa que ela mesma é verdadeira”. Posteriormente, Buridan criticou e rejeitou essa solução, para propor outra, que se baseia não mais no conceito de significação, mas no de suposição (este conceito é análogo, em termos contemporâneos, ao de “referência”). É fundamental para essa segunda solução o princípio de “implicação virtual”, segundo o qual “toda proposição virtualmente implica outra, na qual o predicado ‘verdadeiro’ é afirmado do termo sujeito que supõe para (ou refere-se) a proposição original”.

A crítica e a adoção de uma nova solução têm por base os desenvolvimentos de Buridan em sua teoria da significação, especialmente da significação proposicional. Tais desenvolvimentos são motivados, em última análise, pela ontologia nominalista defendida por Buridan.

De modo geral, o quadro é o seguinte: Buridan propôs uma primeira solução, a qual estava baseada no conceito de significação. Por defender uma ontologia nominalista, Buridan desenvolve uma certa teoria da significação. Os resultados dessa teoria têm implicações diretas na definição das condições de verdade das proposições categóricas. Estas implicações levam ao abandono da primeira solução, e fornecem a base de uma nova proposta, a qual se vale do conceito de suposição.

A tese central da primeira solução de Buridan é que **toda** proposição significa, em razão de sua forma assertórica, que ela mesma

é verdadeira. Em outras palavras, toda proposição p significa, entre outras coisas, a proposição “‘ p ’ é verdadeira”. E para que p seja verdadeira é preciso que tudo que p significa seja completamente como p significa, incluindo a proposição “‘ p ’ é verdadeira”.

Dessa maneira, segundo a tese de Buridan, a proposição paradoxal “toda sentença é falsa” significa que ela mesma é falsa, o que é o caso, e também que ela mesma é verdadeira. “Toda proposição é falsa” significa também a proposição “‘toda proposição é falsa’ é verdadeira”. Mas como uma proposição não pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa, então as coisas não podem ser completamente como a sentença significa. Logo, ela é simplesmente falsa.

O principal ponto da crítica de Buridan à sua antiga solução é que a tese que a sustenta não pode ser demonstrada verdadeira. A tese diz que “toda proposição significa *que ela mesma é verdadeira*”.

Considera-se a proposição nominalizada “que ela mesma é verdadeira”, na qual o pronome “ela” se refere a ocorrências de sentenças (faladas, escritas ou mentais). Ora, segundo a teoria buridaniana da significação proposicional, proposições nominalizadas funcionam como nomes complexos, os quais podem ser tomados em suposição material ou pessoal.

Se um termo é tomado em suposição material, então ele supõe para ocorrências de itens linguísticos (escritos, falados ou mentais). Por exemplo, em “homem tem cinco letras” o termo “homem” supõe para a palavra *homem*. Essa função semântica é grosseiramente análoga ao uso contemporâneo das aspas.

Se um termo é tomado em suposição pessoal, então ele supõe para os itens que ele imediatamente significa. Por exemplo, em “todo homem é animal”, o termo “homem”, que significa todos os indivíduos homens, supõe para (refere-se a) esses indivíduos.

Por considerar proposições nominalizadas nomes complexos, Buridan pode dispensar àquelas o mesmo tratamento dispensado à nomes complexos ou não, com base no conceito de suposição.

O conceito de suposição é fundamental na teoria buridaniana sobre as condições de verdade para sentenças categóricas. No caso de sentenças categóricas afirmativas, para usar apenas um exemplo, para que sejam verdadeiras, é necessário que seus termos co-suponham. Em outras palavras, é necessário

que aquilo para o que seu termo sujeito supõe seja idêntico àquilo para o que seu termo predicado supõe. Por exemplo, para que “todo homem é animal” seja verdadeira, é preciso que tudo aquilo que “homem” se refere (supõe para) seja idêntico àquilo que “animal” se refere (supõe para).

Buridan mostra que, observadas as condições de verdade para proposições categóricas com base no conceito de suposição, a afirmação de que toda proposição significa que ela mesma é verdadeira não pode ser verdadeira.

Por exemplo, se tomada em suposição material, então a proposição “um homem é um burro”, que é uma instância de p , significa a proposição “a proposição ‘um homem é um burro’ é verdadeira”. Mas, “um homem é um burro” significa apenas aquilo que seus termos categoremáticos significam, a saber, homens e burros, e não proposições¹.

Se tomada em suposição pessoal, “um homem é um burro” significa tudo que é um *token* (escrito, falado ou mental) de “um homem é um burro” e é verdadeiro. Mas, nenhuma proposição desse tipo é verdadeira, posto que não há objeto algum para o qual “homem” e “burro” co-suponham. Portanto, seja considerada em suposição pessoal seja em suposição material, a tese geral não pode ser demonstrada verdadeira, logo é falsa.

Assim, Buridan é levado a rejeitar sua solução com base no conceito de significação proposicional.

Buridan, então, propõe uma nova solução, com base no princípio da implicação virtual. Segundo esse princípio, toda proposição “virtualmente” implica uma outra, a qual afirma que a proposição original é verdadeira ($p, p \rightarrow q$: ‘ p ’ é verdadeira).

Para que a proposição ‘ p ’ seja verdadeira, os termos sujeito e predicado da proposição ‘ q ’ devem co-supor. Caso os termos de ‘ q ’ falhem em co-supor, então a proposição original é falsa.

Considera-se a afirmação do mentiroso: *ego dico falsum*.

O princípio da implicação virtual desempenha um papel crucial na segunda parte da derivação do paradoxo, na qual se mostra que, sendo falsa, a proposição é verdadeira. Porque, para que proposição seja verdadeira, não basta que “diga como é o caso”; é preciso também que os termos da proposição implicada, q , suponham para o mesmo, a saber, para *tokens* de “ego dico falsum” e proposições verdadeiras: “ego dico falsum” \rightarrow “ego dico falsum’ é verdadeira”.

Mas, como “ego dico falsum” é falsa, então os termos da proposição implicada não supõem para o mesmo. Logo, a proposição original, porque falha em satisfazer essa condição, é simplesmente falsa, e não falsa e verdadeira.

CONCLUSÕES:

Na primeira etapa da pesquisa foi possível identificar as principais características de duas importantes propostas de solução para paradoxo do mentiroso no século XIV. Os representantes dessas soluções são João Buridan e Alberto da Saxônia, figuras centrais para o desenvolvimento da lógica nesse período. Cumpriu-se o objetivo de compreender as ideias fundamentais de cada uma das teorias.

Na segunda etapa, investigou-se, com maior ênfase, a teoria semântica de João Buridan e as soluções por ele propostas ao paradoxo do mentiroso. Nessa etapa, pode observar que em virtude de sua ontologia nominalista, Buridan desenvolve uma teoria semântica peculiar, cujos elementos são a concepção tripartite da linguagem (mental, escrita e falada), os conceitos de significação e suposição, e a ausência de entidades especiais, porém suspeitas, como *dicta*, *complexe significabilia* (entidades linguísticas), e estados de coisas ou fatos (entidades não-linguísticas).

A articulação desses elementos sobre o plano de fundo nominalista levou Buridan à rejeitar sua primeira solução para o paradoxo, que era baseada no conceito de significação. A segunda solução é elaborada com base no conceito de “implicação virtual”, que por sua vez depende do conceito de suposição. A estratégia geral da solução esteve baseada na ideia de que uma proposição verdadeira não implica validamente proposições falsas. E como a

¹ Conforme o jargão contemporâneo, apesar de Buridan e os lógicos medievais, em geral, não formularem esta distinção, pode-se dizer: considerada em suposição material, se toda proposição significasse que ela mesma é verdadeira, então toda proposição tornar-se-ia metalinguística, apesar de seus termos referirem a apenas elementos da linguagem objeto.

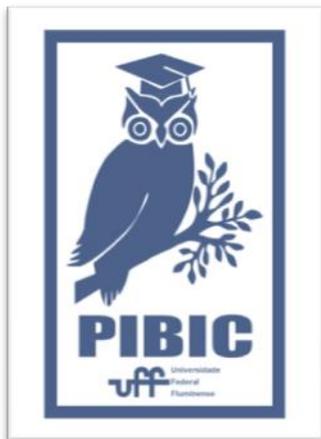
sentença do mentiroso falha em atender essa condição, ela é simplesmente falsa.

Apesar das objeções, Buridan parece ter estado satisfeito com sua segunda solução. Entretanto, não podemos concluir se assim esteve por ignorar as implicações negativas que sua solução poderia levantar contra sua própria teoria ou por considerar que elas não constituiriam uma real objeção ao seu projeto.

Recentemente, ambas as soluções foram criticadas sob a acusação de que são, no melhor dos casos, puramente *ad hoc* (Read, 2002). Especialmente no caso de João Buridan, é defendida a ideia de que sua solução prescinde de uma teoria da verdade (Klima, 2004, 2008, 2018). Apesar da plausibilidade das críticas, não foi possível determinar definitivamente se as objeções contra a solução de Buridan procedem.

Agradecimentos:

Agradeço especialmente ao professor Guilherme Wyllie, pela valiosa orientação, e aos meus pais pelo apoio incondicional.





Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas (Subárea: Filosofia)

Título do Projeto: “Crítica ao naturalismo e teleologia na fenomenologia de Husserl”

Autores: Prof. Dr. Carlos Diógenes Côrtes Tourinho (Orientador) e Raphael Kreidelman Kale Torres (Bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: GFL/Sala 340, Bloco O, Campus do Gragoatá.

INTRODUÇÃO:

Um olhar sobre o caminho traçado por Edmund Husserl na primeira metade do século XX permite-nos notar o quão relevante se torna a crítica do autor à doutrina naturalista (para a qual pensar o mundo consiste em pensá-lo tão somente como uma realidade de fatos naturais), seja nas origens da fenomenologia (no âmbito dos debates sobre a fundamentação da Lógica), seja no período tardio (no qual se intensificam as reflexões sobre a crise da Europa). Se num primeiro momento, ainda nas *Investigações Lógicas* (1900) o esforço husserliano concentra-se, com a referida crítica, em denunciar os contrassensos teóricos inerentes à aceitação da doutrina naturalista, já a partir da década de 20 e, sobretudo, no período dos anos 30, tratar-se-á de denunciar os perigos de tais contrassensos para a formação da mentalidade do homem europeu. Em tal período, Husserl é levado a apontar o poder de degeneração dos preconceitos naturalistas assumidos pela humanidade europeia no Entre Guerras, bem como o que abriria o caminho para remediar o adoecimento espiritual de tal humanidade. Husserl não hesita, na conferência de Viena (1935), em convocar o homem europeu a reviver o que foi esquecido, aspirando ao renascimento de uma “racionalidade efetiva” que, ao triunfar sobre o naturalismo, uma vez mais, uniria esta mesma humanidade, regenerando-a, ao reconduzi-la, através do ideal da razão filosófica, ao seu solo espiritual originário. E é justamente aí que nos deparamos com a ideia husserliana de uma “teleologia oculta” imanente à Europa (responsável, de acordo com Husserl, pela saúde espiritual do homem europeu). A análise de tal teleologia revela-nos a camada teleológica das ciências que, como regiões espirituais ramificadas da própria filosofia, almejavam se constituir como uma “ciência autêntica” (aspirando verdades

válidas “para todos e de uma vez por todas”), além de uma camada mais originária da própria vivência intencional que, inclinada à evidenciação daquilo que intenciona, tenderia à realização da adequação entre atos intencionais significativos e seus preenchimentos intuitivos. Afinal, o cientista não quer apenas formular juízos sobre seus objetos, mas fundá-los na evidenciação das próprias coisas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao examinar o percurso de Husserl ainda nas origens da fenomenologia, notamos uma preocupação renovada do autor em afirmar a tese segundo a qual toda tentativa de fundamentação da Matemática, da Lógica, ou mesmo, da própria Filosofia, em um pensamento que tenha como base a doutrina do naturalismo (para a qual o mundo equivaleria a uma realidade de fatos naturais), se torna uma tentativa que nos conduz, inevitavelmente, a um “contrassenso teórico” (pois confunde os domínios do real e do ideal) e, por conseguinte, a um ceticismo que se autocontradiz. Afinal de contas, como nos mostra Husserl desde 1900, em *Prolegômenos à lógica pura*, volume propedêutico das *Investigações Lógicas*, ao ignorar a distinção entre o ato psicológico de pensar e o conteúdo ideal do pensamento, reduzindo, indevidamente, tal conteúdo a uma realidade de fatos naturais, aspirando algo como uma “física do pensar” (*Physik des Denkens*), para usar os termos de Theodor Lipps, além de incorrer em problemas de fundamentos, o modo de consideração natural (no qual se apoia a Psicologia como uma ciência positiva) confina o homem – enquanto ente psicofísico – a uma relação meramente empírica com o mundo. Neste caso, em tal modo de consideração, por mais êxito que o pensamento obtenha, fica confinado a inferir, a partir da observação dos fatos, proposições que não são senão, como

nos diz Husserl, no § 21 de *Prolegômenos*, “generalizações vagas da experiência” que, como tais, não perdem o seu cariz episódico, não nos livrando, por conseguinte, do assédio da dúvida e do que insiste em não se mostrar evidentemente como tal. Tais proposições inferidas da experiência nos levariam, inevitavelmente, segundo Husserl, uma vez que as mesmas careceriam de validade apodítica, a um domínio de contingências. Afinal, como o próprio autor nos lembra, no § 36 de *Prolegômenos*: “de fatos só se pode derivar novamente fatos”. Se afirmarmos, em conformidade com o pensamento natural, a tese segundo a qual “todas” as proposições inferidas pelo pensamento consistem, ou se fundam (em última instância), em generalizações da experiência e, por isso, na medida em que carecem de validade absoluta, são proposições passíveis de dúvida, estaremos supondo, ao menos, que a própria tese afirmada é uma “exceção” à regra. Do contrário, ela própria seria também o resultado de uma inferência da experiência, consistindo, portanto, em uma generalização empírica que, como tal, é contingente. Inviabiliza-se, com a referida tese, a apreensão intelectual de conteúdos de pensamento que tenham valor absoluto e que assegurem uma “ausência absoluta de dúvidas” (*absolute Ziefellosigkeit*), mantendo, com isso, as portas abertas para um relativismo. A crítica da razão teórica exercida sobre a tese naturalista denuncia-nos, como dirá Husserl, nas lições de 1902/1903, publicadas sob o título de *Teoria Geral do Conhecimento (Allgemeine Erkenntnistheorie – Vorlesung 1902/03)*, um relativismo cético que se autocontradiz. Trata-se, portanto, de uma tese na qual notamos “no ceticismo, a razão em contradição consigo mesma”. Eis o que permanece desconhecido pelas ciências positivas da natureza: o contrassenso a que nos conduz o ceticismo inerente ao pensamento natural adotado por tais ciências. Se considerarmos, ao menos, o período de 1900 a 1911, notaremos o empenho de Husserl em denunciar tal contrassenso.

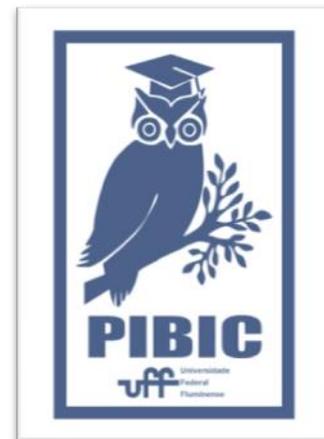
CONCLUSÕES:

Tomado pelo anseio incansável de reeditar, no século XX, o projeto de fundamentação da filosofia como uma “ciência rigorosa” (*strenge Wissenschaft*) – intenção primária que

acompanha e move o itinerário husserliano por quase quatro décadas, como lembra Alexandre F. Morujão (2002) – Husserl não poupa esforços em chamar a atenção do leitor para os riscos de fundamentar a filosofia em um naturalismo, esvaindo-a em uma realidade de fatos naturais. Mais do que nunca, tal preocupação visa, primeiramente, denunciar o contrassenso teórico a que tal propósito nos conduz, almejando, assim, afastar o projeto de fundamentação da filosofia de um caminho que incorresse na naturalização do pensamento. Eis uma preocupação que se renova em Husserl, ao longo da primeira década do século XX, período no qual vigora um ideal positivista de ciência, cujas bases repousam, como uma espécie de “solo” das ciências positivas, justamente na doutrina do naturalismo.

Agradecimentos:

Primeiramente, gostaríamos de agradecer ao CNPq pela concessão da bolsa de PIBIC. Agradecer também aos funcionários da PROPI pela atenção ao longo do período de vigência da bolsa. Por fim, agradecer aos demais alunos participantes dos encontros semanais destinados aos estudos de “Prolegômenos” e das *Investigações Lógicas*.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: (Re)pensando as concepções de cuidado e assistência a partir do encontro com a violência obstétrica.

Autores: Beatriz Malheiros Brito; Camilla Bonelli Marra (bolsistas). Prof^a. Dr^a. Paula Land Curi (orientadora).

Departamento/Unidade: Instituto de Psicologia / Departamento Psicologia – Niterói.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa vigente parte de indagações acerca da violência obstétrica, durante a vivência de estágio em psicologia, no Hospital Universitário Antônio Pedro, em sua maternidade. À luz desta experiência, tornou-se notável a incongruência do uso do termo “cuidado”.

Embora seja utilizado para designar uma atitude de combate às más práticas em saúde, ou como valorização do protagonismo da mulher, percebemos que seu emprego cotidiano está atrelado à ideia de mulher naturalmente mãe, perpetuando-se a medicalização e o controle do corpo feminino.

Diversas vezes referido à atenção ao ciclo gravídico-puerperal, o cuidado se apresenta como carro-chefe na assistência à mulher. Mas, em seu nome, se dá uma transmutação de aspectos da vida cotidiana em problemas médicos, que fazem da mulher mera coadjuvante no seu processo de tornar-se mãe.

Ao ser agenciado pelo saber médico, a tutela e a submissão tornam-se valores agregados para um “bom parto”. Este partejar, surgido a partir de uma complexa rede de relações de poder e de interesses sócio-políticos e econômicos, sustenta um dado projeto de controle dos corpos, relacionados diretamente à maternidade.

Percebe-se uma dificuldade em se poder discutir, de maneira profícua e não individualizante, a violência na atenção à mulher nos processos de gestação, parto e puerpério. A lógica hegemônica, patriarcal e científica, coloca as mulheres em situações de violências que, muitas vezes, não são sequer notadas e, por

isso, são reforçadas pelo discurso médico-científico.

Outras vezes, repara-se que algumas práticas são violentas, omissas e/ou mesmo negligentes, quando executadas por profissionais de saúde, individualmente. Assim, a violência obstétrica acaba sendo localizada em ator único.

Temos enquanto proposta de pesquisa fazer uma investigação acerca da assistência oferecida às mulheres. (Re)pensar as concepções de cuidado e assistência a partir da violência obstétrica, tomada como efeito das estratégias da medicalização do corpo da mulher. Para isto, apostamos no cuidado como uma lógica que opera artesanalmente, de caráter compartilhado e é tecido entre muitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática em bases de dados como SCIELO, PEPSIC e BVS, com os seguintes descritores: “cuidados”, “cuidados em saúde”, “assistência” e “violência obstétrica”. Os critérios de inclusão foram: artigos em língua portuguesa, publicados nos últimos cinco anos (2013-2018), em periódicos nacionais.

O levantamento conduziu a achados interessante, pois, não encontramos sequer um artigo que combinasse os descritores propostos. Essa constatação corrobora não só a necessidade de investigarmos a violência obstétrica à luz da medicalização do corpo da mulher e seus efeitos na assistência, mas também a urgência de haver mais pesquisas que coloquem o cuidado como elemento central nas práticas assistenciais com mulheres.

Visando sanar o problema, tomamos os artigos encontrados, a partir de cada descritor, para selecionarmos alguns autores e referências que poderíamos ser tomadas como “clássicas”. Participamos de vários eventos sobre as temáticas abordadas, visando compreender, como as discussões contemporâneas podem auxiliar-nos a compreender o atual panorama da assistência à saúde a mulher, a partir da perspectiva de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos.

Desta pesquisa derivou-se os produtos: trabalho de conclusão de curso, produção de artigos e apresentação de trabalhos em eventos.

CONCLUSÕES:

O trabalho consistiu numa revisão bibliográfica sistemática, a partir de observações oriundas da experiência de estágio em psicologia.

Vislumbramos compreender como a mulher vem sendo, ao longo do tempo, expropriada de seu próprio corpo, na cena médica, visando, assim, constituir uma lógica de cuidado, referida a uma assistência não violenta. O levantamento feito levou a compreensão dos contornos que a assistência pode ganhar em nome de um dito cuidado, que circunda a mulher em seu ciclo gravídico-puerperal.

O trabalho, contudo, não tentou negar a relevância e os benefícios produzidos no campo médico-científico. Pretendeu atentar para movimentos, naturalizações e cristalizações, que incidem sob os corpos femininos, especialmente quando em situação de gestação, parto e puerpério e, a partir daí criar formas de nos utilizarmos de saberes e tecnologias, subvertendo-as em tecnologias de cuidado em saúde, não violentas e não misóginas.

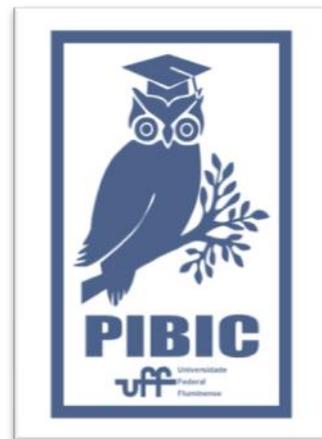
AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC UFF/ CNPq - pelo fomento, assim como pela possibilidade de se pesquisar com mulheres e em prol de uma sociedade justa e pautada na ciência.

A UFF, lugar de ciência, saber e coletividade, por possibilitar o encontro com a diferença e a diversidade. Ao HUAP e a sua equipe.

Ao Departamento de Psicologia pela formação compromissada que oferece e ao grupo extensionista “Por que também precisamos falar de violência?”, por permitir a atuação ao lado de mulheres admiráveis.

Por fim, agradeço às mulheres – mães ou não - que lutaram para que pudéssemos ocupar espaços e tecer nossas redes de cuidados.





Ciências Humanas

Vigilância sobre as Casas do Brasil no exterior durante a ditadura militar (1964-1968)

Daniel Costa Bezerra Ramos (bolsista), Angélica Muller (orientadora)

Instituto de História/ Laboratório Brasil Republicano

INTRODUÇÃO:

A presente apresentação visa analisar as documentações sobre a vigilância das atividades estudantis, por parte dos governos militares, para além do território nacional através do material produzido sobre as Casas do Brasil, estabelecendo as semelhanças e as diferenças no tratamento que o governo brasileiro dispensou tanto para as diferentes casas, como para a vigilância dos estudantes no Brasil.

O tema em questão faz parte do projeto de pesquisa “Como eles observavam (1969-1979)”, com o objetivo de analisar as documentações produzidas pelas Assessorias de Segurança e Informação (AESI), que funcionaram nas universidades brasileiras durante a ditadura militar como um aparato de vigilância da comunidade universitária. Em contato com a documentação surgiu o interesse de analisar as documentações inéditas sobre as Casas do Brasil no exterior, entidades localizadas nas cidades de Paris, Londres e Madri, que serviam de promoção da cultura brasileira nas cidades europeias, e como dormitório para estudantes, em sua maioria brasileiros, que estudavam naquelas cidades.

As Assessorias das universidades faziam parte de um aparato de vigilância complexo, que incluía uma Divisão de Segurança e Informação no Ministério das Relações Exteriores. Nele, podemos observar trocas intensas de informações sobre as Casas do Brasil, referentes à sua organização administrativa, as atividades subversivas realizadas nos recintos e listas de antecedentes dos candidatos às bolsas no exterior, que serão nosso tema de estudo.

Obras como a de Rodrigo Patto, denominado As Universidades e o regime militar

(2014), acrescentaram à discussão historiográfica reflexões importantes sobre a vigilância nas universidades brasileiras, com a utilização do conceito de cultura política autoritária e anticomunista para compreender o período. Utilizaremos tal conceito como base teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Através da análise das documentações referente às Casas do Brasil, podemos observar que, um ano após o golpe civil-militar de 1964, iniciaram tentativas de adequação de duas instituições estudadas ao regime ditatorial: a de Madri e Paris, através de um Decreto publicado no dia 16 de agosto de 1965, que ordenou a nomeação de um diretor para ambas as instituições pelo governo brasileiro. No caso de Londres, a fundação na época era de controle privado e não recebia nenhuma subvenção das autoridades públicas brasileiras.

Tal Decreto do governo foi seguido em Madri, mas não foi cumprido pelas autoridades da Cidade Universitária de Paris, responsável pela administração daquela Casa do Brasil, pela decisão conflitar com o Ato de Doação do governo brasileiro da instituição para a administração universitária. Segundo o documento, a nomeação do diretor seria aprovada por um Conselho de Administração (CA), composto paritariamente entre franceses e brasileiros, e aprovado pelo Reitor da Cidade Universitária.

As manifestações ocorridas no mês de maio de 1968 em Paris modificaram a realidade da cidade, e da Casa, que foi ocupada durante quase dois meses. Através de uma decisão do CA, os estudantes masculinos foram permitidos de circular nos dormitórios femininos e, no final daquele mês, a instituição foi ocupada por

estudantes, em sua absurda maioria não-brasileiros. Com o fim da ocupação, problemas na administração do espaço tornaram-se frequentes, e manifestações também.

O governo brasileiro, preocupado pelos acontecimentos na França, vinculou a Casa de Londres ao setor cultural da Embaixada no país e, conseqüentemente, entregou recursos financeiros para a instituição privada. Além disso, infiltraram pessoas para vigiar e tentar impedir a realização de atividades subversivas e uma possível ocupação, a pedido do administrador.

O acontecimento em Paris incentivou o governo brasileiro a instaurar um processo de seleção criterioso para a concessão de bolsas para alunos no exterior. Até o ano de 1968, não existia filtragem ideológica nos processos seletivos que ocasionariam, segundo o governo, pagamento do próprio governo para o incentivo de treinamento subversivo dos alunos em países estrangeiros. A partir daí, fichas de antecedentes ideológicos de candidatos passaram a ser produzidos.

CONCLUSÕES:

Diante disso, podemos constatar que o processo de vigilância sobre os estudantes ocorreu para além do território nacional. À medida que ocorria a militarização da ditadura, o governo brasileiro procurou aumentar sua influência sobre a nomeação de diretores nas instituições vinculadas as Embaixadas no exterior e a vida das casas. As manifestações de maio de 1968 em Paris, incentivaram o governo brasileiro redobram a atenção sobre a administração dos locais, se aproximando da instituição em Londres, iniciando uma subvenção financeira, apesar de seu caráter privado.

A preocupação do governo ocorria, pela decisão da livre circulação de homens e mulheres nos dormitórios da instituição de Paris, além da própria cultura política anticomunista e autoritária do regime militar. A preocupação com possíveis atividades subversivas organizadas pelos brasileiros no exterior formalizaram um processo de filtragem ideológica da concessão de bolsas, ocorridas tardiamente.

Agradecimentos:

Agradeço a professora Angélica Müller, minha orientadora de Iniciação Científica e de TCC, que sempre se demonstra solícita com meus deveres acadêmicos e pela capacidade de construir coletivamente conhecimento.



Grande área do conhecimento: EDUCAÇÃO

Título do Projeto: ANÁLISES DE PRÁTICAS CURRICULARES DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Autores: ADRIANO VARGAS FREITAS e ELISAMA MAMEDE DA SILVA

Departamento: DED / IEAR

INTRODUÇÃO:

O projeto, desenvolvido em metodologia de estado da arte, envolveu a coleta de informações sobre pesquisas em Educação Matemática orientadas para a Educação para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco em questões de práticas curriculares. Partimos das análises de publicações em periódicos constantes da listagem Qualis (CAPES/MEC) no período de 2011 a 2018. A pesquisa visou coletar informações que servirão para a construção de materiais que irão subsidiar formações de professores que atuam em escolas públicas nos municípios da Costa Verde, envolvendo análises e discussões sobre as especificidades do alunado que recorre à EJA, suas especificidades e objetivos. A proposta emergiu da verificação da necessidade de ampliarmos as discussões sobre práticas curriculares que envolvam modelos pedagógicos orientados a alunos jovens, adultos e idosos, que socializem novas concepções de ensino/aprendizagem em matemática, que promovam a inserção social e cidadania desses estudantes. Consideramos que, nessas perspectivas, a proposta apresenta relevância social e acadêmica ao buscar contribuir para ampliar a qualidade das práticas curriculares da EJA e diminuir os alarmantes percentuais de evasão e reprovação, especialmente na área de matemática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) ao destacar a necessidade de ofertar educação básica a jovens, adultos e idosos, atentando-se para características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidade desse público, instigou a comunidade acadêmica a desenvolver investigações sobre a EJA. A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL,

2000) e das Orientações Curriculares para primeiro e segundo segmento da EJA, em especial às recomendações para o ensino de Matemática (BRASIL, 2002a, 2002b), trouxeram contribuições às discussões, especialmente ao destacar que a EJA precisa ser concebida como um modelo pedagógico próprio, objetivando criar um ambiente propício a promover situações de aprendizagem que venham ao encontro das necessidades específicas de seus estudantes. O saber matemático tem sido ressaltado como sendo cada vez mais necessário em nossa contemporaneidade, caracterizada pela rápida evolução das tecnologias e meios de comunicação baseados muitas vezes em dados quantitativos e espaciais, em suas diferentes representações. Tal evolução torna cada vez mais complexa a vida cotidiana e também o mundo do trabalho, exigindo que as pessoas assimilem rapidamente um volume cada vez maior de informações e resolvam problemas utilizando pensamentos mais elaborados. Nessas perspectivas, analisamos que o simples domínio da contagem e de técnicas de cálculo não têm sido mais suficientes para suprir todas as competências relacionadas às crescentes exigências culturais, econômicas e sociais do mundo moderno, e que o processo educativo em EJA na área de matemática não deve estar mais calcado em antigas ideias relacionadas à memorização, ou à acumulação linear do saber. Ao moldarmos uma formação docente envolvida em metodologias educacionais diferenciadas para a EJA, é importante adotarmos a concepção de que o jovem e o adulto reestruturaram seus conhecimentos por meio das atividades que lhes são propostas (BRASIL, 2002a), com espaço para a ocorrência do diálogo como meio organizador do pensamento e atividades que estimulem a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo, a autonomia e a criatividade, destacando de forma equilibrada procedimentos

relativos ao pensamento geométrico, algébrico, numérico e ao raciocínio probabilístico e estatístico.

Estas e diversas outras análises foram coletadas nas pesquisas que apresentam o panorama atual da EJA em nosso país envolvendo formação de professores e suas práticas curriculares. Desatacamos também a ampla verificação da defesa de uma formação docente que seja específica para este profissional, abrindo espaços para que haja a reflexão e o debate a respeito do entendimento de que essa formação não se encerra no momento em que ele recebe um diploma, mas que essa passa apenas a ser mais uma etapa que comporá uma formação que não cessará, ou seja, a formação inicial e a formação continuada se apresentarão de forma mais do que complementares; deverão ser indissociáveis, levando o docente a perceber que o trabalho pedagógico desenvolvido com adultos requer importantes cuidados específicos, para não lhes agravar sentimentos de inferioridade, e despertar-lhes a autoconfiança por meio da graduação das unidades didáticas.

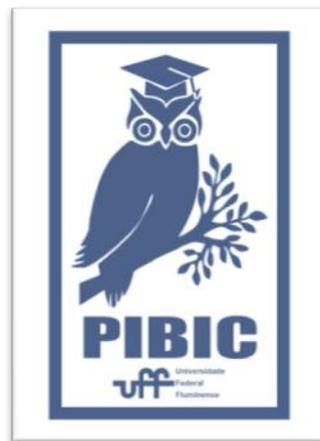
CONCLUSÕES:

Podemos destacar como conclusões, a percepção de que as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, na área da Matemática, devem estar atentas para as especificidades do seu alunado.

Assim, são sugeridas, entre outras, o uso de resolução de problemas, tecnologias (computador, internet, etc.), análise crítica da história da matemática, jogos, leituras de textos diversos (jornais, bulas de remédios, propagandas, etc.), destacando conhecimentos matemáticos nesses recursos, mas, ao mesmo tempo, e sempre que possível, apresentando-os de forma interdisciplinar e dialógica com as atividades do cotidiano dos estudantes da EJA. Indica-se também a adoção de um currículo integrado (que pressupõe que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja planejada e executada continuamente ao longo da formação do aprendente), e desfragmentado - deve significar um diálogo permanente entre as disciplinas que o formam, superando a fragmentação entre as diversas áreas de conhecimento.

Agradecimentos:

À Secretaria de Educação de Angra dos Reis





Ciências Humanas

“Da História da Educação à história do Trabalho-Educação - a fotografia como fonte de pesquisa histórica”

Luiza Espindola de Oliveira

NEDDATE - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa visa desenvolver a leitura da fotografia como fonte histórica do mundo trabalho, utilizando os resultados produzidos em projetos recentes da Prof^a Dr^a Maria Ciavatta, sobre categorias e conceitos para o estudo da História do Trabalho-Educação, de modo particular, como se escreve a História da Educação Profissional e o pensamento crítico. O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar e analisar o uso de fotografias como fonte documental, seus fundamentos teórico-metodológicos na escrita da História da Educação e da História do Trabalho-Educação, em acervos documentais fotográficos e em publicações (acervos originais, periódicos e livros) nos anos 1990 e 2000.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa está contribuindo muito para a minha formação acadêmica e profissional em muitos aspectos. Estou tendo a oportunidade de saber como um processo de pesquisa se dá na área da Educação e de estar em contato com grandes pesquisadores da área, como Bolsista de Iniciação Científica. Mais especificamente, nas atividades de Estudo Independente Supervisionado, em que a Prof.^a Maria Ciavatta me orienta um espaço de análise e discussões, tanto do panorama político atual, que tangencia o espaço-tempo da pesquisa, já que ela abarca a História do tempo presente, quanto de textos que dão suporte à pesquisa. Esse momento valioso também é oferecido a Mestrandos e Doutorandos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, e alguns pesquisadores associados, já doutores, possibilitando, assim, um intercâmbio entre os graduandos e os pós-graduandos, enriquecendo a pesquisa.

Outro espaço de importantes debates são os Seminários de Estudo do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz), Certificado pelo CNPq, reunindo pesquisadores, pós-graduandos e bolsistas das três instituições participantes, do qual a Prof.^a Maria Ciavatta faz parte da Coordenação e é a titular junto ao CNPq. Em cada encontro é proposta a leitura de textos que são discutidos, possibilitando o contato entre pesquisadores de diferentes instituições, fazendo com que as pesquisas sejam desenvolvidas paripassu ao desenvolvimento pessoal dos pesquisadores. Além de participar dos debates dos Seminários de Estudo, sou responsável pela infraestrutura e apoio à organização dos seminários do grupo THESE quando é realizado na UFF (Universidade Federal Fluminense).

CONCLUSÕES:

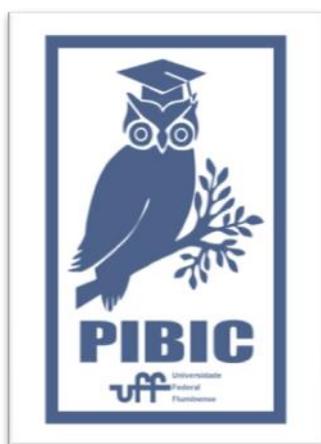
Os debates realizados possibilitaram a construção de um acervo textual de extrema importância para a compreensão do uso da fotografia como fonte histórica. As leituras e discussões propostas vêm acrescentando ao projeto PIBIC desenvolvido anteriormente pela orientadora, intitulado “A Historiografia em Trabalho e Educação e o Pensamento Crítico - Como se escreve a história da Educação Profissional”, no qual foram analisados os usos das categorias, sendo este aspecto de extrema importância para a nossa atual pesquisa.

Além disso, a partir dos debates promovidos tanto durante as aulas ministradas pela Prof.^a Dr^a Maria Ciavatta, quanto nos encontros do já mencionado Grupo THESE, foi possível aprofundar as ideias trabalhadas por mim e por outros colegas que utilizam a fotografia como fonte histórica em seus

trabalhos acadêmicos a partir das discussões coletivas dos múltiplos projetos.

Agradecimentos:

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Ciavatta.
Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFF).
Ao Grupo THESE – Projetos Integrados e Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz).





Ciências humanas - Filosofia

Título: “O jovem Nietzsche e a morte do trágico no gênero operístico”

Autores: Yuri de Moura Ferro

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Instituto de ciências humanas e filosofia (ICHF) - Departamento de filosofia (GFL)

INTRODUÇÃO:

Meu projeto de pesquisa no PIBIC teve como proposta central discutir, em sua amplitude bibliográfica, como os pensamentos do jovem Nietzsche (expostos em *O nascimento da tragédia*) identificam o gênero operístico como um herdeiro moderno da cultura socrática, estando assim em relação necessária com a morte da tragédia e constituindo-se enquanto um gênero anti-trágico e inartístico, uma contraparte do apogeu artístico helênico. Assim, minha pesquisa dividiu-se em duas partes: na primeira foi discutida a metafísica de artista nietzschiana, além de suas implicações no nascimento e morte da tragédia ática. Na segunda parte foi discutida a influência da cultura socrática na modernidade, a qual formulou as artes a partir das exigências do socratismo estético e gerou, doravante, a ópera, um gênero contrário às inclinações estético-metafísicas presentes no seio da cultura trágica e contendo em si os preceitos destruidores dessa cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados de minha pesquisa foram conquistados a partir de uma vasta revisão bibliográfica, a qual me permitiu coletar as obras que tratam, de maneira direta ou indireta, sobre a relação entre a morte da tragédia e o nascimento da ópera, sempre me atendo às análises do jovem Nietzsche.

As primeiras discussões abordadas foram a respeito da metafísica de artista nietzschiana – somente com seu esclarecimento foi possível explorar a edificação filosófica elaborada pelo jovem Nietzsche. Tal metafísica se sustenta a partir da intuição de uma verdade-última, a qual Nietzsche nomeia como Uno-primordial [*Ur-*

Einem]. Essa verdade-última, enquanto coisa-em-si, é a realidade verdadeiramente-existente, a qual se revela por detrás de toda aparência ilusória. Do seio do Uno-primordial emergem seus poderes artísticos, o apolíneo e o dionisíaco – todos os entes se desenvolvem em relação necessária com esses poderes. O apolíneo é o poder que sustenta a ilusão da individuação, a fim de tornar as existências possíveis. O dionisíaco, por outro lado, é o poder revelador da verdade, responsável por rasgar o véu apolíneo e retornar os entes ao âmago do Uno-primordial. Ambos os poderes são primariamente acessados por vias artísticas, revelando o caráter estético da metafísica nietzschiana.

Prosseguindo, minha pesquisa discutiu como o jovem Nietzsche interpreta o nascimento da tragédia a partir do milagroso emparelhamento desses poderes. No palco trágico, logo, ambos os poderes atuam em sua maior potência, complementando um ao outro e realizando um apogeu artístico no solo helênico. Assim, de um lado, o apolíneo protege o espectador através do *epos*, enquanto o dionisíaco se realiza com o consolo metafísico.

A partir dessas discussões, foi possível abordar as circunstâncias da morte da tragédia a partir, primeiramente, das reformulações de Eurípedes. Guiado por um espírito crítico, esse tragediógrafo buscava submeter a arte trágica às exigências de sua inteligibilidade, aniquilando assim seu esplendor mítico e artístico. Era a voz de Sócrates, no entanto, que falava por detrás de Eurípedes - com seu chicote de silogismos, Sócrates era um profundo crítico da cultura trágica, tencionando reformulá-la e erguer, no seu lugar, uma cultura que privilegie o conhecimento teórico acima de qualquer arte ou moral.

Assim nasce a cultura socrática, cujo triunfo se estende até a contemporaneidade. Assim, na segunda parte de minha pesquisa, foram

discutidas as influências dessa cultura na modernidade, identificando-a como a assassina da tragédia e a progenitora da ópera. A morte da primeira, doravante, levou necessariamente ao nascimento da última. Nessas circunstâncias, a ópera nasce obedecendo aos mandos do socratismo estético, o qual crê que tudo deve ser inteligível para ser belo. Para tal a ópera introduz o recitativo, com a função de submeter a música à palavra, aniquilando assim sua essência dionisíaca e fazendo da ópera uma herdeira moderna da cultura socrática.

Por fim, minha pesquisa discutiu como a modernidade teve suas raízes na morte da tragédia, opondo assim seu ideal do idílio contra o ideal do sátiro. A partir dessa oposição, foi possível discutir como os preceitos da morte da tragédia estiveram necessariamente embutidos no nascimento da ópera.

CONCLUSÕES:

O nascimento da tragédia é uma obra única na história da filosofia, abordando discussões sobre estética e metafísica, investigações sobre a essência do heleno trágico e sua transformação em homem teórico, além de críticas à essência da cultura moderna. Por tratar, assim, de culturas tão distantes, a obra estimula discussões acerca de modelos de justificações da existência, encontrando aquilo que está no âmago de todo ser humano. Em minha pesquisa, ao relacionar a morte da tragédia com o nascimento da ópera, essas discussões centrais mantiveram-se acesas, nos levando a olhar com desconfiança não apenas para as raízes da modernidade, como também para nossas formas de relação para-com o mundo. Em conclusão, identificar os sintomas da morte do trágico no nascimento da ópera me possibilitou, como pesquisador, intuir o quão marcantes são as viradas valorativas nas mais diversas civilizações, podendo deixar marcas milenares que devemos identificar para, por fim, termos um espírito crítico para-com nosso arcabouço cultural e nosso mundo contemporâneo.

Agradecimentos:

Agradeço ao CNPq pela oportunidade de, pela primeira vez, conhecer e aprimorar minhas habilidades como pesquisador científico.

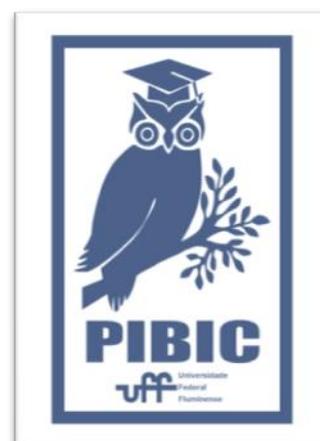
A UFF por me disponibilizar todos os meios de estudos necessários para a manutenção de minha pesquisa.

Ao orientador Vladimir Vieira pelo constante suporte, atenção e dedicação em minha trajetória acadêmica.

A minha família pelo apoio incondicional e incentivo nos momentos mais difíceis.

Bibliografia primária

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.





Ciências Humanas

Título do Projeto: Políticas de inclusão nas universidades federais brasileiras: limites, possibilidades e desafios para a próxima década

Autores: Maria de Fátima Costa de Paula e João Ulisses de Sousa Viturino

Universidade Federal Fluminense/ Faculdade de Educação/ Departamento de Fundamentos Pedagógicos/ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES)

INTRODUÇÃO:

O projeto teve como objetivo analisar as demandas de acesso e permanência ao ensino superior, tendo em vista o processo de democratização das universidades federais e suas políticas de assistência estudantil oferecidas aos estudantes. Selecionamos as universidades federais do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de analisar os efeitos dessas políticas para o acesso e a permanência dos estudantes. Para tal, selecionamos cursos de alta e baixa demanda/ elevado e baixo prestígio social no interior dessas universidades. Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica das políticas de democratização da educação superior implementadas a partir do Governo Lula, com foco no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na Política de Cotas para ingresso de estudantes de escolas públicas, com vagas reservadas para setores de baixa renda e para as minorias étnicas e nas Políticas de Assistência Estudantil. Procurando identificar, assim, seu alcance, possibilidades, limites e problemas, apontando os desafios para a próxima década.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade e de consolidação da identidade nacional, sendo um instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado. (DIAS SOBRINHO, 2011, p.121). Nesse processo, a expansão do ensino superior vem

para reparar as dívidas sociais remanescentes no Brasil, como primeiro passo para a democratização da educação superior, entretanto, essa expansão não se mostra suficiente para a inclusão social das classes subalternizadas.

Visto que o ensino superior brasileiro tem historicamente formado as elites nacionais, deixando de fora um enorme contingente de jovens que não conseguem entrar nessas instituições, ou que, muitas vezes, quando são bem sucedidos nessa primeira etapa, não têm condições de terminar seus cursos, isto demonstra “que o incremento de matrículas na educação superior não significa necessariamente a inclusão social das camadas marginalizadas” (PAULA, 2011, p. 92).

Embora o processo de expansão da educação superior tenha pavimentado o caminho do acesso às universidades, os quadros de exclusão parecem ter sido aprofundados por um conjunto de fatores: a privatização das instituições de ensino superior, que em muitos casos inviabiliza a entrada e a permanência de alunos das camadas mais pobres da população; o processo de seleção nas instituições públicas, que acaba beneficiando os estudantes oriundos das escolas particulares de elite em detrimento daqueles que fizeram a sua formação nas escolas da rede pública; por uma ainda reduzida oferta de cursos noturnos nas instituições públicas, o que não permite que o aluno seja também um trabalhador, realidade oposta à camada mais pobre da população; pelas dificuldades enfrentadas por aqueles alunos que conseguiram passar pelo processo de seleção, mas que, em contrapartida, lidam diariamente com limitações de ordem financeira e/ou de

formação na educação básica, o que termina por levar o estudante a não concluir o curso.

Pesquisamos, nas universidades federais do estado do Rio de Janeiro, em cursos de baixo e alto prestígio social, as políticas de assistência estudantil e permanência oferecidas aos estudantes, sendo possível sistematizar as modalidades oferecidas. Entretanto, constatamos que a demanda por assistência estudantil é muito maior que a oferta e que ainda há um alto índice de evasão dos estudantes. A evasão atinge muitos estudantes de baixa renda em seu percurso acadêmico, que não conseguem permanecer nas universidades federais por diversos fatores, dentre eles, problemas socioeconômicos, dificuldades de aliar estudo e trabalho, falta de condições acadêmicas e de um sentimento de pertencimento ao espaço público, que permanece excludente.

CONCLUSÕES:

Apesar dos avanços observados nas políticas educacionais em nosso país, em 2012, o Brasil ainda não havia conseguido consolidar a democratização e a massificação da educação superior, pois contávamos com uma taxa de escolarização líquida na educação superior de apenas 14,6% e com uma taxa de escolarização bruta de 27,8% (dados de 2012 retirados do CENSO DO ENSINO SUPERIOR, 2014), configurando assim o nosso sistema de ensino superior como um “sistema de elite”.

Ao analisar essas informações é perceptível que ainda há um longo caminho de estruturação das políticas adotadas pelas IFES, apesar do grande investimento na abertura de vagas para os cursos superiores, que não garante a permanência dos estudantes. Como aponta PAULA (2011, p. 91-92):

Isto requer investimento significativo em assistência estudantil, incluindo aumento considerável do número de bolsas para atender a demanda por ensino superior, auxílio transporte, alimentação, moradia, entre outros; reestruturação curricular dos cursos e disciplinas; acompanhamento didático adequado dos alunos; melhor formação pedagógica dos docentes, entre outras medidas a serem implementadas nas instituições de educação superior.

Dentro das pesquisas, se destaca ainda a grande invisibilidade dos estudantes diante da sua posição nos cursos, que negligenciam não só os fatores socioeconômicos, mas também os processos socioeducativos anteriores. Segundo Ristoff (2014, p. 745-746):

[...] Fica, assim, evidente que as políticas adotadas, embora lentas demais na sua execução aos olhos dos que delas precisam e dos indignados pela exclusão histórica, apontam para a direção correta: a educação superior brasileira está criando importantes oportunidades de mobilidade social para os alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pais sem escolaridade, ampliando significativamente as energias criativas da nação.

Portando os desafios que se apresentam são em sua maioria relacionados à evasão estudantil dentro das IFES, para que seja efetivada a democratização da educação superior. Nesse sentido, as políticas de permanência devem ser intensificadas nas universidades federais para que haja inclusão das camadas subalternizadas e diminuição das desigualdades sociais.

Agradecimentos:

Agradeço imensamente à querida professora Maria de Fátima Costa Paula, pela oportunidade de contribuição com a pesquisa e por meio da bolsa de iniciação científica conhecer e aprender mais sobre a educação superior nas reuniões do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), que estão contribuindo imensamente para minha caminhada acadêmica.

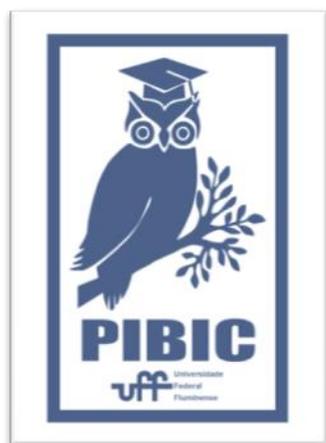
Referências Bibliográficas:

BRASIL. MEC/INEP. *Sinopse Estatística. Censo da educação superior 2012*. Brasília: DF. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: democratização, acesso e permanência com qualidade. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011, p. 121-152.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto (Orgs). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011, p. 53-96.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 31 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>.





Ciências Humanas

Um estudo comportamental do impacto do ambiente enriquecido nas possíveis consequências do estresse crônico em ratos espontaneamente hipertensos

Autores: Maria Eduarda de Melo Jardim (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Troncoso (Orientadora)

Departamento de Psicologia/Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras/Laboratório de Neurociências e Comportamento

INTRODUÇÃO:

O desenvolvimento humano pode ser considerado biopsicossocial. Boeckel et al. (2016) apresenta um modelo integrativo do desenvolvimento humano, o qual contempla variáveis biológicas, cognitivas, emocionais, relacionais e contextuais. Sendo assim, o mesmo afirma a importância do contexto familiar e também do ambiente de criação, e aponta que durante esse processo de desenvolvimento, crises são inerentes ao processo de desenvolvimento, e essas crises podem ser consequentes de um conjunto de estressores. A resposta ao estresse tem um propósito evolutivo, e as experiências estressantes, geralmente, atravessam por alguns estágios, podendo se tornar tóxicas quando se caracteriza por um curso crônico, incontrolável e na ausência de uma rede de apoio.

Em relação ao TDAH, nos encéfalos de indivíduos com TDAH, há diferenças nos mecanismos das catecolaminas (dopamina e noradrenalina) desses circuitos. Segundo Rohde (2004), as disfunções cerebrais características do transtorno levando ao prejuízo da inibição do comportamento e autocontrole, e prejudica as funções executivas, classe de atividade altamente sofisticada que capacita o indivíduo a focar, direcionar, regular, gerenciar e manter emoções e comportamentos sob controle e motivar-se.

O enriquecimento ambiental tem efeitos positivos no bem estar fisiológico e psicológico do animal. A exposição ao ambiente enriquecido proporciona uma melhora cognitiva significativa, tanto em animais enfermos, quanto em animais saudáveis, independentemente da idade de cada um. (DIAMOND, 2001)

Os modelos de ratos espontaneamente hipertensos (SHR), e sua linhagem progenitora e controle, os Wistar Kyoto (WKY), foram desenvolvidos a partir de cruzamentos consanguíneos do rato Wistar. O SHR se trata de uma linhagem de ratos que apresentam “naturalmente” a sintomatologia do TDAH, (PAMPLONA et al., 2009), logo, são usados em pesquisas científicas como modelo para TDAH.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho partiu da hipótese de que o enriquecimento ambiental atenuaria os efeitos ansiosos do estresse crônico nos ratos SHR. Dos 80 ratos que deveriam ser submetidos aos processos apresentados na metodologia do projeto de pesquisa, só foi possível coletar dados completos (ou seja, realizadas as filmagens de todos os dias de testes comportamentais) de 30 ratos. Os animais foram submetidos a um protocolo de estresse por contenção (impedindo sua livre circulação) por 21 dias seguidos e divididos em ambientes padrão e com características enriquecidas; posteriormente passaram por testes comportamentais que medissem o nível de ansiedade, atividade locomotora e memória de trabalho (reconhecimento).

Para ansiedade, nos animais modelos de TDAH, o ambiente enriquecido apontou para um efeito ansiolítico nos animais que não passaram por estresse; mas nos animais estressados, houve maior ansiedade do que nos não estressados, independente do ambiente. Em comparação à sua linhagem controle, não foi observado efeito ansiolítico do ambiente quando não há estresse. Sua linhagem controle também apresentou o que podemos interpretar como uma pouca relevância do fator estressor

nesses animais no que diz respeito ao ambiente.

No que diz respeito à locomoção, os animais modelos de TDAH, quando em situação controle, apresentaram grande influência do fator do enriquecimento ambiental na diminuição de atividade locomotora, e mesmo em situação estressante, a presença do ambiente enriquecido pareceu diminuir a atividade locomotora desses animais em um nível significativo e até menor do que os animais controle em ambiente padrão. Em sua linhagem controle, nem o fator estressor e nem o fator ambiental pareceram influenciar na locomoção.

Em relação à memória de trabalho, medida pela reconhecimento de objetos, os animais modelos de TDAH não pareceram ser influenciados pelo fator ambiental, exceto quando existia o fator estressor, ainda assim os dados coletados apontaram uma maior vulnerabilidade ao estresse do que ao ambiente. No entanto, não se pode tirar conclusões, visto que esses são dados parciais. Em sua linhagem controle, os dados pareceram apontar para uma maior vulnerabilidade ao fator estressor do que ao fator ambiental no que diz respeito à memória de trabalho.

CONCLUSÕES:

Visto que o trabalho partia da hipótese de que o ambiente enriquecido poderia atenuar os efeitos do estresse crônico, analisando os dados parciais, poderíamos dizer que estes apontam para uma direção na qual o modelo de TDAH parece ser mais vulnerável ao estresse do que sua linhagem controle. Também poderíamos dizer que existe um direcionamento no qual o enriquecimento ambiental parece ter um efeito atenuante em especial para a atividade locomotora, diminuindo-a em nível significativo a níveis observados em situação controle. No entanto, para ansiedade e memória de trabalho, o enriquecimento ambiental não pareceu ser tão relevante nessas situações, sendo o fator estressor um ponto de maior influência. No entanto, os dados foram coletados apenas parcialmente, portanto, são inconclusivos, e o que se faz aqui são direcionamentos baseados nos resultados parciais.

REFERÊNCIAS:

BOECKEL, et al. Família, estresse e aspectos neurocognitivos: um modelo desenvolvimental. Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência. Artmed: Porto Alegre, 2016.

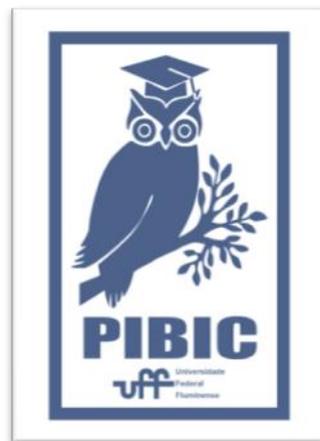
DIAMOND, Marian C. Response of the brain to enrichment. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 73, n. 2, p. 211-220, 2001.

PAMPLONA, Fabrício A. et al. Environmental enrichment improves cognitive deficits in spontaneously hypertensive rats (SHR): relevance for attention deficit/hyperactivity disorder (ADHD). **Progress in Neuro-Psychopharmacology and Biological Psychiatry**, v. 33, n. 7, p. 1153-1160, 2009.

ROHDE, L. A. et al., Crianças e adolescentes com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Terapia cognitiva-comportamental na prática psiquiátrica**, p. 358-373, 2004.

Agradecimentos:

Agradecimentos ao CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFF), pelo financiamento concedido para realização da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais/EDUCAÇÃO

Título do Projeto: INJUSTIÇAS COGNITIVAS: RESSIGNIFICANDO OS CONCEITOS DE COGNIÇÃO, MEMÓRIAS E APRENDIZAGEM NO COTIDIANO ESCOLAR

Autores: Vania Batista Garcia (Bolsista IC)

Departamento/Unidade/Laboratório: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE, CONHECIMENTO. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. LABORATÓRIO GRUPALFA/GEPEMC

INTRODUÇÃO:

Histórica e culturalmente, a padronização dos sistemas de ensino traduz o sujeito a partir da dicotomia corpo-mente e nega as interações com o meio, a cultura, o outro. Os processos de *ensinoaprendizagem* trazem ao subjetivo a responsabilidade pelas “falhas” deixadas ao longo da trajetória escolar. A absorção dessa realidade traduz uma pedagogia onde os que aprendem apenas podem fazê-lo a partir do que lhes foi ensinado, sem que este possa fugir à esta realidade. Logo, quando um sujeito encontra-se à margem do que é esperado, é tipificado com dificuldade de aprendizado.

A presente pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2019 na Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal Fluminense. Com o objetivo de analisar como essas crianças que existem de forma diferente existem e aprendem. Ao longo do processo, a pesquisa cartográfica se fez presente no sentido de auxiliar na construção de linhas de olhar, tendo em vista as mudanças nas rotinas e etc.

Ao longo desse ano de pesquisa muitos caminhos foram percorridos para o desenvolvimento do melhor aprendizado das crianças e nos deparamos com muitos obstáculos, onde o maior deles ainda é o fracasso escolar e a certificação através de laudos médicos de crianças com necessidades educacionais especiais, para Patto (1990, p. 40 - 41) em ‘A Produção do Fracasso Escolar’, “Os primeiros especialistas que se ocuparam de casos de dificuldade de aprendizagem escolar foram os médicos. O final do século XVIII e o século XIX foram de grande desenvolvimento das ciências médicas e biológicas, especialmente da psiquiatria”, e de lá pra cá a escola faz uso desses laudos com diferentes

argumentos, inclusive convencendo as famílias que é um privilégio conseguir uma vaga para seus filhos na escola, por mais que esta se encontre muitas vezes, sucateada, com falta de muitos professores, sem merenda, sem material escolar, sem uniforme, etc., enfim, sem um espaço digno para o ensino e aprendizado. Ao longo de nossa pesquisa o sucateamento da educação vem aumentando a ponto de termos várias escolas fechadas por falta de verbas públicas básicas para manutenção das mesmas, mesmo assim, seguimos em busca de entender a resiliência desses indivíduos, dos professores e de todos no ambiente escolar atual, no desejo que envolve educação e diferentes sonhos dos alunos, alunas.

Tavares (2001, p. 200) conceitua resiliência como: A capacidade de responder de forma mais consistente aos desafios e dificuldades, de reagir com flexibilidade e capacidade de recuperação diante desses desafios e circunstâncias desfavoráveis, tendo uma atitude otimista, positiva e perseverante; e mantendo um equilíbrio dinâmico durante e após os embates.

Como se produz o fracasso escolar recorrente nas escolas? O que exigir de crianças advindas de comunidades, instituições, ou estigmatizadas por laudos psiquiátricos e categorizadas com números de CID10 (código internacional de doenças)? Então nos concentramos em alunos autistas para tentar entender o significado da escola para eles. Percorrer os caminhos que eles percorrem e tentar uma interação afetuosa, seguindo por seus traçados. Estamos direcionando nossas energias para o envolvimento e desenvolvimento do ensinar, e do aprender das crianças. Uma cumplicidade, um olhar querendo ver além do mostrado, no dia a dia em sala de aula. Perceber-se na rede de traçados dos

movimentos e percursos dos autistas (DELIGNY, 2016), o que lhes interessa na escola, revelando o que não é dito, porém sentido e que nos afeta de várias formas. Buscar entender a realidade das crianças no contexto familiar em que vivem, e como chegam na escola, seus anseios, necessidades, fragilidades, medos e seus muitos sonhos. Desta forma nossa pesquisa deu um grande salto ao percebermos o quão grandioso é o mundo particular de nossas crianças, e nas escolas, percebemos seus desejos, como e o quê cada uma pretende nesse espaço e com pessoas que diariamente convive e se relaciona, criando laços afetivos paralelos aos que têm em seu lares. Eles são protagonistas de suas escolhas, e mesmo quando não são respeitados traçam seus caminhos de outra forma, pegam atalhos ou simplesmente mudam suas rotas. O aprendizado não pode ser vertical e unilateral, como nas escolas do século XIX.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Desde o primeiro momento, colocar as crianças a frente do processo fez-se essencial. Precisávamos que elas tivessem vontade de estar no lugar, numa relação de pertencimento num espaço pensado com e para elas, que se sentissem autoras de suas próprias realidades.

Seguimos a perspectiva de Humberto Maturana para pensar as relações. Era necessário que víssemos e que mostrássemos às crianças quem era o outro de formas a fazê-las, como sugere o autor, “reconhecer o outro como legítimo outro”.

Concomitantemente, através de uma visão freiriana, temos a amorosidade como norte da nossa perspectiva metodológica e pedagógica. Novamente a pergunta se faz necessária: Como aqueles que existem de forma diferente existem e aprendem? A partir daí, percebendo o outro em uma relação horizontal, interagimos. Mesmo que o projeto não tenha chegado a sua fase final por questões várias, a interação - conceito que nos moveu adiante - fez-se presente.

As interações que foram vividas, sem dúvida, configuraram experiências extremamente ricas. Experiências essas que influenciam positivamente no desenvolvimento das crianças e merecem um olhar mais atencioso dos docentes, bolsistas e estagiários, etc.

No período compreendido entre agosto de dezembro de 2018, a atividade de pesquisa ficou em torno do levantamento e análise bibliográfica. Participamos do Grupo de Estudos sobre a obra de Fernand Deligny, composto por 03 professoras universitárias, 01 doutoranda em educação e 03 graduandas do Curso de Pedagogia. Estamos no momento catalogando e arquivando o material levantado e sistematizando nossos “achados” colocando-os em diálogo com o corpus teórico que fundamenta a pesquisa na tentativa de ampliar nossa compreensão sobre essas crianças que têm um outro modo de existir na vida e na escola e, nos desafiam a abandonar nosso próprio modo de existir para que possamos existir juntos, como nos lembra Deligny.

CONCLUSÕES:

Atualmente, estamos num momento especialmente acolhedor da pesquisa, nosso olhar com as dificuldades de aprendizados das crianças nas escolas, se voltou para nós mesmas, “Buscar existir para alguém que não nos olha nos olhos?” (Deligny, 2015), para colegas que lecionam há muito tempo e também com as recém chegadas, e nesse contexto a criança problematizadora nos intriga e enriquece, mudando nosso foco, para a docência, e noutro momento para o que a criança autista deseja, tentamos sempre estabelecer relações com o foco dela na escola.

Optamos pela metodologia na perspectiva qualitativa, onde intervimos diretamente no processo, com o cuidado de primeiro observar os movimentos das crianças autistas, seu interesses e caminhos dentro da escola, e nossas tentativas de estabelecer negociações em suas particularidades e aprender com elas a lidar com suas necessidades. Um envolvimento para melhor desenvolver suas aptidões, sabendo que cada criança é singular e quando estivermos com outra, o trabalho recomeça pelas particularidades dessa outra criança.

A partir de março de 2019, iniciamos o trabalho de campo na creche UFF, com as crianças autistas da creche e suas famílias. O acompanhamento do processo escolar dessas crianças nos fez redirecionar o campo de pesquisa, agora no COLUNI estamos investigando e acompanhando os trajetos escolares das crianças sujeitos da pesquisa em suas movimentações aprendentes em outro nível de escolarização, o ensino fundamental.

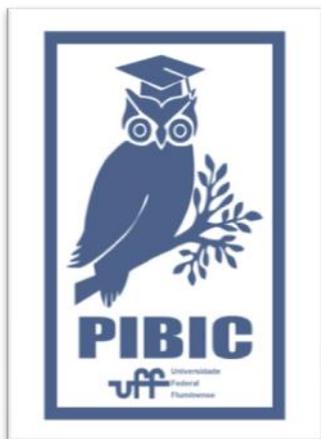
A obra de Fernand Deligny em diálogo com a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, as contribuições de Patto sobre o fracasso escolar e o conceito de resiliência de Bóris Cyrulnik tem nos permitido refinar nosso olhar na busca de pensar uma pedagogia que se orienta para diferença a partir da própria diferença. Mais do que ensinar estamos aprendendo a cada dia com as crianças a compreendê-las e a interagir. O processo é lento e os avanços, ainda que mínimos, significam, do ponto de vista da pesquisa importantes descobertas. Os conceitos de linhas erráticas, e outro modo de existir, de tentativas como método de pesquisa, aprendizagem aracniana, cartografia, entre outros tem contribuído para ampliar nosso olhar sobre a criança autista na escola e nos desafia a pensar-praticar outros modos de existir com essas crianças na escola.

Agradecimentos:

Agradeço à toda comunidade que constitui a Unidade de Educação Infantil da Universidade Federal Fluminense, que nos cedeu um campo preciosíssimo de pesquisa e interações.

Agradeço, também, às crianças (e suas famílias), que protagonizaram todos os ideais desde o princípio.

Agradeço ao CNPq e a PROPPI-UFF a bolsa de Iniciação Científica que tem nos possibilitado avançar na produção de novos conhecimentos ao mesmo tempo em que aprimora nossa prática como pesquisadora.





Ciências Humanas

Docência em história como saber intermitente: narrativas da profissão na formação (inicial, continuada) de professores

Everardo Paiva de Andrade; Juliana de Souza dos Reis

Instituto de História; Departamento de História; Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI/UFF

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa se apoiou em estudos sobre a problemática dos saberes e em metodologias que levam em conta o ponto de vista dos sujeitos, ancorados em uma epistemologia narrativa, para compreender processos sociais e culturais de produção de saberes profissionais na docência. O pressuposto que a orientou considera que tais saberes, se, por um lado, ultrapassam idealizações e prescrições correntes em processos formativos, por outro, nem sempre podem ser expressa e intencionalmente declarados pelos sujeitos, devendo ser surpreendidos em suas estratégias e formas narrativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As entrevistas foram feitas no campus Gragoatá, na Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ), convidando todo grupo do Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP). Todo material foi gravado e posteriormente divulgado no canal do Youtube “Trajetórias Docentes” e página do Facebook “Rede Trajetórias Docentes”. As entrevistas foram transcritas e foram para o site do LABHOI.

O eixo temático das entrevistas foi a narrativa de vida em relação à trajetória docente. Evidente que discutir memória e fazer História a partir da mesma, demanda estar ciente da perspectiva temporal, mas não somente no que diz respeito ao passado e sim entender a memória enquanto essa resultante do diálogo de diferentes temporalidades que proporciona essa percepção de memória, uma vez que o status de memória é em referência a essa comunicação entre passado, presente e futuro.

Além disso, é importante perceber em entrevistas que a memória não se afirma somente como o ato de lembrar e sim nas

diferentes experiências e representações que determinado tempo e espaço refletem na própria percepção de si e no grupo.

Nesse sentido, ao narrar sua trajetória docente, diversas fontes sociais são acionadas, como a família, a comunidade da graduação, a comunidade escolar, etc. Em diálogo com a abordagem de Maurice Tardif, os saberes docentes são saberes existenciais, que envolvem categorias além da inscrita em um modelo prévio e sistemático disciplinar. Ao narrarem a docência em referência às experiências com o outro, em espaços e tempos distintos, reorganizaram e ressignificaram a prática da profissão, de modo a configurar, segundo o autor, uma *cultura docente em ação*.

CONCLUSÕES:

O caminho da pesquisa contou com as seguintes atividades: análise e submissão dos memoriais no acervo “Trajetórias Docentes”, no site do LABHOI, agendamento, elaboração e realização das entrevistas públicas a partir da rede estabelecida, transcrição e publicação dos recursos audiovisuais na web mediante autorização dos narradores;

Mapeamos as diversas narrativas e articulamos as leituras realizadas com a análise das entrevistas buscando acionar conceitos surpreendendo (e não declarar ou prescrever) concepções de docência (saberes, práticas e contextos) em narrativas e relatos de licenciandos e professores de ofício, expressas em seus próprios termos, sintetizadas em um *saber profissional docente* que articula histórias de vida, apropriações da disciplina e definições de profissionalidade e autonomia, já explícito ou em processo de constituição, ultrapassando discursos declarativos e produções técnicas descontextualizadas, rumo à compreensão de que os profissionais que emergem nessas narrativas e nesses relatos se tornam responsáveis pela aprendizagem de seus

alunos, intervindo na produção de suas subjetividades.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa e apoio financeiro que possibilitou a dedicação à pesquisa e a operacionalização do estudo. Agradeço enormemente ao professor Dr. Everardo Paiva de Andrade pela atenção, orientando-me, tirando minhas dúvidas, indicando leituras. Além dele, agradecer à professora Dr^a. Juniele Rabêlo de Almeida que também coordena o projeto. À Daniela Rocha, graduanda de História pela UFF, também bolsista do projeto, pela amizade. A equipe se forma para além de pesquisadores, mas também de amigos professores em troca constante de aprendizado.

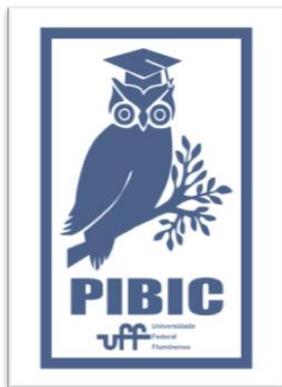


Figura 1: Logo PIBIC



Ciências Humanas

O Poema de Empédocles: cosmologia democrática

Autores: Bias Busquet Guimarães (Bolsista PIBIC / UFF), Prof. Dr. Alexandre da Silva Costa (Orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Filosofia (GFL) / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) / Biblioteca

INTRODUÇÃO:

O Poema de Empédocles concentra-se na narração cosmológica sobre a origem (γένεσις - *génésis*) do cosmo (κόσμος - *kósmos*) e a sua sempiterna mudança (διαλλάσσοντα - *diallássonta*). Assim, esta mudança pode ser compreendida como uma das principais características da cosmologia empedocléica.

A mudança do cosmo parece perfazer (τελέειν - *teléein*) uma imagem (εἶδος - *eídōs*) de um ciclo (κύκλος - *kýklos*), o que tem sido considerado um ponto em comum e indiscutível entre os comentadores do Poema de Empédocles. Todavia, os comentadores do Poema empedocléico têm polemizado sobre o seguinte aspecto do ciclo: existência de quatro períodos, partindo do período em que a força (ὁρμή - *hormé*) Amor (Φιλία - *Philia*) se sobrepõe integralmente a força Ódio (Νεῖκος - *Neĩkos*) até o acontecimento oposto¹.

Assim, um dos principais negadores do aspecto mencionado no parágrafo anterior foi Jean Bollack, que compreende uma visão harmônica do cosmo no Poema de Empédocles, devido o nascimento sempiterno do Um (o cosmo)². Portanto, endossamos os efeitos disso no ciclo cósmico e, por extensão, a suposta teoria político-democrática que parece advir, tendo em vista que as forças (Amor e Ódio)³ atuantes no nascimento do cosmo partilham da mesma honra (τιμή - *timé*) e domínio (ἦθος - *êthos*)⁴, isto é, há equidade entre elas. Equidade

esta que também pode ser reconhecida como a isonomia (ἰσονομία - *isonomía*) tão característica da democracia (δημοκρατία - *dēmokratía*).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A teoria político-democrática no Poema de Empédocles não foi consolidada ao longo da sua história interpretativa. Porém, alguns comentadores do Poema e helenistas (Jean Bollack, José Américo Motta Pessanha [*Empédocles e a democracia*, 2003/4], Gregory Vlastos e Werner Jaeger) afirmaram posições decisivas a respeito da noção política de Empédocles⁵.

As posições dos autores mencionados acima têm em comum o desvelamento da relação entre a equidade de Amor e Ódio e a isonomia no Poema de Empédocles. Contudo, os autores possuem interpretações distintas sobre a posição política de Empédocles. Com efeito, há ainda noções a serem extraídas da linha interpretativa aberta pelos quatro helenistas. Neste sentido, apresentaremos três considerações sobre a suposta teoria democrática de Empédocles, a partir da nossa compreensão do ciclo cósmico no Poema empedocleano.

CONCLUSÕES:

Em um primeiro momento, a equidade cósmica no Poema de Empédocles parece inusitada, na medida em que há também a preferência de Empédocles pelo comando (ἀρχή - *arché*) da força Amor. Comando este que possibilitaria uma melhor ordenação do cosmo e, por extensão, da cidade-estado (πόλις - *pólis*), tendo em vista que cada ente seria considerado na constituição da sua forma

¹ Cf. INWOOD, 1992, p.42.

² Cf. BOLLACK, 1992 (1965), p.150.

³ Concordamos com a nomeação de Jean Bollack sobre a sua visão do cosmo, embora ele não explore o termo *harmonía* (ἁρμονία) no Poema de Empédocles e recuse que aquela expresse uma tensão de contrários, que afirmamos.

⁴ Cf. EMPEDOKLES, 31 DK B17, v.28.

⁵ Cf. BOLLACK, 1992 (1965), p.40-41; JAEGER, 2003 (1947), p.141; VLASTOS, 1947, p.158-160.

corpórea⁶ e política, haja vista que a atuação do Amor passa pela união (σύννοδος - *sýnodos*) dos entes (ὄντα - *ónta*).

Outra consideração, ainda sobre a isonomia cósmica do Poema de Empédocles, se refere a nossa apropriação das reflexões sobre três termos gregos do helenista francês Jean-Pierre Vernant em relação à proximidade entre a cosmologia pré-socrática e a filosofia grega⁷. Assim sendo, conferimos que há os três termos (*hómoios* [semelhança], *ísos* [igualdade], *mésos* [centro])⁸ no Poema empedocleano e que os mesmos indicam que as características geométricas do cosmo fundamentariam a isonomia na praça (ἀγορά - *agorá*) da *pólis*.

Por fim, o efeito político na *pólis* das duas características da isonomia cósmica descritas nos parágrafos anteriores aponta para a exclusão de determinadas formas (*eídōs*) políticas: monarquia (μοναρχία - *monarchía*), oligarquia (ὀλιγαρχία - *oligarchía*) ou aristocracia (ἀριστοκρατία - *aristokratía*). Estas formas privilegiariam uma hierarquia entre os entes, o que parece ser contrário à democracia de modos de ser (φύσις - *phýsis*) dos entes expressa no Poema de Empédocles⁹.

Referências bibliográficas:

- BOLLACK, Jean. *Empédocle, I: introduction à l'ancienne physique*. Paris: Galimard, 1992 (1965).
- DIELS, Hermann; KRANZ, Walther. Empedokles. In: *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Zúrique: Weidmann, 1992 (1962).
- INWOOD, Brad. *The Poem of Empedocles*. Toronto: University of Toronto, 1992.
- PESSANHA, José Américo Motta. "Empédocles e a democracia". 1965. 85 p. Tese (Concurso de professor catedrático de história da filosofia). Universidade do Brasil. In: *Kléos*. N. 7, 2003/4.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian: São Paulo: Difusão Européia do Livro,

Editora Universidade de São Paulo, 1973 (1971).

VLASTOS, Gregory. "Equality and Justice in Early Greek Cosmologies". In: *Classical Philology*, vol.42, n.3, p.156-178, 1947.

JAEGGER, Werner. Empédocles. In: *La teología de los primeros filósofos griegos*. Traducción de José Gaos. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003 (1947).

Agradecimentos:

Agradecemos ao orientador Prof. Dr. Alexandre da Silva Costa e aos amigos Ane Caroline Coelho Sbrano Marques, Jonathan Almeida de Souza, Ágata Yozhiyoka Almeida e Clio por nos mostrar a existência dos Campos Elísios (Ἠλύσιον πέδιον - *Ēlyision pédion*) neste lugar (χώρον - *chōron*) e para além de um mero símbolo (σύμβολον - *sýmbolon*). Além disto, agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) pela concessão da Bolsa PIBIC.

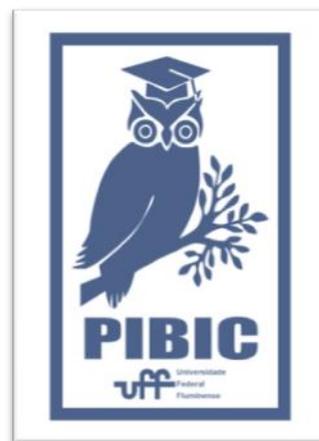


Figure 1: Logo PIBIC

⁶ Cf. EMPEDOKLES, 31 DK B98.

⁷ Cf. VERNANT, 1973, p.164, p.169.

⁸ Cf. EMPEDOKLES, 31 DK B17, v.36, B22, v.5, B28, v.1, B29, v.3, B35, v.4, B100, v.25.

⁹ Informamos que trabalhamos as três considerações nos relatórios parcial e final da vigência 2018/2019 da Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC / CNPq).



Ciências Humanas

A puberdade em um Livro didático de Ciências sob censura: o que pensam professores de Ciências e Biologia? - Saberes docentes e construção do conhecimento escolar nas disciplinas Ciências e Biologia

Juliana Stein Nicoli, Andressa Bomfim e Mariana Lima Vilela

Sociedade, Educação e Conhecimento/Faculdade de Educação/Grupo de Pesquisa “Currículo, Docência e Cultura”

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que investiga as relações entre o trabalho dos professores e os currículos escolares. Partimos da polêmica divulgada pela mídia em 2017, quando um livro didático de Ciências destinado ao 8º ano do ensino fundamental virou notícia. Um grupo de pais de alunos de uma escola estadual em Rondônia entregou um abaixo assinado ao Ministério Público (MP-RO) pedindo a retirada do livro da escola alegando que o conteúdo de educação sexual presentes no livro seriam inadequados à idade de seus filhos.

O episódio aqueceu o debate sobre as finalidades do ensino de Ciências e Biologia na comunidade acadêmica que vêm há alguns defendendo um ensino de Ciências e Biologia que responda às demandas sociais incorporadas ao currículo destas disciplinas (VERRANGIA, 2016; BARZANO, 2016). Além disso ficou evidente como o ensino de Ciências e Biologia pode ser ameaçado pelo projeto conservador em curso no Brasil hoje. A possibilidade de que quaisquer conteúdos de ensino sejam passíveis de serem enquadrados como contrários às convicções morais dos pais dos alunos e por isso, vetados das escolas, é especialmente preocupante em relação a puberdade, teoria da evolução das espécies, biotecnologia e genética, e até mesmo conteúdos relacionados à temática ambiental como o aquecimento global, principalmente no que se refere às suas dimensões sociais.

Tomando como ponto de partida essa denúncia a presente pesquisa buscou compreender os conflitos entre a experiência docente nas disciplinas Ciências e Biologia e efeitos do projeto conservador no currículo de Ciências. Dessa maneira, a presente pesquisa busca contribuir para ampliar a compreensão de atuais disputas sobre os currículos e atuação docente destas disciplinas. A metodologia tomou como material

empírico o capítulo sobre Puberdade do livro didático alvo da denúncia e entrevistas realizadas em grupo focal com professores de Ciências e Biologia em exercício na rede pública. Os referenciais teóricos da pesquisa assentam-se sobre a perspectiva da construção social do currículo (GOODSON, 1997); da Educação Democrática e as finalidades da educação – qualificação, socialização e subjetivação (BIESTA, 2013); e dos saberes docentes (TARDIF, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A entrevista em grupo focal foi dividida em duas etapas. Na primeira propôs-se aos professores que analisassem os trechos do capítulo do livro alvo da denúncia. Na segunda propôs-se que os entrevistados avaliassem a denúncia, seus argumentos e efeitos sobre o ensino de Ciências e Biologia e o trabalho docente.

-Análise do livro: A avaliação dos entrevistados ressaltou a forma natural como o livro abordou temas considerados tabus. Segundo eles, a abordagem contribuiu para abrir o diálogo, fazer o estudante se sentir à vontade para falar. Em comparação com outros livros didáticos foi ressaltada diferença entre uma abordagem “conteudista” e uma abordagem dialógica presente no livro analisado. A abordagem foi considerada positiva sobretudo por proporcionar uma aproximação entre os conteúdos e a realidade dos estudantes.

Ficou evidente nas falas dos entrevistados que relacionar os conteúdos biológicos sobre a puberdade à realidade dos estudantes está condicionada a dois aspectos: (1) a uma demanda vinda dos estudantes durante as aulas e (2) a importância de se debater esses temas por produzirem interesse.

Foi ressaltada também a interface destas temáticas com conteúdos tradicionais de Ciências

e Biologia no que tange o ensino do corpo humano, métodos contraceptivos e saúde: não há como ensiná-los sem apresentar o corpo humano, sua anatomia e fisiologia. Na denúncia ao livro, até mesmo as imagens dos órgãos genitais foram alvo de questionamentos, colocando em xeque aspectos tradicionais dos currículos de Ciências e Biologia.

Além disso a abordagem do livro foi significada pelos entrevistados pelo efeito que produziria sobre a vida dos estudantes ou na sociedade. Destaca-se a análise sobre o tema de transformações da puberdade, indicando diferenças nos ritmos de desenvolvimento na puberdade como normais e estimulando a aceitação do próprio corpo.

A gravidez na adolescência também foi lembrada como um dado que informa sobre a importância de debates sobre educação sexual nas escolas.

Sobre masturbação, foram relatadas as perguntas que estudantes fazem nas salas em relação aos mitos que circulam sobre esse tema (desde o aparecimento de espinhas a pelos nas mãos). A fato de o livro tratar desta temática foi considerada importante pois o medo e o constrangimento de se falar sobre isso pode gerar comportamentos nocivos à saúde.

Outro ponto foi a recorrência da temática sobre abuso sexual durante os debates. Para os professores essa é uma das defesas para o livro estar nas escolas no sentido dos estudantes saberem identificar, o que fazer e se proteger.

Análise da denúncia: Os argumentos utilizados pelos denunciadores foram recebidos com espanto, uma vez que existem informações falsas (como a de que o livro traz imagem de penetração), e que não correspondem ao que o livro propõe (como o argumento de que o livro diz que o estudante pode sofrer bullying se for virgem). Apontaram também uma certa ingenuidade dos pais ao acharem que o livro iria estimular alguma atividade sexual, quando as diversos meios de comunicação atuais veiculam todo tipo de informação. Para os professores, a diferença em se debater esses temas na escola estaria na qualidade da informação.

CONCLUSÕES:

A denúncia ao livro didático de Ciências Apeoma 8 é emblemático no atual momento da educação brasileira e coloca questões urgentes para as relações entre os currículos de Ciências e Biologia e o trabalho dos professores destas disciplinas nas escolas.

A presente pesquisa evidenciou como os currículos relacionados ao tema da puberdade são interpelados por temas sensíveis à realidade vivida dos estudantes, cabendo ao professor ser o mediador de eventuais conflitos quando estas temáticas eclodem no cotidiano escolar, o que coloca a própria formação docente em debate.

Porém, o ensejo de se censurar atividades pedagógicas ou materiais didáticos que valorizam tais temas pode perpetuar dúvidas, concepções errôneas ou sentimentos de inadequação, que levam a comportamentos prejudiciais à saúde e causam sofrimento à vida dos adolescentes nesta fase de suas vidas.

Existem outras diversas instâncias que formam o ser: família, religião, comunidade, mídia, internet, redes sócias etc. Entendemos porém, com Biesta (2013) que o acesso à informação própria do conhecimento escolar é um direito destes sujeitos. Além disso, cabe ressaltar os professores como detentores de um saber profissional próprio, o qual se produz no cotidiano escolar, e que são constantemente desafiados a propor abordagens pedagógicas que melhor se adequem a este ambiente plural e heterogêneo das escolas.

REFERÊNCIAS:

- BARZANO, M.A. Currículo das margens: apontamento para ser professor de ciências e biologia. In: CASSAB, M. & TRÓPIA, G. (Orgs.). Ser professor de ciências e biologia: entre políticas, inquietações, saberes e sensibilidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2016, 105-124.
- BIESTA, G. A boa educação na era da mensuração. *Caderno de pesquisa*, 42(147): 808-825, 2013.
- GOODSON, I.F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa - Currículo, 1997.
- VERRANGIA, D. Criações docentes e o papel do ensino de ciências no combate ao racismo e a discriminações. In: CASSAB, M. & TRÓPIA, G. (Orgs.). Ser professor de ciências e biologia: entre políticas, inquietações, saberes e sensibilidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2016, 79-103.
- TARDIF, M. *Saberes docentes & formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Agradecimentos:

Ao Cnpq, ao PIBIC, à Faculdade de Educação/UFF e ao Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura.



Figure 1: Logo PIBIC



Ciência Humana

SUBJETIVIDADE E RESPONSABILIDADE EM JONAS E LÉVINAS

Marcelle da Silva Cezar

**Departamento Multidisciplinar (VMD), Campus de Volta Redonda, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS ,
Universidade Federal Fluminense.**

INTRODUÇÃO:

A crise ambiental em que atualmente a civilização industrial se encontra é inédita, exigindo uma reflexão sobre os modelos de consumo e as relações estabelecidas entre os próprios homens e destes com a natureza. É primordial que haja mudanças nas relações e estruturas sociais diante da responsabilidade pelas futuras gerações cuja existência depende de nossas opções, no presente. Há um imperativo moral que nos obriga a preservar o planeta e zelar responsabilmente por ele já que ele não nos pertence exclusivamente. Isso exige de nós, contemporâneos, reconhecer que as gerações futuras possuem o direito de existir, bem como reconhecer os direitos da natureza, devendo, por isso, renunciar às ações que não asseguram tal direito. Como ressalta Jonas, a existência da humanidade é um imperativo ontológico e se constitui como o aspecto central da ética. Isso posto, o progresso tecnológico, devido ao seu grande poder de influência sobre a natureza, demanda uma nova consciência ética capaz de responder às demandas ambientais resultantes da civilização tecnológica moderna. À vista disso, a pesquisa visou compreender os projetos filosóficos de Jonas e Lévinas que propuseram uma nova ética em que a responsabilidade é um elemento chave e definidor da subjetividade ética, pensada por eles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A crise ambiental em que a sociedade se encontra se deve, entre outros fatores, à filosofia clássica que resultou numa perspectiva antropocêntrica, dentro de uma ontologia totalizante com a qual Lévinas busca romper, propondo uma ética da alteridade em que o

Outro, ao apelar moralmente ao sujeito, o impede de se fechar em si mesmo. Ao ter de responder ao outro, na responsabilidade, o eu não pode deixá-lo morrer só, vindo em seu socorro. A responsabilidade é uma exposição ao Outro, sendo prévia à consciência, não se reduzindo a um chamado interior, e por isso deve ganhar uma concretude que se funda em atos em prol do outro. Com isso, o sujeito ético, diante do outro, não pode permanecer na indiferença. O desejo metafísico, segundo movimento constituinte do sujeito levinasiano, conduz na direção do Outro, embora tal desejo não possa nunca ser preenchido, dada a alteridade radical com a qual ele se depara. Sendo um comando moral e não uma ideia, outrem não pode ser apropriado pela consciência usurpadora. Por outro lado, o avanço da tecnologia, com suas profundas sequelas sobre a natureza, também me convoca, por um imperativo de responsabilidade, acordando minha consciência e fazendo-me responder ao outro que convoca meu agir, sem o qual ele se acha ameaçado de desaparecimento. Tal convocação faz o homem presente sair de sua indiferença diante do outro, tendo de desinstalar-se e responder às demandas do outro. Da parte de Jonas, são as futuras gerações a alteridade que me desinstala e convoca, bem como a natureza, ambas ameaçadas de perecer, perante o avanço da técnica e da tecnologia. Assim, sou convocado a agir para garantir um futuro digno para as próximas gerações.

CONCLUSÕES:

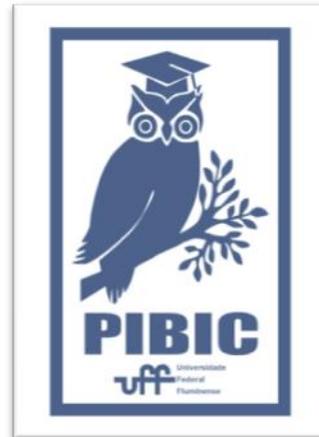
A filosofia ocidental, sendo de tendência individualista, não contempla o outro e com isso tende a conceber tudo a partir de um eu egoísta e centralizador que acaba por excluir o outro e

apagar suas demandas. É isso que Lévinas denomina “ontologia totalizante”, responsável pelo apagamento de outrem e de sua transcendência. Diante disso, Lévinas salienta a necessidade de uma ética que, sendo a filosofia primeira, pensa um sujeito capaz de acolher o outro, de modo que se preserve tanto a integridade do eu como a alteridade do outro, sem se fundirem um no outro. A ideia de fusão coloca todos dentro da totalidade e apaga tanto a individualidade quanto a alteridade. Esse reconhecimento do outro pelo eu, que é anterior à consciência, leva o eu a sair de sua indiferença e o desperta para a responsabilidade pelo Outro que é acolhido em sua fragilidade. A responsabilidade, para Lévinas, não anula a individualidade, pois, sem ela, não haveria alteridade. Jonas também irá definir que a responsabilidade é o acolhimento do outro que, em sua fragilidade, reivindica meu agir, fazendo-me pensar também nos interesses das próximas gerações. Assim Hans Jonas apresenta uma novidade nas discussões, no campo da ética ambiental, ao colocar a técnica como objeto de reflexão filosófica. Temos deveres para com a natureza e ela, por seu turno, possui também uma dignidade moral. Possuindo valor intrínseco, ela é também imprescindível para a existência de uma geração futura pela qual o homem presente tem responsabilidade moral. Diante das filosofias de Jonas e Lévinas, é perceptível que ambos sustentam uma responsabilidade que é o que me constitui, enquanto eu, já que somente eu posso responder à sua fragilidade que clama pelo sujeito que, se permanecer em sua indiferença, pode deixá-lo morrer só. Para Lévinas, trata-se da alteridade concreta do Outro que me convoca ao passo que, para Jonas, a alteridade aparece na preocupação com as futuras gerações por cuja existência somos responsáveis.

Agradecimentos:

Agradeço a Universidade Federal Fluminense que, entendendo a importância dessa pesquisa, concedeu o financiamento da mesma por meio da bolsa PIBIC, ao meu Orientador, Ozanan Vicente Carrara que forneceu todo suporte para a realização e conclusão da pesquisa. Agradeço também ao grupo de estudos em ética ambiental da UFF/VR com o qual pude compartilhar minhas leituras de Jonas e Levinas

e ampliar as discussões sobre o tema. Agradeço também a minha companheira de pesquisa Gabrielle Santos que contribuiu para a realização e conclusão dessa pesquisa que é um trabalho é fruto e um trabalho em conjunto. Á vocês, muito obrigada.





CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICAS DA PERCEPÇÃO: CONTRIBUIÇÕES TRANSDISCIPLINARES PARA O ESTUDO DA GÊNESE E DA TRANSFORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

DANILO AUGUSTO SANTOS MELO E ISRAEL CARVALHO TEBET

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa apresenta contribuições da filosofia de Henri Bergson para pensar os processos de constituição e mudança da percepção e da subjetividade. Neste sentido, é evidente a preocupação em afirmar a vida, a realidade, a própria matéria e, enfim, a subjetividade em seus aspectos moventes. Todavia, desde o início, fica claro como os processos perceptivos, em vias utilitárias, tendem a operar uma descontinuidade, através da inteligência, no movimento próprio da realidade a fim de operar sobre a matéria e garantir uma ação de maior êxito frente às exigências de manutenção da vida.

A função recognitiva e adaptativa da inteligência é de grande importância em nossa vida cotidiana. Através dela nos tornamos capazes de produzir conhecimentos dos fenômenos que nos cercam e criamos instrumentos de ação sobre a realidade conhecida. No entanto, esta operação nos afasta, em nome do utilitarismo, do plano movente do qual procede a vida. Sendo assim, nos interrogamos: estariam nossos modos de perceber e agir presos definitivamente aos círculos utilitaristas da inteligência? Em outras palavras, problematizamos a ética da Psicologia ancorados na gênese da percepção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na direção desta interrogação Bergson faz da sua filosofia um verdadeiro esforço de perseguir a experiência da mudança e do movimento. O esforço é para Bergson a condição mesma da criação, sem o qual não podemos resistir ao utilitarismo e nos subtrair ao automatismo que nos impedem de pensar o ainda não pensado e apreender o ainda não conhecido. Este esforço de subtração dos automatismos, que os círculos da inteligência constroem para organizar a nossa experiência, consistirá em produzir um afastamento do utilitarismo e desvincular nossa percepção de seus prolongamentos motores.

Este afastamento implica voltar à percepção para dilatá-la, ampliá-la. E, ao mergulhar no presente do cotidiano, terminamos por entrar no tempo, e assim seremos levados a encontrar a “verdadeira duração” na qual estão inseridas nossa percepção e toda a realidade por nós conhecida.

A direção de seu pensamento e, portanto, da presente pesquisa se orienta ao tempo, onde a subjetividade perde seu estatuto individualizante, enrijecido na imutabilidade, para se ampliar como duração, uma “pluralidade de ritmos” que participa de indefinidas composições de relações.

Mesmo que os círculos da experiência sejam necessários à manutenção da vida prática, e uma vez constituídos resistam ao plano movente e mutável do qual procedem, a experiência sempre nos indica possibilidades de fuga desses círculos, de saltos para fora deles, tornando possível recuperar a mudança e a duração em sua mobilidade original.

Dessa forma, a importância deste pensamento consiste em investir numa relação temporal da subjetividade com a liberdade onde, ao durar e mudar, não se vê presa aos modelos de existir já estabelecidos, porém se expressa como incessante produção de alteridade e novos modos de inventar a si e ao mundo.

CONCLUSÕES:

Concluimos que pensar a gênese da percepção a partir de Bergson conduz a Psicologia à uma atitude ética: não compreender a subjetividade apenas pela via adaptativa que tende ao fechamento da experiência, mas também, e principalmente, compreender que a subjetividade tem por horizonte os processos de criação e mudança que ampliam a percepção e viabilizam um processo relacional aberto para a novidade impregnada de imprevisibilidade, numa criação onde a subjetividade e o mundo emergem.

Agradecimentos:

Agradeço ao orientador Danilo Melo e a todos que, de alguma forma, possibilitaram a realização desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

Título do Projeto: Paradoxo câncer de mama: alta curabilidade versus alta mortalidade

Autores: Juliana Caminha de Lima e Silva; Maria Eduarda Ferrandi Vilas Boas Bertocco; Virgínia Dresch

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia/ Instituto de Psicologia/ Laboratório de Avaliação Psicológica

INTRODUÇÃO:

Embora seja uma doença potencialmente curável quando detectada precocemente, o câncer de mama é o que mais mata mulheres em todo o mundo. Tal paradoxo é construído a partir de questões determinantes que vão além das dificuldades de acesso a diagnóstico, tratamento e apoio social do Estado, embora essas também devam ser consideradas. O impacto da função de cuidadora da mulher, considerada como estruturante no papel do gênero feminino, não pode ser ignorado. As implicações do gênero no cuidado podem ser responsáveis por um protelamento do autocuidado em detrimento do cuidado do outro, levando a atrasos no diagnóstico. Essa postergação do cuidado é considerada complicadora no tratamento do câncer de mama, uma vez que um tumor de dois centímetros (média de um tumor clinicamente palpável) pode dobrar de tamanho no período de um ano (Allemani *et al*, 2018). Quanto mais cedo um câncer for detectado, maiores as possibilidades de cura e menores os impactos na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.

Face ao exposto, torna-se necessário identificar/reconhecer a influência potencial de pressupostos de gênero, em particular a atribuição quase exclusiva da função cuidadora às mulheres, no acesso e adesão ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama, e propor medidas de enfrentamento dessa questão. Como contribuição para a reflexão sobre esse tema, o presente estudo, realizado através de metodologia qualitativa, teve o objetivo de conhecer as percepções de mulheres que tiveram câncer de mama sobre seu adoecimento e seu processo de escolha por cuidados a partir da perspectiva de gênero, em particular o papel de cuidadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O estudo em questão foi realizado com nove mulheres, entre 48 e 74 anos, que tiveram câncer de mama em alguma etapa da vida adulta e frequentavam, assiduamente, uma Organização Não-Governamental (ONG) de apoio no município de Niterói (Rio de Janeiro, Brasil). O instrumento utilizado na coleta de dados foi a entrevista não-estruturada, com o objetivo de captar o Itinerário Terapêutico das mesmas após o diagnóstico de câncer de mama.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo do tipo temática, que visa identificar núcleos de sentido que compõem um conjunto de referências e valores presentes no discurso dos sujeitos. Ao utilizar esta técnica, buscou-se construir categorias de análise, a partir da organização de núcleos de sentido. Assim, após a transcrição das entrevistas, foram seguidos os seguintes passos: a) leitura flutuante do material; b) identificação de regularidades nos discursos; c) organização a partir de núcleos de sentido em comum; e d) construção de categorias de análise; e e) análise propriamente dita.

Os relatos permitiram a identificação de três categorias de análise, que partiram da compreensão das relações de cuidado de si e dos outros diante das normativas de gênero. A primeira categoria, “**primazia do cuidado do outro**”, expressa a naturalização do papel de cuidadora da mulher, ainda que esta necessite de cuidados após o diagnóstico de uma doença grave. A segunda categoria, “**imperativo da mulher guerreira**”, por sua vez, engloba a compreensão da precariedade de cuidados e/ou da ausência de uma rede de apoio como oportunidade dessas mulheres manifestarem força e de serem usadas como exemplo de superação. Por fim, a terceira categoria,

“(Des)cuidado de si e ‘cuidado’ do Estado”, descreve o modo como essas mulheres com diagnóstico de câncer de mama lidam com a precariedade dos dispositivos de proteção social oferecidos pelo Estado. O material empírico coletado permitiu a compreensão da forma como o estabelecimento das normas de gênero para mulheres constitui-se como norteador para as práticas de cuidar e ser cuidada, além de explicitar como a presença ou ausência de suporte contribui para o modo como as mulheres descrevem suas experiências e os possíveis impactos no adoecer. Considerando que o trabalho de cuidado é tido culturalmente como “um trabalho de amor” (Tronto, 2007), o cuidado maternal passou a ser progressivamente naturalizado como a própria essência feminina (Badinter, 1985), fazendo com que muitas mulheres não sejam capazes de deslizar da posição de cuidar para a posição de serem cuidadas. Com isso, quando algo desestruturador acontece, como a descoberta de uma doença grave, essas mulheres ainda se desdobram e muitas vezes negligenciam a própria saúde numa tentativa de não deixarem de cumprir suas supostas obrigações.

CONCLUSÕES:

O presente estudo busca apresentar um panorama da relevância do câncer de mama como uma questão de saúde pública, destacando a necessidade de criação de políticas que atendam as demandas de saúde da população feminina, considerando não apenas a vulnerabilidade biológica na qual essa se encontra, mas também a vulnerabilidade social e emocional, tendo como foco as mulheres que adoecem e não apenas a doença em si. O autocuidado torna-se ainda mais inviabilizado devido a precarização de dispositivos sociais do Estado que visem o auxílio para que essas mulheres possam cuidar de si, uma vez que, na maioria dos casos, elas provam de uma condição de desamparo frente ao adoecer, estando fixadas à posição de cuidadoras. Para exercer essa função, muitas mulheres abrem mão ou atrasam o autocuidado, mesmo quando as indicações e necessidades são notórias, priorizando uma assistência a

figuras historicamente apresentadas como objetos de seus cuidados (filhos, maridos, idosos dependentes). Em muitos discursos, as aflições experimentadas frente a essas circunstâncias do adoecer são transformadas em histórias de superação para reafirmar a condição de “poder” que mulheres cuidadoras acreditam manter frente à precariedade de suporte ofertado a elas. Os discursos das participantes do estudo evidenciaram, portanto, três ideias centrais como elementos de impacto potencial nas escolhas dessas mulheres em relação ao autocuidado e, conseqüentemente, em suas experiências de adoecimento: o (abandono) de si e o 'cuidado' do Estado, a idealização da imagem da mulher guerreira e a primazia do cuidado do outro.

REFERÊNCIAS

Allemani, C., Matsuda, T., Di Carlo, V. et al. (2018). Global surveillance of trends in cancer survival 2000–14 (CONCORD-3): analysis of individual records for 37 513 025 patients diagnosed with one of 18 cancers from 322 population-based registries in 71 countries. *Lancet*, 391, 1023-1075.

DOI:[https://doi.org/10.1016/S01406736\(17\)33326-3](https://doi.org/10.1016/S01406736(17)33326-3)

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

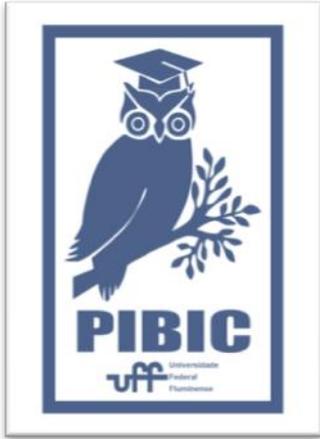
Tronto, J. (2007) Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, 22, 2, 285-308.

AGRADECIMENTOS:

Juliana Caminha de Lima e Silva é bolsista do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Edital 2017-2018.

Maria Eduarda Ferrandi Vilas Boas Bertocco é voluntária de iniciação científica.

Agradecemos, especialmente, à Organização Não-Governamental (ONG) onde o estudo foi realizado, pela acolhida, e às mulheres que participaram deste estudo, por suas valiosas contribuições.





Grande área do conhecimento: Educação
Tendências da Produção Científica Brasileira sobre Letramento Acadêmico na Formação de Professores
Autores: Elisa Bragança Curi Magalhães de Souza e Jéssica do Nascimento Rodrigues
Departamento/Unidade/Laboratório: Programa de Alfabetização e Leitura (PROALE)/ Faculdade de Educação (FEUFF)

INTRODUÇÃO:

A entrada na universidade proporciona transformações à formação de todo estudante, que não é preparado para esse momento durante sua vida escolar. Isso é investigado em diversas pesquisas (MELLO, 2014; RESENDE, 2010; SANTOS, 2005) que apontam que, na educação básica, a realidade do trabalho realizado pelos professores é diferente do que é apresentado no ensino superior. Assim, ao ingressarem na universidade, muitos discentes se deparam com gêneros discursivos próprios dessa esfera e diferentes daqueles com os quais estavam acostumados a lidar. Com isso, a relação entre o aluno e o meio acadêmico se torna distante e permeada por medos e preconceitos, visto que, muitas vezes, há exigências nas formas de vivenciar essa esfera desconhecidas pelos estudantes até então.

Dessa forma, o letramento acadêmico se apresenta fundamental para que esses alunos se apropriem das novas práticas de leitura e escrita, já que se trata de uma realidade complexa que envolve a orientação do discente para o desenvolvimento de capacidades linguísticas, cognitivas e socioculturais. Rodrigues (2017) compreende essa problemática e enfatiza que “o ensino do ler-escrever voltado para o universo acadêmico é, de fato, um desafio, sobretudo quando restrito à universidade. Após concluir a educação básica, o aluno, tendo prestado o vestibular, ingressa no ensino superior, em qualquer que seja o curso, sem nunca ter estudado textos acadêmicos” (RODRIGUES, 2017, p. 179).

Com base nesses apontamentos, considera-se, então, relevante a construção de uma inter-relação entre letramentos acadêmicos e docentes, destacando as principais questões levantadas nas pesquisas dos últimos cinco anos e reconhecendo que as práticas de ler-escrever textos da esfera acadêmica não devem se restringir ao espaço-tempo da academia. Deve-se, ainda, buscar refletir sobre a importância de uma formação docente sólida,

que se estenda às práticas situadas nas salas de aula da educação básica e que compreenda que o letramento acadêmico e o docente são imprescindíveis e complementares.

Nesse sentido, objetivando mapear os desafios e as contribuições do debate acerca do letramento acadêmico para a formação docente e refletindo sobre a importância e a necessidade de ampliação dos estudos sobre o tema e da implicação dos professores universitários na orientação dos licenciandos para o trabalho acadêmico-docente, produziu-se esta pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte que considerou os trabalhos completos de teses e dissertações publicadas na plataforma CAPES e desenvolvidas sobre o contexto brasileiro no período de 2013 a 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

À procura de uma amostra intencional para análise da temática em questão, observou-se a baixa frequência de estudos sobre o tema, chegando ao número de 12 teses e dissertações, das quais três são dissertações e uma, tese, na área de Letras e 8 estudos, dos quais duas são teses e seis, dissertações, na área de Educação. Foi possível fazer uma análise dos referidos trabalhos, levantando alguns desafios e contribuições para este debate. Na intenção de mapear os temas recorrentes e os pontos de convergência, pode-se observar que essas pesquisas visam entender o modo como os letramentos acadêmicos se realizam, bem como quais gêneros textuais estão presentes na jornada acadêmica dos estudantes. Além disso, é perceptível a preocupação existente com as relações de poder e o modo como esses gêneros acadêmicos são apresentados aos discentes.

Na área de Letras foram encontrados os seguintes estudos: *Letramentos acadêmicos: práticas e eventos de letramento na educação a distância*, com autoria de Amanda Cavalcante

de Oliveira Lêdo, defendida em 2013, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); *Letramentos acadêmicos em um curso de Letras/Inglês: o discurso do projeto político pedagógico e o discurso de alunos e egressos*, de Betyna Faccin Preischardt, defendida em 2015, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); *Relocalização de saberes acadêmicos na construção de vozes de professores em formação inicial na escrita acadêmica convencional e reflexiva*, de Bruno Gomes Pereira, defendida em 2016, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); e *Letramentos acadêmicos de alunos de Letras de uma universidade do Sul do Brasil*, escrita por Fernanda Lopes Silva Ziegler, defendida em 2015, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Na área de Educação, foram selecionados os seguintes trabalhos: *Onde toca a formação docente: imagens do futuro professor na experiência de estágio supervisionado*, de Caroline Seixas, defendida em 2017, na Universidade de São Paulo (USP); *A escrita no contexto acadêmico: uma abordagem a partir das ideias de L. S. Vygotski*, de Clarice Vaz Peres Alves, defendida em 2013, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); *Trajetórias de letramento de estudantes de Pedagogia*, de Débora Duarte Monney, defendida em 2016, pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); *Ler e escrever em práticas de letramentos acadêmicos em um curso de Pedagogia na modalidade educação a distância* de Jeime Andreia Dávalo Gonçalves, defendida em 2017, pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); *A construção de identidades docentes em práticas de letramentos acadêmicos do Pibid*, de Jessica Reinert dos Santos, defendida em 2017, pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); *Saberes docentes: uma análise a partir do Projeto de Letramento Guariba*, de Joelma Carvalho Sales, defendida em 2016, pela Universidade Estadual de Roraima (UERR); *Letramentos acadêmicos na educação profissional e tecnológica: práticas de docentes com tecnologias digitais*, de Marilene Assis Mendes, defendida pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), em 2017.

CONCLUSÕES:

Tendo em vista o debate em tela, mostra-se relevante a reflexão sobre a importância dos letramentos acadêmicos na

formação de professores, como parte fundamental do desenvolvimento profissional. Com isso, pesquisar os principais temas e questionamentos relativos à caminhada acadêmica acerca dessa discussão é necessário para a ampliação do conhecimento nessa área.

Assim, as principais tendências da produção científica brasileira sobre letramento acadêmico na formação de professores, publicadas no banco de teses da CAPES, nos últimos cinco anos, tem sido identificar os principais gêneros acadêmicos com os quais os alunos lidam, já que estão inseridos no sistema de atividades da universidade, bem como a tomada de consciência sobre o desenvolvimento da escrita acadêmica, buscando identificar o envolvimento desses discentes em práticas de ler-escrever que constituem a trajetória de letramento.

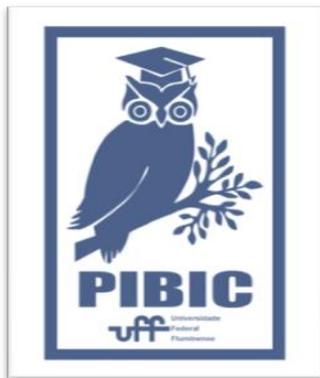
Além disso, as principais questões levantadas sobre a relação entre letramento acadêmico e letramento docente estão voltadas para a compreensão das relações entre práticas de letramento com a formação de identidades docentes. Assim, as disciplinas cursadas na universidade mostram sua relevância ao possibilitar a contribuição de construção dos saberes docentes adquiridos por meio das práticas de letramento que se apresentam de forma diversificada. Tal tese apoia-se, então, na perspectiva de que a formação inicial possibilita aos professores a vivência de múltiplos letramentos, no sentido de formá-los como sujeitos letradores, agentes de letramento.

No entanto, o maior desafio lançado a esse debate tem sido o conflito vivenciado pelos alunos no ensino propriamente dito da escrita acadêmica, principalmente, aos jovens recém-chegados à universidade. É de ciência que esses ainda necessitam adaptar suas escritas no intuito de cumprir as exigências institucionais, devido ao desconhecimento de normas, expectativas e funcionamento de gêneros do universo acadêmico.

Por fim, ao pensar sobre a dimensão da inter-relação entre letramentos acadêmicos e formação docente, é preciso compreender que ainda existem questões a serem aprofundadas e refletidas. Sob esse aspecto, enfatiza-se a necessidade de “sinalizar, para as universidades, as transformações necessárias para formar professores que façam a diferença, se o que exige dela é que forme alunos que façam a diferença no mundo dominado pela escrita” (KLEIMAN, 2006, p. 89).

Agradecimentos:

“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza, vai mais longe” (Clarice Lispector). Com esse pensamento de Clarice Lispector, inicio meus agradecimentos. A pesquisa, muitas vezes, é um trabalho solitário e contínuo, em que não sabemos ao certo onde chegará ou o que encontrará pelo caminho. Entretanto, durante esse ano de estudo, não me senti assim. Tive a sorte de ser conduzida pela minha orientadora que me mostrou os melhores percursos e ainda esteve ao meu lado. Agradeço ainda à Universidade Federal Fluminense pelo apoio e confiança em nosso trabalho, além de me proporcionar a oportunidade de aprender e amadurecer enquanto ser humano e como profissional.





Ciências Humanas

O argumento da segurança na atuação do Poder Judiciário brasileiro

Carolina Bittencourt de Oliveira (bolsista PIBIC/UFF/CNPq),
Daniel Arruda Nascimento (orientador)

Departamento de Direito de Macaé (MDI), Instituto de Ciências
da Sociedade de Macaé (ICM)

SOBRE A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO ARGUMENTO DA SEGURANÇA NA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

Busca-se por meio desta pesquisa analisar de que modo o argumento da segurança é mobilizado pelas instituições do Poder Judiciário brasileiro para fundamentar as suas decisões e como isto vai ao encontro da tese filosófica de Giorgio Agamben sobre o Estado Securitário. Os governos recorrem à *razão de Estado* sempre que desejam justificar suas decisões políticas, em geral, relacionadas a um contexto de crise que coloque em risco a conservação do Estado. Nos Estados Contemporâneos, o modo de agir dos governantes passa a estar submetido ao critério da legalidade. A razão de Estado está condicionada pelas regras impessoais do Direito. A tese do poder jurídico, enquanto um poder político regulado “para fins de Direito”, como diria Dalmio Dallari, permitiu fazer prevalecer os ideais democráticos de supremacia da vontade do povo, igualdade de direitos e preservação da liberdade que ascenderam com as revoluções no século XVIII. Norberto Bobbio conceitua este sistema de poder como legal-racional cuja legitimidade consiste em ser exercido nos limites e na conformidade de leis positivas. Estes limites nos Estados Contemporâneos são definidos por uma Constituição com força normativa. Entretanto, esta nova organização dos Estados não foi suficiente para sanar devidamente os conflitos e a sociedade contemporânea agora enfrenta a crise de legitimidade do próprio Estado Democrático de Direito. Garantir a segurança do aparelho burocrático tornou-se, portanto, a *razão de Estado* da atualidade. Um interesse desconectado da finalidade do bem comum, embora uma necessidade de tal

importância para os governantes que os tornam capazes de violar as próprias normas jurídicas estabelecidas. Na pesquisa que agora apresentamos, para além de uma revisão bibliográfica, procedemos a uma pesquisa jurisprudencial, priorizando decisões do Supremo Tribunal Federal exaradas durante o ano de 2018. No intuito de adequar a amostragem ao tempo e objetivo da pesquisa, ficou decidido restringir a análise sobre as decisões da Corte, dada a importância do órgão na preservação dos princípios constitucionais brasileiros, sobre os quais os valores do Estado de Segurança proporcionam forte interferência. Ao final, ficamos com 100 Acórdãos, 19 Decisões da Presidência e 191 Decisões Monocráticas para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

I. *Estado Securitário enquanto novo modelo de Estado e as razões de segurança.* O Estado contemporâneo apresenta uma persistente dificuldade em reagir aos desafios políticos de seu tempo. Diante de um ambiente de aguda instabilidade, a manutenção da ordem emerge como prioridade política dos governos e o argumento da segurança passa a ser utilizado para qualquer situação, mesmo que o perigo não seja efetivamente identificado. No artigo *O flerte do Ocidente com o totalitarismo*, Agamben (2015) afirma que a palavra “segurança” entrou no discurso político e, pode-se dizer que as “razões de segurança” tomaram o lugar do que foi chamado anteriormente de “razão de Estado”. Para Thomas Hobbes, a existência do Estado deve-se à necessidade de pôr fim aos conflitos entre os homens de forma a

estabelecer um convívio possível entre eles, a garantia da segurança e da paz social. Sendo assim, acabar com o medo é função do Estado, precisamente, o medo mútuo da guerra de todos contra todos. Contudo, conforme reflete Agamben (2015), ao se colocar sob o signo da segurança, “esse padrão se inverte: o Estado é permanentemente fundamentado no medo e deve, a todo o custo, manter-se assim, uma vez que desse medo ele deriva a sua função essencial e legitimidade”. De um Estado orientado para uma ausência de preocupação, surge um Estado que “nos deixa ainda mais preocupados com os perigos a que ele expõe a democracia, já que a via política se tornou impossível”, afirmará Giorgio Agamben em *Como a obsessão por segurança muda a democracia* (2014). Essa perspectiva de estado de emergência permanente, no qual não se identifica precisamente a ameaça, vem alterando radicalmente o atual modelo de Estado. Por “razões de segurança”, o Estado passa a fazer uso de procedimentos de exceção como técnica normal e permanente de governo com a justificativa de garantir a própria ordem jurídica. Como efeito, é estabelecida uma nova relação com os homens, baseada no controle generalizado e ilimitado. Submetidos a um poder soberano estatal, os indivíduos acham-se despojados de seus direitos de forma que qualquer ação do Estado pode ser empregada facilmente contra eles. A perda da certeza jurídica é outra característica do Estado de Segurança. Diante da arbitrariedade do *Leviatã* moderno, tudo é possível. A suspensão de direitos praticada em nome da segurança, segundo Agamben (2004), vem se tornando habitual, especialmente desde que os Estados Unidos instituíram uma série de medidas para combater o terrorismo após o ataque das Torres Gêmeas em 2001. Em *Estado de exceção*, o filósofo italiano reflete que a presença de medidas excepcionais de neutralização de direitos dentro do ordenamento jurídico são uma tradição do Direito Ocidental. Elas justificam a transgressão do Direito, pelo Poder Executivo, em casos extraordinários de necessidade e urgência a fim de conservar o próprio Direito. O estado de exceção é, portanto, invocado sempre em situações de perigo real e iminente, resultando na limitação “dos direitos fundamentais do cidadão de forma válida”. Em situações normais, o estado de exceção deve acabar tão logo o perigo se dissipe. Contudo, no Estado Securitário, a exceção se mostra constante de tal modo que não é mais possível

fazer a distinção entre os períodos de paz ou de crise, nem garantir a segurança jurídica. A exceção, enquanto técnica de governo contemporânea, seria útil para o controle da população, oferecendo “ao Estado a oportunidade de administrar os efeitos em interesse próprio” (2015), por razões de segurança.

II. As “razões de segurança” como argumento nas decisões judiciais. Observado o comportamento do Estado na contemporaneidade, cabe refletir sobre a atuação do Poder Judiciário dentro deste contexto. Em regra, o Poder Judiciário é compreendido como racional, imparcial e garantidor da justiça. Seu papel institucional tem enorme relevância dentro do Estado Democrático de Direito, pois atua como limitador do poder político do Executivo e do Legislativo a fim de manter suas ações vinculadas ao ordenamento jurídico, precisamente à vontade do poder constituinte. Cabe, então, a dúvida: o Poder Judiciário brasileiro está sendo afetado pelo paradigma da segurança? Três decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal nos auxiliam a pensar a questão. A) O primeiro julgado que aqui apresentamos trata da Decisão da Presidência ADC 54 MC/DF, relativo à Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade, de relatoria do ministro Marco Aurélio de Mello, que atendeu ao requerimento do Partido Comunista do Brasil, que questionava a validade da execução precoce de pena após julgamento em segundo grau de jurisdição. A discussão ganhou espaço na mídia devido à sua importância. O ministro Marco Aurélio proferiu decisão monocrática, no dia 19 de dezembro de 2018, desautorizando a execução antecipada de pena aos condenados em segunda instância e permitindo, às vésperas do recesso de final de ano do Judiciário brasileiro, a libertação dos presos afetados pelo precedente criado, em 2016, na ocasião do julgamento do Habeas Corpus 126292/SP. No dia seguinte, o ministro presidente Dias Toffoli negou o pedido de alvará de soltura feito pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se amparava na decisão liminar do ministro Marco Aurélio na ADC 54 MC/DF, e sustou os efeitos da sentença do colega da Corte “até que o colegiado maior aprecie a matéria de forma definitiva”. Aí, o argumento da segurança e a lógica securitária são percebidos quando a arbitrariedade passa a ser racionalizada e neutralizada para atender ao

pragmatismo institucional. Ao “extravasar os limites que são próprios ao Judiciário” na análise sobre presunção da inocência, o Supremo Tribunal Federal usa da exceção e remete o cidadão a um estado de insegurança jurídica. B) A segunda jurisprudência que aqui apresentamos para análise trata do acórdão no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1122678 Agr/SP), de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, julgado pela Primeira Turma do STF em 29 de junho de 2018. A decisão refere-se ao questionamento de Felipe Torralbo Silva sobre legalidade da inviolabilidade de domicílio por agentes policiais sem mandado judicial com fundamentação em denúncia anônima. A parte requerente teve a residência alvo da entrada forçada pela Polícia Militar, cujo ato descreveu como “pé na porta”, que culminou na sua prisão após serem encontradas drogas e uma arma de fogo no interior do domicílio. No recurso, a parte alegou ofensa a diversos dispositivos constitucionais, dentre eles o artigo 5º, LVI. Para a defesa, as provas colhidas foram derivadas de ato ilícito da polícia, ao se recorrer à ilegalidade na busca e apreensão domiciliar. Pode-se sugerir que está ocorrendo uma chancela judicial ao arbítrio policial dado que o Poder Judiciário está afrouxando o controle de legalidade das ações policiais, mediante a flexibilização dos parâmetros de fundamentação para a violação do domicílio, por razões de segurança. A reflexão sobre a certeza da conduta dos agentes do Estado, sua legitimidade e os casos de abuso de autoridade (decorrentes da perspectiva autoritária arraigada na estrutura policial brasileira) fica eclipsada frente a um contexto de combate ao comércio ilegal de drogas, crescente e cada vez mais organizado e complexo, cujas medidas requerem maior velocidade e eficiência do poder público, por razões de segurança. C) A terceira jurisprudência que aqui apresentamos trata da Decisão da Presidência SS 5191/AP de 25 de junho de 2018 proferida pela então ocupante do cargo, Ministra Carmen Lúcia, a um pedido de Suspensão de Segurança requerido pelo Estado do Amapá, a fim de suspender os efeitos do acórdão deferido pelo Tribunal de Justiça do Amapá no Mandado de Segurança e da decisão do Juízo da Segunda Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá, que determinavam “o pagamento dos vencimentos dos servidores estaduais, em parcela única, até o quinto dia útil do mês seguinte”, conforme ordena a Constituição Estadual. A manifestação do Poder

Judiciário local deveu-se à provocação do Sindicato dos Policiais Cíveis do Amapá contra a medida do governador do Estado de parcelar o remanescente da remuneração, referente ao mês de março de 2017, de forma a adiar o pagamento integral dos vencimentos para o mês seguinte. O Estado do Amapá utilizava o argumento da segurança, tendo em vista um estado de crise financeira. A ministra Carmen Lúcia acolheu os argumentos do Governo do Estado do Amapá. A emergência econômica caracteriza o contexto político do século XX. De acordo com Agamben, as constantes crises econômicas, agravadas a partir da década de 70 pelo modelo capitalista neoliberal, produzem um estado de necessidade pública de difícil gerência para os governos democráticos. No caso, o Supremo Tribunal Federal agiu para negar os direitos constitucionais dos servidores em favor da preservação da segurança e ordem jurídica do Estado. Por razões de segurança, ao afastar a aplicação da norma constitucional que garantia os vencimentos dos servidores, o Poder Judiciário legitima a violação praticada pelo Poder Executivo estadual.

CONCLUSÕES

É possível afirmar que o argumento da segurança, presente nas fundamentações das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal, demonstra que a preocupação com a segurança está afetando a sua rotina, mesmo que o que se conceba por “segurança” possa variar dependendo do contexto, ou mesmo atuar nos polos adversos de uma mesma causa. As análises apontam a dificuldade da Corte em conciliar a proteção do texto constitucional com as pressões midiáticas e sociais por maior segurança e ordem pública. Dificuldade esta, criada pelo próprio Estado Securitário, na medida em que promove um governo de medo, indeterminação, despolitização e insegurança social. Sem qualquer sinal de reversão do quadro, a crise social produz um volume crescente de conflitos, envolvendo especialmente as categorias de indivíduos marginalizados, que sobrecarregam o funcionamento do Poder Judiciário e colocam em questão sua confiabilidade.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



Ciências Humanas

Análise Estrutural da Vingança na Mitologia Nórdica – Séculos X-XIII

Caio de Amorim Féo

Instituto de História – Departamento de História – Translatio Studii

INTRODUÇÃO: A vingança era uma prática recorrente entre os vikings, envolvia questões de honra e coragem e ressaltava o valor do principal núcleo social da sociedade germânica, a família. Na Islândia pré-cristã (870-1000), a resolução de conflitos por meio da vingança violenta ocorria, porém, devido a fatores que envolviam o tamanho territorial da ilha, distanciamento do continente e a intenção de se evitar um confronto generalizado incontrolável. A vendeta entre pequenos grupos, ou exercida de maneira individual em casos isolados, eram as formas predominantes. Com o cristianismo consolidado na região, no ano 1000, e com o Estado Livre Islandês já estabelecido desde o ano de 930, as resoluções dos conflitos passaram a ser promovidas cada vez mais através de acordos em que as compensações financeiras se tornaram correntes. Esta tentativa de controle da violência sofreria um forte abalo com o início da guerra civil em 1220, que se estenderia até 1264, configurando-se um período de violência deflagrada na Islândia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A proposta do projeto de Iniciação Científica que desenvolvi na UFF, sob orientação do Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos, abordou os atos de vingança realizados pelos deuses presentes nas fontes mitológicas nórdicas com o intuito de estruturar o *etos* violento presente nas práticas de vingança que se articulavam na Islândia do período pré-cristão até o fim do Estado Livre, em 1264. Para a abordagem em questão utilizamos, além das fontes mitológicas, compilações de leis islandesas de conteúdo variado que abarcam o período anterior e posterior à cristianização. A pesquisa teve por objetivo problematizar a utilização das fontes mitológicas nórdicas para o estudo da religiosidade e da sociedade islandesa da Era Viking, além de contribuir com a crescente

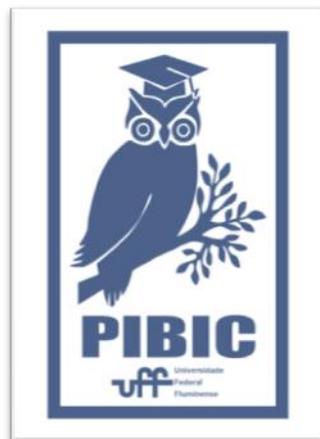
expansão do interesse pela produção de materiais voltados à Escandinavística em língua portuguesa. Ademais, as análises da religiosidade e da vingança privada em contexto viking auxiliam no entendimento não só das relações circunscritas aos países escandinavos, mas também de casos intrínsecos a outros recortes espaço-temporais.

CONCLUSÕES:

Nesta apresentação, pretendemos também refletir sobre a importância da iniciação científica na formação profissional do graduando em História. Para tal, buscaremos apresentar o processo de seleção e tratamento das fontes primárias por nós utilizadas, o que significa escolher ou descartar uma determinada fonte de acordo com o objeto de estudo.

Agradecimentos:

Agradeço à PROPI e ao CNPq pela bolsa de IC, pela experiência adquirida e por sua enorme importância para a minha formação profissional, todas propiciadas pelas atividades de pesquisa realizadas no âmbito do PIBIC-UFF. Agradeço, por fim, ao Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos por sua orientação ao longo de todo o período de trabalho.





Grande área do conhecimento: Ciência Humanas

Título do Projeto: Etnoatlas Geográfico Participativo das comunidades Quilombolas da Baía da Ilha Grande

**Autores: Mariana Teixeira da Silva (bolsista Faperj).
Monika Richter (orientadora)**

**Departamento de Geografia e Políticas Públicas da
UFF/IEAR**

INTRODUÇÃO:

O quilombo Santa Rita do Bracuí guarda vivas as tradições africanas em Angra dos Reis. Descendentes de escravos, velhos e jovens moradores se articulam incansavelmente para fortalecer a identidade quilombola entre as novas gerações. "A terra para o quilombola é mãe, não se arrenda e não se vende", decretam. O terreno onde fica a comunidade fazia parte da antiga fazenda de Santa Rita do Bracuí, que pertenceu ao comendador José de Souza Breves, conhecido como Rei do café no Brasil Império.

Em seu testamento, aberto em 1879, nove anos antes da abolição da escravatura no Brasil, o comendador Breves libertou todos os seus escravizados e fez uma doação formal da propriedade do Bracuí, para os que ali residiam antepassados dos atuais moradores da comunidade. Apesar da doação, desde os anos 1960 os quilombolas travam lutas contra grileiros e condomínios de luxo para se manterem nas terras herdadas por direito. Atualmente encontram-se em processo de regularização fundiária junto ao INCRA, em uma proposta de território fragmentada e ainda sob forte ameaça de grileiros e posseiros.

O presente projeto busca registrar por meio de mapeamentos participativos, sua geografia natural, social, cultural e histórica

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta e a resistência dos moradores da comunidade Santa Rita do Bracuí pode ser contada por meio dos mapeamentos

participativos uma vez que este, por definição é "... um tipo de mapeamento auxiliado pelas comunidades que estão inseridas na área de estudo com o objetivo de facilitar a interpretação dos mapas para essas comunidades e consequentemente as particularidades de um território." Sendo importante também, nesse âmbito o uso e a confecção do *atlas*, que agrupa um *conjunto de mapas* ou cartas cartográficas, ou ainda, reúne um conjunto de dados sobre determinado assunto/local sistematicamente organizados e servindo de referência para a construção de informações de acordo com a necessidade de quem irá utilizar deste material. Em se tratando do quilombo Santa Rita do Bracuí, que tradicionalmente carrega consigo particularidades e que ainda hoje, mais de cinquenta anos depois da doação da terra, os moradores ainda lutam para constatar seu direito legal a terra, é de suma importância a representação do seu passado, a configuração atual do território e os desdobramentos futuros. Um território que inicialmente ia do litoral ao topo da Serra do Mar, se restringe a uma área muito menor, e ainda assim, seus moradores não são assegurados em termos de domínio do território. É um processo incansável que os quilombolas vivenciam, de luta e resistência, nesse sentido se faz importante dar voz e visibilidade à comunidade.

CONCLUSÕES

O objetivo do referido projeto, consiste na construção de um *etnoatlas participativo*, que dê voz e visibilidade para comunidade, ou seja, um conjunto de mapas confeccionados a partir

do olhar da comunidade sobre sua terra e suas percepções sobre a dinâmica do uso e da ocupação territorial, com a perspectiva futura de levar a comunidade uma maior o registro de seu conhecimento sobre a própria com suas memórias e heranças culturais/históricas

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Comunidade Santa Rita do Bracuí; e à Fundação de amparo à pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela concessão de bolsa de IC.



Grande área do conhecimento: Geografia

Título do Projeto: O rural no noroeste fluminense no contexto da agricultura familiar no século XXI

Autores: Marco Túlio Morais Velasque Silva, Erika Vanessa Moreira Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: GRC / Campos dos Goytacazes / Núcleo de estudos rurais e urbanos

INTRODUÇÃO:

Dada a relevância da agricultura familiar e sua recente institucionalização, em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, a pesquisa visa compreender o espaço rural à luz da importância da agricultura familiar na Mesorregião Noroeste Fluminense [MRNOF] no século XXI, no que tange a estrutura fundiária, produtiva e organização coletiva. A metodologia se resume em leitura sobre o espaço rural, agricultura familiar e políticas públicas; coleta e sistematização de dados secundários, de bancos de dados agregados como o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/CAGED, em tabelas e mapas temáticos.

Os municípios componentes da região são Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Laje do Muriaé, Italva, Itocara, Itaperuna, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai, que representam aproximadamente 2% da população do Estado do Rio de Janeiro (IBGE) e apresentam os piores indicadores socioeconômicos, ainda em 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O território conhecido hoje como Noroeste Fluminense, segundo Marinho (2017), era território de povos nativos, como os índios Puri, Coroado e Coropó, que foram lentamente expulsos de suas terras pela expansão da fronteira agrícola (e pela Lei de Terras de 1850), com frentes da baixada campista e Minas Gerais.

No início do século XX a cultura cafeeira se expande entre os pequenos produtores da região e ganha destaque na produção, embora enfrente dificuldades devido às características do solo e dos produtores que, excluídos pelo processo de modernização conservadora e pela falta de acesso aos recursos do governo federal, passam dificuldades diante da competitividade nacional, além da crise de 1929.

Após a região passar por outra crise do café em 1960 (MARINHO, 2017), na década de 1970, no contexto da Revolução Verde, os técnicos do Instituto Brasileiro do Café propuseram a erradicação dos cafezais improdutivos da região mediante um pagamento, em espécie, por pé eliminado (PASSOS, 2017) e apontaram a substituição destes pela produção de leite, vista como atividade mais viável, o que resulta em êxodo rural e modificação nas condições de reprodução da força de trabalho.

No final da década de 1990, o governo estadual, seguindo a proposta da FIRJAN, apresentou um plano de reificações regionais, segundo suas potencialidades, ou seja, o grande discurso se deu partir de “vocações”, relegando, portanto, ao Noroeste a produção alimentar, visando atrair interesses privados e desenvolvimento industrial (MARINHO, 2017), mesmo após o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado, com a criação do PRONAF, em 1996, reconhecendo as características próprias para que os agricultores pudessem garantir a continuidade de sua reprodução.

Abramovay (1992) sugere uma nova categoria social que abarque as características próprias da unidade de produção familiar com bases nos princípios da FAO. O autor ressalta a importância da participação ativa do governo na

manutenção desta forma de produção. Schneider (1999) propõe que esta categoria social seja classificada como um modo de produção onde a gestão e o trabalho estão intimamente relacionados à dinâmica interna da família.

Partindo-se para a análise dos dados coletados junto aos Censos Agropecuários (2006 e 2017), constata-se que a MRNOF é composta, majoritariamente, por estabelecimentos agropecuários comandados por agricultores familiares, que abarcam mão de obra familiar, mas que, ao mesmo tempo, ocupam uma área bem menor se comparada a agricultura não familiar. Em 2017, o número de estabelecimentos com o acesso à DAP (Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar) era de menos de 20%. A concentração fundiária está presente em todos os municípios, sobretudo em Italva, Natividade, Laje do Muriaé e Itaperuna. As lavouras temporárias diminuíram em área colhida, enquanto as lavouras permanentes cresceram somente em três municípios, com destaque para Porciúncula (IBGE, 2019). O percentual de área de pastagem aumentou em todos os municípios, denotando a presença da pecuária extensiva.

CONCLUSÕES:

A pesquisa, em fase de desenvolvimento, permitiu *a grosso modo* constatar como a agricultura familiar tende a ser esquecida e arrefecida pelos programas na MRNOF. Tal região teve seu processo de institucionalização e separação do Norte Fluminense somente em 1987. A agricultura é uma das principais atividades econômicas dessa região, especialmente nas atividades da pecuária leiteira, da produção de tomate, café e olerícolas. Todavia, a região é marcada por baixos indicadores econômicos e sociais, fruto de políticas setoriais que foram direcionadas apenas para dar suporte ao binômio agricultura-indústria

Agradecimentos:

Desde meus primeiros momentos na Universidade fui grato aos meus pais, avós e todos os meus professores, desde o Fundamental ao IFES, que me influenciaram para que eu tomasse a minha escolha, escolhendo o meu caminho, o melhor caminho.

Ao Professor Leandro Bruno, pela dedicação e atenção aos novos alunos, suporte e ensinamentos, à Professora Erika pela paciência e perseverança e a todos os demais amigos e colegas, um espaço em minhas lembranças e coração, cada um sabe a importância que tem. Agradecimento especial à Faperj pela oportunidade de bolsa de pesquisa.

Referências bibliográficas

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 21-72.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 15-50.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012. p. 61-88

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

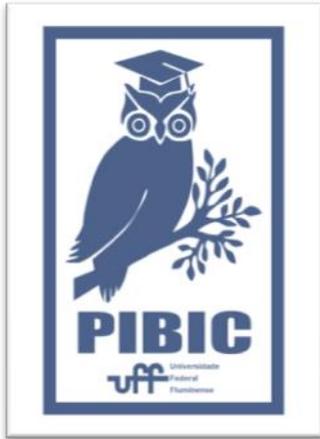
MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45. p. 83-91, out./dez., 2014.

MARINHO, I. Processo de regionalização do noroeste fluminense. **Revista Tamoios**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, p. 78-93. , jul./dez., 2017.

PASSOS, W., S. Em defesa de um planejamento urbano e regional para as cidades pequenas e para o noroeste fluminense. In: XVI Seminário de integração. 2017, Campos dos Goytacazes. *Anais...* Disponível em: <<https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/02/Em-defesa-de-um-planejamento-urbano.....-2-F.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

GRABOIS, José et al. O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense. In: CARNEIRO, Maria José et al (org.). **O campo aberto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. p. 209-223.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** Censo Agropecuário. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2019.





Grande área do conhecimento: Ciência Humanas

Título do Projeto: Inventário Turístico, Planejamento e Mapeamento de um Sistema de Trilhas Interpretativas Cultural - Ambiental em Suporte ao Etnodesenvolvimento de Comunidades Quilombolas da Região da Costa Verde

Autores: Raphael Atallah, Mariana Teixeira da Silva (bolsistas de IC da FAPERJ), e Gabriela R. Goldschmidt (bolsista PIBIC 2019/2010). Monika Richter (orientadora)

Departamento de Geografia e Políticas Públicas da UFF/IEAR

INTRODUÇÃO:

Quando se fala em desenvolvimento sustentável para comunidades quilombolas uma alternativa priorizada atualmente são as atividades relacionadas ao turismo. Em diferentes contextos regionais, as comunidades quilombolas estão sendo incentivadas a se organizarem para o turismo. Neste sentido, o potencial turístico do Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis/RJ, está baseado nos seus aspectos naturais e culturais. Aliado a esses potenciais, a atividade turística pode ser efetivada em melhores termos se for pensada de forma conjunta, ou seja, que os atrativos turísticos sejam articulados entre si, trazendo efeitos positivos imediatos e com menores riscos de insucesso. Pensar o espaço de modo integral, suas relações, conflitos e complementariedades supera a visão estreita da unidade. Seguindo esta premissa, a presente pesquisa se propõe a inventariar a oferta turística na comunidade quilombola, planejar e mapear um sistema de trilhas interpretativas de modo a divulgar e valorizar o patrimônio cultural e ambiental apontados pela comunidade, buscando contribuir com o etnodesenvolvimento local por meio dos segmentos do turismo étnico e de base comunitária

Nesses ambientes rurais/naturais, as trilhas desempenham a função de deslocamento sendo também consideradas importante instrumentos de manejo, voltados a conectar os visitantes com o lugar, criando maior compreensão e apreciação dos recursos naturais e culturais; provocar mudanças de comportamento, atraindo e envolvendo as pessoas nas tarefas de conservação; aumentar a satisfação dos

usuários, criando uma impressão positiva sobre a área; influenciar a distribuição dos visitantes. Nas trilhas se permite criar alvos de interpretação ambiental. CAMPOS E FERREIRA (2006) ressaltam que a prática da interpretação das várias paisagens culturais presentes num sítio histórico pode prover a ligação entre os interesses do turismo e da conservação, desde que o objetivo seja o fortalecimento cultural da comunidade receptora e a busca de estratégias econômicas que desenvolvam suas habilidades e seus conhecimentos.

Entende-se que a comunidade local tem papel primário no processo de interpretação, pois as suas várias “vozes” (pessoas), ao interpretarem o patrimônio, enriquecem a experiência vivencial do visitante, ao mesmo tempo em que valorizam o local. Nesse sentido, são fundamentais os relatos orais e seu registro por meio de diferentes suportes escritos e audiovisuais (BIESEK, 2004).

O presente trabalho teve como principal objetivo a análise e o mapeamento das Trilhas do IOTE e da Toca do Padre, apontados pela comunidade como potenciais para o turismo de natureza, através da interpretação ambiental - cultural e do uso de geotecnologias gratuitas como novas propostas de roteiro a serem oferecidas aos seus visitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interpretação é um processo que vem sendo trabalhada em conjunto a comunidades, com pessoas que cresceram e vivem nesses locais, a fim de melhor compreender os atrativos, as

dinâmicas, seus objetivos, para assim melhor receber os visitantes e conscientizá-los a preservar e desenvolver os bens culturais ali presentes.

No que condiz a Trilha do lote, sua marcação consistiu em 17 pontos de interesse, sendo dois deles de descanso. A trilha, inicialmente, foi aberta por caçadores e fazendeiros que tinham propriedades no local noS séc XVIII e XIV e, conseqüentemente, serviu de rota de fuga para os escravizados dos engenhos.

A Trilha do lote, pode ser caracterizada como uma trilha suave, que pode ser percorrida por crianças, desde que acompanhadas por responsável, até pessoas da maior idade acostumadas a caminhadas um pouco mais longas, pois do portão da fazenda até a área do lote, são, aproximadamente, 3.000 m com algumas breves subidas, não tão íngremes. Há locais para descanso e bate-papo ao longo, além disso o visitante estará durante todo o percurso cercado por uma natureza viva e imprevisível, onde a paisagem se modifica constantemente.

No que se refere a trilha da Toca do Padre, em seu percurso é possível desfrutar de uma vasta vegetação diversificada. A historicidade marca sua refuncionalização, assim como a trilha do lote, o caminho já servira para a travessia de bananas sobre burros. Além disso, no início da caminhada, foi possível observar um espaço que já foi morada de um integrante da comunidade. No entanto, a lenda que se configura como uma culturalidade da comunidade é o principal ponto que marca a espacialização da trilha e o pertencimento que esta é capaz de gerar nos sujeitos que se apropriam de seu espaço.

A trilha da Toca do Padre, apesar de não ser tão longa como a do lote, relativamente, é mais cansativa. Em virtude de ser mais íngreme, logo, exige-se mais esforço físico de quem a percorre. A semelhança com a trilha do lote advém da presença de diversas plantas medicinais que são utilizadas pela comunidade, em destaque para a *Miconia Albicans* (canela de velho), utilizada para a redução de dores e inflamações além do ambiente de Mata Atlântica. O ponto culminante se constitui de uma série de rochas gigantes, cobertas pela vegetação, formando um conjunto de grutas. Neste local, inicia o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

CONCLUSÕES

As trilhas mapeadas e interpretadas possuem grande potencial turístico por meio da interpretação ambiental e cultural, sendo assim, uma maneira da comunidade ofertar novos produtos para seus visitantes, divulgando e valorizando assim o seu patrimônio.

O desenvolvimento dessa pesquisa tornou possível aprimorar o conhecimento acerca das potencialidades turísticas do quilombo Santa Rita do Barcuí, assim como sua história de luta e resistência pela posse da terra.

AGRADECIMENTOS

A FAPERJ e ao PIBIC pela concessão de bolsa de IC, e à comunidade de Santa Rita do Bracui pela sua luta e resistência na preservação de parte do patrimônio ambiental e cultural brasileiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIESEK, A. S. Turismo e Interpretação Cultural. Construções Teóricas no Campo do Turismo. Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2004.

CAMPOS, A. M. N., FERREIRA, E. A. Trilha Interpretativa: Busca por Conservação Ambiental. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 6, nº 1, 2006.



Ciências Humanas

CARTOGRAFIA SOCIAL E A APROPRIAÇÃO DAS TÉCNICAS POR COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS CONFLITOS TERRITORIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA

Orientador: Mara Edilara Batista de Oliveira

Aluna: Lorena de Jesus Trindade Amorim

DGP/ IEAR/ Licenciatura em Geografia

INTRODUÇÃO:

Esse trabalho é o resultado do projeto PIBIC em andamento, intitulado “A Territorialidade da Comunidade Quilombola da Marambaia a partir da Cartografia Social: Conflitos e Resistências em Terra de Quilombo”. A pesquisa pretende abordar os intensos conflitos territoriais vivenciados pelas comunidades e povos tradicionais no campo no Brasil, e mais especificamente o caso da comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia. Até o momento da pesquisa nos dedicamos a estudar sobre o tema da Cartografia Social, principalmente enquanto uma subversão, ou apropriação, das chamadas Cartografias “oficiais”, que nos foram impostas desde a colonização e que são, até hoje, controladas por instituições de poder como peças fundamentais no processo de constituição do sistema-mundo-moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012), como as de caráter militar no Brasil. Essa temática nos chamou atenção devido a especificidade da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, com a qual estamos coordenando um processo de cartográfico, junto ao Grupo de Pesquisa, CARTONOMIA. Esse processo busca levantar os territórios de uso da comunidade quilombola na Ilha, assim como suas práticas e saberes, ou seja, a expressão de suas territorialidades no espaço. Percebemos nos primeiros trabalhos de campo na comunidade, realizado ainda durante o primeiro semestre de 2019, que espaços importantes de expressão da territorialidade quilombola se encontram hoje em espaços da Ilha controlados pelas Forças Armadas Brasileiras, principalmente a Marinha, que controla a entrada e saída de pessoas da Ilha.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os mapas estão entre as mais antigas formas de representação gráfica da humanidade. Na afirmação de Oliveira (1988), “todo povo, sem exceção, nos legou mapas” (p. 17). Essa ferramenta sempre foi uma ferramenta importante para a organização das sociedades, os mapas sempre foram utilizados na agricultura, no transporte e para a conquista e a defesa de territórios. Na Modernidade a Cartografia foi instrumento fundamental para o processo de Colonização das Américas (AbyaYala), e o processo de exploração de nossas terras foi justificado pelo seu próprio discurso, e em seus mapas desconsideravam e invisibilizavam nossos Povos Originários. No Brasil, já no período Imperial foi criada uma Escola de Formação de Engenheiros Geógrafos Militares e alguns anos depois a Comissão do Império do Brasil, com a missão de organizar oficialmente a Cartografia no país. Com isso posso afirmar que a Cartografia no Brasil, surgiu a partir de uma necessidade de demarcação e controle do território nacional, estudo e conhecimento do mesmo, e esse saber, concentrou-se nas mãos de instituições civis e militares. A Cartografia Social significa, portanto, o processo de apropriação por comunidades marginalizadas, de ferramentas da Cartografia fortalecendo processo de autogestão territorial, auxiliando na defesa dos seus territórios frente ao ataque do desenvolvimento. Nas primeiras etapas do processo cartográfico do Quilombo da Marambaia, etapa que se refere ao levantamento de informações pré-existente sobre a história de luta epla terra da comunidade, assim como sobre seus conflitos, descobrimos que a comunidade quilombola da Marambaia em seu processo de reconhecimento pela fundação Cultural Palmares em 2006, e mediante o laudo aprovado durante esse processo, constava que o território da comunidade teria 1638 hectares do território de toda a Ilha. Foi, portanto,

comesse mesmo laudo que a comunidade deu entrada no processo de demarcação de terra do Quilombo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão em escala nacional competente pela titulação de terras quilombolas no Brasil. Apenas em 2018, o processo de titulação de terras foi aprovado, entretanto, supressa para a nossa pesquisa, é que foi concedido apenas 52,99 hectares de toda a Ilha, distribuída em Núcleos descontínuos, para todas as 124 famílias. Isso foi registrado e oficializado com a elaboração de mapas do INCRA em que a comunidade quilombola da Marambaia não o compreende, pois traz uma linguagem extremamente técnica da cartografia.

CONCLUSÕES:

Assim, a Cartografia Social irá entrar como instrumento de defesa do território da comunidade, portanto, nesse processo cartográfico os dados contidos no mapa construído, são definidos conforme a própria demanda da comunidade. Nesse caso entender os recortes territoriais feito pelas negociações do território com as Forças Armadas, e junto ao INCRA, pode contribuir no resgate das territorialidades que lhes foram negadas com a supressão do seu território.

REFERENCIAS

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra.** Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenômenos fundamentales de nuestro tiempo. In: Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012

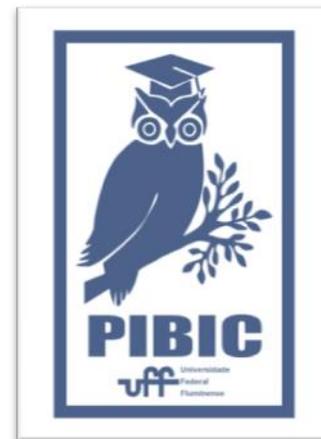
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. (Org.) **Povos e comunidades tradicionais:** nova cartografia social. Manaus, 2013

CRUZ, V. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreira Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho

Neto. (Orgs.). **Identidade, Território e Resistência.** 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis, por possibilitar o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas por ser aluno em um polo de interior. Ao meu Grupo de pesquisa, o Cartonomia, por me proporcionar experiências inesquecíveis e aprendizagens que levarei para a vida toda. Sou grata também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ que me concedeu a uma bolsa de estudo de Iniciação Científica, me ajudando no custo da pesquisa. Agradeço a todos os professores, especialmente a minha orientadora Mara Edilara Batista de Oliveira. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.





Índias

Grande área do conhecimento – História

Título do Projeto – Materialidade e interpretação de manuscritos da Época Moderna

Autores Lucas Gomes Ferreira & Pedro Henrique Domingues de Lima

Departamento de História / Instituto de História / Companhia das

INTRODUÇÃO: A digitalização crescente de fundos arquivísticos e bibliográficos, no presente facilmente consultados em plataformas eletrônicas, parece fazer esquecer que a informação histórica preservada é composta, em grande número, por papéis, letras, cadernos e tintas. Em decorrência, a rápida navegação por esses vastos mares de fontes reproduzidas pode contribuir também para se deixar de lado os caminhos mais lentos pelos quais os documentos provenientes da Época Moderna foram criados e construíram seus percursos. No entanto, os registros manuscritos e impressos do período situado - *grosso modo* - entre os séculos XVI e XVIII possuem histórias particulares, tecidas por entre autorias de perfis variados e circunstâncias de produção distintas, até serem posteriormente colecionados, organizados e catalogados em instituições públicas ou privadas, nas quais são consultados em suas versões original ou digitalizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao considerar as características físicas e trajetórias específicas da documentação preservada, o laboratório de pesquisa e ensino em História Moderna (disciplina ministrada por Rodrigo Bentes Monteiro no 2º semestre de 2019) tem por objetivo estimular estudos acadêmicos que valorizam, por uma perspectiva predominantemente interdisciplinar, a materialidade social de manuscritos e impressos da Época Moderna. Por materialidade social compreende-se a análise da materialidade física dos documentos, de sua produção gráfica

coletiva e seus processos de edição, bem como dos modos de organização textual e visual da informação registrada. Também se destacam, nesse sentido, as investigações dedicadas à compreensão de estratégias configuradoras das autorias intelectual e gráfica de textos e imagens, de forma associada a suas circulações.

Desse modo, pretende-se não apenas destacar uma dimensão complementar das análises textual e iconográfica, já consagradas pela historiografia, mas também reforçar a necessidade de fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pela guarda e preservação da documentação histórica. Para tanto o grupo envolve competências e interesses de historiadores, críticos literários, bibliotecários, arquivistas, restauradores e técnicos, formando um perfil interdisciplinar de investigação histórica. Procura-se assim valorizar esses vínculos profissionais, associados aos benefícios das novas tecnologias, para o exame de fontes escritas e visuais da Época Moderna.

CONCLUSÕES:

Os alunos vão apresentar os resultados parciais de seus trabalhos na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, com uma cópia produzida em 1825 do *Discurso histórico, e político* sobre a revolta de Vila Rica em 1720. Dessa maneira demonstram que até mesmo o estudo de cópias manuscritas pode agregar informações para a análise do manuscrito

original, depositado no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Agradecimentos:

Thaís Helena de Almeida, Márcia Almada, Funcionários da seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional e Rodrigo Bentes Monteiro.

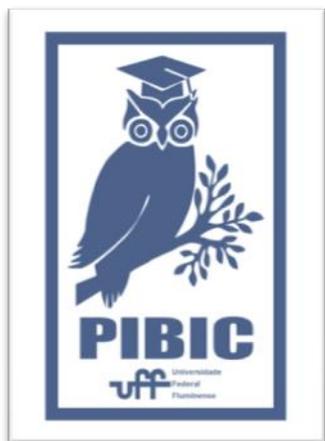


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Criminalidade, justiça e práticas judiciais: uma análise dos processos crimes da comarca de Campos dos Goytacazes (1822-1841)

Autores: Fernanda Figueiredo de Souza Barreto Silva

Departamento de História CHT/ESR/JIAR e LAHIRP

INTRODUÇÃO:

O projeto proporá uma análise dos processos crimes sob a guarda do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes, município da região norte fluminense e que, em meados do século XIX, transformou-se em uma das principais cidades da Província do Rio de Janeiro. Será realizado um estudo sobre as transformações então operadas na Teoria do Direito e, conseqüentemente, na aplicabilidade da justiça, ocorridas na Europa a partir do final do século XVIII e que iriam influenciar a constituição dos primeiros códigos criminais por todo mundo. No Brasil, o código criminal de 1830 foi fruto desse processo. Concomitante, visava o controle social de uma nação recém-instituída, que precisava lidar com a herança de uma tradição consuetudinária ibérica e com seu forte regionalismo e suas elites. O período para a análise dos processos citados será de 1830 a 1840: o estudo priorizará os dez anos de vigência do Código, bem como o Código de Processo Criminal, antes da reforma de 1841, atentando para o exercício do poder local, mormente a partir do juiz de paz e suas redes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No Brasil, as discussões em torno da promulgação de um Código Criminal tiveram início já com os trabalhos do Parlamento, no Rio de Janeiro, em 1826. As propostas seriam exaustivamente debatidas, tendo como mote o processo de positivação das leis que se operava desde o final do setecentos associado à formação da nação brasileira. Ambos os assuntos, de suma importância naquele momento, embasavam a garantia das fronteiras do Império do Brasil, bem como a unidade política e econômica que fortaleceriam a recém-instaurada nacionalidade. Para os conceptores da nação, tais aspectos estavam assegurados por um pacto político que, no entanto,

necessitava de ordem e de legalidade para sua efetivação. (SLEMIAN, 2008)

Em 1830 foi aprovado o Código Criminal do Império do Brasil. Em 1832, o Código de Processo Criminal. A referência para a consolidação desse processo foi o Código Napoleônico de 1810, que consolidou o direito como campo estatal “cada vez mais relacionado à racionalização das instituições e à garantia de direitos” (SLEMIAN, 2008. P. 184). A instabilidade política do início da década anterior facilitou a absorção das concepções modernas em torno do discurso jurídico no ambiente legislativo, o que já vinha acontecendo desde os últimos anos do primeiro reinado. Em 1827, em meio às discussões acerca do tema, foi criado o juizado de paz. Tal medida alterava definitivamente a configuração judicial prevista pelas Ordenações Filipinas e agregava em um só cargo atribuições de diversos lugares municipais (VELLASCO, 2003). Com as pressões para a renúncia de D. Pedro I, o que viria a se efetivar em sete de abril de 1831, as movimentações em prol da ordem e da manutenção do pacto político foram imediatas. A revolução era anunciada. Mais uma vez a França figurava como exemplo: as jornadas de 1830 serviriam para enfatizar o nacionalismo seus interesses soberanos. (MOREL, 2003) Os próximos dez anos seriam de extrema instabilidade. No campo político, a partir das disputas entre os partidos políticos pelo poder e por uma politização das ruas. Ainda há de se atentar para a Lei de Regência, sancionada em 1831, que fortalecia o poder dos deputados frente ao poder regencial. Na economia, devido, principalmente, às pressões inglesas relativas ao tráfico negreiro. O já precário controle social sobre os povos seria profundamente abalado por rebeliões que eclodiram em todas as partes do Império. Tal panorama colaborou para reforçar o poder das elites regionais, mormente, a partir da aprovação do Ato Adicional de 1834.

Ainda que a Lei interpretativa, de 1837, tenha suprimido a relativa autonomia desses grupos, os conflitos políticos perdurariam. A fragilidade das regências, já evidenciada anteriormente pela lei de 1831, e a maior autonomia garantida pela criação das assembleias legislativas provinciais concedia às elites regionais espaços de poder herdados do período colonial e que lhes foram retirados durante o primeiro reinado. (BASILE, 2014.) O Ato Adicional, desse modo, abriu espaço para a atuação desses grupos que detinham o poder local e aprofundavam as redes de clientela.

Esse é o contexto para a análise dessas redes de poder na cidade de Campos dos Goytacazes do período regencial. O mote será a dinâmica regional da administração e aplicabilidade da justiça a partir da atuação dos juizes de paz nos processos crimes referentes ao período.

CONCLUSÕES:

O projeto de pesquisa ainda está em sua fase inicial de desenvolvimento, mas podemos apresentar os nossos objetivos a serem alcançados:

- Estabelecer de que forma a condução dos processos crimes apontados para estudo se adequaram às diretrizes do Código Criminal de 1830 e do Código de Processo Criminal de 1832;
- Identificar os conflitos estabelecidos entre as partes e seus personagens, além dos crimes denunciados, nos processos crimes investigados;
- Analisar o desligamento do termo de Campos dos Goytacazes da comarca do Espírito Santo, em 1832 e a constituição de sua comarca e de seus distritos, em 1834;
- Analisar as relações, quase sempre conflituosas, entre as câmaras e os juizes de paz nos distritos campistas;
- Analisar as funções de polícia e de manutenção da ordem, além das estratégias de controle social executadas pelos juizes de paz e que lhes foram atribuídas pelas leis de 1827 e 1832.

Agradecimentos:

Agradeço a FAPERJ a concessão da Bolsa de IC.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Justças e Impérios Ibéricos de Antigo Regime (JIAR) e ao Laboratório de História Regional e Patrimônio (LAHIRP)

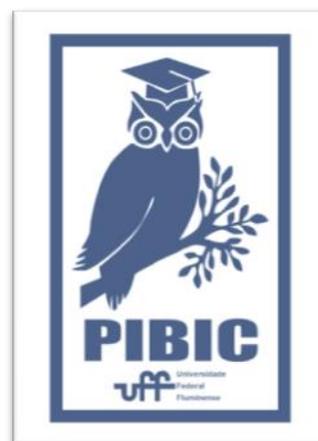


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento

Ciências Humanas

Título do Projeto

Cultura Política e Justiça: Tomás Antônio Gonzaga e a recepção a Maquiavel no Império português de Antigo Regime

Autores: Hiago Rangel Fernandes

Departamento/Unidade/Laboratório

Departamento de História CHT/ESR/JIAR e LAHIRP

INTRODUÇÃO:

A nossa pesquisa se propõe analisar a organização e as ideias políticas da sociedade portuguesa de Antigo Regime durante o século XVIII, período esse que fora marcado por tentativas de transformações nas instituições e no fazer político, pelas reformas do Secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1756-1777). Os ouvidores tiveram papel preponderante na administração do Império português, cujas fronteiras se estenderam, continuamente e através de conflitos e negociações, do século XV até o início do século XIX. A política sofreu grande influência desse papel da administração da justiça, personificada nas figuras dos oficiais de justiça, formados pela Universidade de Coimbra sob a égide da filosofia neotomista dos jesuítas.

Nosso intento principal é analisar a permanência de tal modelo/paradigma na configuração dessa sociedade portuguesa. Tal questão nos leva a procurar compreender a cultura política desenvolvida na Universidade de Coimbra, tendo como mote o período de estudos do então estudante de Leis e futuro ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, autor do Tratado de Direito Natural (1769-1777) portador de concepções político-filosóficas neotomistas, que demarcou em seus escritos uma rejeição ao pensamento político do florentino Maquiavel. Esse, portanto, será o objetivo da investigação, inserindo a pesquisa no âmbito dos estudos sobre a recepção de Maquiavel no mundo ibérico de Antigo Regime.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto de pesquisa está ainda em sua fase inicial de discussão. Nesse momento, os esforços estão concentrados na seleção de uma bibliografia que subsidiará as discussões teórico-metodológicas e no estudo de autores que dialogam com a análise do discurso para as ciências humanas.

A pesquisa proposta coloca-se no intento de interpretar o pensamento filosófico e político de Tomás Gonzaga e, a partir desse, compreender a sua recepção de Maquiavel a fim de analisar, assim, a associação do jurista português ao paradigma neotomista, consolidado há duzentos anos na Península Ibérica. Tal questão nos permite compreender a historicidade de uma cultura política no Mundo Ibérico e como se deu a sua permanência ainda no século XVIII. Para tal, buscaremos manusear o Tratado de Direito Natural, obra crucial do autor, juntamente com outras das suas produções como as Cartas Chilenas, documentos administrativos e textos que fazem referência a sua prática política e a cultura de Antigo Regime no espaço em que estava inserido. Além desses, não poderiam ficar a margem O Príncipe, escrito em 1513, e os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, publicados postumamente em 1537. Estes textos do humanista Nicolau Maquiavel nos são úteis para interpretarmos e verificarmos o pensamento maquiaveliano⁶, além de levantarmos a discussão a respeito da maneira como os pensadores ibéricos estavam recebendo e possivelmente ressignificando a teoria maquiaveliana.

CONCLUSÕES:

As conclusões ainda são parciais. No entanto, podemos levantar, dessa etapa do projeto, algumas hipóteses:

-A Utilização do termo “Machiavello” por Tomás Antônio Gonzaga como uma forma depreciativa de referenciar o humanista florentino, refletindo, assim, a rejeição da cultura política neotomista presente nas instituições de ensino portuguesas nos Setecentos, ainda que esses anos sejam marcados pelo Iluminismo e a razão de Estado.

- A Utilização da referência a Maquiavel como identificação ao paradigma corporativo jesuíta, e não pelo temor da Inquisição, que sofrera limitações pelos regimentos pombalinos.

-Há uma intencionalidade do ouvidor em desenvolver uma resposta ao processo de centralização política e de reformas nas instituições portuguesas pelo Marquês de Pombal, ao criticar a teoria política do Maquiavel, compreendida por Tomaz Antônio Gonzaga como defensora de um absolutismo.

Agradecimentos:

Agradeço a FAPERJ a concessão da Bolsa de IC.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Justiça e Impérios Ibéricos de Antigo Regime (JIAR).

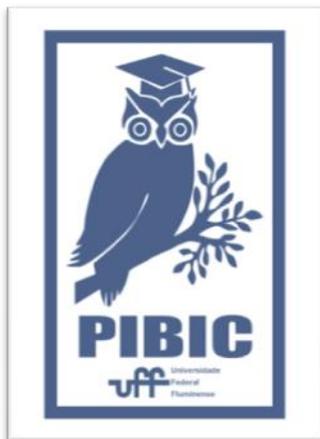


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/Geografia Econômica

Título do Projeto: Lógicas de localização espacial do setor bancário, centro e centralidades e práticas espaciais dos usuários em Campos dos Goytacazes-RJ
Autores: Samuel Henderson de Faria Santos e Leandro Bruno Santos
Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia de Campos/ESR/NEEPG

INTRODUÇÃO:

Quando analisamos o sistema bancário no Brasil, vemos historicamente diversas tendências de espacialização, ou seja, desde as primeiras formas das instituições bancárias vemos diferentes maneiras de se apropriar do espaço. Historicamente, durante o início do século XX, os bancos se especializavam em áreas centrais, em diversas sedes (grande diversidade de bancos) e com pouca capilaridade (possuía uma rede pequena de agências) (CONTEL, 2007).

As instituições bancárias, assim como qualquer outra empresa, estão alinhadas com as mudanças do sistema capitalista, não ficando aquém das novas lógicas e estratégias de localização. Com o setor bancário, a principal mudança diz respeito à concentração bancária, pelas fusões e aquisições entre os bancos, além de uma grande expansão do número de agências e diminuição do número de sedes, principalmente no final do século XX. Porém, um fator importante influenciou e ainda continua a influenciar a economia e a forma como os objetos bancários (Agências, PAE, ATM, PA) são dispostos sobre o espaço, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008).

Com o advento crescente das tecnologias da informação, das telecomunicações, dessa rede cada vez mais abrangente sobre o território nacional, se nota, a priori, uma expansão no número de agências em âmbito nacional, porém nos últimos anos (após os anos 2010), o crescimento se torna mais tímido e, em alguns bancos, há o declínio do número de agências (NEXO, 2018). Não obstante a proporção de agências na capital e fora da capital (BACEN) (nos anos analisados de 2005, 2010, 2015 e 2018), notamos um aumento da interiorização das agências, ao passo que, na escala nacional,

há mais agências fora das capitais do que dentro dela.

Mas temos que compreender que a geografia é multiescalar, e essa é a grande inquietação que permeia esta pesquisa. Se numa escala macro/nacional, podemos verificar um determinado panorama, em uma escala regional, do Estado do Rio de Janeiro, e na escala da cidade de Campos, com um exercício minucioso (já que este é o recorte espacial da pesquisa), o que se apresenta? Desde os anos 2000, quais as tendências e lógicas na organização espacial do setor bancário na cidade de Campos dos Goytacazes? Onde estão localizados os equipamentos bancários?

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Analisando primeiramente a escala do Estado do Rio de Janeiro, de modo geral, notamos um quadro contraditório em relação ao nacional, pois, se fossemos tomar esse dado como válido para todos os casos, ignoraríamos uma particularidade do Estado do Rio de Janeiro, já que há uma concentração maior de agências na cidade do Rio de Janeiro do que nos 91 municípios do Estado.

Os dados do relatório anual do Banco Central (2018) mostram que praticamente 60% das agências estão situadas na capital, ao passo que 40% ficam fora da capital. Analisando minuciosamente os dados (Dados de dezembro de 2018), foi possível analisar que, na capital, há 1213 agências, enquanto fora da capital temos apenas 820, totalizando 2033 agências. Os dados indicam que 50% dos municípios apresentam 4 ou menos agências, assim como apenas 19 municípios apresentam mais de 10 agências. Vemos uma média de 1,2 agência por 10 mil habitantes, porém esse número, em Campos dos Goytacazes, é de apenas 0,8

(menos de uma agência por 10 mil habitantes ou uma agência a cada 13.248 habitantes). Constatamos que, no Estado do Rio de Janeiro, a distribuição de agências é assimétrica e que os números de agências na cidade do Rio de Janeiro reforçam o discurso sobre a desigualdade espacial e a grande força de centralização (CORRÊA, 1997) da metrópole/região metropolitana. Essa análise, na escala da cidade de Campos Dos Goytacazes, mostra um panorama semelhante, ou mais discrepante, pois 85% das agências bancárias estão dispostas em um raio de cerca de 1,5 km, com exceção das agências na avenida 28 de Março e em Goitacazes.

CONCLUSÕES:

O que podemos trazer para debate até então na pesquisa é a multiescalaridade da concentração bancária nas áreas centrais e suas áreas adjacentes. Para tal debate é de extrema importância trazer o conceito de rede, já que “a rede é infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia, informação no espaço geográfico” (SANTOS, 2004). Os bancos se organizam em rede e se utilizam das redes (viárias, telecomunicação etc.) para se especializar. Isso pode ser observado em Campos dos Goytacazes, onde temos uma estagnação do número de agências no centro histórico e uma expansão das agências para centralidades emergentes, porém próximas ao centro, e em vias de grande circulação de pessoas, tais como a Av. 28 de Março e a Av. Pelinca (essa última exibe dois perfis distintos de agências e públicos que ainda serão melhor analisados).

Observamos também outras agências, como as localizadas no bairro Jardim Carioca (Guarus) e em Goitacazes, que, a princípio, apresentam uma lógica mais próxima do centro histórico, ou seja, de pequenos sub-centros, diferente das agências localizadas em avenidas. Isso não significa que as avenidas não sejam importantes para se entender a localização dessas agências, mas que elas auxiliam para a centralização desses locais e, em certa medida, para a menor dependência em relação ao centro da cidade para a utilização de serviços bancários.

Agradecimentos:

Agradeço ao professor e orientador Prof. Dr. Leandro Bruno Santos, pelos ensinamentos, por

despertar a todo instante a curiosidade e o pensamento crítico sobre a realidade que nos cerca. Agradeço à FAPERJ pela confiança e pelo fomento da minha pesquisa de iniciação científica, instituição essa que proporciona a jovens pesquisadores o amparo necessário para produzirem conhecimento científico, através do fomento de pesquisas, que enriquecem nossas universidades.

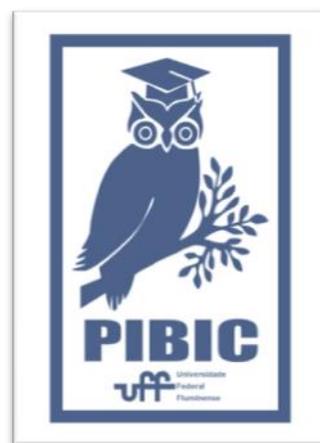


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Área: História

Sub-área: História Moderna

O Republicanismo italiano: reflexões sobre os textos de Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel.

PINTO, Fabrina M.; MORETTI, Matheus T.

CHT – Departamento de História de Campos / UFF Campos

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa, que compõe o projeto “*O Republicanismo Italiano: reflexões sobre os textos de Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel*” se dedica à compreensão da emergência do republicanismo italiano entre os séculos XIV e XVI, sobretudo do pensamento desenvolvido a partir do ambiente cultural e político da República de Florença. Durante a presente vigência (2018-2019) nos dedicamos, sobretudo, à leitura e análise crítica dos textos do chanceler e humanista florentino Leonardo Bruni (1427-1444): tais como a *Laudatio florentinae urbis* (em tradução inédita para nossa língua sob o título de *Elogio da cidade de Florença*), *Diálogo para Pier Paolo Vergerio*, *Oratio in funere Nannis Strozae equitis florentini*, e o *De Militia*. Procurou-se compreender os argumentos políticos e retóricos utilizados para a defesa da teoria republicana, baseada no auto-governo, na liberdade e na participação cívica. Seguimos a corrente historiográfica iniciada por Hans Baron (e desenvolvida por autores como Eugenio Garin, Pocock, M. Virolli, entre tantos outros), que aponta uma significativa ruptura entre o pensamento medieval e o moderno a partir dos argumentos e pressupostos levantados pela geração intelectual de Salutati, Bruni e Maquiavel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nesse sentido, buscamos analisar a linguagem política republicana que emerge nesse período, e que de acordo com Pocock (2008) é cada vez mais secular. Para tanto, os textos de Leonardo Bruni devem e foram pensados como fundamentais ao desenvolvimento do pensamento republicano no *Quattrocento* italiano.

Para autores como Hans Baron (1956), Eugenio Garin (1996), J.G.A. Pocock (2008), e também para estudiosos brasileiros como N. Bignotto (2001), Helton Adverse (2010), Fabrina Pinto (2015), entre outros, é Leonardo Bruni o humanista que apresenta ao ambiente cultural e político italiano as formulações teóricas que dão base e influenciam toda uma geração do pensamento republicano; que encontra seu ponto de inflexão maior em Nicolau Maquiavel.

Para Hans Baron, é em Bruni que o pensamento humanista, fundindo-se as suas preocupações e experiências políticas, encontra sua maturação mais completa. O humanismo que tece um novo olhar sobre a política e a história, e que passa a valorizar a vida ativa afirmando que é na cidade que o homem se realiza, Baron (1956) o conceituou como humanismo cívico.

Foi com este olhar que lemos as principais obras brunianas, e percebemos que a política passa a ser explicada em conexão direta com a história (uma das cinco disciplinas que compõem os *studia humanitatis*). Para além das contribuições historiográficas do humanista – ele mesmo autor de uma História do povo florentino -, entendemos que a república fora pensada tanto em sua existência histórica quanto percebida como resultado das ações e virtudes humanas.

No *Elogio da cidade de Florença (1404)*, obra que analisamos na sua totalidade, Bruni sai em defesa da liberdade florentina, que só poderia existir na República, única forma de governo capaz de resguardar as condições necessárias para a manutenção da igualdade entre os cidadãos, sendo o espaço propício para o desenvolvimento das virtudes.

Vale matizar que, como acentua Baron e Bignotto, o humanismo cívico é o primeiro a afirmar a superioridade da vida ativa sobre a vida contemplativa. Isto é, o homem se realiza a partir da atuação na cidade, buscando a

excelência da *virtus*. Assim, nossa leitura, tal qual pontua Skinner (1996), é de que Bruni rompe com a concepção agostiniana na qual a ideia de que uma busca pela *virtus* é presunçosa frente ao que o ser humano pode alcançar com seus próprios esforços. Por tudo isso, concordamos com Adverse (2013) que os principais elementos do pensamento político republicano como a ideia de liberdade, igualdade ou ainda de governo das leis, estão presentes nas formulações do chanceler florentino.

CONCLUSÕES:

Nossa pesquisa mobilizou o conceito de humanismo cívico como uma categoria importante para o entendimento das características do pensamento republicano do *Quattrocento* italiano. Entendemos que este conceito é o que melhor identifica o movimento humanista com as suas formulações teóricas, no sentido de que o republicanismo não se caracteriza apenas um elemento retórico, como buscou afirmar J. Seigel, P. O. Kristeller, Hankins, entre tantos outros.

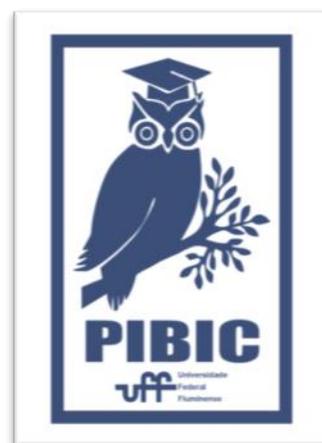
Assim sendo, nossa análise mais centrada na letra do texto bruniano (ainda bastante desconhecida no Brasil), buscou conjugar o papel político e o papel retórico destes panegíricos, pois entendemos que a separação desses dois domínios como campos distintos apenas prejudica a compreensão dos argumentos do autor. Se a retórica é o instrumento que liga os homens à cidade (PINTO, 2015), seu uso não anula o caráter político-teórico dos textos. Por isso, ela se configura enquanto um elemento central para a compreensão do humanismo cívico, pois é a linguagem que veicula e dá forma as noções morais e políticas deste período.

Diante do exposto, as conclusões aqui apresentadas fazem parte do nosso interesse em investigar a linguagem política do humanismo cívico e o tratamento de questões que caracterizam este momento da tradição do pensamento republicano – que Pocock chamou de *momento maquiaveliano* –, e que são pensadas e retrabalhadas ao longo do século XV. Assim, ao formular um pensamento político-histórico que aborda a política de maneira mais secular e racional, o republicanismo italiano, em sua linguagem própria, teria dado importantes contribuições ao Republicanismo Moderno; configurando-se como uma de suas matrizes, como já demonstrou Adverse (2013).

Por fim, o projeto - que já teve sua vigência 2019-2020 aprovada - segue no sentido de compreender o desenvolvimento do pensamento republicano ao longo do *Quattrocento* italiano e, em tempo, comparar as formulações de Leonardo Bruni àquelas propostas por Nicolau Maquiavel, sobretudo em sua História de Florença.

Agradecimentos:

Nosso principal agradecimento se dirige ao CNPq, instituição fundamental à ciência brasileira, sem a qual esta pesquisa de Iniciação Científica não seria possível. Agradecemos, também, ao Laboratório de Estudos Republicanos por todo o suporte oferecido, e a



PROPPI pela organização do PIBIC nesta Universidade.

Figure 1: Logo IBIC



Grande área do conhecimento: Ciência Humanas

Título do Projeto: Você conhece a UFF Angra?

Autores: Gabriela R. Goldschmidt, Mayara C. Barboza, Reinaldo L. da Silva, Carolina S. Praddo. Monika Richter (orientadora)

Departamento de Geografia e Políticas Públicas da UFF/IEAR

INTRODUÇÃO:

O jovem brasileiro enfrenta diversas barreiras para ingressar no ensino superior, começando pela barreira cultural que encontra dentro de casa. As famílias brasileiras tradicionalmente não enxergam o estudo como uma possibilidade viável. Além da barreira cultural, há também a barreira financeira (ZAGO, 2006). É verdade que com a expansão das universidades para o interior com o projeto do REUNI (2003-2011 - reuni.mec.gov.br) e com a expansão das cotas e das bolsas de auxílio, o acesso se tornou um pouco mais democrático. Outro problema é a descrença do jovem/adulto no mercado de trabalho após a formação superior (SCHLEICH *et.al*, 2006).

No campus da UFF de Angra dos Reis, a realidade não é diferente: percebe-se que boa parte da demanda atualmente vem de outras regiões e não da Costa Verde. Diante do exposto, o Projeto de Pesquisa e Extensão *Você conhece a UFF Angra?*, busca identificar quais poderiam ser as barreiras para a reduzida procura dos jovens de Angra dos Reis e demais cidades da região em relação aos cursos ofertados no Campus.

Para tanto, escolas estaduais inicialmente de Angra dos Reis estão sendo visitadas no sentido de apresentar o campus do Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFF, bem como os cursos de graduação implementados (Pedagogia, Políticas Públicas e Geografia). Além disso, são discutidas também as formas de acesso à Universidade Pública. Foram ainda elaborados e aplicados questionários no sentido de identificar o perfil do alunado do ensino médio e as suas expectativas frente ao ensino superior público e gratuito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir de rodas de conversa, pode-se perceber as causas da baixa adesão dos jovens angrenses à universidade pública. Os resultados apontam que os alunos entrevistados em sua maioria já ouviram sobre a UFF em Angra. Os estudantes relatam que não possuem apoio financeiro nem psicológico dos pais, sendo estimulados que ingressem no mercado de trabalho, enxergando a universidade como um investimento a longo prazo e, portanto, não sendo a melhor opção para essas famílias. Outro fator apontado foi sobre o desconhecimento relacionado aos procedimentos para as inscrições no ENEM e desdobramentos, tais como acompanhar pontuação e inscrição junto ao Sisu.

Diante desses resultados, a abordagem inicialmente utilizada, assim como o questionário foram ajustados. de modo a contemplar também informações sobre a prova do ENEM, isenção de inscrição, sites para auxiliar em um estudo mais focado, como usar o site do Sisu, como funciona a seleção. Também são apresentados o que as universidades públicas podem oferecer para além da sala de aula, tais como visitas técnicas, bolsas de iniciação científica, de extensão e de iniciação a docência, monitoria, dentre outras. O projeto tem atuado em turmas do segundo e do terceiro ano do ensino médio.

CONCLUSÕES:

O projeto está a pouco tempo em vigência, porém já recebe um retorno positivo. A adesão dos alunos a roda de conversa é grande. Na maioria demonstram interesse pelo assunto e expõem os desejos de, sim, pleitear a uma vaga na universidade pública. Como

vislumbram no grupo de alunos da UFF o exemplo de que é possível conquistar esta vaga, estabeleceram um pequeno vínculo de afetividade e procuram o grupo para buscar suporte direto. As perspectivas desse projeto a longo prazo são positivas e espera-se expandi-lo em breve para outros municípios como Mangaratiba e Paraty.

Agradecimentos:

Agradecemos a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEDUC), e em especial aos Diretores das escolas visitadas e respectivos Professores que sempre recebem a equipe com muita dedicação e interesse.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZAGO, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, V. 11 n 32. 228 – 370p

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Consulta realizada em junho de 2019

...

SCHLEICH, A. L. R.; POLYDORO, S. J e SANTOS, A. A. A. (2006). Escala de satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do ensino superior. **Revista Avaliação Psicológica**, V 5 11 - 20p. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712006000100003&script=sci_abstract&tlng=es. Consulta realizada em junho de 2019



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Gentrificação e reativação do território através da cultura: o caso da Fábrica Bhering na zona portuária do Rio de Janeiro

Autores: Gabriel Figueiro Gomes Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: Geografia, Geografia, GECEL (Grupo de Estudos em Cidade, Espaço e Lugar)

INTRODUÇÃO:

Na esteira da agitação causada pela escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, o recém-eleito prefeito Eduardo Paes lançou, ainda em 2009, o Projeto Porto Maravilha. O empreendimento, anunciado como a maior parceria público-privada (PPP) da história do país, previa a revitalização e a refuncionalização da área composta pelos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e parte do Caju através da instalação de estruturas de apoio aos jogos olímpicos, melhoramento da infraestrutura viária, ampliação do centro financeiro de negócios, criação de um novo polo cultural de lazer/consumo e, por fim, atração do mercado imobiliário e turístico. Os efeitos e objetivos desse tipo de empreendimento são explicitados em cidades que o adotaram, sendo a gentrificação o objeto deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Se nos reportamos a Neil Smith (2006) e ao debate que o autor levanta acerca da gentrificação, veremos que, por definição, este é um fenômeno que se dá através da substituição de populações residentes em certos bairros por outras, de poder de compra mais elevado. Ocorre que este processo, primeiramente observado nas metrópoles do capitalismo central, como Londres e Nova York, se configurou como “estratégia urbana global” após a década de 80 (Smith, 2006), inserindo-se no bojo dos empreendimentos de retorno aos centros e de suas propostas de “regeneração” da cidade (Silva, 2006). A alteração do perfil social dos moradores, neste sentido, se dá geralmente em função da especulação e do

aumento significativo do custo de vida nos bairros gentrificados.

No Rio de Janeiro, a fábrica da Bhering, localizada no bairro do Santo Cristo, é testemunha das dinâmicas que se estabelecem entre formas, funções e processos no espaço urbano carioca. Inaugurada na década de 30, funcionou até a paralisação de suas atividades em meados dos 90. Nos anos seguintes, a estrutura esvaziada passou a ser ocupada por artistas que alugavam espaços dentro das dependências da fábrica, instalando ali ateliês. Em meados de 2012, a Bhering já era uma reconhecida como reduto artístico da cidade e 88 locatários alugavam espaços em seu interior (Bordenave, op. cit). Em 2012, os proprietários da fábrica decidiram por leiloar o edifício, pondo a permanência dos ateliês em risco. A prefeitura de Eduardo Paes decidiu por tombar a Bhering, embargando o processo de venda e garantindo a continuidade das atividades pelos artistas. Muitos perceberam neste movimento, um aceno da gestão Paes em relação à criação de um novo polo cultural no perímetro do Projeto Porto Maravilha (Bordenave, op. cit, p. 53).

No curso da realização desta pesquisa, duas visitas foram feitas à Bhering em ocasião do evento no qual locatários exibem, mensalmente, suas obras e produtos ao público. Durante as visitas, realizadas em 4 de maio e 6 de abril de 2019, foram aplicados, de forma anônima, questionários com artistas residentes e visitantes do evento. Buscamos compreender de que maneira as dinâmicas que se desenrolam no interior das instalações da fábrica se relacionam com seus arredores.

Os resultados obtidos parecem apontar para uma seletividade espacial dos investimentos no Projeto Porto Maravilha, que, aglomerados em certas partes específicas da Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto, impelem os fluxos de frequentadores apenas para estes

recortes reduzidos. Isto implica na estruturação de quadro curioso no que se refere à Bhering enquanto polo cultural, de lazer e de consumo na região: são pouquíssimas as relações que se estabelecem entre as atividades que ocorrem no interior do edifício, tanto no cotidiano dos artistas quando nos eventos mensais abertos ao público, e a comunidade do entorno. Diferentemente dos equipamentos culturais da Praça Mauá, que contam como toda uma infraestrutura de apoio em seus arredores, a Bhering constitui um ponto isolado, quase como um enclave inserido na comunidade do Santo Cristo.

CONCLUSÕES:

O Porto Maravilha Cultural representa um dos elementos mais característico de projetos de revitalização, a cultura, que, além de validar as ações na cidade, atrai o público que consome moradia e os serviços fabricados. Enquanto nos projetos novaiorquinos houve uma substituição da população local, arrojada pelo aumento significativo do custo de vida, por uma classe média e alta jovem, no curso da gentrificação; no Rio, as propostas culturais, esmorecidas pelo fraco desempenho do projeto, se tornam enclaves no território, não contribuindo significativamente com a ocupação da região. A compreensão do processo de reestruturação espacial do centro do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, exige uma análise multiescalar e espaço-temporal. Para que seja possível interpretar os interesses de agentes locais, regionais e globais na produção de um espaço vendável, é necessário apropriarmos da análise político-econômica e conceitos que correspondem à um cenário global pós-keynesiano; visto que, no Brasil, o capital privado se amálgama ao estado quase que por definição. Ao passo que os produtores locais da cidade preservam a lógica higienista do enfrentamento ao atraso, espoliando cada elemento da cidade, abrindo portas de novos mercados ao capital financeiro, extremamente pulverizado e impessoal, alheio a um sentido justo de cidadania. A dinâmica centro-periferia, de explosão e implosão da cidade, é requalificada sob a luz do Projeto Porto Maravilha que aspira a construção de um novo polo socioeconômico e cultural aprazível as camadas mais abastadas da sociedade,

utilizando-se da apropriação espetacularizada de formas e estruturas históricas abrandecidas.

Agradecimentos:

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), viabilizou a produção deste resumo e do estudo a ele relacionado.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelos auxílios concedidos quando requisitados. A João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro, à Prof. Dra. Ester Limonad aos demais membros do Grupo de Pesquisa em Cidade, Espaço e Lugar (GECEL-UFF) Aos quatro setores (corpo discente, corpo docente, técnicos e administração) da Universidade Federal Fluminense e seus incontáveis esforços em prol da construção, defesa e manutenção do ensino superior público, gratuito e de alto nível.



História

Cultura Letrada Finissecular: Jornalismo e Literatura na Passagem do Oitocentos Brasileiro

Prof^a. Dr^a. Isadora Tavares Maleval; Rhuanna do Espírito Santo Silva.

Universidade Federal Fluminense Polo Universitário Campos dos Goytacazes (UFF-PUCG)

INTRODUÇÃO:

Como em outras partes do mundo ocidental, o fin-de-siècle oitocentista foi sentido com extrema agitação no Brasil. Os eventos políticos evidentemente explicam parte desta assertiva: o fim da era monárquica através do golpe republicano, em 1889, era motivo suficiente para mobilizar homens e mulheres a (re)significar os acontecimentos recentes e a pensar as possibilidades que o novo e imprevisto futuro traria.

Nos círculos letrados as reflexões em torno do rompimento na forma de governo que representava não apenas uma maneira de administrar o país, mas um estilo de vida em sociedade – a sociedade de Corte (ELIAS, 2001) –, tornou-se recorrente. Artigos publicados em jornais, revistas e magazines, além de livros inteiros, eram dedicados a pensar sobre o fim do Antigo Regime e o início de vida republicana.

O movimento que teve início nas décadas de 1820 e 1830, da criação de tipografias e editoras, da impressão cada vez em maior escala de periódicos e livros, cresceu exponencialmente ao longo de todo o século XIX. Próximo à época da queda de D. Pedro II sabe-se que houve o estabelecimento de um sem número de veículos de imprensa no país (AZEVEDO, 2009, p. 89), a ampliação de alfabetizados (BESSONE, 2014, p. 160) e já não era incomum ter homens que vivessem exclusivamente da pena.

Importa evidenciar, contudo, que o país vivia uma crise que não se iniciou apenas com a mudança de regime político. Da mesma forma, a abolição da escravatura promoveu intensas e acaloradas discussões no meio intelectual. A escolha em trabalhar com escritos de autores

afrodescendentes coaduna com a premissa de buscar as várias percepções em voga no pós-abolição. Dialoga, nesse sentido, com uma historiografia atual sobre a escravidão e a questão racial no Brasil, pautada nas perspectivas da história social do trabalho e da história cultural (ABREU et alii, 2013).

Delimita-se, assim, os dois momentos-chave que serão Proclamação da República (1889). Busca-se compreender, desse modo, a produção intelectual de fins do Oitocentos no Brasil, sobretudo tendo como foco o impacto desses eventos entre os homens de letras. Para tanto, a análise centrar-se-á em escritos jornalísticos e literários, mas também políticos, historiográficos e memorialísticos de autores cuja produção foi de grande monta durante o período indicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

José Murilo de Carvalho (1990) traz elucidações a respeito da Primeira República, tratando de assuntos como a formação de uma identidade nacional republicana e seus símbolos. Essa questão é de extrema importância ao se considerar a obra de autores como Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), já que ela colabora com a compreensão dos acontecimentos posteriores à abolição da escravatura, como também à Proclamação da República e os consequentes impactos sociais em função destes.

Por conta da proposta do projeto ser ampla, foi necessário o estabelecimento de um recorte. Isso justifica o enfoque dado às obras de Lima Barreto nesse primeiro momento. Apesar de ter sido muito publicado, o escritor não alcançou, em vida, o prestígio esperado, principalmente devido a diversos fatores, como as suas características étnicas, a sua personalidade e sua forma de escrita (as críticas

mais frequentes apontavam para erros de concordância e deslizes de sintaxe), além do estilo, crítico e mordaz, destoando do tom dos prestigiados literatos de seu período.

Também o fator racial vivenciado pelo escritor é crucial em suas obras. São latentes em suas produções elementos de raízes afrodescendentes e experiências cotidianas partilhadas, principalmente, no âmbito do racismo, escravidão e outros fatores. Isso porque o próprio autor se reconhecia como um autor negro, não negando sua ascendência. Por isso, para Lilia Schwarcz (2017), Lima Barreto era um “triste visionário”, por trazer na sua obra muito de nossa agenda atual, como: a República que falhou, o racismo e o preconceito ainda sensíveis dentro da sociedade brasileira.

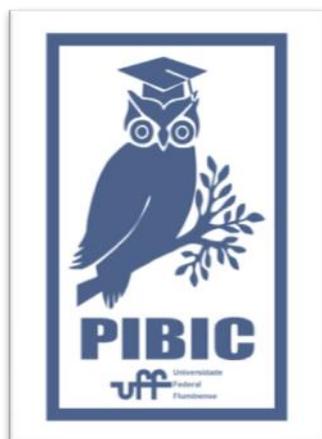
Como resultados parciais pode ser indicada a apresentação oral na III Jornada de História, evento realizado na UFF Campos, em outubro de 2018. A apresentação do projeto foi feita em uma mesa que contava também com outras pesquisas envolvendo relações entre História e meios de comunicação, como a Literatura, o jornal, o rádio, dentre outros.

CONCLUSÕES:

O projeto tornou-se base para as pesquisas referentes ao trabalho de conclusão de curso da aluna, a ser defendido em 2020. Pretende-se problematizar a obra de Lima Barreto (com enfoque em *Clara dos Anjos*) quanto às representações presente nela das relações étnico-raciais, sobretudo da mulher negra, bem como as relações editoriais do período, a partir da interação do escritor com José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948).

Agradecimentos:

À FAPERJ pela concessão da bolsa de pesquisa que permitiu a execução do projeto.





Ciências Humanas

Fotografia Pública: Instrumentalização da Pesquisa

Autores:

Paula de Moraes Rodrigues (Bolsista)

**Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus
(Orientadora)**

Instituto de História / Laboratório de História Oral e

Imagem (LABHOI)

Introdução:

O projeto *Fotografia Pública: Instrumentalização da Pesquisa* pretende reconstruir o percurso histórico da relação entre a imagem fotográfica e o coletivo que faz com que ela seja uma forma de representação social e de produção de um sentido, essa relação dá o que entendemos como a noção de fotografia pública.

Pretende-se analisar a produção fotográfica contemporânea pelos sujeitos sociais, as suas formas de registro, os seus vínculos institucionais e as suas experiências de ver e traçar narrativas visuais públicas, considerando como noção de público a esfera da opinião pública, do espaço público, da expressão coletiva e das instâncias de exercício e controle do poder público.

Por essa razão há o vínculo do projeto com instituições que promoveram e promovem essa relação entre a imagem fotográfica e o coletivo, como a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF), situada em Niterói, onde realizamos entrevistas com fotógrafos, a organização e a conservação do acervo fotográfico.

Resultados e discussões:

A Sociedade Fluminense de Fotografia teve um papel importante na Fotoclubismo brasileiro e em outras vertentes de produção e propagação fotográfica. O fotoclubismo consiste na ligação entre vários fotoclubes nacionais e internacionais, que compartilhavam as suas produções para a realização de exposições, além de ser um ambiente para a difusão da fotografia amadora, do pensar e agir fotograficamente.

A SFF teve um papel de destaque nessa época, ela foi a primeira instituição a ser construída para ser sede de uma sociedade

fotográfica, e servia de auxílio técnico e suporte para a criação de outros fotoclubes. Podemos perceber esse papel por meio da organização do seu acervo documental e fotográfico durante o projeto.

Essa parceria do projeto *Fotografia Pública: Instrumentalização da Pesquisa* e o Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) com SFF e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) foi realizada a partir do projeto Ponto de Cultura da cidade de Niterói. A nossa colaboração se deu por meio da organização e preservação do acervo, para isso tivemos como instrução um curso introdutório de conservação fotográfica oferecido pelo Centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF), da Funart.

Após esse curso, ocorreram duas etapas realizadas paralelamente:

- A higienização, conservação, catalogação e levantamento da quantidade de fotos, além dos salões, exposições e intercâmbios que essas fotografias realizavam.

- A organização e levantamento do acervo bibliográfico da SFF, como os livros sobre fotografia, os manuais fotográficos, revistas, catálogos de exposições, certificados, estatutos, entre outros.

Com essas etapas podemos perceber a grande circulação das fotografias, elas se estendiam tanto em abrangência nacional quanto internacional, e há na SFF um acervo com fotografias de diversas categorias, que contam tanto a história da cidade de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro, quanto fotografias estrangeiras que por motivos diversos não voltaram ao seu país de origem, como fotografias do Foto clube vietnamita que não retornaram devido a Guerra do Vietnã.

Conclusões:

O projeto tem a pretensão de contribuir para o conceito de fotografia pública e seus circuitos sociais, e para isso utiliza da história oral e da fotografia para a contribuição da reconstrução da memória pública.

Dentre esses objetivos há a pretensão da reconstrução da memória da Sociedade Fluminense de Fotografia e dos seus meios sociais, que pode ser feito com a organização do seu acervo e a reconstrução da circulação dessas fotografias, feita através dos selos dos salões fotográficos e das exposições internacionais, encontrados no verso das fotografias.

Mediante essa reconstrução poderemos atingir o estilo fotográfico que predominava nos salões e exposições internacionais, o circuito social dessas fotografias, os seus vínculos institucionais, os seus públicos, as relações mantidas entre os Fotoclubes.

Agradecimentos:

Agradeço à FAPERJ e ao PIBIC pelo financiamento. Igualmente ao LABHOI e à SFF por me proporcionarem um enriquecimento intelectual e crescimento humano.

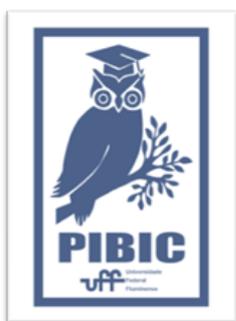


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas/Geografia Econômica

Título do Projeto: Corporações e Gestão dos Territórios: os fluxos de IED e a espacialidade das multinacionais brasileiras

Autores: Júlia Pessanha Siqueira e Leandro Bruno Santos

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia de Campos/ESR/NEEPG

INTRODUÇÃO:

Dados apontam que, nos últimos anos, houve um aumento no número de empresas multinacionais com sedes em países periféricos, que se inserem no processo de concorrência intercapitalista em uma escala mundial. Este trabalho tem como objetivo analisar a inserção no mercado de empresas e grupos multinacionais de origem brasileira que apresentam o maior grau de internacionalização, segundo o ranking da Fundação Dom Cabral (FDC), e que atuam no setor industrial.

Além das estratégias de localização, é importante levar em consideração o poder de influência sobre o território e os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) que essas empresas realizam, ensejando novas formas de organização espacial, bem como a mudança na divisão territorial do trabalho. Como afirma Corrêa (1991), temos uma mudança em toda estrutura socioeconômica do espaço no qual se encontram por meio de fusões e aquisições que, para Ramires (1989), alteram não só a dinâmica intra, como também a extra fábrica.

Essas empresas também promovem uma hierarquização das formas de produção e o controle, tanto do território quanto da produção que se dá sobre ele, e este projeto se insere neste contexto, fazendo uso de uma abordagem geográfica influenciada pela abordagem da "Geografia das Corporações", objetivando contribuir com o debate das grandes corporações e suas práticas espaciais.

Para desenvolvimento deste projeto foram feitos levantamentos de dados primários, através de fontes como Unctad, Banco Central do Brasil, Fundação Dom Cabral e os sites das respectivas empresas, além de levantamentos

bibliográficos, realizando leituras pertinentes ao tema para embasar a pesquisa. Para selecionar as empresas a serem analisadas, alguns critérios foram estabelecidos, como estudar apenas empresas e grupos econômicos atuantes em ramos da indústria, que não são controladas pelo Estado e apenas empresas que possuem atuação produtiva no exterior, chegando ao número de 28 empresas e grupos. Nosso banco de dados utilizado para selecionar os grupos e empresas foi o ranking anual da Fundação Dom Cabral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

É notório que, nas últimas décadas, houve um aumento do número de empresas e grupos multinacionais e da participação (quantitativa e qualitativa) nos fluxos de investimentos de IED (por meio de fusões e aquisições) advindos de países periféricos nos estoques mundiais. Nesse contexto, empresas brasileiras em ramos como produtos químicos, alimentício, têxtil e siderúrgico, entre outros, têm apresentado maior inserção internacional, alargando seus espaços de atuação.

Dados levantados da Fundação Dom Cabral (2017) apontam que há uma dispersão das empresas e grupos econômicos com sede no Brasil por todo mundo e nas mais diversas atividades, evidenciando sua característica multifuncional e multilocacional (CORRÊA, 1997), mas, nos últimos anos, tem-se percebido um movimento de concentração de ativos dessas empresas nos mercados americanos, principalmente em países da América Latina, tais como Argentina, México, Chile Venezuela e Bolívia. A distribuição desses investimentos acompanha as estratégias de localização de cada corporação, que tende a seguir um padrão característico dentro de cada ramo da indústria.

Ao todo, os IED brasileiros somavam, em 2017, aproximadamente US\$ 360 bilhões em comparação aos US\$ 804 bilhões de todos os países latino-americanos, segundo a Unctad (2019). Ou seja, o Brasil é responsável por cerca de 44% dos IED de origem latino-americana. Estes investimentos possuem diversas finalidades, desde criação de novas plantas industriais até a abertura de novos pontos de distribuição de produtos. As empresas multinacionais possuem uma natureza que as levam a concentrar atividades vertical e horizontalmente, atuando em vários ramos da indústria, e segmentando sua produção em várias escalas, simultaneamente, de acordo com as vantagens obtidas com a instalação ou aquisição de ativos em locais estratégicos do globo.

O Estado e seus mecanismos de atuação desempenham um papel fundamental nesse processo, capaz de influenciar essas relações e de ser influenciado pelas empresas. Em conjunto com os aparatos do Estado, estas empresas e grupos multinacionais aumentam seu papel na integração e exclusão, homogeneização e diferenciação dos territórios nos quais se inserem, alterando as dinâmicas espaciais e os fluxos que perpassam desde uma escala local até a escala global.

CONCLUSÕES:

Concluimos que a participação dos países periféricos nos estoques de investimentos estrangeiros diretos é crescente e cada vez mais relevante em escala mundial e que, entre eles, países como China, Brasil, Chile, Argentina, México, entre outros, ganham destaque nos IED e incrementam sua importância na economia mundial através dos movimentos de suas empresas e grupos multinacionais. Os países latino-americanos em 2017, segundo a Unctad (2019), acumulam um estoque de mais de US\$ 800 bilhões, mas, apesar disso, os países centrais ainda são a fonte da maioria desses investimentos.

Também podemos concluir que, ao se inserirem no mercado mundial, as empresas com sede em países periféricos passam a ser responsáveis pela reconfiguração da divisão internacional e territorial do trabalho, na qual a produção é cada vez mais fragmentada. Entre os países latino-americanos que realizam investimentos, o Brasil é o que apresenta os maiores estoques de IED da região. Outros países, como Chile e México, também vêm ganhando espaço na economia

mundial, apesar de possuírem economias relativamente menores se comparadas ao Brasil, fato que ressalta a dinâmica inerente ao processo de concorrência intercapitalista, que não se encontra definida e consolidada, mas como um palco de constante disputa pelo controle de mercados, relações e territórios.

Atuando principalmente em mercados americanos como Argentina, Chile, México e Estados Unidos e, em menor frequência, em países como China, Índia e Austrália, as empresas brasileiras realizam seus IED principalmente por meio de aquisições de ativos nos países nos quais se inserem, expandindo suas atividades através da construção de novos empreendimentos ou compra de ativos de outras empresas.

Agradecimentos:

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Leandro Bruno Santos, por todo tempo e paciência, caminhando junto comigo na construção deste projeto de pesquisa. Ao CNPq, que possibilitou o desenvolvimento deste projeto, sem o qual não seria possível. Por fim, à UFF, por todo apoio institucional e estrutural essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

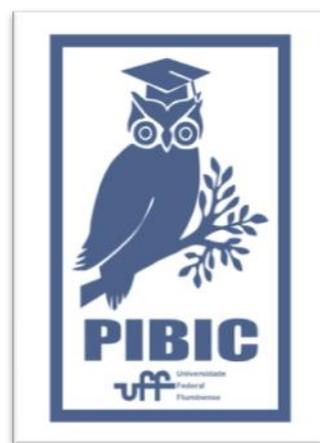


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

**Título do projeto: DIMENSÕES DO PROCESSO CRIATIVO:
LUGARES, HIERARQUIAS E DIVERSIDADE DA ARTE**

Autores: Lígia Dabul e Amanda P. G. Lavrador

**Departamento de Sociologia / Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia / NECTAR – Núcleo de Estudos
Cidadania, Trabalho e Arte**

Colaboradora: Amanda Pinheiro Gomes Lavrador

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa consiste em desdobramento do projeto *Criação, diversidade e hierarquia na arte*, apoiado pela Faperj, e em continuidade com o *Dimensões do processo criativo: lugares, hierarquias e diversidade da arte*, apoiado pelo CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa, em vigência). As pesquisas realizadas, tentando trazer para o campo das ciências sociais questões sobre a criação artística, buscou delinear e descrever determinações sociais de processos criativos e tratar procedimentos rituais, interações sociais e a experiência de artistas como itens fundamentais. Alguns resultados a que chegamos têm relação com o foco que dirigimos na investigação para artistas plásticos oriundos das classes populares. De um lado, constatamos vínculo importante que suas formas de criação artística mantêm com lugares, situações e operações de venda, e que o caráter repetitivo comumente atribuído a essas formas encobre as diversas operações e os diversos ímpetus inventivos que experimentam. De outro lado, a constatação da existência e o estudo de uma grande variedade de trajetórias de artistas plásticos indicaram haver uma diversidade e um caráter relacional nas configurações que práticas artísticas e lugares sociais de artistas assumem. Na pesquisa proposta no presente projeto, buscaremos estender a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e formulações teóricas a respeito de questões derivadas desses resultados, tendo como hipóteses fundamentais a importância da inclusão do insucesso como experiência socialmente relevante e extensiva também na arte; a diversidade de configurações que a arte assume na vida social, relacionadas

de maneira a maior parte das vezes tensa; o caráter criativo de práticas artísticas voltadas para a venda do produto artístico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

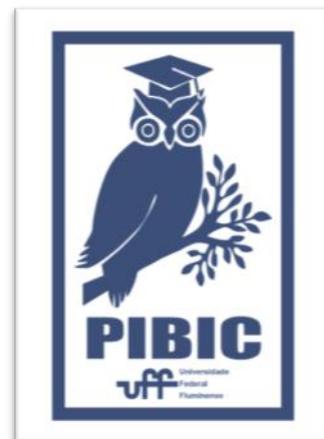
Através da movimentação social relacionada a Lei de nº 13.180, a Lei do Artesão (BRASIL,2015), buscamos analisar e compreender as relações de força que constituem a construção contemporânea da categoria artesanato, no Brasil. Identificando a incipiência do trato sociológico a atividade, bem como as limitações sociais que recaem na escassa compreensão da ocupação como atividade criativa, encontramos na manifestação de agentes sociais interessados uma proposição fértil para interpreta-las na realidade das relações que a constituem. Através de comentários dados de modo público e espontâneo na página do Tribunal Superior do Trabalho, TST, no Facebook, em duas postagens relativas a divulgação da lei, buscamos trazer, por meio da análise qualitativa, a forma particular com que determinadas ambiguidades entre arte, trabalho e artesanato são realizadas no mundo social. Mobilizando a trajetória da legislação sobre a produção artesanal e do status dos seus produtores no país, reflexionamos sobre o que essa conjuntura expressa, e quais divergências distintivas permanecem e/ou são reanimadas. Confluindo dados e reflexões, o presente âmbito do projeto resultou no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora, que teve como objeto principal a análise da construção social da categoria artesanato no Brasil e seus seguintes desdobramentos, por meio das movimentações legislativas do país quanto ao reconhecimento e classificação da atividade.

CONCLUSÕES:

A monografia “Artesanato: uma categoria flutuante” é resultado de tensões analisadas, afirmando que as contradições dos sistemas classificatórios que legitimam o campo artístico e da cultura popular de forma antagônica são constituintes de uma validade específica ao artesanato e de uma identidade singular entre os seus agentes, dada as condições limites que vivenciavam nas disputas de poder, expressas na validade sobre o que é a prática artesanal ao longo da história da sua legislação. As relações simbólicas e as práticas sociais que envolvem a percepção da atividade artesanal no Brasil são os reanimadores principais de uma estrutura que reorganiza ao longo tempo sua legitimação.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq pelo apoio ao projeto.





Ciências humanas

A atuação do movimento estudantil da UFMG sob o olhar da vigilância e censura durante a ditadura militar (1964-1968)

Alexander da Silva Braz (bolsista), Angélica Muller (orientadora)

Instituto de História/ Laboratório Brasil Republicano

INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa buscou analisar como se deu a vigilância e a repressão sob o movimento estudantil (ME) da UFMG durante a ditadura militar entre 1969 a 1979. Para atingir tal objetivo, debruçamo-nos sobre a documentação produzida pela Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (AESI-UFMG), onde tal aparato de vigilância além de ter como objetivo produzir informações sobre o cotidiano da vida universitária, deveria também delatar as ações de todo e qualquer elemento considerado subversivo que estivesse presente ali.

Além disso, a AESI também fazia parte de uma sofisticada e integrada rede de informações, na qual pudemos ver que havia uma intensa troca de circulares, ofícios e pedidos de buscas de órgãos centrais de vigilância, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Educação (DSI-MEC), e instituições militares, como a Infantaria Divisória da 4ª Região Militar (ID-4) e o DOPS-MG, que nortearam ou tentaram, em alguns momentos, estabelecer os caminhos da vida política dentro da universidade mineira e fora dela, reprimindo manifestações que ocorriam dentro e fora dos muros da academia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A nova ordem autoritária iniciada com o golpe civil-militar de 1ª de abril de 1964 consolidou e modernizou seu sistema de informações ao criar seu primeiro órgão de vigilância: o Serviço Nacional de Informações (SNI). Três anos depois, o governo reestruturou tal sistema, instalando em todos os ministérios civis as Divisões de Segurança e Informações (DSI), uma reformulação das antigas seções do

Conselho de Segurança Nacional, cuja função, em tese, teria de assessorar os chefes das pastas na tomada de decisões relativos à segurança nacional. Entretanto, mesmo diante dessa reestruturação, a historiografia brasileira trabalhou poucos com a questão da vigilância dentro das universidades. Nesta linha, o trabalho de maior relevância foi o livro *As Universidades e o Regime Militar* (2014), do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, no qual buscou apontar os percursos da modernização autoritária em que estava inserido o ensino superior e, sobretudo, sinalizar a expansão dos aparelhos de vigilância dentro das universidades, por meio das AESIs.

Contudo, a obra do historiador mineiro deixou algumas lacunas que esta pesquisa busca completar ao analisar o monitoramento de aparato entre os anos de 1964 a 1968.

Ao consultar o acervo, vimos que o monitoramento do ME da UFMG já tinha sido iniciado dias após a deposição do presidente João Goulart; por meio de ofícios do SNI e da ID-4, observando o temor dos órgãos estatais sobre as ações e reuniões dos estudantes. Portanto, vimos a tentativa de estabelecer um consenso entre os dirigentes da universidade, ao tentar aproximar a comunidade universitária dos valores nacionalistas e “modernizadores” da nova ordem.

Além disso, apontamos também como se a Infantaria Divisória da 4ª Região Militar e a polícia política de Belo Horizonte, respaldadas pela justificativa de combate ao anticomunista, espionaram as mobilizações dos estudantes da UFMG e, até mesmo, interviram em manifestações públicas estudantis ocorridas nas faculdades e nas ruas da cidade de Belo Horizonte em 1968.

CONCLUSÕES:

Diante disso, foi possível constatar que os militares já estavam vigiando a universidade e o ME dias após o Golpe de 1964, e também construíram um forte canal de diálogo com os dirigentes da UFMG, que perduraria até o fim do regime militar. A documentação consultada nos mostra ainda que já no primeiro ano do regime, a UFMG foi invadida pelas forças repressivas duas vezes, suas aulas foram suspensas e seus espaços tornaram-se sede para os contingentes policiais. Sob ordens da Infantaria Divisória 4 (ID-4), o DCE foi invadido inúmeras vezes, tendo seus materiais apreendidos, e alguns diretórios acadêmicos foram dissolvidos. Comissões de Inquérito foram instaladas durante todo o período para investigar e apurar as práticas subversivas realizadas por docentes, discentes e funcionários públicos daquela universidade.

Diante disso, buscamos analisar como as comunidades de informação e repressão se relacionaram com a universidade e o movimento estudantil, e como essas se relacionaram e reagiram dentro das unidades universitárias na tentativa de resistir contra o autoritarismo estatal. Ao analisar tais documentos, foi possível identificar como o anticomunismo foi utilizado por essas instituições repressivas para silenciar e reprimir as ações do movimento estudantil. Os valores presentes na Lei de Segurança Nacional de “ameaça interna” e combate à “guerra revolucionária” também estiveram presente nessas instituições e compartilhados por seus agentes, norteados, portanto as ações dessas instituições.

Agradecimentos:

Agradeço imensamente à professora Angélica Muller pela oportunidade de ter participado do programa de Iniciação Científica e pela dedicação nas orientações. Agradeço ainda ao CNPq, a FAPERJ e à UFF pelo apoio e financiamento que possibilitou o desenvolvimento deste projeto.



História do Brasil Império

Ordem, lei e justiça: Estado e sociedade no pensamento de José Justiniano da Rocha (1836-1860)

Olavo Passos de Souza – Coordenadora: Gladys Sabina Ribeiro

História (GHT) / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) / Universidade Federal Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO: Com uma carreira que cobriu mais de três décadas, Justiniano José da Rocha se fundamentou como um dos mais marcantes nomes do jornalismo Brasileiro. Muito mais que um simples redator, serviu como deputado e professor ao longo de sua longa carreira, demonstrando um amplo desenvolvimento intelectual e teórico formado não apenas com sua educação clássica na França, mas através da experiência.

Como jornalista, foi editor em uma série de jornais periódicos, como “O Brasil”, “O Regenerador”, “O Constitucional”, entre demais. Alguns destes formaram uma das bases desta pesquisa, oferecendo a visão política e ideológica de Justiniano em uma série de variados contextos históricos que abrangeram diversas décadas.

Com o uso destes jornais, Justiniano travou uma longa batalha política com o intuito de fortalecer o pensamento conservador em oposição aos chamados “Santas-luzias”, assim como disseminar sua opinião sobre os mais variados tópicos da sociedade brasileira, conectando-os positiva ou negativamente ao seu campo político-ideológico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A produção de Justiniano nos jornais “O Brasil” e “O Constitucional”, ambos periódicos que não ultrapassavam 4 páginas por edição, demonstram uma consistência ideológica em suas críticas aos grupos liberais, denominados no primeiro de “Santas-luzias” e no segundo de “A oposição”. Sua lealdade ao Partido Conservador era clara, irrelevante do posicionamento deste no poder, como era o caso em 1859, durante a publicação de “O Constitucional”, ou na oposição ao ministério Liberal, como era o caso em 1844 durante a publicação de “O Brasil”.

No caso do jornal “O Brasil”, o discurso é dominado pela questão partidária, com Justiniano criticando constantemente o ministério “Santas-Luzias” por seus inúmeros atos de inconstitucionalidade e abuso eleitoral para se manter no poder. Seu foco jornalístico também aborda outras áreas, como o crescente conflito no Uruguai, e a possibilidade de guerra entre o Brasil e a República Argentina, assim como a suposta influência inglesa que Justiniano acredita ter o intuito de enfraquecer o Império em prol de uma dominação econômica inglesa.

No jornal “O Constitucional”, produzido muito mais tarde, Justiniano vê seu partido agora no poder, no entanto frequentemente atacado pela oposição liberal, que Justiniano considera estar abandonando qualquer virtude política em favor de ataques desonrados. Justiniano dedica quase que inteiramente a produção do jornal a críticas dirigidas aos membros da oposição, e frequentemente descreve seus argumentos no Parlamento, para poder expor e ridicularizar as “Incoerências” e “falsidades” dos liberais. Prega frequentemente o retorno da sociedade ao estado de moderação, baseado em sua velha crença da “monarquia e democracia”.

Embora rotulado como “Redator” na Revista Popular, Justiniano não apresenta produção nesta, sendo, no entanto, citado em duas diferentes ocorrências. Na primeira, Justiniano é caracterizado como um “Pena de Ouro”, frase que entra em absoluto contraste com uma historiografia prévia que o denominava como uma “pena de aluguel” para qualquer partido que o pagasse. A segunda citação é um obituário para Justiniano, assinada por uma figura que se intitula simplesmente de “O Velho”, elogiando a figura de Justiniano, apesar de suas diferenças políticas. O impacto que este teve no jornalismo e na produção escrita no Império é,

portanto, demonstrado através de sua própria reputação.

CONCLUSÕES: Justiniano José da Rocha, em sua longa atuação no mundo jornalístico e político, serve como um exemplo da profunda interconectividade que ambos estes campos profissionais representam, especialmente neste período histórico. Suas publicações demonstram a cultura política do período, revelando as práticas e costumes do mundo parlamentar, e a conexão destes com o jornalismo, usado tão frequentemente como uma ferramenta de cunho político e ideológico.

A caracterização de Justiniano como uma simples “pena de aluguel” já teria recebido críticas de autores como Elmano Cardim. Ao observar-se a consistência de Justiniano diante de suas ideias próprias ao longo de sua longa trajetória, mesmo quando esta consistência o colocou em conflito com membros de seu próprio partido, como o Marquês de Paraná. Se provava muito mais que um simples mercenário jornalístico, apresentando uma visão da monarquia e do conservadorismo que lhe é de muitas formas singular.

Notório por dois de seus panfletos, “Ação, reação e transação” de 1855, e “Monarquia-Democracia”, de 1860, possíveis concepções para ambos podem ser observadas em sua atuação no Parlamento e sua produção jornalística. Ao longo da vigência desta bolsa, buscou-se destacar como o pensamento do autor em relação a conceitos como o Estado, lei, conciliação, municípios, ordem, entre outros eram manifestados através de sua atuação profissional. Estes são observados não somente em sua longa produção jornalística, mas também em sua atuação política, onde se mostrou, através da análise dos anais, interessado em projetos que expressavam sua ideologia.

O estudo da conectividade do mundo jornalístico com o político nos oferece uma perspectiva singular no funcionamento da sociedade Imperial. O trabalho realizado por Gladys Sabina Ribeiro serve como um ponto de partida nesta pesquisa para melhor se compreender esta dinâmica imperial através da atuação de Justiniano José da Rocha. Este, rotulado ainda vivo de “pena de ouro”, serve como uma fonte única de informações para este

período, com uma perspectiva tão singular quanto seu projeto ideológico.

Agradecimentos: Gostaria de agradecer a minha orientadora nesta pesquisa, Professora Gladys Sabina Ribeiro, que me guiou por um longo caminho durante formação acadêmica e me concedeu essa oportunidade. Agradeço também a meus pais, que sempre valorizaram minha formação cultural, vendo esta como imprescindível. Foi graças ao investimento desses na minha educação que eu desenvolvi minha paixão por história.

